

POVOAMENTO E VIAS DE COMUNICAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

VOLUME 2

Andrea Mariani
António Manuel S. P. Silva
António Pereira Dinis
Carlos Balsa
Celeste Castro
Francesco Renzi
Pedro Abrunhosa Pereira
Salustiano Lopes
Vitor Nogueira



BIBLIOTECA
MUNICIPAL
de VILA REAL

POVOAMENTO E VIAS DE COMUNICAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

POVOAMENTO E VIAS DE COMUNICAÇÃO
AO LONGO DA HISTÓRIA

VOLUME 2



BIBLIOTECA MUNICIPAL de VILA REAL
SECÇÃO de HISTÓRIA e PATRIMÓNIO

Povoamento e vias de comunicação ao longo da História, segundo volume, reúne os textos correspondentes às comunicações apresentadas no II Colóquio Viário do Marão, que decorreu nos dias 9 e 10 de Outubro de 2021, organizado pela Junta de Freguesia da Campeã, pelo Instituto Politécnico de Bragança, pela Biblioteca Municipal de Vila Real e pela associação Arquivo de Memórias.

Capa: calçada lajeada de Benagouro

ÍNDICE

Dos <i>Callaeci</i> para montante. Étnicos antigos da bacia do Douro António Manuel S. P. Silva	9
Não só da madeira se fez vinho: O Douro e Trás-os-Montes na Antiguidade Clássica Pedro Pereira	45
<i>Inde ad montem Marantis</i> . A Serra do Marão no contexto das fontes medievais portuguesas (sécs. VI-XII) Andrea Mariani e Francesco Renzi	57
Os <i>marmoirais</i> medievais – uma revisitação a propósito do monumento da Campeã, Vila Real António Manuel S. P. Silva	77
As janelas viárias de Benagouro, no concelho de Vila Real Vitor Nogueira	135
De Gondar a Bisalhães: Mobilidade de oleiros no Marão, nos séculos XVII e XVIII António Pereira Dinis	157
A emigração para o Brasil. 1848-1900. Estudo de caso: Campeã Celeste Castro	189
Tunas rurais do Marão e Alvão. No início era a música, depois foi o toque! Salustiano Lopes	215
Albergaria da Campeã Carlos Balsa	221

DOS *CALLAECI* PARA MONTANTE. ÉTNICOS ANTIGOS DA BACIA DO DOURO

António Manuel S. P. Silva

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (UP)

Introdução

Enumerando os diferentes povos distribuídos pela fachada atlântica e pelo norte da península ibérica, o geógrafo Estrabão (c. 64 a.C. – 19 d.C.) refere-se, entre outros, aos Calaicós, aos Ástures, aos Cântabros e aos Vascões, acrescentando, para rematar, que «poderia citar mais nomes, mas evito o detalhe aborrecido, já que a ninguém agrada escutar Pleutauros, Bardyetas, Allotrigas e outros nomes ainda piores e menos inteligíveis» (*Geog.*, III, 3, 5-7). Este enfado na apresentação de um elenco detalhado das comunidades étnicas peninsulares, repetido algumas décadas depois, em termos análogos, por Plínio-o-Velho (23/24-79 d.C.) na sua *História Natural* (III, 28), e que já Políbio, nas suas Histórias, considerara de pouca utilidade¹, reflete várias circunstâncias que traduzem, em conjunto, o choque cultural resultante da descoberta, por parte de figuras destacadas da cultura greco-latina, de uma miríade de povos com línguas e costumes muitos distintos das civilizações mediterrânicas que haviam contribuído para conformar o Império em expansão. Por um lado, a curiosidade pelo exotismo destes insuspeitados grupos de população, que a conquista progressivamente dava a conhecer e integrava no domínio de Roma, proporcionava descrições coloridas que certamente despertariam o interesse e a fantasia dos leitores destas obras geográficas e corografias; por outro, a estranheza de certos hábitos ou a sonoridade «bárbara» de certos etnónimos, dificilmente traduzíveis para o grego ou para o latim, poderiam lançar dúvidas sobre a fiabilidade das narrativas ou, pelo

¹ Explicitando a sua metodologia para explicar o percurso de Aníbal na invasão da península itálica, Políbio (c. 203 – 120 a.C.) lembra que, para leitores pouco familiarizados com as regiões descritas, anotar os nomes de locais desconhecidos seria de limitado interesse, por transcrever «*meaningless, incoherent words*» (Políbio, *Histórias*, Liv. III, 36), segundo uma das mais recentes traduções do texto grego para inglês (WATERFIELD, 2010: 158).

menos, causar «*fastidium*», aborrecimento, ao público a quem tal literatura era dirigida, como receava o naturalista Plínio (*Nat. Hist.*, III, 28).

A etnogeografia da Antiguidade da península ibérica começa a traçar-se nos últimos séculos da proto-história na Europa ocidental, e se as línguas de alguns dos povos autóctones ganhavam já, por esses tempos, expressão escrita, tal não foi o caso das comunidades da fachada atlântica do centro e norte da Ibéria, como designaram a península os autores gregos. Das línguas faladas nesta região, consideradas de origem indo-europeia ou protocelta e agrupadas normalmente, pelos linguistas modernos, sob a expressão «galaico-lusitano», há notícia de menos de meia dúzia de registos epigráficos, feitos já em época de domínio romano e em que o latim foi utilizado para transmitir um pequeno conjunto de palavras². Elementos linguísticos dessas populações indígenas, conservaram-se ainda em numerosos antropónimos, teónimos, etnónimos, topónimos e hidrónimos (GUERRA, 1998, 2001, 2016), o que, todavia, não possibilita um conhecimento abrangente do léxico e estrutura desses falares pré-romanos.

A informação sobre a natureza e modos de vida desses povos autóctones, chega-nos, assim, por duas vias: a resultante das pesquisas arqueológicas, de que adiante trataremos; e o quadro étnico e socioeconómico que decorre dos testemunhos epigráficos e dos textos e informes de diversos autores greco-latinos. Naturalmente, o conhecimento geográfico e etnográfico dos povos europeus mais distantes de Roma acompanha o ritmo da conquista romana (PLÁCIDO SUÁREZ, 2004; 2014; SILVA, 2021: 213-214). Até aos finais do século III antes de Cristo, as informações disponíveis sobre a península ibérica, muito vagas e esparsas, resultam de viagens pontuais de exploradores e aventureiros procedentes do Mediterrâneo; porém, a partir do momento em que, no contexto da terceira guerra púnica, tropas romanas são estabelecidas nas costas meridionais ibéricas (218 a.C.), assim se iniciando um processo de conquista que duraria dois séculos, as necessidades militares e as futuras oportunidades de exploração económica, reunidas num programa de conquista e colonização, levaram a um maior conhecimento do território ibérico.

Convém observar, a este propósito, que tal acréscimo de conhecimento

² Vejam-se, como sínteses divulgativas recentes sobre esta problemática, BALBOA SALGADO, 2004 e WODTKO, 2017.

geográfico e étnico não retrata as comunidades indígenas no seu estado mais «original», se assim podemos dizer, mas as sociedades regionais já em processo de pacificação e transformação sob o domínio romano, raramente podendo perceber-se quaisquer dinâmicas endógenas ou um quadro étnico particularmente detalhado (LE ROUX, 2003: 13). Ou seja, as «descrições» sociais e etnográficas que acompanham o avanço das legiões traduzem, também, a representação, a «progressiva *reconstrução* (geográfica, mental e administrativa) dos territórios que iam sendo incorporados, primeiro ao conhecimento, e depois ao domínio de Roma» (SILVA, 2021: 213). Vista a questão numa ótica essencialmente militar, como decorre de certos testemunhos da época, o seco elenco de datas e batalhas elide, fatalmente, os desenvolvimentos e particularidades de cada uma das regiões e povos submetidos aos conquistadores (SANTOS YANGUAS, 1982: 5).

Nesta linha, importa sempre ter bem presentes a conjuntura, as motivações e o quadro cultural coevo como ferramentas exegéticas essenciais para uma prudente leitura das fontes clássicas. Não esperemos de Estrabão e Plínio-o-Velho, assim como de Tito Lívio, Pompónio Mela, Plutarco ou Apiano – para referir apenas alguns dos autores principais de entre os finais da República e o século II – a visão objetiva e científica da história, da geografia ou da etnologia que hoje reputamos como correntes.

O quadro arqueológico

Qualquer aproximação que possamos fazer ao substrato étnico e demográfico desta região não poderá recuar para além dos séculos II ou III antes da nossa era, partindo precisamente dos primeiros testemunhos escritos sobre os ocupantes deste território. Nomear quaisquer entidades coletivas para épocas anteriores será passar das muitas dúvidas e incertezas para simples conjeturas sem fundamentação científica credível.

Como seria, então, a paisagem humanizada do norte de Portugal, e de Trás-os-Montes em particular, nesses dois séculos que precederam a conquista e dominação romana? Como a arqueologia documenta, o território estaria coberto por povoados

que constituíam unidades espacialmente discretas e delimitadas topográfica e arquitetonicamente, os *castros*. Observando um cartograma geral da distribuição destes aglomerados, como o levantamento geral de A. C. Ferreira da Silva (Fig. 1), que inventariou perto de um milhar de estações arqueológicas deste tipo (SILVA, 1986; 2007) observamos, desde logo, uma desigual densidade entre os castros da área mais ocidental e aqueles que foram cartografados na região de Trás-os-Montes. Esta circunstância, cuja razão não se encontra totalmente averiguada, poderá dever-se tanto às diferentes condições geográficas da zona minhota e dos planaltos interiores, como a distintas estratégias de povoamento e exploração dos recursos (LEMOS, 1993; 1996; MARTINS *et al.*, 1997; FONTE *et al.*, 2008).

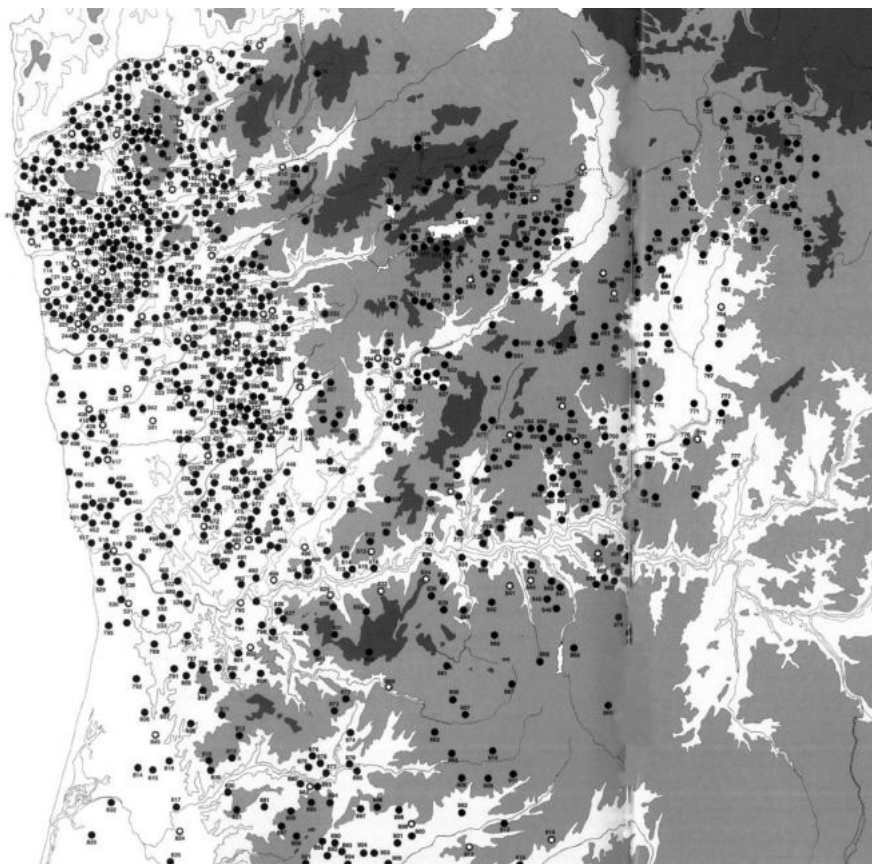


Fig. 1 – Castros do Noroeste de Portugal. Os símbolos com estrela assinalam possíveis «lugares centrais». Reproduzido de SILVA, 2007, sem escala no original.

Por outro lado, devemos recordar que uma carta como a referida, plasma, numa única janela e momento de observação, uma realidade naturalmente muito dinâmica como é a relacionada com os aglomerados populacionais. Não está ainda disponível um quadro cronológico fundamentado do intervalo de ocupação da maior parte dos povoados castrejos, pelo que um cartograma geral certamente inclui, por exemplo, povoados fundados nos finais da Idade do Bronze (séculos X ou IX a.C.) e que foram abandonados séculos depois; como castros que se mantiveram habitados durante todo o primeiro milénio a.C. e outros que foram criados apenas nos séculos II-I a.C. ou até, posteriormente, já sob a administração romana. Do mesmo modo, a frieza de um mapa como este nem sempre distingue as pequenas aldeias castrejas de um hectare de superfície, que albergavam uma dezena de núcleos familiares, dos grandes povoados proto-urbanos e organização complexa, como as citânias ou cidades de Sanfins, Briteiros Bagunte, ou Monte Mozinho, entre tantas outras (LEMOS; CRUZ, 2006: 12-14).

Nesta mesma linha de análise, alguns estudos tanto identificam princípios de implantação topográfica similares entre os castros da fachada mais atlântica e algumas áreas de Trás-os-Montes ocidental, como distintas opções locacionais nas regiões mais orientais, fruto, também, de uma paisagem estruturalmente diversa (LEMOS, 1995: 209-301; FONTE *et al.*, 2008: 311-316). Diferenças ocorrem também na superfície média dos povoados, na estrutura e robustez dos sistemas defensivos e outros elementos, explicadas, entre outras razões, pelo tipo de economia desenvolvida e pelo carácter mineiro e metalúrgico de alguns dos povoados transmontanos (FONTE *et al.*, *ibid.*). Infelizmente, o progresso da investigação arqueológica moderna tem sido bastante menor nos castros transmontanos que nos do Entre Douro e Minho, sendo raras as estratigrafias e datações absolutas que possam fundamentar interpretações mais seguras para o quadrante nordeste do território nacional.

Também do ponto de vista da organização social das comunidades, a região transmontana documenta uma realidade dual, percecionada nos textos antigos e formulários epigráficos, cujo eventual reflexo na evidência arqueológica está ainda longe de ser plenamente compreendida. Como parece consensual, a estruturação social dos povos da Idade do Ferro assenta em laços de sangue e uma ordenação hierárquica, de raiz indo-europeia (SILVA, 1986: 267). Deste modo, a família, unidade

básica do tecido social, corresponderia a um tipo de «família extensa», interligando várias famílias nucleares, cuja expressão material estará refletida na estruturação arquitetónica de muitos povoados (*Idem*: 267-272). Um patamar superior da organização social, agregando as diferentes unidades domésticas/familiares de um povoado, expressa-se, no noroeste peninsular, pela conhecida fórmula epigráfica dos *castella* (C invertido), se bem que não seja totalmente claro se a designação *castellum* se aplicava a todos os castros ou se apenas a alguns de maior capitalidade dentro de cada *populus* (SILVA, 2021: 188-189). A este nível, precisamente, observa-se uma distinção essencial no nordeste transmontano – ilustrada, mas não necessariamente com interpretação pacífica, na conhecida *tabula* de Astorga, que perpetuou o pacto dos *Zoelae*, a que faremos referência posterior. Naquela região, que os romanos integraram na grande etnia ástur, e não já na dos galaicos, o nível intermédio de estruturação social correspondente aos *castella* parece ter sido designado pelos substantivos *gentilitas* (de rara ocorrência epigráfica) ou *gens*, embora este último possa também equivaler-se aos *populi* mencionados por Plínio e outros autores antigos³, que a administração romana viria a reorganizar genericamente, segundo o seu próprio modelo jurídico, em *ciuitates*, e estas em *conuentus* de abrangência mais regional⁴.

Regressando às «recorrências habitacionais»⁵ que, tradicionalmente, caracterizam a Segunda Idade do Ferro no norte de Portugal⁶, servindo de alicerce maior dessa «galáxia» convencionalmente designada como «cultura castreja» (FONTE *et al.*, 2008: 310), devemos lembrar que a tipologia do *habitat*, constituindo um produto cultural, ou uma expressão material da cultura, se quisermos – a par da olaria, das produções metalúrgicas ou das manifestações artísticas – só muito grosseiramente poderá refletir a cartografia paleo-etnológica dos diferentes espaços geográficos.

3 O tema é extremamente complexo e não podemos discuti-lo, ou mesmo ensaiar uma síntese fundamentada, sem alongar em demasia este texto. Vejam-se os textos constantes de CRUZ GONZÁLEZ e SANTOS (1994) e a lúcida e sugestiva análise de Jorge de ALARCÃO (2003) para uma visão de conjunto e amplo repertório bibliográfico. Uma perspetiva geral sobre os Zelas pode ver-se em LEMOS, 1995 e SILVA, 2011b.

4 Para uma síntese recente veja-se SILVA, 2021: 242-245.

5 Manuela Martins, apud MARTINS *et al.*, 1997 (p. 25).

6 Se bem que, muitas vezes, apreendidas de forma simplista e acrónica, como dissemos.

Durante muito tempo fez escola, na etnografia como na arqueologia, a teoria das «áreas culturais», que parecia sustentar alguma correspondência entre as descontinuidades ou concentrações de determinados artefactos, formas de vestir, traços linguísticos ou outros elementos da atividade humana, e os povos antigos documentados pela literatura ou os modernos que são objeto da antropologia cultural. Tais teorias, particularmente vigorosas entre estudiosos alemães da transição do século XIX para o século XX, ganharam particular notoriedade com as pesquisas de Gustav Kossina (1858-1931), que emparelhava, como paradigma étnico teórico, povo, língua e cultura arqueológica, postulando que «*Scharf umgrenzte archäologische Kulturprovinzen decken sich zu allen Zeiten mit ganz bestimmten Völkern oder Volkerstämmen*» (KOSSINA, 1911: 3)⁷. Esta visão, popularizada por arqueólogos de nomeada como Vere Gordon Childe, sustentou o conceito de «culturas arqueológicas» como «um conjunto constantemente recorrente de artefactos», explicitando este autor que:

«We find certain type of remains – pots, implements, ornaments, burial rites, house forms – constantly recurring together. Such a complex of regularly associated traits we shall term a ‘cultural group’ or just a ‘culture’. We assume that such a complex is the material expression of what would to-day be called a ‘people’»
(CHILDE, 1929: v-vi),

assim contribuindo para difundir a imagem da pré-história como um verdadeiro mosaico de povos e culturas, na expressão de Manuel FERNÁNDEZ GÖTZ (2013-2014: 21).

A partir da segunda metade do século passado, porém, tanto do lado da arqueologia como da antropologia cultural (aqui, muito em especial, graças aos estudos da linha pós-colonial), verificou-se que tais abordagens, podendo, ainda, ter alguma utilidade instrumental enquanto mapeamento da «cultura material» ou outros traços sociais, são grandemente ineficazes para a definição das identidades e da estruturação étnica das comunidades.

Não obstante, a cartografia da distribuição de determinados itens arqueológicos, continua a revelar-se de grande utilidade para a análise dos processos de inter-relação

⁷ Ou seja, «províncias culturais arqueológicas nitidamente demarcadas coincidem em todos os momentos com povos ou tribos muito específicas».

e difusão cultural em épocas antigas. Mas desde que os investigadores se libertem do preconceito de imaginar os «povos» que seriam responsáveis por determinado estilo cerâmico ou forma de machado⁸. Assim, por exemplo, REY CASTIÑEIRA (1986-1987, 1991a, 1991b, 2014, 2020) tem vindo a desenvolver notável trabalho na cartografia dos «estilos» cerâmicos da Idade do Ferro na Galiza (Fig. 2); e Alfredo GONZÁLEZ RUIBAL (2007a: 466ss.) compilou cartografia temática também para a arquitetura, a escultura ou os adornos de ourivesaria castreja. Entre os investigadores portugueses abundam também os mapas temáticos das diferentes ocorrências e achados arqueológicos, como na já citada obra de A. C. Ferreira da SILVA (1986, 2007), de ineludível interesse para os estudos arqueológicos.

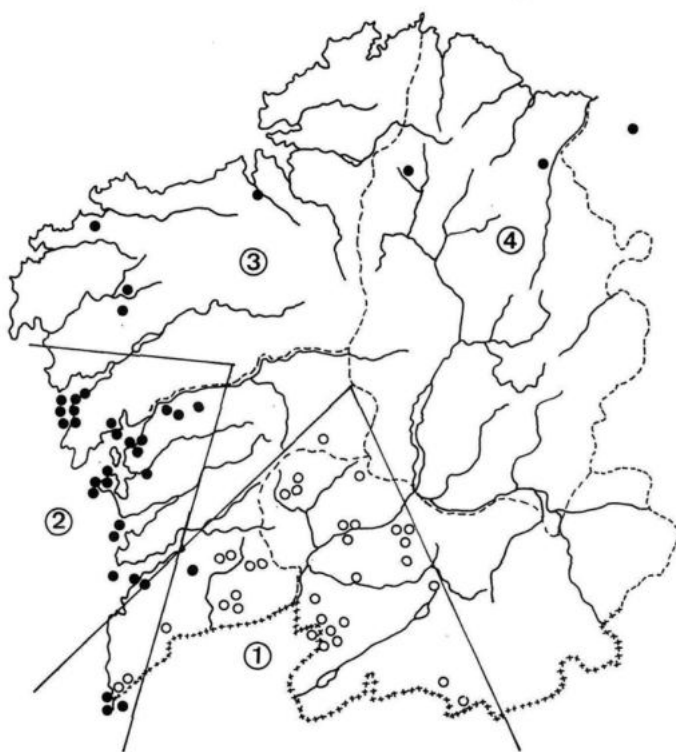


Fig. 2 – Áreas de distribuição dos tipos cerâmicos da Idade do Ferro na Galiza. Reproduzido de REY CASTIÑEIRA, 1986-1987.

Porém, atualmente, estamos avisados para o risco e a insuficiência de querermos, a todo o custo, identificar povos por detrás dos estilos: os objetos têm também uma vida social, no tempo e no espaço, e a sua adscrição cultural tanto

evidencia como deixa na sombra as autorias coletivas (GONZÁLEZ RUIBAL, 2007b). A aproximação à etnogênese, isto é, a forma como as identidades coletivas se configuram e reconfiguram etnicamente, «*is not merely a matter of finding material correlates for ethnicities. It also involves considering how artifacts and other evidence operate within identity-making processes and how meanings and material culture become associated with social groups*», como expressou Terrance WEIK (2014: 294).

As fontes epigráficas

A meio caminho entre a arqueologia, pelo seu suporte material, e a história, pelo texto que oferecem, os monumentos epigráficos propiciam informações de grande importância para a identificação dos povos antigos. Mais para a sua nomeação que para a respetiva demarcação territorial, pois, salvo contados casos, as questões dos limites não eram dominantes no hábito epigráfico, além de que muitas inscrições podem ter «viajado» para bem longe do seu local original, levadas por curiosos, como pedras de construção ou ornamento de templos cristãos.

Sem dúvida que o monumento de maior interesse para o tema que ora nos convoca é o conhecido «padrão dos povos» da ponte romana de Chaves (CIL, II, 2477=5616; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1977: 85; 1997a: 418-426; TRANOY, 1981: 60-61; SILVA, 1981-1982; GUERRA, 1998: 98-99). Independentemente do real significado, ainda muito discutido, desta inscrição (Fig. 3), datada do ano de 79^o, na qual dez entidades étnicas dos *Callaeci Bracari*, moldadas já ao quadro

8 Em bibliografia mais antiga pode ainda encontrar-se referências ao «povo do vaso campaniforme», que teria difundido este estilo de vasos de morfologia acampanada pela fachada atlântica da Europa ocidental; ou mesmo ao «povo megalítico», que de igual modo seria o «autor» daquelas expressões funerárias monumentais. Tais expressões, naturalmente inaceitáveis nos nossos dias, encontram ainda eco, muitas vezes por mero comodismo de linguagem, quando se fala na «civilização ou cultura dos castros», ou até de «sociedade castreja», designativos que agregam – e artificialmente homogeneizam – um vasto espectro de realidades da história antiga.

9 A interpretação mais corrente entende este monumento como um voto de gratidão dessas dez *ciuitates* bracaraugustanas pela concessão do *ius Latii*, os direitos de cidadania latina, à Hispânia (Plínio, III, 30), realizada entre os anos de 74 e 79, como geralmente se aceita, ou mesmo já nos começos dessa década (ANDREU PINTADO, 2004: 17). Mas foi também defendido que a inscrição po-

administrativo romano – como se compreende pela sua designação enquanto *ciuitates* – homenageiam o imperador Vespasiano e os seus filhos, Tito e Domiciano¹⁰, vários magistrados e a Legião *VII Gemina Felix*. Estas dez comunidades étnico-políticas coincidem com cinco das citadas por Plínio (*NH*, III, 28) entre as 24 *ciuitates* dos Brácaros. Os *populi/ciuitates* listados neste monumento são: *Aquiflavienses*, *Aobrigenses*, *Bibali*, *Coelerni*, *Equaesii*, *Interamici*, *Limici*, *Nebisoci*, *Quarquerni* e *Tamagani*¹¹.

Outros monumentos epigráficos, que aqui não interessa recensar, aludem igualmente a alguns daqueles povos¹², argumentando-se com o local do seu achado, precisamente, para propor a localização dessas comunidades ou grupos de população. Porém, como veremos, a sua decifração e interpretação levanta, por vezes, não pequenas dificuldades. Mais segura, do ponto de vista da leitura epigráfica e, até, pela precisão que deverá decorrer dos seus formulários, é a epigrafia jurídica em bronze, nomeadamente os «pactos de hospitalidade», mas tais achados são raros no nosso território, destacando-se para a região nordestina a conhecida «*Tabula de Astorga*» e, mais a norte, a *tabula* de Castromao (Celanova, Orense).

Esta última peça, datada do ano de 132 (FERRO, LORENZO, 1971; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 446-449), menciona os mesmos Coelernos referidos no padrão da ponte de Chaves, identificados na *tabula* (Fig. 4) como

deria igualmente assinalar a contribuição das cividades elencadas, e mesmo da legião *gemina VII* para a construção da ponte sobre o Tâmega (LE ROUX, 1982: 143), ainda que o padrão simétrico na mesma ponte, dedicado a Trajano e datado do ano de 104, assinala a responsabilidade dos Aquiflavienses pela obra.

¹⁰ Interpretando-se, comumente, a parte picada do marco como resultante de *damnatio memoriae* deste imperador (SILVA, 1981-1982: 92).

¹¹ A reconstituição do texto epigráfico tem sido feita com base na coluna original, retirada do leito do Tâmega, bastante mutilada, em 1980; e na cópia, antiga, que se acha sobre a ponte. Se na réplica se advertem erros evidentes (SILVA, 1981-1982: 92), as lacunas da epígrafe primitiva não permitem o consenso acerca da interpretação de algumas palavras. Assim, a transcrição de A. C. Ferreira da Silva (2007: 427), que aqui seguimos, conta com leituras divergentes. Alain Tranoy, defendendo a ordenação alfabética dos *populi*, propõe que fossem chamados *Avobrigenses* os segundos listados e *Naebisoci* aqueles que o fuste inscrito enumera entre os *Limici* e os *Quarquerni* (TRANOY, 1981: 61), nome étnico que RODRÍGUEZ COLMENERO (1977: 85; 1997a: 424) lê como *Aebisoci* interpretação, aliás também defendida por A. Coelho em trabalho anterior (SILVA, 1981-1982: 91).

¹² Vejam-se, por exemplo, REDENTOR (2002) para a região de Bragança, e as peças catalogadas por Ferreira da SILVA (2011b).

sendo «da província da Hispânia Citerior, do *conuentus* dos Brácaros», entidade igualmente referida por Plínio-o-Velho como um dos povos dos mesmos Brácaros (*NH*, III, 28), tudo sugerindo que o seu solar original se acercasse de uma região localizada, talvez, entre Chaves e Orense (Tabela I). Voltando-nos para o bronze aparecido em Astorga, o conhecido «Pacto dos *Zoelae*» (Fig. 5), redigido em 152 mas reproduzindo e renovando acordo anterior, do ano 27, a sua grande riqueza etnológica quase se esgota no próprio texto do formulário, pois são muito escassas ou inexistentes outras informações sobre os povos ali elencados: os Desoncos, os Tridiavos, os Avólgigos, os Visáligos e os Cabruagénios, gentilidades do grande povo dos Zelas, este mencionado também por Plínio (*NH*, III, 28) entre as comunidades do *conuentus* ástur (LEMOS, 1995; SILVA, 2011b: 28-29)¹³.



Fig. 3 – Réplica do «Padrão dos Povos» existente sobre a ponte romana de Chaves. Foto do A.



Fig. 4 – Tabula de bronze (pacto de hospitalidade) de Castromao, Orense. Reproduzido de VILLARES; GAGO, 2016.

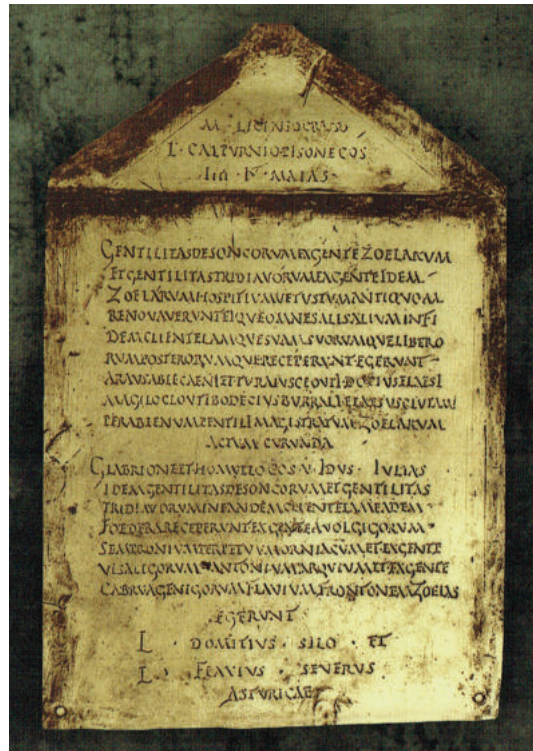
¹³ CIL, II, 263. SILVA, 2011b recolhe a bibliografia geral da epígrafe.

POPULI	PRINCIPAIS FONTES		LOCALIZAÇÃO PROPOSTA/NOTAS
	Literárias	Epigráficas	
<i>Aquiflavenses/Turofi</i>	Geog., II, 6, 39	CL, II, 2477 ^a IIS, 5616	Região de Chaves ou de San Cibrán de Las (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1972: 227-31; Chaves em 1997a: 14); da região de Chaves (TRANOV, 1981: 62; SILVA, 2007 [1986]: 392; ALARCÃO, 1988a: 226, n.º 47; 1996: Est. I; 1998b: 55 e 1999: 135; SILVA, 2007 [1986]: 392; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1996: 229; SOARES, 1957: 273 [+Tudorum=]) ao curso do Rabaçal (ALARCÃO, 1996: 28, Est. I; 1998b: 55). A poente da Serra da Padrela (TRANOV, 1981: 62-3); Entre Vila Real e Chaves (ALARCÃO, 1988b: 1/116, p. 6). GUERRA (1998: 648-649) admite a alternativa <i>Turofi</i> para designar esta entidade coletiva.
<i>Allobrigenses</i>	Paroch., 2: 20		A poente do baixo Corgo, sobre o Douro (SILVA, 2007: Est. X). A. C. Ferreira da Silva localiza este suposto <i>populus</i> antigo com base na referência do <i>Parochiale Suevum</i> (2, 20) ao <i>pagus</i> de Allobriga, da diocese portuguesa, onde foi emitida moeda no século VII (ALBALADEJO, 2012: 21-2; TOVAR, 1989: 293). J. Alarcão entende que este topónimo tardo-antigo teria derivado de <i>Aulobriga</i> [v. adiante] (ALARCÃO, 2001: 44; 2017: 214), não se justificando, a ser assim, a consideração de dois distintos povos.
<i>Auobrigenses/Aulobrigenses</i>	NH, IV, 112; Chronog., III, 3	CL, II, 2477 ^a IIS, 5616	Margem direita do Tâmega, na zona de Chaves (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1972: 236-7); vales do Rabaçal e do Tuela (ALARCÃO, 1996: 28, Est. I; 1998b: 55; 1999: 146); na área de Vila Real (ALARCÃO, 2017: 214). Todavia, A. C. Silva situa este povo no litoral minhoto (SILVA, 2007 [1986]: 392-3).
<i>Bibali</i>	Geog., II, 6, 42	CL, II, 2477 ^a IIS, 5616	Contrafortes da serra do Larouco e bacia do <i>Bibali</i> (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1972: 220-2 = REDENTOR, 2017: 1, 77; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 21-2; TRANOV, 1981: 64; SILVA, 2007 [1986]: 395; DOPICO, 2017: 258); a ocidente dos <i>Tomogoni</i> , que estariam no Alto Tâmega (ALARCÃO, 1998b: 55, Est. I); no Barroso (MARTINS ESTÉVEZ, 2008: 262).
<i>Coladuni</i>	Geog., II, 6, 38; Itin. Ant., 422, 5	ÉE, VIII, 20, 125a, 125b	Comarca do Barroso, desde a fronteira até à serra do Alvão, de norte a sul, e desde o curso do rio Beça à serra da Cabreira, de leste a oeste (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 30); a Oeste da Serra do Larouco (ALARCÃO, 2004 = REDENTOR, 2017: 1, 78).
<i>Collaeci</i>	Est., Geog., III, 3, 2-3; Itin. Ant., 4, 3 e 20; NH, III, 28; Geog., II, 6 (Calaicos Brácaros), etc.		imediatamente a norte do Douro, com a capital em <i>Cale</i> (ALARCÃO, 1996: 26; TRANOV, 1981: 65-66); a norte do Douro, com limites pelo <i>Ave</i> , a norte, e o <i>Sousa</i> , a nascente (ALARCÃO, 1998b: 54, Est. I; DOPICO, 2017: 258); a nascente dos <i>Bracori</i> , atingindo o vale médio do Douro (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 28-29); a nascente dos <i>Lustitanos</i> , segundo Estrabão e outras fontes (CAVADA, 2005). Entre Tâmega e Tua (SOARES, 1957: 219, 255, <i>passim</i>). Entre o Tâmega e o Corgo (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1996: 229).
<i>Coelerni</i>	NH, III, 28	CL, II, 2477 ^a IIS, 5616	Na região de Celanova, Castromao (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1972: 222; 1997a: 20; 1997b: 90; TRANOV, 1981: 66; ALARCÃO, 1998b: 55, Est. I = REDENTOR, 2017: 1, 78; SILVA, 2007 [1986]: 395; MARTINS et al., 2005: 262; DOPICO, 2017: 258).
<i>Equeasi</i>	NH, III, 28	CL, II, 2477 ^a IIS, 5616	«Entre o curso alto do Navea e a serra de San Mamede, e até Vinhais, compreendendo as terras de Camba, Conso, A Gudiña e parte do vale de Viana e Mezquita» (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 22-3; 1997b: 91); Serra da Queija, Orense (TRANOV, 1981: 67); para oeste dos <i>Aquiflavenses</i> , no Alto Rabaçal (ALARCÃO, 1996: 28, Est. I; SILVA, 1986: 283-4). A O. dos <i>Aquiflavenses</i> , na serra do Barroso (ALARCÃO, 1998b: 55, Est. I = REDENTOR, 2017: 1, 78); imediações das serras do Gerês e do Larouco (SILVA, 2007 [1986]: 394; MARTINS et al., 2005: 263).
<i>Ineramici</i>		CL, II, 2477 ^a IIS, 5616	Zona de Entrinmo (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1972: 234; TRANOV, 1981: 70, que também sugere perto de Chaves); a S. do vale médio do Minho e do Sil, e a E. dos <i>Coelerni</i> e a N. dos <i>Límia</i> (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 20-1); comarca de Muxeda (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997b: 90; MARTINS et al., 2005: 262); a N. da bacia superior do Lima e a O. da serra de São Mamede (ALARCÃO, 1998b: 55, Est. I = REDENTOR, 2017: 1, 79).
<i>Lapiteae</i>		CL, II, 2395b	«Em torno de Vila Real» (?) (ALARCÃO, 1996: 28); «entre o rio Douro e os primeiros contrafortes da serra da Falperra» (MARTINS et al., 2005: 263). A nascente do Corgo, segundo Ferreira da Silva, que adiante que poderão ter ocupado a área meridional de Trás-os-Montes e Alto Douro Ocidental» (SILVA, 2007: 396, 566).
<i>Lubaeni</i>	Geog., II, 6, 47		Bacia do Neiva ou terras de Basto (?) ou «perto de Chaves» (ALARCÃO, 1996: 27-8, Est. I), se bem que A. Guerra admita uma localização mais litoral, em torno de Caldas de Vizela (GUERRA, 1998: 504-505; 2003: 105-106).
<i>(N)aebisoci</i>		CL, II, 2477 ^a IIS, 5616	Bacia do Neiva (SILVA, 1986: 283); vale do Cívado, entre as serras do Gerês e da Cabreira, poente de Chaves (ALARCÃO, 1996: 27-8, Est. I; 1998b: 53, Est. I). Entre o Rabaçal e o Tuela (ALARCÃO, 2017: 212) A poente do Tua (Aebisoci - RODRÍGUEZ COLMENERO, 1996: 229).
<i>Que(a)querni</i>	NH, III, 28; Geog., II, 6, 46; Itin. Ant., 428	CL, II, 2477 ^a IIS, 5616; AE, 1972, 282;	Região de Bande/Lovios/Entrinmo (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1972: 215-6; 1997a: 19-20; 1997b: 89). No médio Lima (ALARCÃO, 1998b: 55, Est. I = região de Bande, Baka Lima, seg. REDENTOR, 2017: 1, 80; SILVA, 2007 [1986]: 395); PÉREZ, 2002: 195-198; MARTINS et al., 2005: 262; DOPICO, 2017: 258).
<i>Tamagani</i>		CL, II, 2477 ^a IIS, 5616	Vale de Verin (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1972: 216-8; 1997a: 16; 1997b: 91); confluência do Tâmega com o Douro (?) (TRANOV, 1981: 73); a norte dos <i>Aquiflavenses</i> , no Alto Tâmega (ALARCÃO, 1998b: 55; 2004 = «vale de Verin e área envolvente, seg. REDENTOR, 2017: 1, 82); vale de Monterrei, depressão de Verin (PÉREZ, 2002: 237-8; MARTINS et al., 2005: 262); curso inferior do Tâmega, até ao Marão (SILVA, 2007 [1986]: 396). Bastante a Norte dos <i>Aquiflavenses</i> (TRANOV, 1981: 73, Carte III).
<i>Tongobrigenses</i>	Geog., II, 6, 38 (Tuntoriga)	CL, II, 5564	Na margem norte do Douro, entre <i>Bracori</i> (Mora) e <i>Collaeci</i> (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 31); com sede em Tongobriga (ALARCÃO, 1996: 26 = «entre o Sousa e a Serra do Marão, a S. de Amarante», REDENTOR, 2017: 1, 80). Em 1998b: 54, ALARCÃO não reconhece o nome do <i>populus</i> , cuja <i>ciuitas</i> limita entre o Sousa e Nascente. Baixo Tâmega (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1996: 229; SILVA, 2007: 392); entre o Marco e Aljô (?) (ALARCÃO 2017: 216).

Tabela 1 - Principais entidades étnicas pré-romanas da região mais interior do Norte de Portugal (adaptado de SILVA, 2021).

Uma das dificuldades do mapeamento étnico tem a ver, por outro lado, com a própria hierarquia e organização interna dessas comunidades e seus territórios, pois, enquanto os textos epigráficos oficiais, e os escritos dos autores greco-latinos parecem privilegiar os «étnicos maiores», na epigrafia votiva, funerária ou de mera demarcação territorial, ocorrem subunidades étnicas cuja composição, espacialidade ou efetiva representação demográfica estamos longe de conhecer. Disto parecem constituir exemplo os bem conhecidos marcos divisórios encontrados em Outeiro Jusão, Samaiões, na veiga de Chaves, quatro monólitos em granito, que ostentam de um lado a inscrição PRAEN e no oposto a epígrafe COROQ (Fig. 6), usualmente interpretados como referidos à demarcação territorial entre os *Praeni* e os *Coroqui* (CIL II, 2489; SILVA, 1981-1982: 92-93; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 454-456; 2016: 22-23)¹⁴.

Fig. 5 – Tabula em bronze de Astorga (Pacto dos Zoelae). Reproduzido de SILVA, 2011b.



¹⁴ Com remissão para bibliografia anterior. Três destes marcos encontram-se no Museu da Região Flaviense, enquanto o quarto pertence ao acervo do Museu Nacional de Arqueologia (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 454-456).

Não parecem restar dúvidas de que estes marcos delimitavam territórios ou terrenos de exploração económica daquelas comunidades, se bem que divirjam as opiniões quanto ao seu significado. A. RODRÍGUEZ COLMENERO (2016: 22-23, 28) considera que se referem, muito provavelmente, a grupos populacionais pertencentes aos *Turodi*¹⁵, documentando uma realidade indígena algo anterior ao estabelecimento e desenvolvimento da urbe de *Aquae Flaviae*, que levou a uma nova gestão territorial do *ager* da cidade, nomeadamente através de um cadastro centuriado (*Idem*, 1998: 125-133; ALVES, 2015: 208-220). A. C. Ferreira da Silva, por seu turno, sugere que Praénios e Corocos podiam mesmo não corresponder a populações locais mas a comunidades deslocadas pelos romanos de áreas afastadas, precisamente para povoar e explorar os agros férteis da veiga do Tâmega (SILVA, 1981-1982: 88). E isto leva-nos, por fim, ao ponto conclusivo deste ensaio, esboçando, a traços necessariamente largos, o repertório étnico possível da região.



Fig. 6 – Dois dos quatro marcos de limite de propriedade da veiga de Chaves. Reproduzido de RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a.

Um mosaico de povos

Não sendo o primeiro, naturalmente, a tratar o tema da distribuição étnica pré-romana¹⁶, talvez se deva ao historiador português Torquato de Sousa SOARES (1957) o primeiro ensaio cartográfico, consistente, de representação, na fachada

atlântica peninsular, das entidades étnicas mencionadas nos textos dos autores greco-romanos. Em obra intitulada *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*, o medievalista apresentou cartogramas respeitantes ao «Ocidente da Hispânia», segundo Estrabão, Pompónio Mela, Plínio e Ptolemeu (SOARES, 1957: 209, *passim*, 300-301). O princípio de implantação cartográfica cinge-se, naturalmente, à ordem e relação de contiguidade com que os diversos povos surgem nas fontes, não havendo aproximação a dados epigráficos ou arqueológicos¹⁷.

Após este ensaio, com exceção de representações pedagógicas, muito esquemáticas, em manuais ou obras de divulgação, as seguintes cartas de povos pré-romanos devem-se ao estudo tutelar de Alain TRANOY, que incluiu no apartado cartográfico da sua *Galice Romaine* mapas sobre o Noroeste, segundo Ptolemeu e, em especial, uma proposta, muito abrangente (Fig. 7), para a implantação dos *populi* indígenas (TRANOY, 1981: *Cartes* II e III). Entre os autores portugueses, tal esforço teve continuidade no cartograma de Armando Coelho (SILVA, 1986: Est. X), mas limitado à área da «cultura castreja»; e, para a totalidade do país, ao mapa de conjunto no referencial estudo de Jorge de ALARCÃO (1988a) sobre *O domínio romano em Portugal*. Curiosamente, desde então, continuam a ser estes dois autores os principais, entre os portugueses, com a preocupação de, fundamentadamente, cartografar os povos antigos, limitando-se outros, muitas vezes, a reproduzir as suas cartas, com adaptações pontuais¹⁸.

Nesta linha, importará sintetizar a evolução da cartografia temática destes estudiosos, chamando também ao debate os seus critérios de abordagem e análise. O primeiro cartograma de ALARCÃO (1988a: 32), inserido em obra de grande

15 População que se crê ter habitado a região flaviense antes da fundação da cidade romana, se bem que o nome, apenas registado por Ptolemeu, admita variantes, como *Turoli* (GUERRA, 1998: 648-649). V. Tabela I.

16 Leite de Vasconcelos, por exemplo, fez acompanhar a sua apreciação dos grupos étnicos de um «Mappa da Lusitania Protohistorica», mas no qual, basicamente, fez representar os rios e outros acidentes geográficos e núcleos populacionais, sendo escassas e esquemáticas as localizações étnicas (VASCONCELOS, 1905: 46-47, extratexto).

17 Parte destes mapas seriam ainda reproduzidos, sem modificações visíveis, em obra posterior do mesmo autor (SOARES, 1970).

18 Não incluímos nesta análise as obras editadas em Espanha que incluem cartografia sobre este tema, do que constitui exemplo o *Atlas* de BELTRÁN e MARCO SIMÓN (1987).

divulgação, é, compreensivelmente, muito geral, e apenas inclui, para o norte português, 15 entidades étnicas, referidas pelas fontes clássicas ou pela inscrição flaviense da ponte de Trajano, bem como a inscrição da ponte de Alcântara no concernente às comunidades autóctones da Lusitânia (CIL II, 760; GUERRA, 1998: 97). Não obstante, Jorge de Alarcão, não deixa de convocar o contributo dos testemunhos epigráficos e até, pontualmente, de ordem arqueológica, lamentando a impossibilidade de localizar povos como os *Aobigrensis*, os *Equaesii*, os *Nemetati* e vários outros (ALARCÃO, 1988a: 54-57), refletindo ainda sobre o modo como os territórios étnicos indígenas poderão ter concorrido para a configuração das *ciuitates* do noroeste, circunscrições que entendia como de fundação flávia (*Idem*: 57)¹⁹. Em trabalho posterior (ALARCÃO, 1990), continuando a justificar a tardia criação das *ciuitates*, a norte do Douro, com «o atraso cultural da área, a diversidade étnica, a falta de integração sócio-política e de hierarquização dos povoados», opta, mesmo, por cartografar apenas as *ciuitates/populi* da Lusitania (*Idem*: 371, 367).

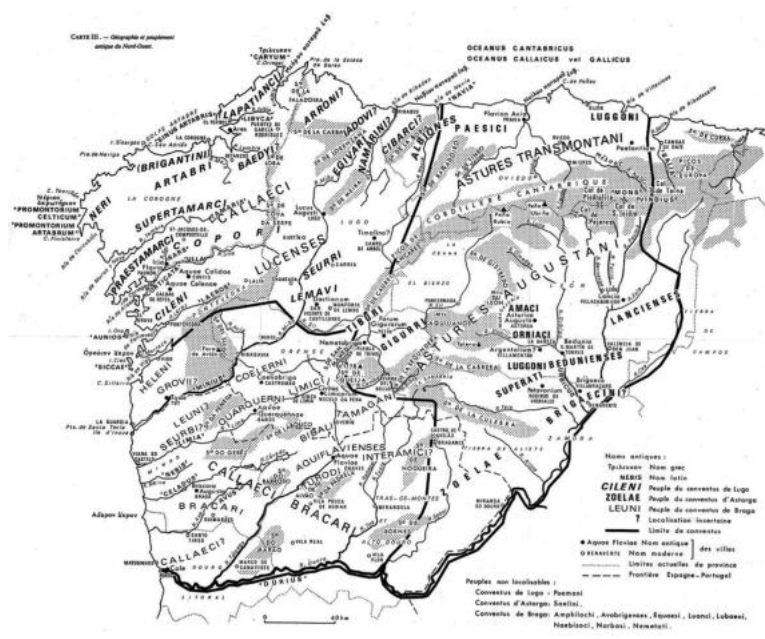


Fig. 7 –
«Géographie
et peuplement
antique du
Nord-Ouest».
Reproduzido de
TRANOY, 1981.

¹⁹ Opinião que, aliás, aquele investigador continua a defender (*cf.* ALARCÃO, 2017: 205). Não obstante, boa parte dos especialistas em História Antiga inclinam-se, atualmente, para o estabelecimento muito precoce da rede de *ciuitates*, ainda em época de Augusto, como forma de organização e ordenamento do território conquistado por Roma (DOPICO; SANTOS, 2017: 713).

Em colóquio realizado em Braga, Jorge de Alarcão, avançou para um primeiro desenho territorial das *ciuitates* bracaraugustanas (ALARCÃO, 1996). Cruzando os dados do Naturalista, com os de Ptolemeu e do padrão de Chaves, chegou à identificação de 21 *ciuitates*, cuja distribuição justificou – lançando mão de dados epigráficos ou de eventual estátua de guerreiro, em algum caso²⁰ – propondo igualmente diversas capitais: *Aquae Flaviae* (*Aquiflavienses*), *Bracara Augusta* (*Bracari*) e *Cale* (*Callaeci*), as mais óbvias; mas também *Merua* (*Luanci*), *Cambaetum* (*Lubaeni*) e, como sede dos *Nemetati*, *Valobriga* ou *Valabriga* (*Idem*: 26). Mencionou também, como possíveis *ciuitates*, localidades não mencionadas em qualquer das fontes utilizadas, como *Tongobriga* ou *Oculis* (Caldas de Vizela, de onde procede importante conjunto epigráfico) (*Idem*: 26-28). Com natural prudência, imaginou uma distribuição dos territórios de cada *populus* relativamente homogênea, representando cada *ciuitas*, convencionalmente, por círculos de dimensão similar, correspondente a cerca de 30 km de diâmetro, ou seja, numa envolvente de 15 km a partir do povoado-sede. No cômputo final, porém, verificando que das 24 *ciuitates* elencadas por Plínio, dez localizam-se, segundo a sua distribuição, em território presentemente espanhol (*Amphilochi*, *Bibali*, *Coelerni*, *Grouui*, *Heleni*, *Interamici*, *Limici*, *Narbasi*, *Quarquerni* e *Tamagani*) e o mapa registava 15 em terra portuguesa, interrogava-se: «Ter-se-á Plínio enganado? Teremos nós criado alguma *ciuitas* que nunca existiu?» (*Ibidem*: 29)²¹.

Em comunicação científica apresentada no ano seguinte, J. ALARCÃO (1998a) regressa ao tema das *ciuitates*, com pequenas variações de abordagem, reproduzindo a mesma cartografia mas continuando a enfatizar as dúvidas e questionamentos que lhe perpassavam a mente. Mas no mesmo ano em que vieram a lume as atas daquele congresso, em distinta publicação (ALARCÃO, 1998b), o autor aperfeiçoa o modelo

20 A tese de Jorge de Alarcão, explicando a tardia criação de *ciuitates* a norte do Douro, é a de que o poder romano teria chegado a acordo com os chefes étnicos locais, *principes* ou *magistri* – representados nas estátuas de guerreiros – para a gestão desses territórios e respetiva execução fiscal, sob a égide de *Bracara Augusta* (ALARCÃO, 1988a: 56-57; 1998b: 51).

21 Como se compreende, não poderíamos – nem interessa ao nosso propósito – discutir, ou, sequer, comentar, as diferentes propostas de localização de *populi*, adiante sintetizadas em tabela própria. Mas parece-nos relevante entender o processo de investigação e a argumentação geral que foi sendo aduzida pelos autores em presença.

cartográfico (Fig. 8), reposicionando alguns *populi*, retirando ou acrescentando outros e mantendo algumas potenciais *ciuitates* em desconhecimento da sua adscrição étnica (*Idem*: mapa final, não numerado). Por outro lado, o Autor abandona a representação convencional dos círculos de raio idêntico, tentando adaptar mais os hipotéticos territórios étnicos ao relevo e à rede hidrográfica, destacando a maior dimensão de algumas *ciuitates* (*Callaeci, Bracari*) em relação a comunidades eventualmente mais circunscritas no espaço (os *Leuni* ou os *Seurbi*, por exemplo). Como chegou Alarcão a esta nova configuração cartográfica? Perseguindo pistas anteriores, este Autor decidiu construir sob o modelo teórico de que

«as famosas estátuas de guerreiros galaicos representam príncipes e que os sítios onde se têm encontrado correspondem às capitais dos populi (...) onde esses príncipes habitavam» (ALARCÃO, 1998b: 52).

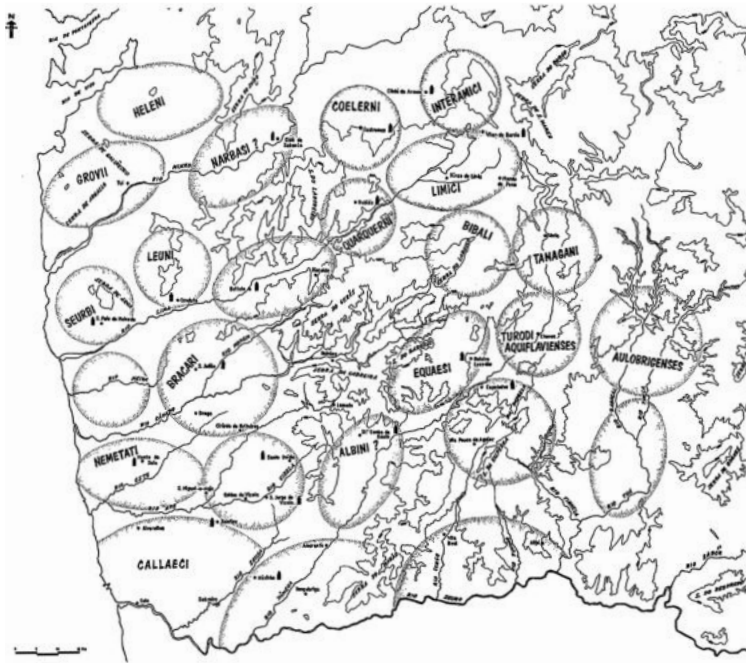


Fig. 8 – Proposta de localização das ciuitates e populi indígenas do Norte de Portugal. Reproduzido de ALARCÃO, 1998b = 1999.

Assim, a partir do repertório de 25 estátuas de guerreiros «galaicos», colhido em Francisco CALO (1994), Alarcão revisitou povos e territórios, agora guiado pelos seus «príncipes», se bem que tal estatuária (Fig. 9) não esteja representada em todos os *populi*, enquanto em outros se mostra excessiva para o efeito.

Nesta ótica, por exemplo, o guerreiro de São Julião (Vila Verde) assinalaria a residência do príncipe dos *Bracari*; os guerreiros de Sanfins outra residência principesca²² e o Monte Mozinho, onde apareceram dois guerreiros, a morada principal do povo que habitava Tongobriga (ALARCÃO, 1998b: 53-55). Entre outros problemas suscitados por esta metodologia, Alarcão deparou-se com uma questão particular: «um *populus* com dois guerreiros em dois sítios distintos», o que o levou a propor três explicações alternativas, engenhosas mas admissíveis: a mudança de residência do príncipe, uma alteração de liderança ou a emulação do seu suserano por parte de um chefe vassalo (*Ibidem*: 56)²³.

Fig. 9 – Réplica de uma das quatro estátuas de «guerreiros galaicos» atribuídas ao castro do Outeiro Lezenho, Boticas. Foto do A.



Após este ensaio, replicado ainda em trabalho de âmbito mais vasto (ALARCÃO, 1999), novos e interessantes desenvolvimentos se observaram em estudo subsequente do mesmo autor, desta vez sem cartograma de apoio, mas que

22 Que Alarcão considera capital não dos *Fiduenae* ali evocados em *saxum scriptum*, que entende simples nome dos habitantes do castro, mas, talvez temporariamente, dos *Callaeci* (*Ibidem*: 54).

23 Uma situação singular, em todo o noroeste, como a do castro do Outeiro Lezenho, Boticas, ao qual se atribuem quatro estátuas de guerreiros, pode documentar, por sua vez, a capitalidade regional de certos povoados, porventura dominantes sobre várias entidades populacionais (cfr., para discussão recente, FONTE, 2017).

importa resumir. Neste trabalho (ALARCÃO, 2000), o autor debruça-se sobre a área do vale do Ave, para refletir sobre a hipotética organização sociopolítica e territorial dos povos indígenas. Dissertando sobre a designação e adscrição étnica do castro de Alvarelhos²⁴, Jorge de Alarcão analisa várias possibilidades, fundadas, umas na toponímia, outras na epigrafia, outras ainda na documentação medieval. Surgiram assim as hipóteses de *castellum albarello*, *Madequis* e ainda *Tureia* ou *Turaia* como designação daquele povoado (considerado por Alarcão como não possuindo estatuto de capital de *ciuitas*), sugestões que o autor alicerçava em argumentos de epigrafia local e regional, que nos abstemos de detalhar, por não interessarem ao nosso escopo. O essencial da proposta alarconiana era a ideia de que o território de cada *populus* (o mesmo será dizer, o próprio *populus*) poderia, na Antiguidade ter estado subdividido em «cantões» ou subterritórios.

Entretanto, Jorge de Alarcão deixou a amadurecer o seu mapa das *ciuitates*, embora pontualmente tenha pormenorizado aspetos de interesse para regiões concretas²⁵. Mais recentemente, em importante síntese sobre a Lusitânia e a Galécia (ALARCÃO, 2017), o tema foi retomado, com debate e atualização de várias localizações étnicas (Fig. 10). A partir dos repertórios de Plínio, Ptolemeu e Estrabão, acrescidos da listagem do padrão da ponte de Chaves, Alarcão enumera 22 étnicos, propondo capitais para 12 deles (*Idem*: 214), ficando assim, a faltar apenas dois, podendo um deles corresponder aos moradores de *Tongobriga*, cuja região assume agora poder corresponder ao troço do Douro além-Tâmega, porventura limitados a norte pelos *Aulobrigenses*²⁶ (*Idem*: 209-216).

Armando Coelho F. Silva tem sido o mais destacado investigador a «acompanhar» Alarcão neste debate sobre a etnogeografia das comunidades proto-históricas do norte de Portugal, com pontos de contacto e divergência e, talvez, sem particular preocupação em completar, de modo sistemático, o quadro das 24 *ciuitates*

24 À época, no município de Santo Tirso. Após a criação do concelho da Trofa, a estação arqueológica ficou incluída no território do novo município.

25 Nomeadamente através da série «Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia», que a partir de 2004 publicou regularmente na *Revista Portuguesa de Arqueologia*, de Lisboa.

26 Esta proposta de J. Alarcão coincide genericamente com a de Pedro Carvalho, mais interessado na área transmontana, que acrescenta a localização dos *Naebisoci* no curso médio do Tua, por alturas de Murça (CARVALHO, 2017: 247-259).

plinianas. O cartograma-base deste autor faz parte d' *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, a sua obra maior (SILVA, 1986: Est. X). Ali se representam, a norte do Douro, cerca de uma quinzena de étnicos principais. Neste cartograma, destacuem-se alguns detalhes. Incluídos todos estes povos na grande *regio* galaica, A. Coelho distingue, com diferentes tamanhos de fontes gráficas, dois níveis de comunidades étnicas, incluindo entre os *Bracari*, que ocupariam todo o quadrante sudoeste, as «subregiões» de *Madia*, *Callaecia* e *Anaecia*.



Fig. 10 – Proposta mais recente de J. Alarcão sobre a localização dos principais povos indígenas do noroeste ibérico. Reproduzido de ALARCÃO, 2017.

Este mapa foi objeto de ajustes pontuais, a par dos avanços da investigação e da reflexão do autor, vindo a público uma versão revista na segunda edição da obra citada (SILVA, 2007: Est. XI). Neste cartograma (Fig. 11), a região é distribuída, de sul para norte e numa perspetiva costeira, entre *Turduli*, *Bracari* e *Grouii*; na zona que em 1986 Armando Coelho atribuía aos *Naebisoci* aparecem agora os *Nemetati*,

«empurrando» os primeiros mais para norte. Ao longo da bacia do Tâmega, o mesmo autor situa, no troço inferior deste rio, ocupando o espaço entre Tâmega, Douro e Corgo, os *Tamagani*, os *Tongobrigenses* e os *Cerenaeci*; mais a norte os *Atucaucenses*, e já por alturas de Boticas, os *Albini* (*Idem*: 389-397). Na zona de Chaves, em posição consensual com a generalidade dos estudiosos, Ferreira da Silva entende terem sido os *Turodi* o substrato étnico dos Aquiflavienses, situando entre os rios Corgo e Tinhela povos como os *Aliobrigenses*, os *Locutilenses* e os *Lapiteae* (*idem, ibidem*).

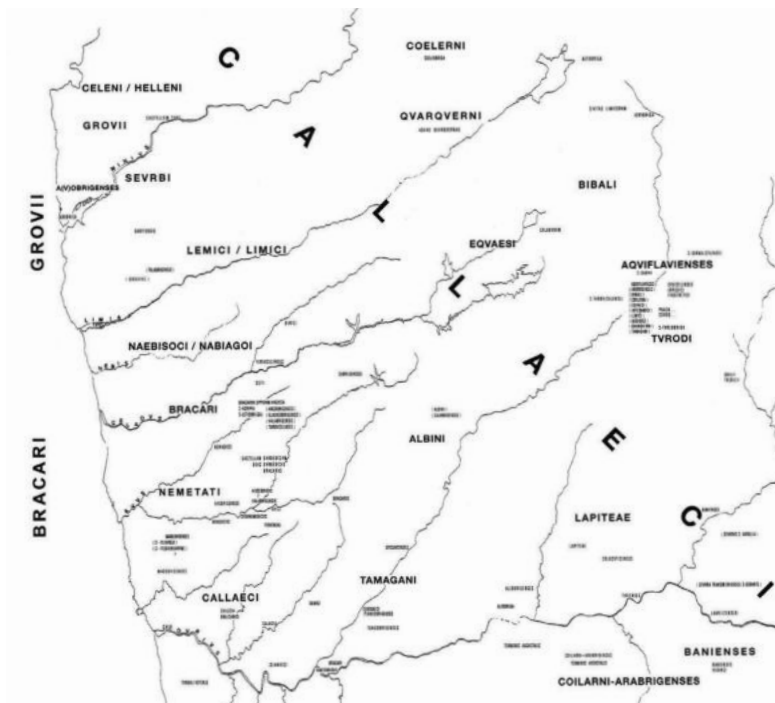


Fig. 11 – «Referências de povoamento proto-histórico no Norte de Portugal». Reproduzido de SILVA, 2007.

Entretanto, Ferreira da Silva tem vindo a explorar e a aprofundar este mapeamento étnico, com apoio da epigrafia, da toponímia e da linguística, sobretudo a nível de diferentes regiões concretas, retomando de algum modo, ainda que com diferentes bases, a ideia de subdivisão dos povos principais em «cantões», sugerida por Jorge de Alarcão, como vimos acima. Fundado em um esquema simbólico, de fundo indo-europeu e transmissão céltica, assente em cinco elementos, uma «quadripartição em cinco secções», na sua própria expressão (SILVA, 2011a: 22)²⁷,

Armando Coelho tem vindo a propor a organização de entidades étnicas segundo uma territorialidade repartida em torno de um centro de natureza mítico-religiosa (SILVA, 2010; 2011a; 2013). Assim, por exemplo, no que se refere à área do baixo Douro, que a maior parte dos autores atribui aos *Callaeci*, Coelho sugere que quatro povos vizinhos – os *Danegi* (sediados nos castros da Abujefa e Mozinho, em Penafiel), os *Callaeci* (com capital no morro da Sé do Porto), os *Madequisenses* (lugar central no *castellum Madae*, Alvarelhos) e os *Fidueneae* (citânia de Sanfins) estariam todos articulados, do ponto de vista religioso, num «santuário» geograficamente central neste «espaço regional galaico» que seria o Castro do Muro, em Paredes (SILVA, 2011a, p. 22-23; 2013a: 42-46)²⁸.

As diferenças destas sugestões de cartografia dos *populi* ou *ciuitates* com as propostas de Alarcão, atrás mencionadas, são evidentes, bastando comparar os respetivos cartogramas. O interessado que observe, com cuidado, estas cartas, facilmente ficará com a imagem da volubilidade deste «*puzzle*» étnico, segundo a análise e reflexão de apenas dois investigadores. Mas na verdade, este campo de estudo é, por natureza, muito incerto, movediço, bastando a «revisão», ou diferente leitura, de uma epígrafe para que um povo, proposto para um dado lugar, «viaje» para outras paragens. Sendo, por isso, fácil e tentadora a crítica das naturais fragilidades destes modelos, mais difícil e ousado é o seu desenho, que novos documentos epigráficos, ou arqueológicos, poderão no futuro iluminar e corrigir.

O mapeamento dos povos antigos do norte do nosso país requer, ainda, que consideremos outras propostas, como aquelas com que, desde há muitos anos, vem contribuindo para o debate, em numerosos textos, com e sem suporte cartográfico, António Rodriguez Colmenero. Utilizando, no geral, as mesmas fontes de Alarcão e Ferreira da Silva – os escritos greco-latinos, o «padrão dos povos» flaviano e o dossiê epigráfico – RODRÍGUEZ COLMENERO (1996, 1997a, 1998 e RODRÍGUEZ COLMENERO; FERRER, 2014) chegou a uma formulação significativamente

27 O Autor segue, sobretudo, o especialista em estudos célticos Claude STERCKX (2005), o qual sublinha o simbolismo, entre as comunidades célticas, do número cinco, patente, por exemplo, nos quatro reinos ou condados tradicionais irlandeses, dispostos em torno de um quinto, mais simbólico que efetivamente poderoso (Meath), situação que se replica no País de Gales (STERCKX, 2005: 241-247; v. também STERCKX, 2009: 55-56).

28 Veja-se SILVA, 2021: 352, para síntese recente.

distinta da dos autores anteriormente citados. Como pode observar-se pelo cartograma da Fig. 12²⁹, destaca-se na opinião deste autor a localização mais interior dos *Callaeci*, a leste do Tâmega e dos *Tongobrigenses*, ficando a orla litoral entre o Douro e o Cávado para os *Bracari*, lindando pelo nascente com as comunidades dos *Narbasoi* (?). No alto Tâmega morariam *Caladuni* e *Tamagani*, e entre o Tinhela e o Tua os *Aebisoci* (cfr. Tabela I).

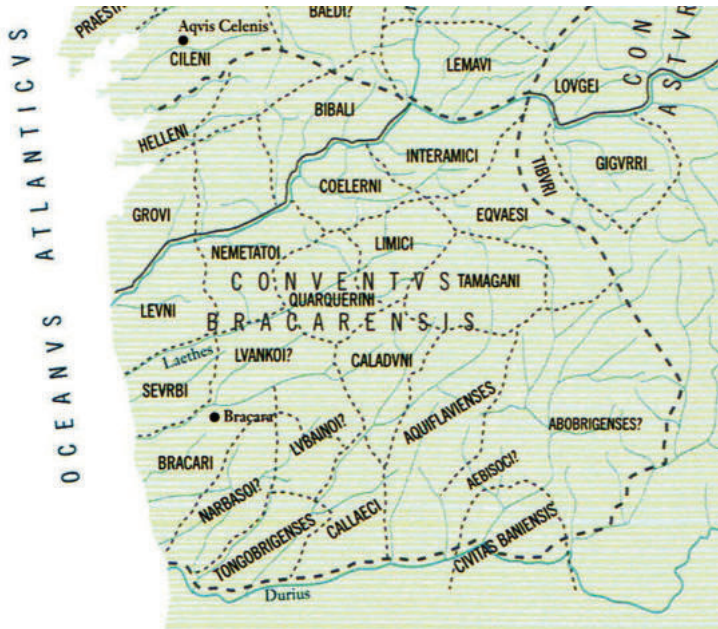


Fig. 12 –
Distribuição dos
populi indígenas do
noroeste peninsular.
Reproduzido de
RODRÍGUEZ
COLMENERO,
1996 = 1997a e
1997b, recortado

Como já dissemos, para a missão da reconstituição etnogeográfica, é quase muda a arqueologia, bem entendido; e podemos perguntar-nos até onde iríamos na interpretação das epígrafes se não tivéssemos o arrimo de Plínio, Ptolemeu e outros. Mas os escritos antigos trazem consigo, como é claro, as fragilidades próprias e dificuldades hermenêuticas de quem as usa, desde os problemas de localização em Ptolemeu (GARCÍA ALONSO, 2003), à necessidade de complementar, criticamente, os dados do livro III do Naturalista com os do livro IV para «completar» a cartografia étnica dos dois *conuentus* do noroeste, como bem observou Dolores DOPICO (2017).

²⁹ Optámos pela reprodução da última versão publicada apenas por critério gráfico e de facilidade de leitura, sendo o mapa em tudo idêntico aos anteriormente publicados pelo autor (1996, 1997a e 1998).

Cingindo-nos apenas à região do norte do território português e áreas confinantes da Galiza, as fontes literárias e epigráficas elencam cerca de três dezenas de entidades étnicas (SILVA, 2021: 184-186, tbl. 7). Como notámos, a par das divergências de adscrição territorial de cada um desses «povos», patentes nos textos antigos e na sua interpretação por parte dos estudiosos modernos, realçam as grandes dificuldades em perceber a sua hierarquia ou articulação interna. Na verdade, são raros os documentos epigráficos oficiais que facultam o estatuto político dessas comunidades, como sucede com o já citado «padrão dos povos» da ponte de Chaves. Não sendo viável, neste texto, discutirmos as propostas de localização de todos esses povos antigos, deixaremos de lado a franja mais ocidental, correspondente ao *conuentus* bracaraugustano (REDENTOR, 2017: I, 77-80), para nos concentrarmos no troço médio da bacia do Douro, especialmente entre os seus afluentes rios Tâmega e Tua.

Assim, na Tabela I listámos as principais entidades étnicas desta região mais interior, com a indicação das principais fontes literárias e epigráficas que se lhes referem, resumindo-se, igualmente, as propostas dos principais autores (e nomeadamente os que aqui vimos referindo) quanto à implantação geográfica desses *populi*.

A região mais próxima do Douro tem levantado particulares dificuldades, pela escassez de informações, tanto a partir dos autores clássicos como dos registos epigráficos, o que levou Alan TRANOY (1981) a deixar em branco essa área no seu mapa de povos; e Jorge de Alarcão, num dos seus mapas étnico-administrativos, a «imaginar», naquela área, o território teórico de três ou quatro *ciuitates*, sem que, todavia, arriscasse também atribuir-lhes o nome dos respetivos habitantes (ALARCÃO, 1996, 1998b).

No Baixo Tâmega, muito plausível área de influência de *Tongobriga*, vários estudiosos admitem a existência de uma *ciuitas* dos Tongobrigenses, não só o principal descobridor daquele povoado, Lino Tavares DIAS (1997), como também A. C. Ferreira da SILVA (1986), ALARCÃO (2017), CARVALHO (2017) ou RODRÍGUEZ COLMENERO (1996). O problema, porém, é que o nome do povoado da Idade do Ferro, depois bastante romanizado, infere-se de única inscrição ali achada, dedicado ao [*G*]enio [*T*]ongobr[*i*]censium (SARMENTO, 1884a: 70,

105; 1999: 246)³⁰, epígrafe todavia única, não havendo qualquer informação sobre o estatuto cívico e político do aglomerado ou, mesmo, se terá sido capital de qualquer *ciuitas*. Não interessando a este texto a discussão sobre a natureza deste sítio singular, o nome do povoado não tem levantado dúvidas de maior, e entendemos que uma eventual capitalidade administrativa merece consideração, como desde há muito foi proposto (ALARCÃO, 1996: 26; DIAS, 1996: 758; 1997: 283, 289-324), senão em resultado do extraordinário desenvolvimento urbanístico ou da arquitetura monumental que têm sido apontados, mas, pelo menos, da centralidade económica que desde tempos pré-romanos parece ter desenvolvido. O que não significa, pelo contrário, que sendo os tongobrigenses os seus moradores, não pudesse o local presidir aos destinos de uma comunidade com outro nome (SILVA, 2020; 2021: 334ss.).

Deslocando-nos do curso do Tâmega para nascente, ao mesmo tempo que nos adentramos no território para Norte, outros *populi* têm sido apontados a esta área, como é o caso dos *Cerenaeci*, dos *Aliobrigensis* ou dos *Lapiteae* (SILVA, 2007)³¹, dos *Albini* (ALARCÃO, 1998a), dos *Aulobrigensis* (ALARCÃO, 2017; CARVALHO, 2017; GUERRA, 1998: 316-317) ou ainda dos *Aebisoci* (SILVA, 1986, 2007; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1996, 1997) ou *Naebisoci*, e dos *Aulobrigensis* (CARVALHO, 2017). Não nos parece útil, neste texto, aprofundar as justificações de cada um daqueles autores para as suas propostas de localização, não só porque as mesmas diferem significativamente entre os diversos estudos, como também o seu fundamento, muitas vezes exclusivamente epigráfico, perde solidez à medida que emergem novas leituras e interpretações dessas epígrafes. Tal é o que sucede, por exemplo, com os *Albini*, considerados como um nome étnico por Armando C. Ferreira da SILVA (Silva 1986: 285; 2007: 396; e também ALARCÃO, 1998a: 54-65) com base na leitura da epígrafe da *caetra* da estátua de guerreiro de Santa Comba de Basto, entretanto interpretada de forma diferente por outros autores (GUERRA, 1998: 99-102, 249-51; REDENTOR, 2008; 2009; 2017: I, 75-76) o que suscita as maiores dúvidas quanto à eventual existência de um povo com esse

³⁰ Reproduzimos a leitura de Armando Redentor, que resenha as fontes e leituras anteriores (REDENTOR, 2017, II: 97-98, n.º 114).

³¹ Veja-se a Tabela I para referências mais completas.

nome. De modo similar, também o nome *Lapiteae*, inferido como étnico a partir de uma das inscrições do santuário transmontano de Panóias (LEMOS, 1993: 1b, 491; ALARCÃO 1996: 28), tem vindo a ser posto em causa, naquela aceção, depois de outros estudos e releituras (GUERRA, 1998: 488-489; 2002: 157-158, REDENTOR, 2017: I, 76). Dúvidas similares ocorrem acerca de outros dos povos citados, que seria fastidioso discutir num texto como este. Maior consenso, por fim, parece a definição do nome das populações que habitavam a área onde foi fundada a cidade de *Aquae Flaviae*, sendo geralmente aceite que eram os *Turodi*, ou *Turoli*, os antepassados dos aquiflavienses (Tabela I). Do mesmo modo, a maior parte dos autores localiza os *Tamagani*, à letra aqueles que se ligavam ao Tâmega, no curso mais alto daquele rio, a norte de Chaves, constituindo principal exceção Ferreira da SILVA (2007: 396), que os aponta às proximidades da confluência daquele curso de água com o Douro.

Rematando, pretendemos tão só, neste breve ensaio, sintetizar a vasta problemática da etnogeografia antiga, pela dificuldade no cruzamento das fontes literárias com as epigráficas, já que as mais propriamente arqueológicas são de menor utilidade para o efeito. A curiosidade de averiguar quem eram e como se chamavam aqueles que há mais de dois milénios habitaram o chão que hoje pisamos é natural e própria de quem sente o sentido da história como parte do seu próprio devir. O estudo aturado dos textos, das inscrições e dos objetos tem permitido, queremos crer, avanços sustentados. Resta ao acaso dos achados e ao investimento na investigação programada, a oportunidade de conhecermos mais sobre os povos antigos do nosso território.

Fontes

L'Année épigraphique, Paris 1888 – (AE)

CUNTZ, Otto; WIRTH, Gerhard, eds. (1990) – *Itineraria Antonini Augusti et Burdigalense. Accedit Tabula Geographica. Editio stereotypa editionis primae 1929*. Berlin: Walter de Gruyter (Itin. Ant.)

- DAVID, Pierre (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos (**Paroch.**)
- DESERTO, Jorge; PEREIRA, Susana da Hora M. (2016) – *Estrabão, Geografia. Livro III: introdução, tradução do grego e notas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume (**Geog.**)
- FRICK, Carolus (ed.), 1880 – *Pomponii Melae De Corographia Libri Tres. Recognovit... Lipsiae*: In Aedibus B. G. Teubneri (**Chorog.**)
- GUERRA, Amílcar, ed. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. [trad. e comentários] Lisboa: Colibri (**NH, Nat. Hist.**)
- HÜBNER, Ernst W. Emil (1869) – *Inscriptiones Hispaniae latinae. (Corpus Inscriptionem Latinarum, vol. II)*. Consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae (...). Berolini [= **CIL II**]. **CIL IIS (Supplementum, 1892)**
- HÜBNER, Émile (1899) – *Additamenta noua ad corpora uolumen II. Ephemeris Epigraphica*, Berlin, 8, p. 351-528 (**EE, VIII**)
- WATERFIELD, Robin [trad.] (2010) – *Polybius, The Histories*. Introd. e notas de Brian McGing. Oxford: Oxford University Press

Referências

- ALARCÃO, Jorge de (1988a) – *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América
- ALARCÃO, Jorge de (1988b) – *Roman Portugal. Vol. II. Gazetteer (inventário). Fascicule 1. 1. Porto, 2. Bragança, 3. Viseu*. WARMINSTER: Aris & Phillips
- ALARCÃO, Jorge de (1990) – A conquista do território. In VV.AA. – *Portugal das Origens à Romanização* (Serrão, J.; Marques, A. H. Oliveira; Alarcão, J., dir. – *Nova História de Portugal*, Vol. I). Lisboa: Presença, p. 345-351
- ALARCÃO, Jorge de (1996) – As *Civitates* do Norte de Portugal. *Cadernos de Arqueologia [Actas do Colóquio «A rede viária na Callaecia»]*. 12-13 (1995-1996). Braga, p. 25-30
- ALARCÃO, Jorge de (1998a) – As cidades capitais do norte de Portugal na época romana. In RODRIGUEZ COLMENERO, António, coord. – *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico. Actas del Congreso Internacional (Lugo, 1996)*. Vol. I. Lugo: Diputación Provincial, p. 429-437

- ALARCÃO, Jorge de (1998b) – Ainda sobre a localização dos *populi* do *Conventus Bracaraugustanus*. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. 9 (1998). Córdoba, p. 51-57
- ALARCÃO, Jorge de (1999) – *Populi, Castella e Gentilitates*. *Revista de Guimarães. Volume especial [Actas do Congresso de Proto-história europeia, I]*. Guimarães, p. 133-150
- ALARCÃO, Jorge de (2000) – Sobre cantões proto-históricos do Noroeste de Portugal. *Santo Tirso Arqueológico. 2ª Série*. 2-3. Santo Tirso, p. 46-50
- ALARCÃO, Jorge de (2001) – As paróquias suévicas do território actualmente português. In VILLAR, Francisco; FERNÁNDEZ ALVÁREZ, M.^a Pilar (coord.) – *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania*. Salamanca: Universidad de Salamanca, p. 29-59
- ALARCÃO, Jorge de (2003) – A organização social dos povos do Noroeste e Norte da Península Ibérica nas épocas pré-romana e romana. *Conimbriga*, 42. Coimbra, p. 5-115
- ALARCÃO, Jorge de (2004) – Sobre Caladunum e a via de Bracara Augusta a Aquae Flaviae. In AULIARD, C.; BODIQU, L. (dir.) – *Au jardin des Hespérides: histoire, société et épigraphie des mondes anciens. Mélanges offerts à Alain Tranoy*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes
- ALARCÃO, Jorge de (2017) – *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.* Coimbra: Imprensa da Universidade
- ALBALADEJO VIVERO, Manuel (2012) – *Léxico de Topónimos y Etnónimos del Noroeste de la Península Ibérica en la Antigüedad (...)*. Madrid: Polifemo
- ALVES, Margarida Oliveira (2015) – *Aquae Flaviae: a ruína como imagem de cidade*. Dissertação de mestrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
- ANDREU PINTADO, Javier (2004) – *Edictum, Municipium y Lex: Hispania en época Flavia (69-96 d.C.)*. Oxford: Archaeopress (BAR Int. Series, 1293)
- BALBOA SALGADO, Antonio (2004) – *A lingua*. Santiago de Compostela: Lóstrego (A Galicia Celta, 3)
- BELTRÁN LLORIS, Francisco; MARCO SIMÓN, Francisco (1996 [1987]) – *Atlas de Historia Antigua*. 2ª ed. Zaragoza: Libros Portico [1.ª ed. 1987]
- CALO LOURIDO, Francisco (1994) – *A plástica da Cultura Castrexa galego-portuguesa*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza. 2 vols.

- CARVALHO, Pedro C. (2017) - Há dois mil anos em redor do Vale do Tua, entre o Douro e Trás-os-Montes: tempos de confronto, paisagens de transição. In CARVALHO, Pedro C.; GOMES, Luis F. C.; MARQUES, João N. - *Estudo histórico e etnológico do Vale do Tua (...). Aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua*. Vol. 1. Porto: EDP, p. 240-383
- CAVADA NIETO, M.^a Milagros (2005) – El territorio prerromano de Gallaecia. In REBORDA MORILLO, Susana (ed.) – *Homenaxe á profesora Lola F. Ferro. Estudos de Historia, Arte e Xeografía*. VIGO: Universidad, p. 161-199
- CHILDE, Vere Gordon (1929) – *The Danube in Prehistory*. Oxford: Clarendon Press
- CRUZ GONZÁLEZ, Maria; SANTOS, Juan, eds. (1994) – *Las estructuras sociales indígenas del norte de la Península Ibérica*. Vitoria: Universidad del País Vasco
- DIAS, Lino T. (1996) – Tongobriga, cidade do século II no Noroeste Hispânico. In *Actas do Congresso Internacional «As Origens das Cidades no Noroeste Hispânico»*. Lugo: Faculdade de Humanidades, p. 751-778
- DIAS, Lino T. (1997) – *Tongobriga*. Lisboa: IPPAR
- DOPICO CAÍNZOS, M.^a Dolores (2017) – Los *conuentus juridici*: la aportación de la *Naturalis Historia* de Plinio el Viejo. In CIPRÉS, Pilar (ed.) – *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior*. («Anejos de Veleia». Acta; 14). Vitoria-Gasteiz, p. 243-272
- DOPICO CAÍNZOS, M.^a Dolores; SANTOS YANGUAS, Juan (2017) – Augusto y el Noroeste de Hispania: la acción del emperador y las comunidades indígenas. *Gerión*, 35 (Número especial), Madrid, p. 707-721
- FERNÁNDEZ-GÖTZ, Manuel A. – (2013-2014) – Etnicidad y Arqueología: viejas propuestas, nuevas perspectivas. *Kalathos*, 26-27. Teruel, p. 19-40
- FERRO COUSELO, Jesús; LORENZO FERNÁNDEZ, Xaquín. (1971) – *La tessera hospitalis del Castromao*. *Boletín Auriense*. 1. Ourense, p. 9-18
- FONTE, João (2017) – Guerreros galaicos del castro de Outeiro Lesenho (Boticas, norte de Portugal): una aproximación biográfica. *Nailos*, 4. Oviedo, p. 237-253
- FONTE, João; LEMOS, Francisco S.; CRUZ, Gonçalo; CARVALHO, Carla (2008) – Segunda Idade do Ferro em Trás-os-Montes Ocidental. *Férvedes*, 5. Villalba (Lugo), p. 309-317
- GARCÍA ALONSO, Juan L. (2003) – *La Península Ibérica en la Geografía de Claudio Ptolomeo*. Vitoria: Universidad del País Vasco

- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo (2007a) – Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. – 50 d.C.). 2 tomos. *Brigantium*. Vols. 18, 19 (2006-2007). A Coruña
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo (2007b) – La vida social de los objetos castreños. In GONZÁLEZ GARCÍA, Francisco Javier, ed. – *Los pueblos de la Galicia céltica*. Madrid: Akal, p. 259-322
- GUERRA, Amílcar (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*. Lisboa. Tese de Doutoramento em História Clássica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vols.
- GUERRA, Amílcar (2001) – Resistência à aculturação no Ocidente Hispânico: defesa do território e identidade linguística. *Era Arqueologia*, 3 (Julho 2001). Lisboa, p. 150-164
- GUERRA, Amílcar (2002) – *Omnibus Numinibus et Lapitearum*: algumas reflexões sobre a nomenclatura teonímica do Ocidente peninsular *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5 (1). Lisboa, p. 147-159
- GUERRA, Amílcar (2016) – Notas sobre as perdurações onomásticas pré-romanas no ocidente peninsular. In ENCARNAÇÃO; José d'; LOPES, M. Conceição; CARVALHO Pedro C. (coord.) – *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*. Coimbra; Mangualde: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 49-69
- KOSSINNA, Gustaf (1911) – *Die Herkunft der Germanen. Zur Methode der Siedlungsarchäologie*. Mannus-bibliothek 6, Würzburg
- LE ROUX, Patrick (1982) – *L'Armée Romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris: Diffusion de Bocard
- LE ROUX, Patrick (2003) – Introducción. Les territoires de la Péninsule Ibérique aux deux derniers siècles avant notre ère. In MORILLO, Angél; CADIOU, F.; HOURCADE, D. (eds.) – *Defensa y Territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (espacios urbanos y rurales, municipales y provinciales)*. LEÓN: UNIVERSIDAD DE LEÓN, p. 13-22
- LEMOS, Francisco Sande (1993) – Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho
- LEMOS, Francisco Sande (1995) – Zoelas e *Civitas Zoelarum*: uma unidade étnica no quadro da romanização do Noroeste. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35: 1-2. Porto, p. 295-305
- LEMOS, Francisco Sande (1996) – Povoamento, espaço e *gentilitates* no 1.º milénio a.C. no Nordeste transmontano. In ALARCÃO, Jorge de; SANTOS, Ana I. P. (coord.) – *De Ulisses a Viriato: o primeiro milénio a.C.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Instituto Português de Museus, p. 147-153

- LEMOS, Francisco Sande; CRUZ, Gonçalo (2008) - In LIMA, Alexandra C. *et al.* - *Muralhas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal. In 3.º Congresso de Arqueologia de Trás os Montes, Alto Douro e Beira Interior. Actas das Sessões*. Vol. 3. Porto: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, p. 8-28
- MARTINS, Manuela; ESPARZA-ARROYO, Angel; GONZÁLEZ-TABLAS SASTRE, Francisco; MARTÍN VALLS, Ricardo; LEMOS, Francisco S. (1997) – Mesa Redonda: «O I Milénio A. C. no Noroeste Peninsular; a fachada atlântica e o interior». In REDENTOR, Armando (ed.) – *O I milénio a.C. no Noroeste peninsular; a fachada atlântica e o interior. Actas do Colóquio realizado em Bragança (...) 1995*. Bragança: Parque Natural de Montesinho, p. 23-62
- MARTINS, Manuela, LEMOS, Francisco Sande; PÉREZ LOSADA, Fermín (2005) – O Povoamento Romano no território dos Galaicos Bracarense. In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmén; GARCÍA DÍAZ, Paloma (eds.) – *Unidad y Diversidad en el Arco Atlántico en Época Romana. III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón*. Oxford: BAR, p. 279-296
- MARTINS ESTÊVEZ, Higinio (2008) – *As Tribos Calaicas. Proto-história da Galiza à luz dos dados linguísticos*. Sant Cugat des Vallès: Edições da Galiza
- PÉREZ LOSADA, Fermín (2002) – Entre a Cidade e a Aldea. Estudio arqueohistórico dos «aglomerados secundários» romanos en Galicia. [Brigantium, 13]. A Coruña: Museo Arqueolóxico
- PLÁCIDO SUÁREZ, Domingo (2004) – La configuración étnica del occidente peninsular en la perspectiva de los escritores grecorromanos. *Studia Historica. Historia Antigua*, 22. Salamanca, p. 15-42
- PLÁCIDO SUÁREZ, Domingo (2014) – Conocimiento y explotación de los pueblos del Noroeste hispano en la tradición literária grecolatina. *Gerión*. 32. Madrid, p. 157-179
- REDENTOR, Armando (2002) – *Epigrafia romana da região de Bragança*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia [Trabalhos de Arqueologia, 24]
- REDENTOR, Armando (2008) – Inscrições sobre guerreiros lusitano-galaicos: leituras e interpretações. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11 (2). Lisboa, p. 195-214
- REDENTOR, Armando (2009) – Sobre o significado dos guerreiros lusitano-galaicos: o contributo da epigrafia. *Paleohispanica*, 9 (*Acta Paleohispanica*, X). Zaragoza, p. 227-246
- REDENTOR, Armando (2017) – *A cultura epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis). Percursos pela sociedade brácaro da época romana*. 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade
- REY CASTIÑEIRA, Josefa (1986-1987) – Algunas consideraciones sobre cerámica castreña. *Zephyrus*, 39-40. Salamanca, p. 185-192

- REY CASTIÑEIRA, Josefa (1991a) – *Yacimientos Castreños de la Vertiente Atlántica. Análisis de la cerámica indígena*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Santiago de Compostela
- REY CASTIÑEIRA, Josefa (1991b) – Cerámica indígena de los castros costeros de la Galicia occidental: Rías Bajas. Valoración dentro del contexto general de la cultura castreña. *Castrelos*, 3-4 (1990-1991). Vigo, p. 141-163
- REY CASTIÑEIRA, Josefa (2014) – A olaria castreja de tradição Minho. In MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ, Adolfo, SOUSA, M.^a José (eds.) – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Tomo 1. Porto; Madrid: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Ex Officina Hispana, p. 289-302
- REY CASTIÑEIRA, Josefa (2020) – Tradições na cerâmica dos castros da Galiza, ao longo do tempo e do espazo. A percepción dende unha liña de investigación interdisciplinar. In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela (coord.) – *Atas do Congreso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições»*. Vol. 2. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 229-257
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1972) – Sobre los pueblos prerromanos del sur de Galicia. *Boletín Avriense*, 2. Orense, p. 193-240
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1977) – *Galicia meridional romana*. Deusto: Universidad de Deusto
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1996), coord. – *Lucus Augusti. I. El amanecer de una ciudad*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1997a) – *Aquæ Flaviæ. I. Fontes epigráficas da Gallæcia meridional interior*. 2^a ed. Chaves: Câmara Municipal [1^a ed., 1988]
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1997b) – A organización sociopolítica do espácio: etnias e territorio. In VV.AA. – *Galicia Terra única: Galicia castrexa e romana*. S.L.: Xunta de Galicia, p. 85-91
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António [1998] – *Aquæ Flaviæ. II. O tecido urbanístico da cidade romana*. Chaves: Câmara Municipal, s.d.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (2016) – *Aquæ Flaviæ* (Chaves), Capital de la *Gallaecia Meridional Interior*. *Revista Aquæ Flaviæ*. 53 (dez. 2016). Chaves, p. 11-29

- RODRIGUEZ COLMENERO, Antonio; FERRER SIERRA, Santiago (2014) – La ruta marítima atlántica de época romana: Entre *Cale* (Porto), *Brigantium* (Golfo Ártabro) y *Oiassó* (Irún). In ALONSO TRONCOSO, Victor; RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; GOY DIZ, A. (eds.) – *El Golfo Ártabro. Fragmentos de historia litoral y patrimonio*. A Coruña: Universidade da Coruña, p. 209-335
- SANTOS YANGUAS, Narciso (1982) – La conquista romana del N.O. de la Península Ibérica. *Latomus*, 41 (1). Bruxelles, p. 5-49
- SARMENTO, Francisco Martins (1884) – Incrições ineditas. *Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*. 2ª Série. Tomo 4, nº 4, 5 e 7 (1883-1884). Lisboa, p. 58-59, 69-70, 105-106
- SARMENTO, Francisco Martins (1999 [1878-1898]) – *Antiqua. Apontamentos de Archeologia*. Leitura e organização de António Amaro das Neves. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento
- SILVA, António Manuel S. P. (2020) – *Tongobriga: modelos e narrativas*. In SEBASTIAN, Luís; LIMA, António M. C., coord. – *Tongobriga: coletânea de estudos comemorativos de 40 anos de investigação* («Património a Norte», 6). Porto: Dir. Regional de Cultura do Norte, p. 179-207. Disp. em www.culturalnorte.gov.pt.
- SILVA, António Manuel S. P. (2021) – *Cale e os Callaeci. Territórios e comunidades na foz do rio Douro entre a Proto-história e a Romanidade*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1981-1982) – Novos dados sobre a organização social castreja. *Portugalia*. Nova Série. Vol. 2-3. Porto, p. 83-96
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal; Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2007) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. 2ª ed. [revista e actualizada] Paços de Ferreira: Câmara Municipal/MACS/CACEC
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2010) – Epigrafia e povoamento entre Douro e Vouga. In PINTO, Filipe M. S. (coord.) – *Arqueologia da Terra de Santa Maria: balanços e perspectivas*. Santa Maria da Feira: Liga dos Amigos da Feira, 2010, p. 43-52
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2011a) – Museu Municipal de Penafiel. Memória e Identidade. *A fonte. Fonte de estímulo intelectual*, 6. Porto, p. 20-25
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2011b) – Ordo Zoelarum: *Arqueologia e Identidade do Nordeste de Portugal*. Bragança: Museu do Abade de Baçal

- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2013) – A ocupação do espaço e a modelação da paisagem proto-histórica no norte de Portugal. *Brathair - Revista de Estudos Celtas e Germânicos*, 13 (2). São Luís [Maranhão], p. 22-51. Disponível em <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/index>
- SOARES, Torquato de Sousa (1957) – *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*. *Revista Portuguesa de História*. Tomo VII [Homenagem ao Prof. Pierre David, vol. II]. Coimbra, p. 193-342
- SOARES, Torquato de Sousa (1970) – *Contribuição para o estudo das origens do povo português*. Sá da Bandeira [Angola]: Universidade de Luanda.
- STERCKX, Claude (2005) – *Taranis, Sucellos et quelques autres: le dieu souverain des Celtes, de la Gaule à l'Irlande*. Vol. 2. (Mémoires de la Société belge d'études celtiques, 23) Bruxelles: Société Belge d'Études Celtiques
- STERCKX, Claude (2009) – *Mythologie du Monde Celtique*. Paris: Marabout
- TOVAR, António (1989) – *Iberisches Landeskunde. Segunda parte. Las tribus y las ciudades de la Antigua Hispania. Tomo 3: Tarraconensis*. Baden-Baden: Verlag Valentin Koerner
- TRANOY, Alain (1981) – *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Diffusion de Boccard
- VASCONCELOS, José Leite de (1905) – *Religiões da Lusitania na parte que principalmente se refere a Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional
- VILLARES, Ramón (ed.), GAGO, Manuel (coord.) [2016] – *Galicia: 100 objectos para contar unha cultura*. S.l.: Consello da Cultura Galega
- WEIK, Terrance M. (2014) – The Archaeology of Ethnogenesis. *Annual Review of Anthropology*. 43. Palo Alto (USA), p. 291-305
- WODTKO, Dagmar (2017) – *Lusitano: lengua, escritura, epigrafía*. Zaragoza: Universidad

NÃO SÓ DA MADEIRA SE FEZ VINHO: O DOURO E TRÁS-OS-MONTES NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

Pedro Pereira

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

As problemáticas que envolvem os recipientes de produção, armazenamento e transporte de matérias primas e produtos constituem uma das questões mais interessantes quando se aborda o tema do comércio antigo. Desde cedo, assistimos a discussões entre os autores clássicos sobre quais os melhores contentores para determinados produtos, discordando muitas vezes nas próprias funções que atribuem a determinados recipientes. No caso do vinho, por exemplo, existem várias designações para os grandes recipientes cerâmicos que, nos nossos dias, apelidamos de talhas. Plauto, por exemplo, apelida os grandes recipientes como *urnae* ou *cadii* (White, 1967).

O transporte do vinho é tradicionalmente associado às ânforas, recipientes cerâmicos de formatos diversos e multifuncionais, cujos ateliers de produção se encontram extremamente bem estudados, tanto para o território da Península Ibérica (Fabião *et al*, 2017) como na bacia mediterrânica (Laubenheimer, 1990). Todavia, sabemos que estes não eram os únicos recipientes utilizados no mundo clássico e, nos territórios do Norte Interior Português, as ânforas vinárias eram escassas, senão raras. Hoje sabemos que as primeiras ânforas conhecidas em território português datam do comércio realizado com os estados púnicos e territórios gregos. Fruto de importações de produtos exógenos ao território peninsular, rapidamente iniciam-se produções locais durante o processo de romanização, sobretudo nas zonas dos estuários do Tejo e Sado (Fabião *et al*, 2017).

A ânfora como forma de transporte é rainha no mundo romano até à primeira metade do século II. Não sabemos as razões exactas para o declínio da ânfora como recipiente de transporte de vinho, sobretudo no Mediterrâneo Ocidental, embora sejam várias as teorias (Tchernia, 1986). Embora não desapareça, a ânfora irá surgir no registo arqueológico em número muito mais reduzido. No território do Norte

interior de Portugal podemos sugerir duas razões para este fenómeno: a vulgarização da utilização de recipientes perecíveis e cuja presença arqueológica apenas é visível em meios muito específicos e, sobretudo, o início da laboração de lagares no território, que permitiam um fluxo productivo suficiente para abastecer, pelo menos, os mercados regionais onde estes se inseriam.

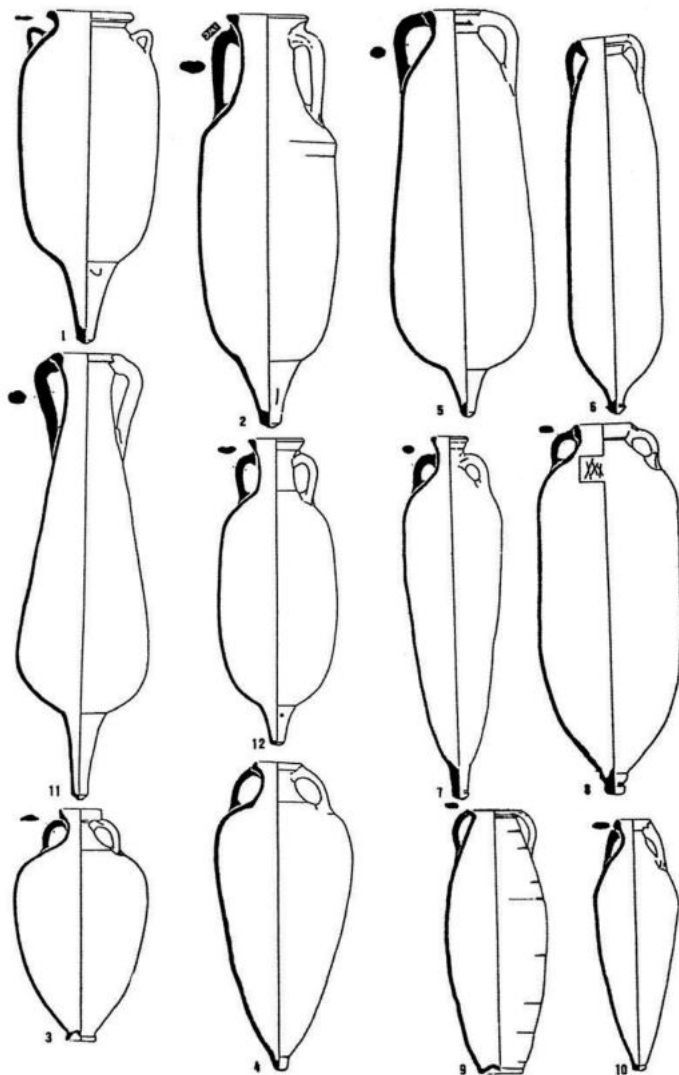


Imagem 1: Tipologia de ânforas lusitanas (Dias Diogo, 1991¹)

¹ *Op. cit.* Fabião *et al.* 2017.

Todavia, a história da ânfora como recipiente de transporte de vinho irá continuar e mantém a sua presença nos centros de consumo no Norte de Portugal, sobretudo sob a forma de tipologias provindas do Mediterrâneo Oriental (Silva *et al*, 2015), ainda que em números mais singelos.

Os *dolia* ou, como são mais vulgarmente conhecidas, as talhas, são certamente o tipo de recipiente associado à produção de vinho mais interessante no mundo romano. Utilizado até aos nossos dias, sobretudo no Alentejo, podemos observar a presença do *dolium* ao longo de toda a história produtiva do território nacional, para vinho mas também para outros produtos, como para azeite, cereal, carnes, etc.

Infelizmente, durante muito tempo os *dolia* eram remetidos para um plano secundário aquando dos estudos ceramológicos: normalmente, os investigadores centravam-se nos estudos dos materiais ditos de importação, como as ânforas

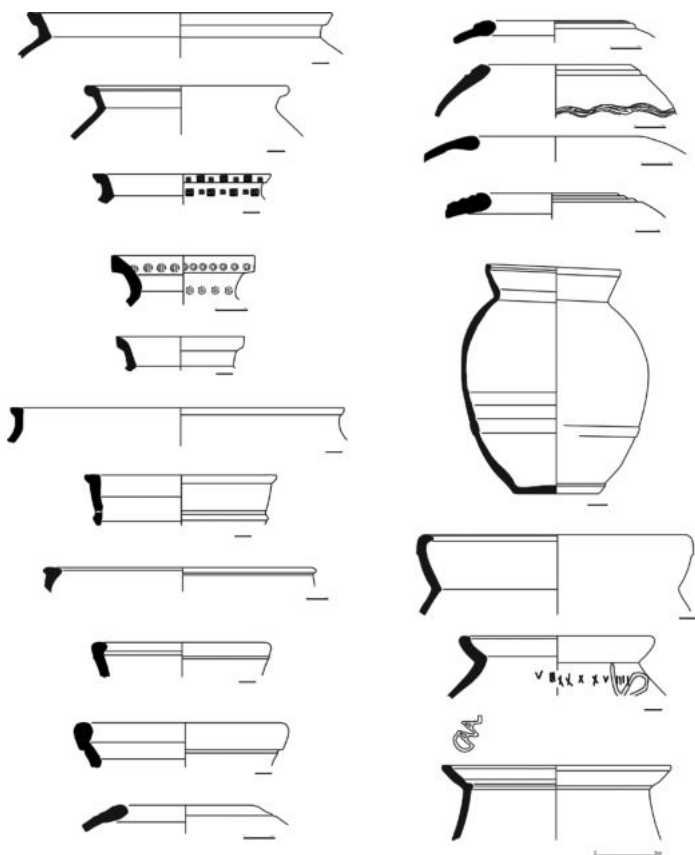


Imagem 2: Tipologia de dolia de vinho conhecidas na Lusitânia (Pereira e Morais, 2015).

e as peças finas (tais como terra *sigillata*), cujos centros de produção, melhor conhecidos, permitiam obter datações mais ou menos relativas para a ocupação dos sítios arqueológicos. Nas últimas décadas têm vindo a ser realizados cada vez mais estudos sobre os recipientes de tipo *dolium*, tanto em território nacional como no Mediterrâneo Ocidental (Silvino *et al.*, 2003; Baez *et al.* 2014, Carrato, 2017; Pereira e Morais, 2015 e Pereira, 2017), desvendado um manancial tremendo de informações sobre este tipo de recipiente.

O sítio de Rumansil I (Murça do Douro, Vila Nova de Foz Côa) é um dos sítios arqueológicos romanos mais interessantes para o estudo da vitivinicultura no Vale do Douro. Num conjunto de apenas três edifícios, é possível observar todos os elementos necessários para a produção de vinha e vinho: uma *cella vinaria* ou edifício de lagar e cave; um edifício que albergou uma pequena forja, onde poderiam ser reparados os instrumentos utilizados na vinha, mas que também poderá ter sido utilizado enquanto alojamento e, finalmente, um conjunto de dois fornos circulares.

Os fornos presentes em Rumansil I têm funcionalidades distintas: o forno I, mais pequeno, terá sido utilizado para a produção de pequenas peças cerâmicas, sobretudo utilitárias de cozinha, como taças e pratos; o forno II, de dimensões mais consideráveis, terá sido utilizado para a produção de *dolia*. Os recipientes produzidos em Rumansil I, tal como a maioria das peças conhecidas no Norte de Portugal, são de dimensões relativamente diminutas quando comparados com os grandes *dolia* produzidos noutras zonas do mediterrâneo (Carrato, 2017). No entanto, terão sido produzidos neste forno, pelo menos, os *dolia* utilizados no processo de vitivinificação e estágio de Rumansil I (Silvino et al, 2020). Ainda que não seja invulgar a presença de *cellae vinarias* que utilizem exclusivamente *dolia* no Vale do Douro, tal como sucede com o Alto da Fonte do Milho (Canelas, Peso da Régua) ou Trás do Castelo (Vale de Mir, Alijó), em alguns casos terão sido utilizados recipientes alternativos.

O *dolium*, enquanto recipiente de transporte, levanta uma série de questões, tais como a facilidade de quebra ou o peso elevado dos próprios recipientes. No território do Norte português, a maioria dos *dolia* conhecidos não aparenta ultrapassar uma capacidade máxima de 130 litros (Pereira e Morais, 2015), ainda que com exceções (como é verificado em Baez *et al.*, 2015), enquanto que no período romano existem exemplares de *dolia* com capacidades superiores a 5000 litros. A

existência de exemplares com asas, como sucede nos sítios da Insuínha I (Pereira, 2017) ou São Cucufate (Pinto, 2003) poderá apontar para uma mobilidade dos recipientes, ainda que reduzida. No entanto, o exemplo paradigmático do transporte em *dolia*, sobretudo de vinho, surge no mediterrâneo, com as embarcações de *dolia*. Este tipo de transporte é fruto de uma necessidade com uma diacronia cronológica relativamente curta, durante momentos em que foi necessário transportar grandes quantidades de vinho a granel para territórios de estágio das legiões, como sucede na Gália (Brun *et al*, 2004). As embarcações de *dolia* eram construídas em torno dos grandes recipientes, sendo por natureza extremamente frágeis. Se um dos recipientes rompesse ou fissurasse, a perda de volume faria rapidamente com que a embarcação se afundasse. É assim que conhecemos relativamente bem este tipo de embarcação, uma vez que muitas acabariam por afundar, como sucedeu com os exemplares de Giraglia II (Brun *et al*, 2004).

O transporte de vinho por via terrestre utilizando *dolia* parece-nos complexo. Embora existam casos de recipientes de tipo *dolium* com inscrições de produção



Imagem 3: Restituição de barco de transporte de *dolia* (Carre e Roman, 2008).

similares em sítios diferentes, como sucede com o “LF”, presente nos sítios do Prazo, Alto da Fonte do Milho e Rumansil I (Pereira, 2017), poderemos estar perante um caso de uma oficina de oleiros itinerante ou uma troca esporádica, sendo logisticamente complexo transportar vinho dentro de *dolia* por terra. Este tipo de transporte seria mais simples com recurso a *cupae* ou *culeii*, como veremos.

As *cupae* ou barricas eram bem conhecidas no mundo romano. A primeira referência escrita romana que chegou aos nossos dias não é de cariz agrícola, mas militar. Na *De Bello Gallico*, Júlio César descreve como eram utilizadas barricas cheias de pez, incendiadas, contra as suas tropas (César, DBG, 42). Os autores clássicos, como Plínio ou Varrão, não definem regras específicas para a utilização de *dolia* ou *cupae*. Paralelamente, a utilização do recipiente poderia estar ligada a uma série de factores. Não são conhecidos recipientes de tipo *cupae* conservados na Península Ibérica. No entanto, conhecemos as *cupae* no território da Hispânia através da sua representação: o baixo relevo de *Sena Amaratis* é um dos exemplos mais paradigmáticos, com uma imagem de uma mulher a retirar um líquido de um tonel para um pequeno recipiente de serviço. As *cupae* funerárias, monumentos funerários, muitas vezes com inscrições sob a forma de dedicatórias, são um outro exemplo da representação de toneis ou barricas no mundo dos mortos da Antiguidade (Pereira, 2017). No mundo romano, o mundo dos mortos normalmente é um reflexo do mundo dos vivos, sendo comum a representação de elementos do dia a dia em monumentos funerários. No território português, são conhecidas largas dezenas de *cupae* funerárias, sobretudo no território alentejano, embora seja admissível que existam elementos deste tipo mais a Norte, tomando como exemplo a *cupa* de Trevões (São João da Pesqueira). Finalmente, um exercício comparativo entre as *cupae* estudadas por Elise Marlière no âmbito do seu doutoramento (Marlière, 2004) e as *cupae* funerárias conhecidas na Lusitânia permitem identificar paralelos, sobretudo ao nível das possíveis capacidades dos recipientes e dos monumentos funerários (Pereira, 2017).

No território nacional são conhecidas várias explorações agrícolas de período romano onde a morfologia arquitectónica das *cellae vinarias* aparenta estar preparada para albergar toneis. A *villa* de Torre de Palma (Monforte) foi o primeiro sítio onde foi considerada esta possibilidade (Brun, 1997), embora sejam raros os

dados da intervenção realizada na *cella vinaria*. A Norte, nos sítios do Prazo (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) ou Vale do Mouro (Coriscada, Mêda), os espaços das *cellae vinarias*, muito similares à de Torre de Palma, de planta rectangular, com uma área média de cerca de 150 m² e pilares ao longo da sua extensão, apontam para uma utilização similar, com *cupae* a serem utilizadas para o armazenamento e envelhecimento de vinho.

O transporte de vinho com *cupae* encontra-se relativamente bem documentado no mundo antigo, com inúmeras representações desta actividade, tanto por terra como por via fluvial e, possivelmente, marítima. Embora não existam representações de transporte com *cupae* na Península Ibérica, a ausência de materiais anfóricos nos centros de consumo, sobretudo a partir do século II d.C. (Fabião, 1998 e Pereira, 2017), e mesmo nos centros de produção de vinho leva-nos a crer que a movimentação dos produtos viti-vinícolas seria realizado com recurso a recipientes em materiais perecíveis, tal como sucedia no resto do Império.



Imagem 4:
Baixo relevo
de Neumagen
(Pereira,
2017).

O odre é o tipo de recipiente clássico utilizado para o vinho mais complexo de abordar no território português. No mundo romano, os recipientes de tipo odre dividem-se em dois tipos: os *culeii*, de maior capacidade, cerca de 215

litros, normalmente produzidos a partir da pele inteira de um boi e transportados por carroça, e os *uter*, com uma capacidade mais diminuta, normalmente abaixo dos 30 litros.

O odre romano não surgiu, infelizmente, em representações artísticas do período clássico no território peninsular nem no registo arqueológico até ao momento, sendo um caso paradigmático da chamada arqueologia do efémero, um elemento que sabemos ter sido utilizado através de paralelos de outros territórios, mas que desapareceu totalmente.



Imagem 5: Transporte de vinho em odre (“Ilustração Transmontana”, 1910, 3.º ano, Porto. P. 192).

Enquanto recipiente de transporte, o odre é talvez o tipo de recipiente mais simples de utilizar para o vinho. No entanto, não podemos descartar a hipótese de a *cupa*, mais resistente a climas frios, ter sido também utilizada.

As questões associadas aos recipientes vinários na Antiguidade, sobretudo em territórios onde a investigação arqueológica é um fenómeno relativamente escasso, como sucede no Nordeste de Portugal, são extremamente interessantes, sobretudo quando contrastadas com os dados do restante território nacional e mesmo com a bacia mediterrânica. Tal como observamos, o fenómeno anfórico, sobretudo sob a forma de recipiente local e de transporte, é extremamente incipiente em Trás os Montes e Alto Douro. Paralelamente, os *dolia* ou talhas, ainda que se possa admitir a hipótese de serem minimamente móveis, são elementos primariamente estáticos. Embora seja possível admitir que as produções das explorações agrícolas do Vale do Douro e de Trás os Montes fossem totalmente escoadas nos mercados locais e regionais, a forma de transporte continua a ser complexa de definir, ainda que, como podemos observar, explicável se tivermos em conta a inevitável utilização de barris e odres.

Bibliografia

- Baez *et al.*, 2014 - BAEZ, Beatriz, BATALHA, Luísa, CARVALHO, Liliana, VILLANUEVA, Maria Isabel Garcia, GALARZA, Javier Larrazabal, MESQUIDA, Miquel e SANTOS, Constança (2014) - Recipientes de armazenamento no vale do Baixo Sabor (Portugal), da época romana à antiguidade tardia: ensaio cronotipológico. In *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo*: III Congreso Internacional de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua (SECAH) - Ex Officina Hispana. P. 898-917
- Brun, 1997 - BRUN, Jean-Pierre (1997) - Production de l'huile et du vin en Lusitanie romaine. In *Conímbriga*, 36. P. 45-72.
- Brun et al, 2004 - BRUN, Jean-Pierre, TCHERNIA, Andre e POUX, Matthieu (2004) - *Le Vin*. Ed. Errance.
- Carrato, 2017 - CARRATO, Charlotte (2017) - *Le dolium en Gaule Narbonnaise (Ier s. a.C. – IIIe s. p.C.)*. Contribution à l'histoire socio-économique de la Méditerranée nord-occidentale. Bordeaux: Ausonius.

- Carre e Roman, 2008 - CARRE, Marie-Brigitte e ROMAN, Robert (2008) -Hypothèse de restitution d'un navire à *dolia* : La construction d'une maquette. In *Archeonautica*, V. 15. P. 175-192.
- César, DBG - CESAR, Jules - *La Guerre des Gaules*. Edition Numerique Europeéne.
- Fabião, 1998 - FABIÃO, Carlos (1998) - O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1. P. 169-198.
- Fabião *et al.*, 2017 - FABIÃO, Carlos, RAPOSO, Jorge, GUERRA, Amílcar e SILVA, Francisco (Eds.) (2017) - *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental*. Lisboa: UNIARQ/CMS/CAA.
- Laubenheimer, 1990: LAUBENHEIMER, Fanette (1990) - *Le temps des amphores en Gaule: Vins, huiles et sauces*. Paris: Errance.
- Marlière, 2002 - MARLIÈRE, Elise (2002) - *L'outre et le tonneau dans l'Occident romain*. Ed. Monique Mergoile.
- Pereira e Morais, 2015 - PEREIRA, Pedro e MORAIS, Rui (2015) - Estudo crono-tipológico de *dolia* romanos em Portugal. In *Cuadernos de la SECAH*, II. P. 33-44.
- Pereira, 2017 - PEREIRA, Pedro (2017) - *O vinho na Lusitânia*. Ed. Afrontamento.
- Pereira, 2018: PEREIRA, Pedro (2018) - O mundo rural romano no Vale do Douro. In DIAS, Lino T. e ALARCÃO, Pedro (coord.) - *Construir, Navegar, (Re)Usar o Douro da Antiguidade*. CITCEM.
- Pinto, 2003 - PINTO, Inês Vaz (2003) - *Cerâmicas romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Ed. Universidade Lusíada.
- Silva *et al.*, 2015 - SILVA, António Manuel, PEREIRA, Pedro, CARVALHO, Teresa, PINTO, Filipe e SOUSA, Laura (2015) - O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia) - Um contexto estatigráfico tardo-antigo no extremo Noroeste da Lusitânia. In QUARESMA, José e MARQUES, João (coord.) *Contextos estatigráficos na Lusitânia (do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Lisboa: AAP. P. 143-167.
- Silvino *et al.*, 2003 - SILVINO, Tony, COIXÃO, António do Nascimento de Sá e MAZZA, Guillaume (2003) - Os fornos de cerâmica do Rumansil I. (Murça do Douro, Vila Nova de Foz Côa) – Estudo preliminar. In *Côavisao*. V. 5. CMVNFC.
- Silvino *et al.*, 2021 - SILVINO, Tony, COIXÃO, António do Nascimento de Sá e PEREIRA, Pedro (2021) - Rumansil I. In *Conimbriga*. Vol. 59. P. 73-111.

Tchernia, 1986 - TCHERNIA, André (1986) - *Le Vin d'Italie Romaine*. Paris: E. de Boccard.

White, 1967: WHITE, K.D. (1967) - *Farm equipment of the roman world*. Cambridge University Press.

INDE AD MONTEM MARANTIS.
A SERRA DO MARÃO NO CONTEXTO DAS
FONTES MEDIEVAIS PORTUGUESAS (SÉCS. VI-XII)

Andrea Mariani

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
Faculdade de Letras da Universidade do Porto (CITCEM-FLUP)

Francesco Renzi

Universidade Católica Portuguesa,
Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR)

Resumo: O objetivo de este artigo é fornecer uma interpretação das referências ao Marão presentes nos documentos 15 e 552 do *Liber Fidei* de Braga, atribuídos respetivamente aos anos 572 e 569. A nossa hipótese é que estas menções não devem ser lidas no contexto do século VI e do reino Suevo ou dos séculos IX e X durante o reinado de Afonso III das Astúrias (†910), mas estes documentos foram muito provavelmente produzidos em Braga, entre os séculos XI e XII, para reforçar o conteúdo do *Parrochiale Suevorum* e definir melhor o espaço diocesano, tendo como base o modelo galego de Lugo e a divisão do seu território episcopal em onze condados.

Palavras-chave: Marão, *Parrochiale Suevorum*, Portugal medieval, fronteiras diocesanas, *Liber Fidei*.

Abstract: The aim of this article is to offer an interpretation of the references to Marão included in the documents 15 and 552 of the *Liber Fidei* of Braga, respectively dated 572 and 569. Our hypothesis is that these mentions should not be read in light of the context of the 6th century Suevoic Kingdom or in the 9th and 10th century reign of Alfonso III of Asturias (†910). These documents may have been produced between the 11th and the 12th centuries in Braga to bolster the content of the *Parrochiale Suevorum* and to define better the diocesan space, adopting as

a model the Galician diocese of Lugo and the division into eleven counties of its episcopal territory.

Keywords: Marão, *Parrochiale Suevorum*, medieval Portugal, diocesan borders, *Liber Fidei*.

O estudo das fontes sobre a Serra do Marão é muito interessante porque permite, a partir do contexto local do Portugal medieval, observar a progressiva organização e construção dos espaços diocesanos e as suas dinâmicas eclesásticas e políticas a uma escala ibérica, sobretudo comparando com o território galego, e internacional, com o Papado Romano¹. As fontes alto e pleno medievais sobre o Marão não são numerosas, mas oferecem significativas possibilidades de investigação e de interpretação dos dados disponíveis. A primeira menção ao Marão encontra-se em dois documentos, ambos inseridos no *Liber Fidei* de Braga (documentos 15 e 552), datados respetivamente de 572 e 569 da época sueva. Os dois documentos falam de uma divisão territorial operada pelo rei Teodemiro (†570)², suportado pelos bispos da *Gallaecia*, entre eles de São Martinho de Dume e Nitigio de Lugo, em que estabeleceu as fronteiras da sede metropolitana bracarense. Os dois documentos têm diferenças substanciais, que veremos em seguida, mas ambos relatam praticamente as mesmas fronteiras da sede arquiépiscopal de Braga:

«*Per flumina de Limia usque Limdoso ad illa Portella de Homine, per illa Portella de Larauco et inde per illa Portela de Cegulus et inde per Carracio et inde ad Petra Ficta et inde ad montem Miserum et inde ad Colinaria ad radice alpis Sispiatio, et inde per cacumina montium usque ad Bovia que dicitur de Vaccas et inde ad portum de Mirleus per illa aqua de Estola usque in Durio, usque in foze de Corrago et inde ad montem Maroni et inde ad Castro quod dicitur Villa Plana et inde ad illa ponte de Tamice et inde per illa aquam usque ad fluvio de Uteros et inde ad Lumba et inde Portum Purgaani per illam aquam de Ave usque in Castro*³».

«*Habet igitur Braccara metropolis terminationem suam a fauce fluminis Limie per ipsum flumen usque Lindosum, inde ad Portelam de Homine per illam Portellam de Larouco et inde per Carragium et inde ad Petram Fitam et inde ad Montem Miserum et inde a Colinariam ad radicem alpis Sispiacii et inde per cacumina montium usque ad Boviam que dicitur de Vaccis et inde ad portum*

de Mirieus per illam aquam de Estolam usque in Durium et usque in faucem de Corrago et inde ad Montem Maraon et inde ad castrum quod dicitur Villa Plana et inde ad illum pontem de Tamice et inde per illam aquam usque ad illum fluvium de Utribus et inde ad Lumbam et inde ad portum Purgaani per illam aquam de Avia in Castrum⁴».

De acordo com estas fontes poderíamos concluir que o topónimo Marão já existia nas fontes da época sueva. Os investigadores que estudaram estas referências documentais, e mais em geral as questões ligadas à configuração da Igreja portuguesa medieval, ofereceram pelo menos duas possíveis interpretações para explicar esta menção específica nas fontes supramencionadas. Segundo J. de Alarcão, estas fronteiras podem ser as da diocese de época sueva. O arqueólogo baseou as suas conclusões no estudo de uma fonte, o *Parrocchiale Suevorum*, a qual voltaremos mais tarde, que lista as paróquias que faziam parte da arquidiocese bracarense na época sueva. Através desta lista, J. de Alarcão tentou reconstruir os limites do episcopado bracarense, que na sua opinião coincidiam fielmente com as fronteiras dos documentos 15 e 552 do *Liber Fidei*⁵.

Por sua vez, P. David era de opinião contrária e considerava o documento 552 como uma falsificação altomedieval da época do rei Afonso III das Astúrias (†910)⁶. Na opinião do historiador francês, este documento estaria ligado à necessidade de

1 Este ensaio é a versão escrita da comunicação oral homónima apresentada no IIº Colóquio Viário do Marão *Povoamento e vias de comunicação ao longo da história* (Campeã-Vila Real, 9-10 outubro de 2021). Neste artigo são citadas as nossas publicações, onde retomamos algumas ideias e/ou bibliografia. Agradecemos o Dr. Fernando Mouta (CITCEM-FLUP) pela revisão do português.

2 Pablo C. Díaz, *El Reino Suevo* (411-585), Madrid, Ediciones Akal, 2011, p. 293, Edward Arthur Thompson, “The conversion of the Spanish Suevi to Catholicism”, em James Edward (coord.), *Visigothic Spain. New approaches*, Oxford: Clarendon Press, 1980, p. 77-92 e Harold V. Livermore, “Reis Suevos e a Igreja de São Martinho na formação de Portugal”, *Nvmmvvs*, IIª Série, XXXIV-XXXV (1989-1990), p. 157-72.

3 *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, ed. por Avelino de Jesus Costa. José Marques, Maria Teresa Nobre Veloso e Joaquim Tomás Silva Pereira, vol. I, Braga, Arquidiocese de Braga, doc. 15.

4 *Liber Fidei*, I, doc. 552.

5 Jorge de Alarcão, “Os limites das dioceses suevas de Bracara e de Portucale”, *Portvgalia*, Nova Série, 36 (2015), p. 36-38 e 44.

6 *Ibidem*, p. 39, Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du Ve au XIIe siècle*, Paris, Les Belles Lettres, 1947, p. 56.

dotar Braga de fronteiras diocesanas mais precisas e definidas, uma exigência ligada à reorganização dos territórios conquistados/ocupados pelo rei e os seus homens (a ocupação do Porto por Vímara Peres em 868, por exemplo⁷) no território da *Gallaecia* e em direção sul até Coimbra⁸.

Neste breve trabalho, o nosso objetivo é o de apresentar uma terceira hipótese (baseada nas investigações de P. David e F. López Alsina⁹) para interpretar a referência ao Marão nas fontes e tentar perceber a partir de que momento este se tornou efetivamente uma fronteira para Braga e Porto, tendo assim um valor estratégico importante. O ponto de partida da nossa análise é contextualizar os documentos 15 e 552 do *Liber Fidei*, não na realidade do século VI, mas na fase de passagem entre os séculos XI e XII, um período de profunda reorganização da Igreja Ibérica, iniciado com as disposições promovidas pelos Concílios de Coiança (1055) e Compostela (1061 e 1063) e também caracterizada pelas restaurações episcopais no noroeste peninsular, incluída a de Braga em 1070-1071 pelo rei García II de Galiza¹⁰.

Como J. de Alarcão, também achamos que a análise do *Parrochiale Suevorum* é um elemento chave para a interpretação das fontes e da menção ao Marão. Em primeiro lugar, é preciso explicar a natureza do documento. Como já comentamos brevemente, trata-se de uma divisão dos territórios diocesanos do reino suevo (organizado em treze dioceses) e a atribuição a cada episcopado (as *ecclesiae*) de um certo número de paróquias. Portanto, é bom precisá-lo desde o primeiro momento, o *Parrochiale* não tem nenhuma descrição de fronteiras diocesanas, seja de Braga

7 Amancio Isla Frez, “The Aristocracy and the Monarchy in Northwest Iberia between the Eighth and Eleventh Century”, em James d’Emilio (coord.), *Culture and Society in Medieval Galicia. A Cultural Crossroads at the edge of Europe*, Leiden, Brill, 2015, p. 255. José Marques, “A Igreja e a religiosidade junto ao Douro, na época do Tratado de Alcanices”, *Bracara Augusta*, 48 (1998-1999), p. 407.

8 David, *Études*, p. 56.

9 *Idem* e Alsina, “El Parrochiale”, p. 122-124.

10 Luís Carlos Amaral, *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*, Porto, Universidade do Porto (Tese de doutoramento), 2007, p. 135, 249, 310-311 e José Augusto de Sottomayor-Pizarro, “Entre o Condado e o Reino - reflexões em torno do poder aristocrático (sécs. XI-XII)”, em Luís Carlos Amaral (coord.), *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucaleense*, Porto, CEHR 2017, p. 21.

ou de outro episcopado, nem existe nesta fonte uma menção do Marão, que como veremos é um elemento fundamental para a análise das fontes¹¹.

Esta divisão, sendo que o documento é também conhecido como *Divisio Theodomiri*, terá sido promovida pelo rei suevo Teodemiro no hipotético Concílio de Lugo de 569, cuja existência tem sido tema de debate muito importante entre os historiadores¹². Sabemos que o *Parrochiale Suevorum* (de que não existe uma versão original do século VI¹³) foi posto em circulação, e em mais do que uma versão¹⁴ no século XI pelos clérigos de Lugo, como instrumento para reforçar a imagem de preeminência e prestígio deste episcopado dentro da Igreja do noroeste peninsular, num momento em que a sede galega via ameaçada a sua posição: pelas restaurações de Braga, Tui e Ourense; as pretensões territoriais de León, Oviedo e Mondoñedo; e, sobretudo, pelo espetacular crescimento de Iria-Compostela como centro de peregrinação europeu ligado ao culto de S. Tiago¹⁵. Para além disso, sobreviveram pelo menos seis versões do *Parrochiale Suevorum* preservadas em Lugo, Braga (duas cópias diferentes), Ourense, Compostela e Coimbra, com uma série de discrepâncias entre elas sobre a distribuição de paróquias entre os vários episcopados¹⁶.

11 Francesco Renzi-Andrea Mariani, “Sobre as origens da diocese do Porto na Alta Idade Média. Uma reflexão sobre o Parrochiale Suevorum e a diocese de Magneto/Meinedo (sécs. VI-VII)”, *Portvgalia*, 41 (2020), 91-96 e relativa bibliografia.

12 Juan Carlos Rivas Fernández, *Consideraciones sobre la Antigüedad del episcopado Auriense y la génesis de su diócesis. El rol del Parrochiale Suevum y otras cuestiones*, Ourense, Duen de Bux, 2003, 64-70 e José Miguel Novo Güisán, “Lugo en los tiempos oscuros. Las menciones literarias de la ciudad entre los siglos V y X (III)”, *Boletín del Museo provincial de Lugo*, 8/2 (1997-1998), p. 183-187. En nuestro Renzi-Mariani, “Sobre as origens”, atribuímos por erro o artigo de José Miguel Novo Güisán a José Carlos Fernández Corte. Pedimos desculpa pelo lapso. Também por lapso, omitimos “annonias” na tabela 1, p. 106, na coluna “Braga 1”.

13 Fernando López Alsina, “El Parrochiale Suevum y su presencia en las cartas pontificias del siglo XII”, em Klaus Herbers; Fernando López Alsina, Frank Engel (coord.), *Das begrenzte Papsttum Spielräume päpstlichen Handelns. Legaten – delegierte Richter – Grenzen*, Berlin, Walter de Gruyter, 2013, p. 111. *Liber Fidei*, I, doc. 15.

14 *Ibidem*, p. 111-112.

15 *Ibidem*, p. 112, David, *Études*, p. 55 e James D’Emilio, “The Legend of Bishop Odoario and the Early Medieval Church in Galicia”, em Therese Martin e Julie A. Harris (coord.), *Church, state, vellum, and stone. Essays on Medieval Spain in Honor of John Williams*, Leiden, Brill, 2005, p. 48. Joana Gomes-Francesco Renzi, “Miro, King of the Suevi (d. 583), and ecclesiastical identities in northwestern Hispania (eleventh-twelfth centuries)”, *Journal of Medieval Iberian Studies*, 14/3 (2022), pp. 399-423.

16 Alsina, “El Parrochiale”, p. 111.

Sobre este documento continua a haver um grande debate historiográfico ligado à sua credibilidade. Na opinião de P. David, e de muitos historiadores sucessivos, o conteúdo do *Parrochiale* circulante na plena Idade Média era globalmente credível e seguramente baseado em listas de *parocchiae* que remontavam à época tardoantiga¹⁷. Contudo, os pontos obscuros desta fonte são de facto muitos e citamos alguns exemplos destas dificuldades interpretativas. Em primeiro lugar, a carta do rei Teodemiro que abre o documento (e em que se menciona a elevação de Lugo a sede metropolitana como Braga), segundo o mesmo P. David, seria uma falsificação alto medieval. Este é um ponto de grande relevância, dado que é só nesta parte do *Parrochiale* que se fala do rei suevo, sendo o resto apenas uma lista de paróquias sem nenhuma referência temporal, como é possível verificar, por exemplo, na versão contida no *Tumbo Viejo de Lugo*¹⁸. Em segundo lugar, o facto de a fonte referir que estas decisões tinham sido tomadas em «tempore suevorum»¹⁹ parece uma indicação bastante clara de uma redação posterior que se referia a tempos e medidas tomadas no passado²⁰.

Finalmente, a presença de *Portucale*/Porto como diocese em 569 é claramente anacrónica. Esta sede não aparece antes de 589, já em época visigoda e durante o reino de Recaredo. Sabemos que, graças às atas do II Concílio de Braga de 572, presidido pelo rei Miro (†583) e São Martinho de Dume, então arcebispo de Braga (†579ca.)²¹, existia a diocese de Magneto/Meinedo, que aparece no *Parrochiale* apenas como paróquia portuense²². Este detalhe sugeriu a muitos investigadores que

¹⁷ David, *Études*, p. 67-68 e Renzi-Mariani, “Sobre as origens”, p. 93 e nota n. 14 para a bibliografia.

¹⁸ David, *Études*, p. 64-67 e Renzi-Mariani, “Sobre as origens”, p. 99 e 106-108 para ver as listas de paróquias. Neste artigo mostramos como o *Parrochiale* não tem subscrições, dado que as que aparecem no doc. 10-11 do *Liber Fidei*, I, se referem à divisão em onze condados de Lugo que a mesma fonte atribui ao II Concílio de Braga de 572. José Luis López Sangil-Manuel Vidán Torreira, “Tumbo Viejo de Lugo: (transcripción completa)”, *Estudios Mindonienses*, 27, (2001), doc. 7. Patrick Henriët, “L’espace et le temps hispaniques vus et construits par les clercs (IXe-XIIIe siècle)”, em Patrick Henriët (coord.), *À la recherche de légitimités chrétiennes: représentations de l’espace et du temps dans l’Espagne médiévale (IXe-XIIIe siècles)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2003, p. 124.

¹⁹ *Liber Fidei*, I, docs. 10-11 e 551.

²⁰ Alsina, “El Parrochiale”, p. 111.

²¹ Maria João Branco, “St. Martin, the Sueves and Gallaecia”, em Alberto Ferreiro (coord.), *The Visigoths: Studies in Culture and Society*, Leiden, Brill, 1999, p. 79, nota n. 60.

Magneto/Meinedo era a prefiguração de *Portucale*/Porto, obrigando-lhes, ao mesmo tempo, a procurar novas cronologias para o *Parrochiale Suevorum*, já que esta fonte parece incompatível com a situação eclesiástica representada no hipotético Concílio de 569²³. Num trabalho precedente sugerimos evitar, ou pelo menos matizar, esta relação mecânica entre Porto e Meinedo e que provavelmente no século XI se atribuiu aos suevos, por razões de legitimação política e eclesiástica tanto em Lugo como em Braga, uma organização episcopal posterior maturada possivelmente em época visigoda²⁴.

O que é essencial reter é que no noroeste peninsular, na segunda metade do século XI, começaram a circular uma série de cartas e documentos em que esta memória do passado suevo se tornou central para reafirmar o poder das dioceses locais²⁵. Isto é particularmente evidente para Braga (capital do reino suevo e sede metropolitana²⁶) e Lugo (nas atas do II Concílio de Braga, o bispo Nitigio também aparece como «metropolitanus», enquanto sabemos que na época visigoda Lugo tinha só estatuto de diocese²⁷), mas rapidamente o *Parrochiale Suevorum* tornou-se um instrumento utilizado, interpolado e manipulado por várias sedes episcopais para reafirmar as próprias pretensões territoriais nos séculos XI e XII²⁸.

Ao lado de alguns topónimos pré-romanos contidos no *Parrochiale* e credivelmente existentes à época sueva (apesar de não se saber se todos foram efetivamente paróquias, igrejas ou centros eclesiásticos, e qual era a extensão destas estruturas, já que na alta Idade Média raramente existiu continuidade territorial no espaço diocesano²⁹), encontramos também topónimos medievais (no caso de

22 David, *Études*, p. 101-102 e Renzi-Mariani, “Sobre as origens”, p. 99-105.

23 Renzi-Mariani, “Sobre as origens”, p. 106-107, para as menções de Magneto/Meinedo nas seis versões do *Parrochiale* como paróquia do Porto (Braga I, Braga II, Lugo, Ourense, Coimbra e Compostela).

24 *Ibidem*, p. 97-105 e relativa bibliografia.

25 Alsina, “El Parrochiale”, p. 110-111 e seguintes.

26 Sobre o Reino suevo veja-se Díaz, *El Reino Suevo*, p. 131.

27 José Vives Gatell, *Concilios visigóticos e hispano-romanos*, Barcelona, CSIC-Instituto Enrique Florez, 1963, p. 84-85 e Martín Fernández Calo, “Os Synodi suevo-católicos: implicacións político-administrativas dunha bipartición metropolitana”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, LXIII/129 (2016), p. 128-134 e Renzi-Mariani, “Sobre as origens”, p. 95-97.

28 Alsina, “El Parrochiale”, p. 111. Renzi-Mariani, “Sobre as origens”, p. 106-108.

Compostela, até de arquipresbíterados do século XI³⁰) ou interpolados (a paróquia de *Alisti*, muito provavelmente inexistente no século VI³¹), como no caso da mesma Braga. Por esta razão é muito difícil considerar estas fontes como plenamente seguras para analisar a realidade do século VI, já que em muitos casos refletem mais o contexto medieval em que foram produzidas ou modificadas³².

O contexto eclesiástico dos séculos XI e XII era caracterizado pelas tentativas dos bispos de “territorializar” o próprio poder e definir, através também do estabelecimento das fronteiras episcopais, o espaço da própria jurisdição³³. Para além disso, as disposições dos Concílios de Coiança e Compostela, como sublinhado por F. López Alsina, estabeleceram que, no momento da sua restauração, uma diocese devia voltar a controlar todas as posses que faziam parte do património episcopal antes do seu desaparecimento, ocorrido em alguns casos depois da invasão muçulmana de 711. É por isso que, se uma diocese tinha possuído igrejas e terras na época sueva, a mesma diocese estava legitimada a recuperá-las após a sua restauração³⁴.

Daí a fama de um documento como o *Parrochiale Suevorum* que podia “certificar” esses direitos³⁵. Contudo, também o *Parrochiale* podia ter limites dado que, como já falámos, esta fonte não apresenta definições detalhadas de fronteiras, a não ser de forma indireta segundo a interpretação dos bispos. Por exemplo, o *Parrochiale* atribuía o *castrum antiquum* (a atual Vila Nova de Gaia) à diocese de

29 Luís Carlos Amaral, “Organização eclesiástica de entre-Douro-e-Minho: o caso da diocese de Braga (sécs. IX-XII)”, em José Ángel García de Cortázar (coord.), *Del Cantábrico al Duero. Trece estudios sobre Organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*, Santander, Universidad de Cantabria, 1999, p. 320.

30 Amancio Isla Frez, “Ensayo de historiografía medieval. *El Cronicón Iriense*”, En *La España Medieval*, 4 (1984), p. 427-428.

31 Alarção, “Os limites”, p. 41 e Alsina, “El Parrochiale”, p. 122. Sobre Alisti, vejam-se também Avelino J. da Costa, *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Coimbra, Universidade de Coimbra (Tese de doutoramento), vol. I, p. 29 e Marques, “A Igreja e a religiosidade junto ao Douro”, 1959*, p. 407.

32 Alsina, “El Parrochiale”, p. 113-119. Patrick Henriet, “L’espace et le temps”, p. 124.

33 Veja-se por exemplo Andrea Mariani-Francesco Renzi, “The ‘territorialization’ of the episcopal power in medieval Portugal: a study on the bullae of Popes Paschalis II and Calixtus II and the conflicts between the dioceses of Oporto, Braga and Coimbra (12th century)”, *Lusitania Sacra*, 2^a Série, 37 (Janeiro-Junho 2018), p. 161-187 e relativa bibliografia.

34 Alsina, “El Parrochiale”, p. 112-113 e 120-121.

35 *Ibidem*.

Coimbra, que os bispos conimbricenses interpretavam, por extensão, como uma fixação no rio Douro da fronteira com o Porto³⁶.

Portanto, a nossa hipótese é que os documentos 15 e 552 do *Liber Fidei* tenham sido produzidos entre os séculos XI e XII para complementar o *Parrochiale Suevorum* e fixar mais precisamente o património de Braga seguindo o modelo de Lugo. Estes documentos podiam ter como base o *Parrochiale*, mas, como vimos, esta fonte não pode ser lida acriticamente como uma representação fiel da geografia eclesiástica do século VI³⁷.

Em primeiro lugar, achamos suspeitas as presenças de alguns topónimos em documentos referentes aos anos de 569 e 572. O primeiro caso, e o mais evidente, é a citação a Vila do Conde nos documentos 15 e 552 do *Liber Fidei* como *Castro/Castrum* ao longo do rio Ave. Os investigadores concordam que, com a excepção destas duas fontes do *Liber Fidei*, a primeira menção desta localidade não é do século VI, mas de 953, menção contida num documento em que é possível ler uma referência ao *castrum* «in ripa maris propre ribulo ava subtus montis Terroso, id est Villa de Comite et ecclesia que est fundata in castro vocitato Sancto Johanne»³⁸.

Até J. de Alarcão, que defende a hipótese que os limites dos documentos do *Liber Fidei* são os da diocese sueva de Braga, admitiu que esta menção de Vila do Conde pode ser uma interpolação que dataria o documento ao início do século X, o que reforçaria a hipótese de P. David da redação destas fontes em “época asturiana”³⁹. Contudo, a referência ao *castrum* não desapareceu após o século X e, como evidenciado por M. J. Barroca, era ainda utilizada em 1100 no documento 155 do mesmo *Liber Fidei* («hereditate mea propria quam habeo in Villa quos vocitant de Conde que est in litore maris subtus mons castro Sancti Iohannis

³⁶ *Liber Fidei*, I, docs. 10-11 e 551 e Mariani-Renzi, “The ‘territorialization’, p. 176-179 e relativas notas de rodapé para a bibliografia.

³⁷ Vejam-se por exemplo as considerações sobre os onze condados de Lugo de Alsina, “El Parrochiale”, p. 111-114.

³⁸ *Diplomata et chartae: chartularia: Livro de Mumadona - Cartulário do Mosteiro de Guimarães*, edição crítica por Luís Carlos Amaral et alii. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2016, doc. 53. Veja-se também Luís Carlos Amaral, “O povoamento da terra bracarense durante o século X”, *História, Revista da FLUP*, IIIª Série, 10 (2009), p. 125.

³⁹ Alarcão, “Os limites”, p. 39.

discorrente rivo Ave territorio Bracarensi»), o que poderia colocar também nessa altura cronológica a possível redação dos documentos bracarenses 15 e 552, dado que desta vez a localidade é expressamente definida como território de Braga⁴⁰.

Outro topónimo de difícil interpretação é o «castro de Villa Plana», que deveria corresponder a atual Vila Chã do Marão. Se por um lado existia um castro da Idade do Ferro, o que tornaria possível a sua sobrevivência no século VI, a primeira referência a esta freguesia, segundo D. Moreira, apareceria só nas *Inquirições* de Afonso II de 1220⁴¹. Contudo, parece pouco claro porque D. Moreira não incluiu outros documentos, como por exemplo a bula papal de 1114 (que analisaremos posteriormente), para além dos documentos 15 e 552 do *Liber Fidei*, como primeira referência a Vila Chã⁴².

Num documento inédito de 1150 do mosteiro de Vairão (preservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa) aparece o rio Oilo (hoje Olo) – «Discorrente rivolo Oilo iusta flumine Tamice subtus mons Marancino» –, que sabemos delimitar o território de Vila Chã, mas sobre o qual não temos informações mais precisas⁴³. A referência ao *mons Marancino* devia ser ligada ao monte Marancinho (ou Marãozinho) na freguesia de Gondar, mencionada só em 1204, de acordo com a documentação e segundo D. Moreira⁴⁴.

O segundo ponto crítico consiste no facto de que, através do *Parrochiale Suevorum*, não é possível conhecer os limites das paróquias e reconhecer o Marão como um dos pontos de divisão/fronteira da arquidiocese de Braga. Sabemos,

⁴⁰ *Liber Fidei*, I, docs. 155, 15 e 552. Mário Jorge Barroca, “Prope litore maris: o sistema defensivo da orla litoral da diocese do Porto (séc. IX a XII)”, em *Um poder entre poderes*, p. 222.

⁴¹ Domingos A. Moreira, “Freguesias da diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II parte (Fascículo R-V) (Conclusão)”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, IIª Série, 7/8 (1989/90) p. 103.

⁴² *Liber Fidei*, I, doc. 554. Veja-se também a obra de Joana Valdez-Tullet, *Périplo pelo território de Amarante: Resultados de um projecto de investigação*, p. 14-15. Disponível on-line https://www.researchgate.net/publication/261135210_Periplo_pelo_territorio_de_Amarante_Resultados_de_um_projecto_de_investigacao_Periplus_through_the_Archaeological_Heritage_of_Amarante_results_of_a_research_Project. Consultado on-line em 29/11/2021.

⁴³ PT/TT/MSV/003/0002 doc. 3.

⁴⁴ Domingos A. Moreira, “Freguesias da diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II parte-inventariação onomástica (Fascículo G-O)”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, IIª Série, 3/4 (1985/86), p. 76.

contudo, que a *terra* medieval de Panóias chegava até Campeã, o que faria do Marão uma potencial fronteira, como demonstrado num documento de 1091⁴⁵. Segundo L. Ventura, a de 1091 seria a primeira menção documental da Terra de Panóias, mas existem pelo menos duas menções precedentes da Terra de Panóias datadas respetivamente de 1086 e 1088⁴⁶. A divisão em *terras* remonta à reorganização territorial iniciada durante o reino do Fernando I Magno (†1065), uma redefinição do espaço muito provavelmente baseada em formas de organização precedentes⁴⁷. Contudo, sabemos que em vários casos, as divisões em terras do século XI mudaram a organização local, como demonstra o caso da *terra portugaliensi* nas fontes da segunda metade do século XI, e que nem sempre as redes paroquiais do século VI e do século XI coincidiam perfeitamente⁴⁸. Este elemento poderia sustentar a tese da redação, dos documentos 15 e 552 do *Liber Fidei* entre os séculos XI e XII.

O nosso terceiro argumento a favor da redação medieval das fontes, é a semelhança delas com outra falsificação produzida em Lugo no século XI, preservada no *Tumbo Viejo de Lugo*, ou seja, a divisão em onze condados do território lucense

45 *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*, ed. por Alexandre Herculano, Lisboa, Academiae Scientiarum Olisiponensis, (1867-1873), 4 fasc., doc. 764.

46 Leontina Ventura, *A nobreza de corte de Afonso III*, Coimbra, Universidade de Coimbra, (Tese de Doutoramento), 1992, vol. II, p. 1012, assinalou o documento de 1091, mas identificou-o incorretamente nas notas indicando o DC 455 que se refere ao território de Anegia. Veja-se também Armando de Almeida Fernandes, *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Arouca, Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1997, p. 62 e 99. Para as menções da Terra de Panóias em 1086 e 1088, veja-se *Liber Fidei*, II, doc. 623 e *Liber Fidei*, I, doc. 122. Agradecemos o Professor Carlos Balsa pela indicação.

47 Carlos Balañas Pérez, *Do mito á realidade: a definición social e territorial de Galicia na alta idade media (séculos VIII e IX)*, Santiago de Compostela, Fundación Universitaria de Cultura, 1992, p. 438-439 José Marques, “Braga e Coimbra no tempo do reino de Leão”, e Estrella Pérez Rodríguez, “Las relaciones de Fernando I de León y el territorio portugués según la Historia Silense y la crónicas leonesas y castellanas posteriores”, ambos em Paulo Farnhouse Alberto e Rodrigo Furtado (coord.), *Cuando Portugal era reino de León: estudios sobre cultura e identidad antes de Alfonso Enriquez*, León, Universidad de León, 2011, respetivamente às p. 53-84 e 85-98. Veja-se também Amaral, *Formação e desenvolvimento*, p. 133-200.

48 Alsina, “El Parrochiale”, p. 112-113 e Francesco Renzi-Joana Gomes, “La frontiera occidentale dell’*Hispania*. Alla ricerca della Galizia e del Portogallo medievali (secoli VI-XII)”, em Arturo Calzona, Glauco Maria Cantarella (coord.), *Autocoscienza del territorio, Storie e Miti: dal mondo antico all’età moderna*, Atti del Convegno di Mantova-Centro di Studi Alberti, 19-21 settembre 2018, Verona, Scripta Edizioni, 2020, p. 83-84 e 89-90 e relativa bibliografia, citada também *infra* na nota n. 47.

com a descrição precisa das fronteiras de cada condado⁴⁹ e de que se conserva a memória no mesmo *Liber Fidei*, dado que esta divisão é inserida dentro do texto do *Parrochiale Suevorum*, como é possível verificar no caso dos documentos 10 e 11, mais uma sua descrição sintética no documento 553⁵⁰.

Segundo F. Lopez Alsina, o clero de Lugo produziu este texto para definir fronteiras claras aos territórios na proximidade da cidade e que os bispos queriam controlar; esta tipologia de divisão (que impede, de facto, qualquer conhecimento da estrutura paroquial de Lugo no século VI), era considerada mais eficaz pelos bispos lucenses da plena Idade Média, incluído nas relações com Roma a partir do pontificado de Urbano II (1088-1099)⁵¹. Poderia ter sido este o modelo para Braga? Se, por exemplo, observamos com atenção o documento 15 do *Liber Fidei*, é possível notar como a linguagem utilizada é muito parecida com o texto da divisão do território de Lugo em onze condados, tanto o do *Liber Fidei* de Braga (doc. 10-11), como da versão preservada no *Tumbo Viejo de Lugo*:

*«He itaque determinationes seu difinitiones a me Martino Bracaren-si episcopo atque Nitigio Lucensi episcopo **diligentissime per antiquorum virorum scientiam seu per scripturarum seriem vetustarum reperte studiosissime exquisierunt**»⁵².*

*«Has itaque determinationes comitatum seu definitiones a me Nitigio nutu Dei Lucense sedis episcopo **diligentissime exquisitas per antiquorum virorum scientia seu per scripturarum seriem vetustarum repertas studiosissime post peracto Bracarensi sinodo IIº**»⁵³.*

*«Has itaque determinationes Comitatum seu diffinitiones a me Nitigio nutu Dei Lucensis Sedis Episcopo **diligentissime exquisitas per antiquorum uirorum scientiam seu scripturarum serie uetustarum repertas studiosissime post peracto Bracharensium Secundo**»⁵⁴.*

49 David, *Études*, p. 21-22; 51-55 e Alsina, “El Parrochiale”, p. 111-115 e 122.

50 “Tumbo Viejo”, doc. 6 e *Liberi Fidei*, docs. 10-11 e 553.

51 Alsina, “El Parrochiale”, p. 111-114 e 122.

52 *Liber Fidei*, I, doc. 15.

53 *Idem*, doc. 11.

54 “Tumbo Viejo”, doc. 6.

A nossa hipótese é que em Braga, com base nas práticas documentarias de Lugo adaptadas ao contexto bracarense com a menção de São Martinho de Dume, o clero local produziu os documentos 15 e 552 para ter um instrumento complementar, e mais eficaz, do *Parrochiale Suevorum*⁵⁵. Na nossa opinião, estes documentos eram instrumentos operativos que Braga podia utilizar nos eventuais conflitos com as outras dioceses ou poderes do território. Provavelmente o documento 15 foi uma primeira tentativa; esta versão podia ser exposta a críticas, já que data, por exemplo, o hipotético Concílio de Lugo em 572 (ano do II Concílio de Braga)⁵⁶, em vez de 569, como nos informa o *Parrochiale*⁵⁷.

Por sua vez, o documento 552 tem: uma datação congruente com as outras fontes (o Concílio de Lugo é datado corretamente no ano de 569); um latim mais cuidado (a correta utilização do acusativo após a preposição *ad*, por exemplo); e introduz uma narrativa substancialmente semelhante à dos onze condados, ou seja, o estabelecimento das fronteiras diocesanas após uma investigação autorizada pelo rei suevo, conduzida pelos bispos e aprovada em concílio⁵⁸.

Que estes documentos não se referem ao século VI é também comprovado pelo facto que, no estado atual da investigação, todas as referências documentais medievais ao Marão são do século XII, em particular no período entre 1114 e 1188⁵⁹. Braga tentou legitimar esses documentos através do reconhecimento de Roma, uma prática habitual no século XII⁶⁰. O prestígio do reconhecimento papal podia validar, ou pelo menos dar mais legitimação a esses documentos, mas quando Mauricio “Burdino”, arcebispo de Braga (1109-1118), viajou até Roma, não fez referência à *Divisio Theodomiri* (o *Parrochiale Suevorum*), contrariamente ao que aconteceu em 1101 para legitimar as pretensões territoriais da sua sede quando era bispo de Coimbra:

55 David, *Études*, p. 56. *Liber Fidei*, I, docs. 15 e 552 e relativas notas e *regesta*.

56 *Ibidem*, doc. 15.

57 “Tumbo Viejo”, doc. 7 e *Liber Fidei*, I, doc. 10 e 551.

58 *Liber Fidei*, I, doc. 552.

59 *Liber Fidei*, I, docs. 554, 440, e II, docs. 818 e 828 e João Parente, *Idade Média no distrito de Vila Real. Documentos desde o ano 569 ao ano 1278*, tomo I, Lisboa, Âncora, 2013, docs. 26 e 49.

60 Ludwig Vones, “Restauration ou bouleversement?”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 49/2 (2019). Disponível on-line em <http://journals.openedition.org/mcv/11225>. Consultado on-line em 29/11/2021.

«Interim a Colimbria usque ad Castrum antiquum, sicut Teodimiri regis temporibus ab episcopis diuisio facta est, ecclesie Colimbriensis possessio perseueret»⁶¹.

No documento outorgado em dezembro de 1114 por Pascoal II, a bula conhecida como *Sicut iniusta*, certificam-se as mesmas fronteiras do documento do *Liber Fidei* número 552, em que não há referência à localidade de *Portella de Cegulus*, o que exclui o documento 15 como possível fonte de legitimação⁶². Na bula papal é possível ler também que as definições destas fronteiras diocesanas foram atribuídas a um concílio promovido pelo rei «Mironis»:

*«Tuis igitur frater in Christo karissime Maurici precibus annuentes ad perpetuam sancte Bracarensis ecclesie pacem ac stabilitatem presentis decreti stabilitate sancimus ut universi parrochiae fines sicut temporibus Mironis regis in episcoporum concilio distincti leguntur et sicut a tuis successoribus in perpetuum conseruentur quorum videlicet descriptio ita se habet»*⁶³.

O nome do rei parece confirmar a narrativa da divisão em onze condados de Lugo, contidas no *Tombo Viejo* e no *Liber Fidei*. Esta reorganização territorial teria sido iniciada pelo rei Teodemiro em 569 no concílio lucense (elementos presentes nos documentos 15 e 552 do *Liber Fidei*), tendo sido confirmada em Braga, no Concílio de 572, por um rei chamado «Mironis»:

*«Ego Theodomirus Rex cognomento etiam Mirus –Galletie totius Prouintie Rex [...] coadunato –nutu Dei– Concilio, in Lucensi iam prefate prouintie Urbe [...] Quod studiose perquirens cum eiusdem prouincie pontificibus in eodem concilio Lucensi adunatis, ut potuimus per ueritatem antiquam unicuique ciuitati suam tribuimus diffinitionem seu portionem, ac –per riuulorum cacuminaque montium seu antiquorum castrorum uel archarum confinia– eius terminos ingessimus, ne –Ecclesia contra Ecclesiam disceptans– alterius terminos inuaderet, ac eis propriis subscriptionibus adnotauimus. Concilio etiam Brachare congregato Secundo, simili modo ueritate reperta confirmamus, Presidente in Eadem Urbe Martino episcopo. Concessimus etiam Ecclesie Lucensi [...] XIIm Comitatos [...] Has itaque determinationes Comitatum seu diffinitiones a me Nitigio nutu Dei Lucensis Sedis Episcopo diligentissime exquisitas per antiquorum uirorum scientiam seu scripturarum serie uetustarum repertas studiosissime post peracto Bracharensium Sinodo Secundo ibidem in diebus Gloriosissimi Domni Mironis Regis sub Era DC^a X^a»*⁶⁴.

«Ego Teudemirus rex, cognomento etiam Mirus, Gallecie tocius prouincie rex [...] quoadunato nutu Dei concilio in Lucensi iam prefate prouincie urbe [...] Quod studiose perquirens cum eiusdem prouincie pontificibus in eodem concilio Lucensi adunatus ut potuimus per ueritatem antiquam unicuique ciuitati suam distribuimus difinitionem seu portionem ac per riuulorum cacuminaque montium seu antiquorum castrorum uel archarum confinia eis terminos ingessimus ne ecclesia contra ecclesiam disceptans alterius terminos invaderet ac eis propriis subscriptionibus adnotauimus. Concilio etiam Brachare congregato secundo simili modo ueritatem reperta confirmauimus presidente in eadem urbe Martino episcopo. Concessimus etiam ecclesie Lucensi [...] XI comitatos [...] Has itaque determinationes comitatum seu difinitiones a me Nitigio nutu Dei Lucense sedis episcopo diligentissime exquisitas per antiquorum uirorum scientiam seu per scripturarum seriem uetustarum repertas studiosissime post peracto Bracharensi synodo II.o ibidem in diebus gloriosissimi domni Mironis regis sub Era DC.^a X.»⁶⁵.

Pela cronologia, este rei «Mironis» deveria ser Miro (†583), o sucessor de Teodemiro, que, se aceitamos a cronologia de P. C. Díaz, morreu por volta de 570 e não podia ter estado presente em Braga em 572⁶⁶. Contudo, o mesmo historiador sublinhou que, nos séculos XI e XII, o clero do noroeste peninsular não tinha conhecimento assim tão detalhado do passado suevo e, de facto, Teodemiro e Miro eram muito provavelmente considerados a mesma pessoa e o mesmo rei⁶⁷. Seja como for, o Papa Pascoal II deve ter considerado o documento bracarense apresentado por Maurício “Burdino” como válido, uma conclusão nada óbvia consideradas as práticas papais de início século XII⁶⁸. Para além disso, a bula papal permite-nos estabelecer como termo ante quem para a redação do documento 552 do *Liber Fidei* o ano de 1114⁶⁹, o que parece confirmar a nossa hipótese. Nesse caso estaríamos perante uma

61 Carl Erdmann, *Papsturkunden in Portugal*, Berlin, Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen, 1927, doc. 2. Renzi-Mariani, “Sobre as origens”, p. 104.

62 *Liber Fidei*, I, 15, 552 e 554.

63 *Liber Fidei*, I, doc. 554.

64 “Tumbo Viejo”, doc. 6.

65 *Liber Fidei*, I, doc. 11.

66 Díaz, *El reino suevo*, p. 293 e seguintes.

67 *Ibidem*, p. 145.

68 Ludwig Vones, “Restauration ou bouleversement?” e Renzi-Mariani, “Sobre as origens”, p. 104.

construção refinada, que combina elementos do *Parrochiale* com a documentação lucense do século XI, moldados em favor dos interesses patrimoniais de Braga no início do século XII, uma visão coerente com as menções pleno medievais da Serra do Marão nas fontes⁷⁰.

Neste ponto divergimos da interpretação de P. David. O historiador afirma claramente que Braga imitou as estratégias de Lugo⁷¹, mas isso implica que os documentos 15 e 552 do *Liber Fidei* dificilmente podem remontar (pelo menos na forma em que foram transmitidos⁷²) aos séculos IX e X, na medida em que as várias versões do documento falso da divisão do território de Lugo em onze condados circularam só após 1055, juntamente com o *Parrochiale Suevorum*, em dois períodos distintos. Uma primeira fase com o bispo Vistruario (1060-1086) entre 1061 e 1070 e uma segunda antes de 1095 com o bispo Amor (1088-1096)⁷³. Concordamos plenamente, em vez, com a proposta de F. López Alsina, que viu na documentação de Braga um desenvolvimento dos textos (falsos ou interpolados) que circularam a partir de Lugo durante o pontificado de Amor⁷⁴.

Voltando às questões ligadas ao património de Braga, o *timing* do pedido de confirmação papal de Maurício não é casual: em 1112-1113 tinha sido restaurada a diocese do Porto (ou melhor, foi eleito e consagrado um bispo, já que o clero episcopal nunca deixou de existir) e Braga precisava de definir melhor as suas fronteiras face a um novo potencial concorrente; para além do facto que o bispo D. Hugo vinha de

⁶⁹ Ainda em 1078 (ou 1075) quando o bispo de Braga, D. Pedro, reclamou a posse da localidade de *Baroncelli*, contra as pretensões do bispo de Ourense Ederónio, fez referência ao *Parrochiale* e à divisão em paróquias de Teodemiro, sem falar de *terminationes* (limites) como no doc. 552 do *Liber Fidei* por exemplo. *Liber Fidei*, docs. 21 e 552 e Alsina, “El Parrochiale”, p. 122-123.

⁷⁰ Cfr. *Infra* a nota n. 58.

⁷¹ David, *Études*, p. 55-56.

⁷² Num documento datado de 911, é possível ler de uma divisão territorial com fronteiras de Dume. Este documento mostra que, como sugerido por P. David, era possível ter divisões territoriais no século X, mas no caso da diocese dumiense não há referência nenhuma ao *Parrochiale*, aos Suevos ou ao rei Teodemiro. Por esta razão, mesmo se a divisão de Braga remontasse ao século X, a confecção dos documentos 15 e 552 com a menção do Concílio de Lugo de 569, é um produto dos séculos XI e XII, inspirado, como confirma o mesmo P. David, nas práticas de Lugo datável, contudo, só na segunda metade do século XI. David, *Études*, p. 56-57 e *Diplomata et Chartae*, fasc. 1, doc. 17.

⁷³ Alsina, “El Parrochiale”, p. 111 e 114-115.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 122-124.

Compostela, a principal rival de Braga no noroeste peninsular⁷⁵. Antes de 1112-1113 Braga não devia precisar de confirmações papais das suas fronteiras, já que a sede do Porto se mantinha “vacante” após o pontificado de Sisnando (†1070?), praticamente nos mesmos anos da restauração de Braga, e que, entre o século XI e os princípios do XII, manteve uma qualquer forma de influência sobre Porto através da acção dos seus arqui-diáconos, como evidenciado por A. Marques⁷⁶.

Com a chegada de D. Hugo, a situação mudou. O primeiro objetivo de D. Hugo foi estabelecer as fronteiras do seu episcopado, confirmadas pelas bulas de Pascoal II em 1115 e Calisto II em 1120, onde encontramos a referência ao Marão como um dos pontos de divisão entre as dioceses de Braga e Porto:

*«Et quod de antiquis parrochiae terminis dum portugalensis prostrata iaceret ecclesia ab alijs ecclesijs occupatum est. Auxiliante Deo eidem reintegretur ecclesiae. Quorum videlicet terminorum distinctio horum dicitur finium continuatione distendj. A fauce auiae fluminis ubi cadit in mare oceanum. Per ipsum flumen sursum usque in auicellam fluuium. Et per auicellam ad archus palumbaris. Inde ad antam de temone. **Inde ad montem marantis. Inde ad canpeanam fluuium. Et per ipsum fluuium sicut defluit in bandugium. Et per bandugium sicut decurrit in corregam et per corregam in dorium flumem. Inde trans dorium ad piscarium fratrum per montem magnum ad antoanum flumem. Et per ipsum fluuium sicut descendit ad mare oceanum»**⁷⁷.*

*«Propterea quod de antiquis parrochiae terminis dum portugalensis prostrata iaceret ecclesia ab alijs ecclesijs occupatum est precipimus ut auctore Deo eidem reintegretur ecclesiae quorum videlicet terminorum distinctio horum finium continuatione distendit. A fauce Ave flumine ubi cadit in mare oceanum, per ipsum fluvium sursum usque in avicellam fluvium, et per avicellam ad archum palumbarii. Inde ad antam de temone, inde per montem eguas, ad monte farinae, **inde ad montem maraonis, et per maraonem ad campanam fluuium. Et per ipsum fluuium sicut decurrit in correca. Et per correcam in dorium flumen. Item transdorium flumen a fauce arde per monte de meda. Ad montem nabal ubi nascitur fluuius antusiana qui anteana dicitur; per ipsum fluuium sicut descendit ad mare oceanum»**⁷⁸.*

Em geral, D. Hugo não utilizou o *Parrochiale* como guia da sua política territorial e patrimonial, dado que as fronteiras ao sul entravam claramente em territórios reclamados por Coimbra (sem contar a disputa das duas dioceses sobre a sede “vacante” de Lamego) e que reagiu aos ataques de D. Hugo e dos seus sucessores ao longo do século XII, num conflito que só se resolveu em finais do século XIII⁷⁹.

Contra Braga – além da tentativa de D. Hugo de se tornar independente e conseguir, sem sucesso, a isenção papal da autoridade metropolitana bracarense, como tinha feito Compostela em 1095 –, os bispos do Porto tentaram inserir-se na zona “cinzenta” da região de Amarante, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira e Santo Tirso (cuja fronteiras serão objeto de definição até 1882) e pôr debaixo da sua autoridade mosteiros como Vilarinho (Santo Tirso), que nas fontes ainda no século XIII aparecem claramente sob a autoridade de Braga⁸⁰. Por sua vez, o Marão e o rio Corgo parecem ser uma das poucas zonas, juntamente com a parte final do rio Ave, em que não houve conflitos⁸¹.

De facto, a partir de 1120, o Marão torna-se uma fronteira sem aparentes razões de conflito. Por exemplo, não são atestadas nas fontes para essa zona fortificações ativas ou mosteiros (veja-se o caso de Arnoia⁸²) e que podiam causar tensões entre as duas dioceses. Um dos mosteiros mais perto do Marão, Gondar, aparece nas

75 André E. Marques, “A autoridade episcopal e a construção da rede paroquial na diocese do Porto (sécs. X-XIV)”, em *Um Poder entre Poderes*, p. 163-196 e Andrea Mariani-Francesco Renzi, “Redescubrir un obispo ibérico del siglo XII: Hugo de Oporto y el contexto político-eclesiástico del Condado de Portugal (1112-1136)”, em Andrea Vanina Neyra, Victoria Casamiquela Gerhold (coord.), *Sociedad, Cultura y Religión en la Plena Edad Media*, Buenos Aires, IMHICIHU- CONI-CET, 2019, p. 63-93 e relativa bibliografia sobre D. Hugo bispo do Porto.

76 Luís Carlos Amaral, “A restauração da diocese do Porto e a chegada do bispo D. Hugo”, em *Um poder entre poderes*, p. 25-45 e Marques, “A autoridade episcopal”, p. 163-196.

77 *Censual do Cabido da Sé do Porto: códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, p. 1-2.

78 Idem p. 3-4 e Ulysse Robert, *Le bullaire du Calixte II*, Paris, Imprimerie Nationale, 1891, doc. 149.

79 Mariani-Renzi, “The ‘territorialization’”, p. 176.

80 *Idem*, p. 166 e 174-175 e relativa bibliografia.

81 *Ibidem*.

82 *Idem*, p. 175-176.

fontes só em 1202⁸³. Por fim, um documento do rei Sancho I, provavelmente datado de 1175, indica que a zona sob o monte de Penaguião, a oeste do rio Corgo, fazia parte da diocese do Porto, confirmando assim a fronteira da bula de Pascoal II de 1115⁸⁴. Esta nova dimensão de fronteira do Marão é comprovada pela importância dos caminhos que o atravessavam e o desenvolvimento de pontos de paragem como a *albergaria* do Marão, instituída antes de 1132 e atestada tanto na documentação de Afonso Henriques (1134), como na documentação interna da arquidiocese de Braga em 1145 e 1188⁸⁵.

Em conclusão, as poucas fontes disponíveis dizem-nos que o Marão não aparece antes do século XII na documentação medieval⁸⁶, quando esta serra se torna de facto a fronteira entre Braga e o restaurado bispado do Porto, e daí a sua importância para os caminhos e ligações locais. A partir do século XII em diante, o Marão adquiriu um importante papel na redefinição dos poderes eclesiásticos da região. Esperamos que estas observações possam contribuir para o debate atual e futuro sobre estes temas.

83 Sobre este documento veja-se a ficha da *Rota do Românico*. Disponível on-line em https://www.rotadoromanico.com/media/documents/Igreja_Gondar.pdf. Consultado on-line em 29/11/2021.

84 *Documentos de D. Sancho I: 1174-1211*, ed. por Rui Pinto de Azevedo, P. Avelino de Jesus da Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979, doc. 2.

85 *Liber Fidei*, II, 730, 818 e 828.

84 A primeira menção do Marão seria contida numa ara de época romana encontrada em Guiães (Vila Real) e preservada atualmente no Museu Arqueológico de Vila Real (Inv. n.º 1996.10.7026/6929). Na ara há uma referência à «Reve Marandicvi» (Reva de Marão), uma divindade pagã local. Sobre a ara de Guiães e para uma bibliografia geral veja-se a ficha do database *Hispania Epigraphica*, http://eda-bea.es/pub/record_card_1.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&-quicksearch=HEp+6%2C+1079&rec=16423 consultado em 14/03/2022. Vejam-se também Carlos Balsa, “Via do Marão – contributos para a identificação do traçado do antigo caminho do Marão”, *Oppidum - Revista de Arqueologia, História e Património*, 10 (2018), pp. 39-61 e Blanca María Prósper, “REVE ANABARAECO, divinidad acuática de Las Burgas (Orense)”, *Palaeohispanica. Revista Sobre Lenguas Y Culturas De La Hispania Antigua*, 9 (2019), pp. 203-214.

OS *MARMOIRAIS* MEDIEVAIS
– UMA REVISITAÇÃO A PROPÓSITO DO
MONUMENTO DA CAMPEÃ, VILA REAL

António Manuel S. P. Silva

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (UP)

Introdução. Um enigma antigo

A recente identificação de um *marmoiral* – sepultura medieva de características particulares – na freguesia da Campeã, concelho de Vila Real (BALSA, 2017, 2021) proporcionou o ensejo de revisitarmos estes singulares monumentos funerários, que estudámos há bastante tempo (SILVA, 1987; 1998) mas que justificam, graças a informações entretanto vindas a público e a perspetivas e reflexões necessariamente refrescadas, uma nova abordagem, ainda mais problematizante do que totalmente clarificadora das suas formas e funções, como antevimos na primeira análise que efetuámos a este género tumular.

No ano de 1548, João de Barros, na sua *Geographia d'Entre Douro e Minho*, referia-se a umas

«...sepulturas antigas que não são dos Romaons e estão no monte, feitas hà maneira de moimento. com arco por sima, e estas não têm nenhumaas letras, nem me sabem dar certa razão de quem serão, ou porque se fazião ali, fora das Igrejas...» (BARROS, 2019 [1548]: 344).

traduzindo total estranheza perante a origem e contexto de alguns monumentos funerários erguidos, na sua generalidade, apenas uns 250 ou 300 anos antes do seu tempo. A perplexidade daquele erudito, terá de explicar-se, em nosso entendimento, pela efetiva raridade daquele tipo de arquitetura funerária, circunstância que terá levado a que, muito rapidamente, se perdesse a memória sobre a razão do seu uso ou a identidade dos indivíduos ali sepultados.

A singularidade dos arcos funerários levou também, na Época Moderna, ao desenvolvimento de diversas lendas etiológicas, maioritariamente de origem erudita, explicando a razão dos monumentos com o sepulcro de determinadas personalidades

locais ou com pontos estacionais de cortejos funerários de figuras ilustres, como sucede – a propósito dos monumentos da Ermida, de Sobrado de Paiva e de Arouca – com o préstito fúnebre da infanta beata Mafalda entre o mosteiro de Rio Tinto, onde terá falecido, em 1256, e o de Arouca, onde professara, mito engendrado no século XVIII e inadmissível quanto à razão da ereção dos arcos, não tanto quanto ao uso de alguns deles para o estacionamento da procissão que trouxe o corpo da beata para Arouca, como a seu tempo explicitámos (SILVA, 1987:4-6; 1998: 22-23). Outro tanto poderá ter ocorrido com a eventual utilização dos «arcos» de Paradela, em Tarouca, com o funeral de D. Pedro, entre o seu paço de Lalim e o mosteiro de São João de Tarouca, corria o ano de 1354 (FERNANDES 1956: 70).

A excecionalidade destes monumentos chamou a atenção de diversos estudiosos, primeiro com conjeturas e interpretações mais ou menos fantasiosas da sua utilidade; depois, já com análises de maior rigor científico (ALMEIDA, 1816), mas só bem entrado o século XX surgiram trabalhos com os devidos enquadramento histórico e perspectiva de conjunto dos exemplares conservados (AZEVEDO, 1939b, 1940; VITORINO, 1942, 1943). Mais recentemente, foi fundamental para o tema o contributo histórico-linguístico de A. de Almeida FERNANDES (1983), tendo vindo a público novas abordagens enquadradoras (SILVA, 1987, 1998; BARROCA, 1987, 2012). Por outro lado, a circunstância de três destes monumentos – os marmoirais da Ermida, de Alpendurada e da Boavista – terem sido incluídos entre os elementos patrimoniais da «Rota do Românico do Vale do Sousa» propiciou renovados olhares sobre estas sepulturas, nomeadamente na ótica da divulgação, com pouco acrescento de dados ou fontes em relação aos trabalhos anteriores (ROSAS, BARROS, 2008; BOTELHO, 2014; COSTA, 2017).

Os monumentos registados. Características gerais e particulares

A raridade e excecionalidade arquitetónica de alguns destes monumentos levaram a que, na sua quase totalidade, tenham sido classificados como Monumentos Nacionais (Alpendurada, Arouca, Ermida, Sobrado e Odivelas) ou Imóveis de Interesse Público (Arco de Paradela), o que certamente contribuiu para a sua preservação, embora só em tempos recentes tenham sido levadas a cabo

verdadeiras intervenções de conservação e requalificação destes bens patrimoniais. Repassemos, a traços largos e desenvolvendo trabalhos anteriores (SILVA, 1987; 1998), a historiografia e as principais características dos monumentos conservados ou dos desaparecidos dos quais há informação suficiente, para depois analisarmos, entre outros aspetos, as questões da sua função, nomenclatura, distribuição geográfica e cronologia.

Memorial de Santo António ou do Burgo, Arouca

Localiza-se junto à Estrada Nacional n.º 326, nas proximidades de Arouca. A designação vem do lugar onde se acha, junto à capela de Santo António, mas situa-se na freguesia de Santa Eulália, não na do Burgo (SILVA, 1987, 1989, 2004). Achava-se originalmente do lado esquerdo da estrada, no sentido da vila de Arouca, tendo sido reposicionado no lado oposto em 1864, por motivo de obras de alargamento da via (SILVA, 1986). Em 2008, por iniciativa da Junta de Freguesia e do Município, foi de novo desmontado e recolocado a norte de uma rotunda aí criada, com evidentes ganhos de segurança e enquadramento urbano (Fig.1). Foi classificado como Monumento Nacional em 1910, como a maioria dos exemplares congéneres¹.

*Fig. 1 –
Memorial de
Santo António,
Arouca (foto
do Autor).*



¹ Decreto-Lei de 16.06.1910, publicado no Diário do Governo n.º 136, de 23.06.1910.



Fig. 2 – Memorial de Santo António, pormenor (foto do Autor).

Construído em cantaria de granito – como todos os monumentos afins do norte do País – é constituído por um plinto de três fiadas de blocos, sendo a superior debruada por uma moldura ornamental. Sobre esta base maciça assenta um corpo de menor espessura e comprimento, com sete fiadas de altura, no qual se rasga, ao centro, um arco de volta inteira, totalmente vazado, ladeado superiormente por outros dois pequenos arcos, esguios, igualmente vazados, cada qual decorado com três ornamentos perolados na parte curva. O arco maior – como que um arcossólio sem parede posterior – possui à cota da aduela que serve de saimel, uma espécie de tampa sepulcral, de secção pentagonal, de planos angulares na face superior, assente em quatro colunelos cilíndricos, curtos, de toro e escócia bem marcados, e capitéis figurativos (Fig. 2). Nestes, com reservas face ao grande desgaste da pedra, parecem identificar-se cabeças de muars e uma aparente face humana; os pares de capitéis são ligados por cabeças de bovídeo, exibindo ainda cada um dos cestos aves

afrontadas, esculpidas sobre conchas ou ornatos florais. Similar decoração preenche o espaço entre um dos pares de colunelos, vendo-se no oposto uma espécie de cruz de Malta (SILVA, 1987: 1-4).

Sobre o plinto, ocupando o espaço enquadrado pelos colunelos laterais e a «tampa» sepulcral superior, encontra-se uma laje fina, lateralmente moldurada como que a emular um acolchoado, semelhando leito funerário (SILVA, 2004: 356; GONÇALVES, 1991: 97), medindo esta peça 1,62 por 0,54 metros de largura; num dos topos há um pequeno espaço demarcado, onde se achava, segundo uma descrição de 1753, «uma pedra redonda de palmo e meio de diâmetro, que serve como de cabeceira à mesma tumba» (VITORINO, 1942: 13-14), elemento que terá sido removido já no século XX (SILVA, 1987: 3, n. 2).

As aduelas do arco são decoradas, em uma e outra face, por motivos cordados, ovais encadeadas e heras estilizadas, destoando pela singularidade uma aduela ornada com duplos losangos dispostos em banda; como curiosidade, também o intradorso das aduelas do arco é profusamente decorado, com estrelas de oito pontas. O monumento é encimado por uma cornija a modo de telhado de duas águas, simbolicamente assente sobre uma cachorrada que parece alternar elementos lisos com outros figurativos. Pontuando o topo alinham-se cruces latinas nas extremidades e um elemento esferóide ao centro, parecendo as primeiras adjunção moderna (VITORINO, 1942: 15), se bem que este remate pareça bastante similar ao do desaparecido marmoiral de Burgães (Santo Tirso), cuja cobertura exibiria, nos termos das *Memórias* de 1758, «três pedras redondas sofrivelmente lavradas nas duas das partes se achão esculpidas duas cruces perfeitas e hum signo salomónico na do meyo» (AZEVEDO, 1896: 315-316).

Contamos para este monumento com uma detalhada descrição, feita em 1753, no âmbito da instrução do processo de beatificação da infanta D. Mafalda, documento fornecido pelo médico e investigador arouquense Manuel Rodrigues Simões Júnior a Pedro Vitorino, que o transcreveu na íntegra. O auto de vistoria, assinado pelo ouvidor do Couto do mosteiro e dois mestres pedreiros, indica a localização original do monumento e fornece as suas medidas, sendo parco em pormenores ornamentais, aliás coincidentes com os atuais, se bem que mencione a «almofada» a que fizemos referência. Atestou ainda um dos mestres,

«como pratico e experimentado em seu ofício e Arte de Pedreiro e com bastante notícia e inteligência do de Architectura, e conhecimento das obras antigas e modernas, attenta a formalidade da obra e labores do referido monumento (...) que tudo mostrava a sua antiguidade (...) e tinha por certo, que assim a formalidade da dita tumba e Arco com as ditas estrellas, e toda a mais fabrica fora feita, e fabricada na forma em que se acha havia muito mais de quatrocentos annos» (VITORINO, 1942: 15),

ressalvando apenas a evidência de uma reparação, aparentemente do primeiro terço do século XVIII em parte do «pegão, e de hum dos ditos pilares» (*Idem, ibid.*).

A historiografia do monumento conta já com numerosos contributos. Uma tradição antiga, sem qualquer fundamento, relaciona a construção do arco com o trajeto do funeral da infanta Beata Mafalda desde o mosteiro de Rio Tinto, onde terá falecido em 1256, até ao convento de Arouca (BAYAM, 1727: 208; SÃO BOAVENTURA, 1814: 104), mas parece ter sido o escritor Abel Botelho, autor da primeira monografia de Arouca, sob o pseudónimo de Abel Acácio (SILVA, 1994), o primeiro a dirigir particular atenção ao marmoiral, que aliás ilustrou com desenho sofrível, sem maiores comentários (ACÁCIO, 1883: 264).

Mais modernamente, outros autores, sem aprofundar os aspetos arquitetónicos ou estilísticos, pronunciaram-se sobre a função e cronologia do monumento, como Pedro VITORINO (1942: 11-15), SIMÕES JÚNIOR (1967) ou o professor Nogueira GONÇALVES (1966, 1988, 1991: 97-98). Os primeiros datam o monumento do século XII, propondo SIMÕES JÚNIOR (1967: 6) que o arco poderá ter servido de sepultura «de qualquer *tenente* de Arouca, possivelmente Mónio Rodrigues, ou de sua mãe Toda Viegas». O professor de Coimbra, por sua vez, considerava o monumento, que datou de finais do século XIII, «posto que de sentido fúnebre, meramente decorativo» (GONÇALVES, 1966: 66; 1988: 18), ou seja, como uma espécie de cenotáfio, no que foi seguido por outros autores (SILVA, 1986), questão que a seu tempo comentaremos.

No que concerne à cronologia do arco românico de Santo António, expusemos já – por razões que nos dispensamos de repetir – a nossa opinião de que poderá ser datado entre a segunda metade do século XII e a primeira do século XIII (SILVA, 1987: 7; 2004: 358). Todavia, a homogeneidade e uniforme antiguidade do monumento, como foi exposta na vistoria de 1753, levantam bastantes dúvidas,

desde logo pela presença, no arco, de aduelas com decoração diversa das restantes, a que deve acrescentar-se a reunião de gramáticas decorativas arcaizantes (VITORINO, 1942: 15; SILVA, 1987: 7) com elementos avançados como a chanfradura perolada dos dois arquinhos laterais, podendo assim equacionar-se a possibilidade da fábrica original ter sido, de algum modo, refeita em época anterior ao século XVIII.

A este propósito, já Filomeno SILVA (1986) havia sugerido que o plinto atual não será elemento original, o que entendemos como muito plausível face aos evidentes desarranjos que mostra². Do mesmo modo, sobre o «estilo» e cronologia do memorial solicitamos a opinião de Manuel Luís Real, reputado especialista em arte medieval³. Segundo este historiador, o marmoiral de Arouca, que define como «um quebra-cabeças», «apresenta muitos defeitos de construção e parece, até, que contém materiais reaproveitados», nomeadamente nas aduelas do arco, que mostram «estilos diferenciados», sendo que a eventual «(re)montagem foi algo anárquica, cheia de defeitos nas juntas, uma série de cunhas mal aplicadas e, na zona dos capitéis e tampa de sepultura, há várias adaptações e defeitos de acabamento, inclusive com o corte de detalhes figurativos». Salienta ainda M. L. Real a presença de diferentes matérias-primas e distintos picos da pedra, sugerindo até que o monumento atual resulte de uma possível reconstrução a partir de dois arcos originais⁴, podendo o aparente arcaísmo de algumas pedras trabalhadas resultar, tão só, de impreparação ou falta de perícia do artista, pelo que propõe para uma datação mais avançada que a que sugerimos, entre os séculos XIII e XIV⁵, de certo modo concordando com a opinião de Nogueira GONÇALVES, que avançara uma datação de finais do século XIII (GONÇALVES, 1966: 66; 1991: 98).

2 Porém, certamente que o monumento, como a generalidade dos congéneres, possuiria uma base ou supedâneo, não assentando diretamente no solo, como parece sugerir o mesmo Autor (*Ibid.*).

3 A quem, naturalmente, muito agradecemos a permissão para uso de algumas das ideias que nos expressou.

4 Memória que, contudo, nenhuma fonte perenizou.

5 A circunstância deste Monumento Nacional ter sido integralmente desmontado e trasladado para nova implantação, em 2008, proporcionou rara e excelente oportunidade para uma melhor avaliação da estratigrafia arquitetónica e estilística do arco memorial. Infelizmente, não obstante porfiada insistência, não conseguimos localizar o respetivo relatório técnico ou outros elementos, tanto na Direção Regional de Cultura do Norte (no processo apenas se acham correspondências, pareceres, propostas técnico-financeiras e o projeto arquitetónico de reimplantação), como junto do Município de Arouca, da Junta de Freguesia de Santa Eulália e da própria empresa responsável pelo trabalho, a Consertarte – Assistência em Conservação e Restauro, Limitada, de Vila Nova de Famalicão.

Memorial da Ermida, Penafiel

Localizado na freguesia de Irivo, o marmoiral da Ermida (Fig. 3)⁶ foi objeto de detalhada descrição, nos começos do século XIX, subscrita pelo médico penafidelense António de ALMEIDA (1816)⁷, chamando posteriormente a atenção de outros autores, como um anónimo articulista d' *O Panorama* (1840) e Vilhena Barbosa (1873)⁸. Já no século XX, sobre ele detiveram-se destacados investigadores locais, como o P.º Monteiro de AGUIAR (1933), Abílio MIRANDA (1937; 1947; s.d.), para além dos primeiros autores de estudos de síntese (AZEVEDO, 1939b; VITORINO, 1942) e, mais recentemente, Mário BARROCA (1987: 400-401, 449-451), na mesma altura em que também lhe dedicámos alguns parágrafos (SILVA, 1987: 8), ou ainda Maria José SANTOS (2005: II, Invent., n.º 23), merecendo também nota alguns trabalhos de compilação e revisão feitos por alguns investigadores no âmbito do programa da «Rota do Românico» (ROSAS, BARROS, 2008; BOTELHO, 2014; COSTA, 2017).

Este Monumento Nacional⁹, aparentemente na sua localização original (VITORINO, 1942: 18)¹⁰, apresenta uma disposição arquitetónica muito similar ao de Arouca, realçando-se como principais diferenças o coroamento da cimalha e a existência de um único vão, aqui de arco apontado. Assente sobre plinto de quatro fiadas o arco é seccionado por similar «tampa» sepulcral, apoiada em colunelos exibindo faces humanas algo estilizadas. Distinta e bem mais depurada é a modenatura e ornamentação do arco, delimitado por moldura e toro grosso, que enquadram uma fiada de pérolas (Fig. 4). Na face inferior da moldura da cimalha espaçam-se representações de folhas de hera, sendo a cobertura pontuada, num e

6 Agradecemos a Joaquim Costa e à Rota do Românico a cedência das fotografias com que ilustramos este monumento, bem assim como os de Alpendurada e Sobrado.

7 Como bem assinala Pedro Vitorino, terá sido esta a primeira descrição de pormenor, e tentativa de interpretação, sobre este género de monumentos (VITORINO, 1942: 15, n. 2).

8 Em artigo titulado «Cidade de Penafiel», *O Commercio do Porto*, Porto, 24.05.1873 (citado em VITORINO, 1942: 17).

9 Classificado pelo mesmo Decreto que classificou o de Arouca. Veja-se a nota 2.

10 O mesmo Pedro Vitorino informa que, por volta de 1928, a «estrada velha», que lhe corria ao lado, «foi entulhada, nesta parte, para nivelamento e aproveitamento do terreno» (VITORINO, 1942: 15).

outro extremo por uns, bem salientes, corpos tronco-piramidais, eventualmente sobrepostos por cruzes¹¹. A decoração e volumetria do arco são em tudo similares à obra do portal principal da vizinha igreja de Paço de Sousa, proximidade, que será também cronológica, dentro dos meados ou da segunda metade do século XIII (BARROCA, 1984: 128; 1987: 449; SILVA, 1987: 8).



Fig. 3 – *Memorial da Ermida, Penaafiel* Fotografia: R. Sousa Santos; Rota do Românico.

À semelhança do que sucede com os restantes monumentos congéneres, também sobre o Memorial da Ermida são praticamente mudas as fontes historiográficas. A sua interpretação, por parte de um erudito setecentista, como sepultura de um tal D. Souza Alvariz, com base em diploma de 1114 (ALMEIDA, 1816: 50-51) carece de fundamentação, designadamente pelo desfazamento cronológico. Aliás, aquela

¹¹ Na mais recente intervenção de conservação, verificou-se que «os elementos no topo do arco apresentavam uma cavidade que indicava a presença de um outro elemento em pedra, agora inexistente» (STATUA, 2006: 25), o que permite supor que aqueles elementos poderão ter sido coroados por cruzes latinas, à semelhança do monumento de Arouca, ainda que tais cruciformes pudessem não ser originais. Pormenor semelhante parece ver-se no monumento de Alpendurada, aliás.

personagem tanto anda associada a este marmoiral como ao de Alpendurada (SILVA, 1998: 20). No que se reporta ao *locus* sepulcral, parece que seria de contorno antropomórfico, segundo o testemunho de um dos pedreiros que deslocaram e restauraram o monumento, no primeiro terço do século XX (MIRANDA, s.d.: 12; VITORINO, 1943), se bem que não fique de todo clara a localização do sepulcro, se no plinto que sustenta o arco (VITORINO: *ibid.*; BARROCA, 1987: 449)¹²; se no solo, sob o mesmo plinto (SILVA, 1987: 18), admitindo Abílio MIRANDA (*Id., ibid.*) as duas hipóteses.

O monumento foi, há poucos anos objeto de intervenção de conservação e valorização, que incidiu tanto no imóvel (STATUA, 2006), como na sua envolvente imediata (MONTE, 2010). Esta última ação teve acompanhamento arqueológico (SOUSA, 2013), que todavia, pela escassa afetação do subsolo, não produziu resultados relevantes¹³.



Fig. 4 – Memorial da Ermida. Detalhe da decoração

*Fotógrafo: R. Sousa Santos;
Rota do Românico.*

¹² A ser assim, tanto neste monumento como no de Arouca – para o qual Miranda admite solução similar – o restauro ou as alterações modernas elidiram por completo tal evidência, a menos que a cavidade sepulcral estivesse coberta por uma fiada de blocos, o que deixaria para as «tampas» que pontuam a parte medial do alçado função meramente simbólica ou evocativa.

¹³ O que, todavia, não lhe retira utilidade, pois se não tivesse sido feito acompanhamento arqueológico da obra, não poderíamos agora dizer que não teve qualquer afetação negativa. Os projetos destas intervenções foram-nos gentilmente facultados por Joaquim Costa, da «Rota do Românico», a quem registamos a nossa gratidão, mas consultámos igualmente, para este e outros monumentos, o arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte, para o que nos cumpre agradecer a colaboração do nosso amigo e colega António M. C. Lima.

Memorial de Alpendurada, Marco de Canaveses

Na antiga freguesia marcuense de Alpendurada e Matos¹⁴, ao quilómetro 44,7 da Estrada Nacional 108, sobrevive monumento similar aos anteriores, no significado e função, mas de aspeto mais sóbrio e relevante distinção estrutural, por não possuir a «mesa» ou tampa na base do arco que ostentam os exemplares de Arouca e Penafiel. Igualmente assente sobre plinto de cantaria – mais baixo que os anteriores, de apenas duas fiadas¹⁵ – o corpo onde se rasga o arco de meio ponto tem a mesma espessura do plinto, e é rematado superiormente por cornija de duplo friso, generosamente saliente, encimada por cimeira de duas águas, enquadrada em cada um dos lados por uma espécie de caixas de secção hexagonal¹⁶ (Fig. 5). Detalhe da

*Fig. 5 –
Memorial de
Alpendurada,
Marco de
Canaveses*

*Fotógrafo:
António Cabral;
Rota do Românico.*



14 Atualmente, em resultado da reorganização administrativa de 2013, União de Freguesias de Alpendurada, Várzea e Torrão.

15 Todavia, em todo o monumento, os blocos apresentam maior altura que nos marmoirais de Santo António e da Ermida.

16 Elementos que em pouco sobressaem da cimeira, ao contrário do que sucede no monumento da Ermida, onde estes remates destacam-se claramente. Curiosamente, em vista fotográfica superior do monumento (BOTELHO, 2014: 85) pode observar-se que os topos destes remates possuem, também, encaixes poligonais, certamente de alojado qualquer elemento entretanto desaparecido, porventura cruces. Veja-se, atrás, a nota n.º 11.

maior importância e singularidade do marmoiral de Alpendurada é a circunstância de ostentar, nas pedras da base do arco, uma espada, de punho rematado em esfera ou disco (Fig. 6), questão a que adiante volveremos.

O Memorial de Alpendurada, classificado como Monumento Nacional pelo mesmo decreto de 16 de junho de 1910 que classificou os anteriores exemplares até aqui elencados, foi objeto de trabalhos de consolidação e arranjo da envolvente em 1976 (BOTELHO, 2014: 95-96) e de nova ação de requalificação mais recentemente, envolvendo intervenções de conservação preventiva, consolidação e arranjo paisagístico da base e envolvente imediata (STATUA, 2006; MONTE, 2010), com evidente ganho em destaque e visibilidade. Segundo P. VITORINO (1942: 7), o monumento estará situado na sua implantação original, embora outros registos digam o contrário (BOTELHO, 2014: 95).



Fig. 6 – Memorial de Alpendurada. Detalhe da espada gravada no topo do plinto

*Fotógrafo: António Cabral;
Rota do Românico.*

Não é muito abundante a historiografia deste monumento. O P.^o Manuel Vieira de Aguiar evoca a tradição que relaciona a construção do arco com a passagem por ali da infanta D. Mafalda, filha de D. Sancho I, dando maior crédito, porém – seguindo o Autor do *Minho Pittoresco* (VIEIRA, 1887: 503) – a informações que o relacionam com a sepultura de D. Souzinho Álvares, «alcaide-mor do castelo de Bugéfa»¹⁷, aparentemente citado em documento de 1152, que não identifica (AGUIAR, 1947: 61).

Pedro Vitorino, propôs a datação do monumento no século XII, sugerindo que poderia ser de «sepultura dupla, uma sob o arco e outra situada no coroamento do mesmo, no espaço vago sobre a cornija (VITORINO, 1942: 8-9), na linha do que adiantara A. MIRANDA (s.d.:12-13). Na verdade, este último autor, deslocando um pouco as pedras da parte cimeira do monumento, terá ali observado «duas cavidades distintas, de diferente tamanho (...), que pelas reduzidas dimensões serviriam, decerto, para recolher ossadas», como registou o investigador portuense em nota posterior ao seu primeiro trabalho (VITORINO, 1943)¹⁸. Admitindo, com reservas, esta possibilidade – se bem que levante questões de outra ordem, como se verá – entendemos mais provável que a sepultura inferior (ou única) quedasse sob o plinto em que assenta o arco e não sobre o mesmo plinto, onde inviabilizaria a vista da espada aí gravada (SILVA, 1998: 20), com o que parece concordar M. J. BARROCA (2012: 208).

Arco de Paradela, Tarouca

Situado na freguesia, antigo concelho, de Mondim da Beira, junto a caminho de segura antiguidade¹⁹, este monumento, localiza-se no lugar dos «Arcos», microtopónimo que decorre da tradição de terem sido dois, ou três, os moimentos

¹⁷ Supomos que haverá aqui equívoco com o monumento da Ermida, habitualmente associado na bibliografia a esta personagem, como vimos.

¹⁸ Diferentemente, Abílio Miranda admite a possibilidade do monumento conter, originalmente, «um duplo sarcófago: um sob o arco sólio e outro por cima» (MIRANDA, s.d.: 12-13), hipótese que julgamos inviável, tanto para a localização inferior como, por maioria de razões, para a superior.

originais (MOREIRA, 1924: 74); VASCONCELOS, 1933: 262; VITORINO, 1942: 6; FERNANDES, 1983: 99-102; s.d.: 600-601)²⁰. A sua existência parece ter sido revelada pelo Abade Vasco MOREIRA (1924), que com o desenho do arco ilustrou a capa da sua monografia sobre Tarouca, debruçando-se depois sobre o monumento Leite de VASCONCELOS (1933: 262-265), Pedro VITORINO (1942: 6-7), Almeida FERNANDES (1956, 1983) e outros Autores.

Igualmente classificado, neste caso como Imóvel de Interesse Público²¹, o monumento resiste bastante arruinado, praticamente reduzido a arco e plinto (Fig. 7). Foi objeto de intervenções de consolidação, restauro e arranjo da envolvente, que basicamente terão estabilizado a construção²², sendo pouco segura a reconstituição efetuada – de que resultou, por exemplo, o desequilíbrio nos alçados que sustentam o arco – e recolhendo cantarias avulsas que se achavam nas imediações, como assinalava A. de Almeida Fernandes (1956: 72). Não obstante, este Autor admitia que os elementos arquitetónicos esparsos poderiam corresponder a mais do que uma sepultura (FERNANDES, s.d.: 601)²³.

Consta, assim, de um plinto de apenas duas fiadas de blocos, sobre as quais assenta o arco²⁴, que seria, provavelmente, de meio ponto, embora atualmente apresente desenho algo irregular (Fig. 8). Arrumados na base do arco, encontram-se alguns blocos que certamente pertenceriam à cornija, de moldura biselada, de onde emergem, espaçadas, meias esferas, elemento ornamental que parece aproximar este marmoiral do da Ermida, como bem observou Almeida FERNANDES (1956: 72; 1983: 102).

19 Designado já como «via antiqua» nas Inquirições de 1258 (FERNANDES, s.d.: 600).

20 Almeida FERNANDES (1956: 70; s.d.: 601), diz ter observado nas imediações do arco uma aduela, pelo menos, eventualmente pertencente a um segundo monumento.

21 Mais tardiamente que a maioria dos restantes, este pelo Dec. n.º 39 521, publicado no D.G., 1.ª série, n.º 21, de 30 de janeiro de 1954.

22 Sobre estas intervenções procurámos obter informações junto do Município de Tarouca e nos arquivos da Direção Regional de Cultura do Norte, sem sucesso. O primeiro restauro, após ruína do arco, terá sido feito, pela Câmara Municipal, cerca de 1950 (FERNANDES, 1956: 72).

23 Refere, a propósito, o «*memorial* do Minhocal», na mesma área geográfica, não ficando claro a que monumento alude (FERNANDES, s.d.: 601).

24 A falta de uma aduela terá sido suprida, de um dos lados, pelo acrescento de um bloco.

Fig. 7 – Arco de Paradela, Tarouca, em finais de década de 1980 (foto do Autor).



Fig. 8 – Arco de Paradela. Estado atual (foto: Vítor Oliveira, [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Arco_de_Paradela_-_Portugal_\(49830680552\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Arco_de_Paradela_-_Portugal_(49830680552).jpg)).



Um documento de 1273 (Tabela em anexo, n.º 40), mencionando uma «via que vai para o Marmoiral», parece aludir a este monumento (FERNANDES, s.d.: 601). Ainda que uma tradição erudita ligue o arco à passagem do funeral do Conde de Barcelos, D. Pedro, do seu paço de Lalim para o mosteiro de São João de Tarouca, em 1354, a construção do monumento, que naturalmente nada a tem a ver com essas circunstâncias, deverá situar-se no século XII, como propõe Pedro VITORINO (1942: 7), ou já no século XIII²⁵.

Arco da Campeã, Vila Real

A recente descoberta, ou reconhecimento, deste monumento (BALSA, 2017, 2021) constitui a maior novidade dos últimos anos no estudo dos marmoirais. Na verdade, conhecíamos, desde o nosso estudo pioneiro sobre este género de sepulturas (SILVA, 1987), as referências de João de Barros às sepulturas com arco existentes no Marão; mas entendemos, à falta de informações modernas, que também este arco funerário, à semelhança de outros, tivesse desaparecido na voragem do tempo.

Situado, em plena veiga da Campeã, próximo da povoação de Chão Grande e junto a uma calçada que constitui troço da importante «via do Marão», um eixo de circulação de raízes medievais ou romanas (BALSA, 2017), o arco foi reconhecido como marmoiral e noticiado pela primeira vez por este autor (*Idem*: 47-48), que entretanto lhe dedicou ensaio mais aprofundado (BALSA, 2021). Trata-se de um arco de cantaria granítica, de volta inteira²⁶, assente diretamente sobre plinto do mesmo material, bastante enterrado mas onde se percebem, pelo menos, duas fiadas de blocos (Figuras 9 e 10)²⁷. Não se observa na base do vão, que mede 1,76 metros, qualquer elemento particular. Característica interessante é a da expressiva espessura do arco (1,15 m), bem superior à dos monumentos congéneres. Pela sua estrutura arquitetónica, é possível que o monumento não tivesse qualquer coroamento além do arco.

Como notámos, uma das singularidades deste marmoiral é a circunstância de contar com uma referência direta em fonte do século XVI. Na verdade, alude ao monumento João de Barros, explicando a tradição da sua origem:

«No valle de Campea, termo de Villa Real, em Tras los Montes esta outro [muimento] assi mais novo que estes que dice²⁸, do qual he fama que hum fidalgo vivia no cabo daquele valle em huma grande torre que hora esta dirribada, o qual

25 Na ficha deste monumento na base de dados oficial SIPA diz-se taxativamente, se bem que sem indicação de fonte, que os arcos (?) foram erigidos em 1175, «para sepultura de Diogo Aanes» (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5011).

26 Parece ligeiramente apontado na face voltada a norte, mas julgamos que apenas por má conservação das aduelas do arco, pois tal impressão desvanece-se quando observada a estrutura a partir do lado sul.

27 Agradecemos a Carlos Balsa a cedência das imagens com que ilustramos este monumento.

sogigava toda aquella terra, e se levantou com a obediencia a el rei e que el rei o mandou aly tomar e matar e lhe foi derribada a torre, em que se acolhia, por tredor, e por isso se não consentio enterrar em sagrado, e lhe foi feita aquella sepultura naquelle despovoado.» (BARROS, 2019 [1549]: 160).

Fig. 9 – Arco de Campeã, Vila Real

Fotógrafo: Carlos Balsa.



Fig. 10 – Arco de Campeã, Vila Real

Fotógrafo: Carlos Balsa.



28 No parágrafo anterior, Barros refere-se a outras sepulturas sobrepostas por arco, nomeadamente junto aos mosteiros de Leça e de Santo Tirso, que igualmente explica como sepulturas de nobres que se tivessem rebelado contra o rei (BARROS, 2019 [1549]: 160).

«Memória» de Odivelas

Entre os marmoirais conservados, é este o residente em implantação mais meridional, variando também na matéria-prima (lhoz da península de Lisboa) e no estilo, já claramente gótico, seguramente mais tardio que o dos monumentos nortenhos. Situa-se nas proximidades do antigo mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas (fundado pelo rei D. Dinis nos últimos anos do século XIII), na freguesia e concelho do mesmo nome (Fig. 11). Encontra-se, igualmente, classificado como Monumento Nacional, aliás pelo mesmo decreto de 1910, que classificou os arcos de Arouca, Penafiel e Marco de Canaveses.



Fig. 11 – Memorial de Odivelas (foto: Vítor Oliveira; [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Memorial_de_Odivelas_-_Portugal_\(51540255651\).jpg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Memorial_de_Odivelas_-_Portugal_(51540255651).jpg), adaptada).

Fr. Francisco Brandão, na *Monarquia Lusitana* (1672), descrevendo os funerais de D. Dinis (1325), explicitou que «alguns querem dizer que aonde agora está um arco de pedraria, parou a liteira, e se fizeram as costumadas cerimónias», acrescentando ainda que à saída de Lisboa pela mesma estrada, no Campo da Forca,

existiria monumento similar, erguido para assinalar a paragem do cortejo fúnebre de D. João I (BRANDÃO, 1672: 486). Esta informação, recolhida também por BLUTEAU (1716: 418), foi depois reproduzida n'*O Panorama*, por articulista anónimo (talvez Alexandre Herculano), que sugere ser também da época do primeiro rei da dinastia de Avis o arco de Odivelas, atenta a cruz floreteada que o encima e o escudo nacional, com 13 castelos, que encima o arco em uma das faces (*PANORAMA*, 1837: 58).

O monumento, também conhecido como arco ou memória de D. Dinis e mais modernamente, por ter-se perdido aquela tradição, como «cruzeiro» de Odivelas, é constituído por plinto de duas fiadas calcárias, sobre as quais assenta uma outra fiada, menos espessa, debruada por moldura tripla de filete central. Sobre esta base ergue-se o monumento, de comprimento e largura um pouco menores que o amplo supedâneo, com a característica de estar arquitetonicamente organizado em dois andares. No inferior, culminado por pedra abaulada em forma de tampa sepulcral, rasgam-se três arquinhos trilobulados, esguios, assentes sobre colunelos de capitéis vegetalistas, apresentando hastes foliadas os centrais e botões nos ângulos os laterais (Fig. 12); sobre esta espécie de dossel funerário abre-se um arco ogival, moldurado por modenatura vigorosa de toros relevados. Culmina o monumento, de empena triangular, cornija moldurada, sobreposta pela referida cruz floreada, e na face voltada a noroeste, como se disse, escudo nacional de cinco quinas ladeadas por 13 castelos. As quatro esquinas do memorial são ornadas, tanto na estrutura inferior como na superior, por finas pilastras, igualmente providas de capitéis de tema floral.

Com base em exaustiva revisão bibliográfica e análise heráldica, estilística e arquitetónica, Mário Guedes REAL propôs datar o monumento de entre finais do século XIII e começos da centúria seguinte (REAL, 1944: 315), se bem que duvidemos deste Autor na interpretação funcional que dá ao «arco da memória», que não considerava funerário mas como simples marco religioso, «cruzeiro monumental», ou baliza de demarcação do couto monástico (*Idem*: 327-329; 1964: 36)²⁹. Desenvolvendo esta leitura, M. Real sublinha a proximidade dos restantes marmoriais, existentes no norte do país, a mosteiros, nomeadamente cistercienses, acabando por alargar a todos a interpretação como elementos de demarcação territorial, eventualmente com funções fiscais (REAL, 1964: 41, 54, *passim*).



Fig. 12 – Memorial de Odivelas. Pormenor (foto: Vítor Oliveira; [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Memorial_de_Odivelas_-_Portugal_\(51648729229\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Memorial_de_Odivelas_-_Portugal_(51648729229).jpg), adaptada).

Marmoiral de Sobrado ou da Boavista, Castelo de Paiva

Reservámos para o final a menção a este *marmoiral* – localizado frente à antiga Casa da Boavista, no centro da vila de Sobrado – pela circunstância da sepultura divergir completamente, na sua arquitetura, dos restantes monumentos aqui elencados, desde logo por não possuir o característico arco (Fig. 13). Todavia, a circunstância de ser designado localmente pelo mesmo termo – *marmoiral* – apesar da génese de tal nomeação requerer pesquisa mais aprofundada, é da maior importância.

Não obstante a sua singularidade no quadro da tumulária medieval, a função funerária deste exemplar parece fora de dúvida. Trata-se, estruturalmente, de uma sepultura aberta no solo³⁰, coberta por tampa abaulada, sobre a qual foram gravadas representações de duas espadas (uma na face lateral e outra num dos planos superiores) e uma cruz grega inscrita num círculo, símbolo comum em sepulturas medievais (ALMEIDA, 1978: 41). A maior curiosidade do sepulcro é a de possuir, à cabeça e aos pés, duas estelas simétricas, de terminação discoidal, nas quais foram

²⁹ A mesma interpretação foi alargada por este Autor, sem fundamento ou razão, ao Arco de Paradelá, em Tarouca (REAL, 1964: 38). Também Pedro Vitorino negou o carácter sepulcral do arco de Odivelas, atribuindo-lhe o carácter de «simple memória, que seguiu a forma tradicional dos “marmorais” nortenhos» (VITORINO, 1942: 19).

gravadas profundamente, em ambas as faces, cruzes latinas (Figs. 13 e 14). Estas estelas servem de suporte a uma laje paralelipipédica, como que uma mesa, que ostenta a gravação de outra espada numa das laterais e, na face superior, uma forma triangular de terminação circular no lado menor, que sugerimos possa corresponder à estilização de um elmo militar (SILVA, 1998: 21).

*Fig. 13 – Marmoiral de Sobrado,
Castelo de Paiva*

*Fotógrafo: António Cabral;
Rota do Românico.*



*Fig. 14 – Marmoiral de Sobrado,
Castelo de Paiva*

*Fotógrafo: António Cabral;
Rota do Românico.*



O tenente-coronel Adriano M. Strecht de Vasconcelos (1867-1946), publicista natural de Sobrado, propôs datar a sepultura, que faz corresponder a um cavaleiro templário, no século XII, o que parece razoável, e reproduz, com poética liberdade criativa, a tradição, que terá ouvido a uma avó, segundo a qual no túmulo terá sido sepultado um «D. Fafes», morto em duelo com outro nobre, Martim de Bulhões, em

³⁰ Desconhece-se se o monumento resiste na sua implantação original ou se foi movido de outro local, como indica Pedro VITORINO (1942: 11).

disputa por uma mulher, sendo que do consórcio de Martim com a respetiva dama teria nascido Santo António (VASCONCELOS, 1981 [1938]). Mais importante que a lenda, de incerto fundamento, resulta a informação, fornecida pelo militar, que o local tinha a designação de «Campo do Marmoiral», sendo por aquele nome conhecido o sepulcro entre os locais, nome já atestado nas «Memórias Paroquiais» de 1758, nas quais o abade de Sobrado de Paiva entendeu registar «hua memoria, ou memorial a que os moradores da terra, corrupto vocabolo, chamão Marmoiral» (ROCHA; LOUREIRO, 1988: 200).

Monumentos desaparecidos

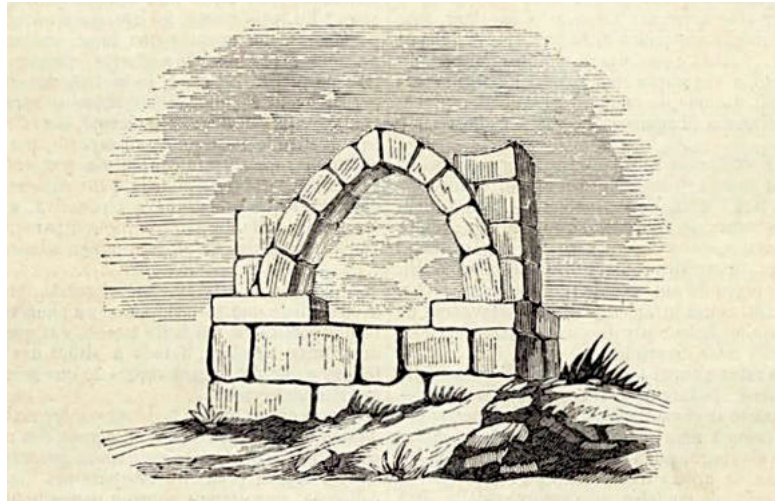
Para além dos marmoirais acima descritos, fontes diversas elucidam-nos acerca de diversos arcos funerários que não se conservaram, a saber.

a) Arco de Lordelo, Baião

Situado no lugar de Ancede, limites da freguesia de Lordelo, «em uma pequena planura sobranceira ao rio Douro», junto a caminho antigo, este monumento foi noticiado por D. Miguel de SOTTO MAYOR (1857), que do mesmo deu ilustração (Fig. 15), já então muito arruinado, reduzido a um plinto de três fiadas de blocos, sobre o qual se erguia arco levemente apontado, vendo-se ainda alguns silhares do corpo lateral, sem que se observasse qualquer epígrafe ou ornamento. Segundo o Autor, algumas décadas antes teria sido derrubada, por populares em busca de tesouros, «uma pedra em forma de túmulo, que repousava sobre o arco, servindo de remate ao monumento» e cuja face superior «tinha esculpida uma espada» (*Idem*: 168). Poucas décadas depois, José Augusto Vieira, só encontrou deste arco «um montão de pedras» derrubadas, limitando-se a reproduzir os informes de Sotto Mayor (VIEIRA, 1887: 456-457).

Na década de 1940, Abílio Miranda, visitando o local onde se erguera o monumento, recolheu de pessoas idosas que ainda tinham memória do arco, a indicação de que o mesmo conteria «duas pias» (VITORINO, 1943), informação da qual o investigador penafidense concluiu tratar-se de duas cavidades sepulcrais, ou «duplo sarcófago: um sob o arco sólio e outro por cima» (MIRANDA, s.d.: 12-13)³¹.

Fig. 15 –
Marmoiral de
Lordelo, Baião,
desaparecido
(fonte: Archivo
Pittoresco, 1857).



Acertadamente, a nosso ver, Pedro Vitorino aproximou a morfologia deste arco do de Alpendurada, propondo a sua função e datação como de «um cavaleiro cristão do século XII» (VITORINO, 1942: 10), cronologia que Mário Barroca alargou, com maior probabilidade, à primeira metade do século XIII, acrescentando, sem indicação de fonte, que «a cavidade sepulcral era antropomórfica» (BARROCA, 1984: 128; 1987: 447) e interpretando, mais recentemente, que o local de enterramento seria na base do monumento (*Idem*, 2012: 208).

b) Arco de Burgães, Santo Tirso

Este monumento, localizado na Agra da Cancela, lugar de Sarnado (PIMENTEL, 1902: 323) e hoje desaparecido, encontra-se bem descrito nas «Memórias Paroquiais» de 1758, da seguinte forma:

«hum tumulo antiquíssimo que se diz ser do tempo dos godos: está elle metido dentro de um arco de altura de 16 palmos e vinte de comprido; o remate são três pedras redondas sofrivelmente lavradas nas duas das partes se achão esculpidas duas cruzes perfeitas e hum signo salomónico na do meyo. O tumulo está metido

31 Não tendo de entender-se esta dupla tumulação como de marido e esposa, como sugere o mesmo Autor (*Ibid.*).

dentro deste arco tem nove palmos de comprido e quatro de largo perto de cinco. Todo este sepulcro não tem letras alguas nem divisas e tão pouco há tradição de quem nelle esteja enterrado» (AZEVEDO, 1896: 315-316).

Na mesma fonte se informa que o monumento terá sido desmantelado pelo povo para aproveitamento de pedra, encarregando-se da sua reconstituição, aparentemente no século XVIII, o abade local João da Cunha de Sotto-Mayor Sarmiento e Mendonça. O arco foi mencionado por Vilhena Barbosa em 1873, pelo que terá sido posterior a essa data a sua segunda, e definitiva, destruição (BARBOSA, 1873; VITORINO, 1942: 4; BARROCA, 1987: 450-451). Desaparecido este monumento, a sua descrição é, como se vê, da maior importância, pelos detalhes e medidas que apresenta, nomeadamente a indicação de que sob o arco se abrigava, ainda em meados do século XVIII, um sarcófago.

c) Outros monumentos

Diversas referências apontam para a existência de arcos tumulares congéneres em outros locais, mas o carácter genérico das informações e a sua destruição, não garantem quaisquer certezas. Além do monumento de Burgães, em Santo Tirso, cuja descrição acima se apresenta, Vilhena Barbosa menciona outro arco, «idêntico» (ao de Alpendurada), que terá existido na freguesia de Santo Tirso, «demolido pelo proprietário do terreno em 1806 ou 1807» (BARBOSA, 1873), informação que P. Vitorino, todavia, considera duvidosa (VITORINO, 1942: 16, n. 2).

Arquitetura: elementos de composição

Com base na análise arquitetónica dos monumentos conservados e na descrição de alguns dos desaparecidos, podemos destacar como característica do tipo mais corrente a presença de um arco em cantaria assente sobre plinto proeminente, como se observa nos marmoirais de Santo António (Arouca), Ermida (Penafiel), Alpendurada e Matos (Marco de Canaveses), no de Paradela (Tarouca) e no da Campeã, em Vila Real. Este elemento – seja o arco rasgado num corpo maciço mais ou menos quadrangular, como é mais comum, ou, porventura, um arco simples sem coroamento

particular, como poderá ter sucedido na Campeã – não só constitui evidente marca de monumentalização como poderá ter constituído peça crucial na função funerária que lhes é atribuída, servindo tal supedâneo de cobertura, invólucro ou base do espaço ou caixa sepulcral, como veremos. Mas se o arco assente sobre plinto relativamente elevado, por vezes escalonado, mais largo na base que no topo, constitui o traço mais comum destes monumentos, como apontava João de Barros, pode admitir-se, talvez, alguma variante no caso do arco da Campeã, como dissemos, cujo plinto não parece ter dimensões para suportar outros elementos que enquadrassem o arco³².

O remate superior da maior parte dos arcos merece também nota de destaque. Maioritariamente plano, com a exceção da empena triangular do monumento de Odivelas, emula um pequeno telhado de duas águas, não faltando mesmo a sugestão dos travejamentos ao marmoiral de Arouca. Nos casos mais evidentes, é comum a presença de pequenos corpos salientes nas extremidades: dois cubos troncopiramidais nos monumentos da Ermida e de Alpendurada e duas cruzes (não sabemos se originais) no de Santo António³³; ao centro ocorre neste último um pequeno elemento esferoide em pedra, que talvez tivesse alguma representação escultórica, como sucederia com o desaparecido arco de Burgães.

No plano da iconografia e simbólica, são os monumentos de Arouca e de Penafiel os mais ricos e ilustrativos da escultura românica, se bem que estilizada ou bastante heterogénea, como se notou acerca do primeiro. A decoração concentra-se nos colunelos e capitéis que sustentam a «tampa» do espaço ou contentor funerário, nas aduelas dos arcos e na cornija, elemento no qual o arco de Tarouca poderia acompanhar o de Irivo, como foi dito. A composição mais elaborada é, sem dúvida, a do arco de Arouca, quase emulando uma fachada de templo, como observámos (SILVA, 1987: 19). A ausência de inscrições coevas dos monumentos é total, e como signos heráldicos, apenas as armas nacionais na Memória de Odivelas. Em contrapartida, deve assinalar-se a presença de gravações de espadas nos monumentos

32 Possibilidade que avançamos com reservas, uma vez que o terreno se encontra bastante assoreado. Apenas com trabalhos arqueológicos, que possibilitem o rebaixamento da sua envolvente imediata, esta questão poderá ser esclarecida.

33 Elemento que poderá também ter estado presente nos monumentos da Ermida e de Alpendurada, considerando os encaixes observáveis.

de Alpendurada e Castelo de Paiva, aqui complementadas com outros símbolos, elementos que, contudo, não permitem afinar a cronologia das sepulturas tanto quanto o desejável (SILVA, 1998: 20-21; BOTELHO, 2014: 91-92).

Função, distribuição e cronologia dos marmoirais

Creemos que é, essencialmente, funerária a função de todos estes monumentos, o que não invalida os aspetos simbólicos ou de demarcação territorial de propriedades, como decorre do modo como são citados em numerosos documentos medievais e modernos, correntemente com sentido toponímico e dos pontos de demarcação. Mais complexa de esclarecer é a localização da sepultura propriamente dita, podendo colocar-se várias possibilidades, que iremos discutir. As hipóteses levantadas por alguns dos Autores que se dedicaram ao estudo deste género de monumentos sugerem que:

- (a) a sepultura ficaria localizada na base do plinto;
- (b) a sepultura estaria situada no interior do plinto;
- (c) a sepultura seria feita no coroamento do monumento, fosse como arcaz funerário, fosse como simples ossário, considerando a interpretação feita acerca das «cavidades» detetadas por Abílio Miranda nos elementos terminais do monumento de Alpendurada;
- (d) a(s) sepultura(s) seriam feitas tanto sobre o plinto, no vão do arco, como no coroamento do monumento, possibilidade avançada para o destruído monumento de Baião; e, por fim
- (e) que a sepultura teria tido lugar em sarcófago amovível, instalado entre o plinto e a «tampa» que se vê nos arcos de Arouca e Penafiel.

As primeiras duas possibilidades, que remetem o *locus* sepulcral para a base ou para o interior do plinto dos marmoirais, assentam, principalmente, nas informações recolhidas junto de um dos pedreiros que trabalhou no restauro do memorial da Ermida (Penafiel), nos inícios da década de 1940, por Abílio Miranda e Pedro Vitorino. Todavia, os dados publicados não são totalmente claros. No seu estudo de fundo «Os Marmoirais», de 1942, P. Vitorino informa apenas, na sequência do restauro do monumento, que «procurando informar-me do conteúdo, junto dos pedreiros (...),

vim no conhecimento de que encerrava uma sepultura antropomorfa» (VITORINO, 1942: 18); mas em nota do ano seguinte, na mesma revista, o investigador portuense, corrige e precisa, atribuindo agora a informação a Abílio Miranda:

«o pedreiro a pedido do Sr. Miranda, para melhor aclarar o assunto, riscou a forma da cavidade que encontrara **sob o arco** ao acertar as pedras desconjuntadas, forma que era de contorno humano aguçando bastante do lado oposto ao cavado redondo da cabeça. A cavidade apresentava, porém, resumido comprimento, medindo 0,60 ou pouco mais», dimensões que Vitorino atribui ou a lapso do pedreiro, ou a sepultura infantil (VITORINO, 1943, sublinhado nosso).

Posteriormente, Abílio Miranda confirma, com maior detalhe, aquelas indicações e medidas, interpretando também como de não adulto a sepultura «aberta no centro da forte mesa que constituía a base, onde assentava o referido monumento» (MIRANDA, 1947: 10). À primeira vista, se Miranda mencionou como «monumento» apenas o arco lavrado, estaria a referir-se ao plinto; mas não deixa de informar, no mesmo trabalho, que o marmoiral «foi totalmente demolido para ser, novamente, levantado» (*Ibid.*: 9), pelo que «a forte mesa que constituía a base» poderia aludir, tão só, à primeira fiada, a mais larga, do embasamento. A confusão adensa-se porque o estudioso penafidense, no mesmo artigo, interpreta algumas sepulturas rupestres como tendo tido de origem um «monumento» erigido superiormente (*Ibid.*: 11); e em outro artigo da mesma época, o mesmo Abílio Miranda, tratando da generalidade dos marmoirais, resume:

«Uns tinham o sarcófago na base do monumento ou enterrado no chão – Arouca e Irivo – outros um duplo sarcófago: um sob o arco sólio e outro por cima – de Lordelo e Alpendurada – naturalmente de marido e esposa; e outros com um só sarcófago sob o arco sólio» (MIRANDA, s.d.: 12-13).

Nesta linha, interpretámos em trabalho anterior (SILVA, 1987: 18, n. 38), que a sepultura «antropomórfica» do memorial de Irivo teria sido detetada na base, sob o plinto onde assenta o arco. Mário J. Barroca entende que o arco «apoia-se sobre uma base pétreia rectangular, com sapata, onde foi aberta a cavidade sepulcral» (BARROCA, 1987: 449), sendo ambíguo se quis dizer que a cavidade feral foi aberta na «sapata» ou na base do arco, provavelmente esta última hipótese, tanto mais que em outra passagem do mesmo trabalho interpreta, de modo alargado, que

os marmoirais teriam a cavidade de inumação num «supedâneo» (*Idem, ibid.*: 400). Trabalhos recentes seguem esta tese (BOTELHO, 2014: 86), reproduzindo até a frase de M. Barroca (ROSAS; BARROS, 2008: 226), mas entendendo os informes de Abílio Miranda dizendo que este «ao falar com os artistas, descobriu que **debaixo da caixa tumular** deste monumento [*sic*] havia uma sepultura antropomórfica, em pedra, cujo tamanho correspondia ao de uma criança recém-nascida» (*Idem*: 233, sublinhado nosso), formulação que não clarifica o problema.

A possibilidade do espaço sepulcral estar inserido no plinto sobre o qual assenta o arco deste género de monumentos deve levar em conta, em nossa opinião, e entre outros elementos, a espessura do mesmo plinto, por vezes relativamente generosa, como nos arcos de Paradela ou da Campeã, mas por vezes escassa. No exemplar que, a nosso ver, mais se adequaria àquela solução, o marmoiral de Alpendurada, com o topo do embasamento ostentando, ao modo de tampa sepulcral, uma longa espada, devemos notar que a largura dessa laje não chega, sequer aos 50 cm, o que parece pouco compatível (mas não impossível) com a cavidade feral de um adulto. Seja como for, admitimos esta possibilidade (sepultura na base ou interior do plinto), tanto para os monumentos citados, como para os de Arouca ou, até, Odivelas. No caso do marmoiral da Boavista, em Sobrado de Paiva, de tipologia distinta, não oferece dúvida que restasse no solo, sob a evidente laje sepulcral, o corpo do defunto, sendo meramente ornamental a «mesa» superior.

No desaparecido monumento de Burgães (Santo Tirso), a descrição arquivada nas «Memórias» informa-nos que se tratava de um monumento de grandes dimensões, com cerca de 4,40 metros de comprimento, o que permitia acomodar, «metido no arco», um túmulo volante com 1,98 metros de comprimento por cerca de um metro de largura, o que, igualmente, corresponde a uma espessura incomum para o «marmoiral». A descrição do perdido memorial de Ancede, em Baião, indica claramente que «sobre o arco, servindo de remate ao monumento», teria existido «uma pedra em forma de túmulo», a qual, inclusive, apresentava uma espada esculpida (SOTTO MAIOR, 1857: 168). Quase um século depois desta nota, a memória popular de que o monumento conteria originalmente «duas pias» (VITORINO, 1943), levou Abílio Miranda, como notámos, a propor a existência de dois sarcófagos, um sob o «arco sólio» e outro no topo (MIRANDA, s.d.: 12-13).

Já a eventual colocação original de sarcófagos nos monumentos de Arouca e Penafiel (ou mesmo nos de Tarouca e Campeã) parece-nos menos plausível, não obstante a presença das «tampas» nos primeiros marmoirais sugerir tal solução. De facto, na maioria dos monumentos preservados, é relativamente curta a extensão do vão disponível para a sepultura: 1,30 metros no arco de Irivo, 1,60 metros no memorial de Santo António, sendo que, neste último, a superfície superior do plinto, com moldura debruada, mais se ajustaria à colocação de um jacente do que eventual caixa sepulcral. Mesmo em monumentos de maior vão, como o da Campeã, temos 1,76m de comprimento, a que haveria que descontar, pelo menos uns 15-20 cm para a espessura das paredes do sarcófago, o que é escasso, considerando as medidas da generalidade dos sarcófagos medievais de adultos conhecidos³⁴.

Por fim, a sugestão de que os monumentos poderiam ter sido utilizados como ossários – a admitir-se a interpretação proposta para o marmoiral de Alpendurada por Pedro VITORINO (1943: 10) – levanta questões algo complexas, considerando os hábitos tumulares medievais, sendo de todo incomuns quaisquer ossários, mormente individuais, fora do contexto dos templos. No caso deste monumento, tal possibilidade significaria que um corpo teria estado sepultado, inicialmente, em outro local, para depois – sem que se tope explicação aparente – ser deslocado para um monumento isolado.

Aliás, a informação do médico portuense, tem sido mal entendida, pois o que diz Vitorino – noticiando diligências de Abílio Miranda – é que o deslocamento de algumas pedras da «parte superior do Arco» permitira detetar as «duas cavidades distintas, de diferente tamanho» e reduzidas dimensões, as quais, por essa razão, interpretou como destinadas a recolher ossadas (VITORINO, 1943). A dupla cavidade mortuária não se abria, assim, na «base paralelipipédica maciça, com sapata» onde se apoia o arco, como expressou M. BARROCA (1987: 448), mais recentemente

³⁴ A título meramente exemplificativo, verifica-se em estudo de sarcófagos monolíticos dos concelhos da Maia e Matosinhos que, dos 15 sarcófagos completos analisados, com datações entre os séculos IX-X e os séculos XII-XIV, o mais pequeno mede, de comprimento, 1,80 metros, oscilando o comprimento dos restantes 14 entre os 2,00 e os 2,29 metros, sendo a média aritmética do conjunto de 2,07 metros por arcaz (BENCATEL, 2009). Considerando a pequena dimensão do vão do arco de Paradela, A. de Almeida FERNANDES (1978: 13) sugeriu que poderia ser sepultura de «um ou uma adolescente (...) filho ou filha de um burguês do castelo de Tarouca», hipótese que cremos pouco plausível.

repetido por M. L. BOTELHO (2014: 91), nem as dimensões do monumento admitiam, como vimos, «dois túmulos (...) um ao lado do outro, abrigados sob o arco», como entendeu, julgamos que por lapso, o grande especialista em tumulária medievá (BARROCA: *Idem, ibid.*). Não obstante, outros estudiosos, admitindo uma «caixa sepulcral» de «dupla cavidade» consideram o caso como «exemplo máximo da ideia de memória associada a local de sepultura de um cavaleiro (...) morto acidentalmente ou em duelo» (ROSAS; BOTELHO; RESENDE, 2014: 55), o que entendemos redundante, pois o efetivo «local de sepultura» prescindia de outras «caixas» sepulcrais.

Deste modo, pelo que pode apurar-se das fontes escritas e de observações *in loco*, as sepulturas, singulares ou duplas, tanto poderiam residir no solo, sob o maciço de suporte ao arco, como no interior do mesmo plinto ou, até, na cumeeira sobre o arco, podendo também utilizar-se sarcófagos ou outros contentores pétreos, de que não quedaram vestígios³⁵. A ideia geral, não obstante, é a individualização e monumentalização do local da sepultura – hábito que se difundiu por esses tempos (BARROCA, 1987: 387ss.), mas que, todavia, contrasta com a sua sinalização mais precisa através de quaisquer epitáfios, inscrições ou signos identificadores, talvez porque os inumados fossem, à data, bem conhecidos na região, como propôs P. VITORINO (1942: 9, n. 1), memória que, todavia, não resistiu por muitas gerações.

A ideia de que os arcos tenham tido mero significado memorativo de um enterramento, sem a presença de um corpo, ou seja, de cenotáfios (BOTELHO, 2014: 88-89), parece-nos pouco defensável. Na mesma linha, descartamos interpretações meramente simbólicas, por vezes até ensaiando analogias com contextos completamente desfasados da nossa realidade histórico-arqueológica (ALVES, 2020). O caso do Memorial de Odivelas apresenta, contudo, algumas singularidades, como vimos. Talvez, por ser espécime muito tardio, tenha reproduzido o estilo (e o nome?) de arcos similares; mas se tinha função apenas simbólica ou honorífica, não deixa de ser estranho que, de tal, não restasse qualquer registo documental, pelo

³⁵ A circunstância de a maior parte dos arcos não residir na sua localização original dificulta a confirmação desta possibilidade; e é pena que as modernas intervenções de reabilitação de diversos monumentos não tenham sido aproveitadas para qualquer ganho científico a este respeito, sobrevalorizando-se a perspetiva arquitetónica à arqueológica, como é comum, infelizmente.

que – até completa autópsia do monumento, se algum dia se proporcionar – não descartamos, de todo, o seu uso funerário, à semelhança dos restantes.

Armando de Almeida Fernandes (1917-2002) foi o primeiro investigador a compilar as referências documentais a monumentos deste género, a partir do seu vasto conhecimento dos diplomas medievos (FERNANDES, 1956; 1983). Verificando e reorganizando as referências daquele Autor, verificámos que, além dos documentos então indicados, encontram-se facilmente muitas outras menções, não só nas séries dos *PMH*, como nos diplomas das chancelarias régias, forais e muitos outros conjuntos documentais, pelo que atingimos, sem total exaustividade, um quadro de sete dezenas de referências, datadas de entre os séculos X e XVI (Tabela anexa).

Como o mesmo Autor salientou (FERNANDES, 1983: 93-94), a forma mais arcaica documentada corresponde a *memoriale* (anos de 924 e 1032), passando, nos séculos XI e XII, para *mermorial* ou *mormoiral*. A partir do século XIII, persistindo certa variabilidade formal, parece começar a generalizar-se, já em vernáculo, *marmoiral*, com ocasionais variantes na primeira vogal, surgindo também *mormeiral* ou *mermoiral*, como pode ver-se nos elementos compilados na mesma tabela.

Aliás, se as sepulturas isoladas, dotadas de arco, parecem ser uma especificidade portuguesa, como notou M. BARROCA (1987: 400), o uso do termo «marmoiral» observa-se também na documentação medieval da Galiza, o que não surpreende, atentas as profundas relações históricas, culturais e linguísticas que o norte de Portugal manteve com aquela região nos primeiros séculos da nossa nacionalidade. Em brevíssima sondagem, detetámos, por exemplo, a menção a um «*terreno (...) entre la carreira do marmoiral*» em Verín, Ourense, em diploma do Mosteiro de Monte do Ramo (SOUTO CABO, 2008: 187), a alusão a um «*mormeyral de Gulfar*» num aforamento do mosteiro de São Pedro de Rocas (Esgos, Orense), em 1356 (DURO PEÑA, 1972: 203-204); e a referência a uma «*leira que jaz ao marmoyra*» (*sic*), em outro aforamento, já em 1484, este do mosteiro de São Salvador de Ferreira, em Ferreira de Pantón, Lugo (FERNÁNDEZ DE VIANA Y VIEITES, 1995: 258)³⁶.

Na interpretação de Almeida Fernandes, o necrónimo poderá ter evoluído,

³⁶ Referências colhidas na secção de fundos notariais do *Corpus Xelmirez - Corpus lingüístico da Galicia medieval* (<http://sli.uvigo.gal/xelmirez/>).

linguisticamente, a partir de um nome comum, «*mormoiro» (de *morbus*, no sentido de doença > morte), eventualmente cruzando-se, em linha mais erudita, com «memoria» (FERNANDES, 1983: 95), explicação que não nos parece definitiva, sem que todavia possamos adiantar alternativas. Joseph Piel, por sua vez, lembrando a origem erudita de *memoriale*, com sentido funerário³⁷, admite o cruzamento do termo com «mármore», no sentido genérico de pedra (PIEL, 1953: 221-224)³⁸, o que nos parece algo discutível face à grande disseminação do nome *marmoiral* e suas variantes, nomeadamente toponimizado. O mesmo filólogo atribui a Júlio Dantas, sem justificação, a singular aceção de «marmoural» como «terreno alagadiço»³⁹, que surge em alguns dicionários, como o de Morais (SILVA, 1980: s.v. Marmoural).

Todavia, mais importante, talvez, que a via da análise linguística, será considerarmos os contextos, tanto documentais, como da própria toponímia atual, em que surgem as referências a este tipo sítios ou monumentos. Notamos, assim, como elemento mais notório, que, em mais de 60% das referências documentais coligidas na tabela, a menção surge no plural: «*per monte usque ad memoriales*» (n.º 1), «herdade dos Mormoyraes» (15), «marmoiraes de Nogueira» (18), «*in mormalibus ecclesie*» (20), o lugar conhecido como «Mormoyraes» (34), «Outeyrum de Mormoyraes» (38) ou os «marmoiraaes» da região de Matosinhos (48, 49, 50), talvez os mesmos a que depois se referiu Fernão Lopes (61), ou ainda a clara alusão aos «marmoiraaes desse monte pequeno» na área do Porto (51). Esta circunstância inviabiliza, a nosso ver, que todos estes marmoirais correspondessem a sepulturas com arco, do género das aqui estudadas.

Quanto à localização das ocorrências, regista-se, de forma recorrente, a implantação junto a caminhos – «*per illa strada (...) ad illos mormoirales*» (n.º 6), «*via qui (...) venit ad mormali*» (n.º 21), «*stratam quomodo vadit ad memoriales*»

³⁷ Como lembra o filólogo, em latim medieval e moderno, *memoriale* «*quod Memoria, Monumentum, sepulcrum*» (DU CANGE, 1776 [1678]: 632; também em <http://ducange.enc.sorbonne.fr/MEMORIALE>).

³⁸ Como parece atestar-se, por exemplo, em numerosas fontes galegas dos séculos XIII e XIV, em que o substantivo «mármore» parece aplicar-se, por metonímia, na aceção de sepulcro pétreo de boa qualidade, não necessariamente feito com aquela rocha calcária (cfr. <http://ilg.usc.gal/xelmirez/xelmirez.php?pescuda=marmor&corpus=historico>).

³⁹ Na obra de Júlio Dantas, publicada em 1914, *Pátria Portuguesa* (PIEL, 1953: 222).

(n.º 23), «via que vay pera o Mermoiral» (n.º 40), «carreira que vem de (...) ao marmoyrar» (n.º 44), «marmoiraaes que estan na estrada» (n.º 48), «polla carreira ao marmoiral» (n.º 52), etc., podendo ainda inferir-se, pelo facto de estes elementos serem muito usados em demarcações, que outros estariam situados em vias, encruzilhadas ou outros lugares proeminentes, ainda que os textos não o explicitem. Mas esta implantação viária, seguindo longa tradição antiga de sepultamento junto a caminhos (ALMEIDA, 1968: 92), não era exclusiva, pois mencionam-se também os já citados «*mormoralibus ecclesie*» (n.º 20), além de outros cuja adjetivação permite supor a sua localização na área de templos, como os «*mormoriales carvali Sancte Marie*» (n.º 26), o «*mormolare Sancti Stephani*» (n.º 31), os «*marmoyraes sancte Christine*» (n.º 37), ou os «Mormeyraaes de ssam Martinho» (n.º 54)⁴⁰. Seja como for, o uso frequente destes elementos como pontos referenciais de demarcação dominial, tanto nas inquirições régias, como em forais ou nos diplomas das chancelarias, atesta, a nosso ver, que os marmoirais constituíam sítios ou monumentos antigos, perenes e bem conhecidos localmente.

Outros detalhes documentais, porém, podem contribuir para o esclarecimento da natureza e função dos marmoirais. Na transição dos séculos XII-XIII mencionam-se «a cruz dos mormouraes» (n.º 9), e já em final do século XVI evocam-se as «pedras alçadas do Mormoural» (n.º 67), tratando-se, em diplomas de meados do século XIII, da «pia do marmoiral» (n.º 13). Por vezes, parece que o «marmoiral» não seria suficientemente visível ou expressivo como marco delimitador, uma vez que, na área de Alcobaça, havia em 1337 uma «pedra do Couto» que estava «a par do marmoiral» (n.º 55). Em 1141 mencionam-se em Ancede, Baião, as «Petras Grandes de Mormoriales» (n.º 5), expressão que não se ajusta, até pelo plural, ao desaparecido, memorial ou marmoiral da mesma localidade, que acima evocámos. Por fim, a narrativa de Fernão Lopes, descrevendo, no quadro da crise de 1383-1385, a tentativa de assédio à cidade do Porto por parte das forças do partido castelhano, refere que as tropas portuenses, acrescentadas da tripulação de galés chegadas de

⁴⁰ Naturalmente, nada impede que estes referentes hagiotoponímicos não aludam diretamente a templos. Parece-nos excessiva, contudo, a interpretação de que pudesse indicar uma necrópole «pagã» a expressão «mormoiraes da Portela Dyo», ou «de Io» (n.º 17), como sugeriu Almeida FERNANDES (1983: 97-98).

Lisboa, perseguiram os «galegos e castelhanos» até ao rio Leça, sendo obrigadas, porque caía a noite, a aposentar-se «aos marmoeraes de Leça» (n.º 61), expressão que devemos tomar em sentido toponímico e, fisicamente, por certo um vasto descampado, uma vez que se tratava do estacionamento de uma força que montava, segundo o cronista, a perto de 7000 homens (LOPES, 1945 [c. 1443]: 233-235).

Além da tradição documental, também a toponímia perenizou, em diferentes localidades do país, estas designações necronímicas. Em trabalho anterior (SILVA, 1987), ensaiámos um primeiro recenseamento com base no *Repertório Toponímico de Portugal* (RTP, 1967), do qual resultou um levantamento de perto de duas dezenas de casos⁴¹. Revisitando agora o assunto a partir do *Dicionário Corográfico* de Américo Costa, acrescentamos, a título meramente exemplificativo e tomando apenas os topónimos mais evidentes, os lugares de Memorial (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses, coincidindo com o monumento; e também em Fornelos e Ferreiros de Tendais, em Cinfães); Marmorais (Ervedal, Aviz); Marmoural/Marmoiral (Granja Nova, Tarouca; Ataíde, Amarante; Espiunca, Arouca; Várzea de Ovelha, Marco de Canaveses; Fonte Arcada, Penafiel; Madalena, Vila Nova de Gaia; N.ª S.ª da Conceição, Vila de Rei); Mormeiral ou Mormural (Rebordãos, Ponte de Lima)⁴², a que haverá que juntar muitos outros se colhidos ao nível da microtoponímia e das fontes e bibliografia locais.

«*Marmoiral*» ocorre igualmente como topónimo na Galiza, por exemplo, nos concelhos lucenses de A Fonsagrada, Riotorto, Sarria, Ribeira de Piquín, Pantón,

⁴¹ O *Reportório* lista os nomes que ocorrem nas folhas da Carta Militar de Portugal, à escala 1: 25 000, editadas pelos serviços cartográficos do Exército. Como quem utiliza aquelas cartas bem sabe, não só existem diferenças toponímicas conforme o ano de edição de cada folha, como não são raros os erros nas designações toponímicas, de acordo com as informações recolhidas nos levantamentos e respetivo registo, pelo que deve tomar-se esta fonte como meramente indicativa, a complementar com as fontes documentais e a microtoponímia preservada mas não cartografada.

⁴² V., nomeadamente, COSTA, 1940: 1067, 1212; 1943: 442-443; e FERNANDES, 1956: 72 (Granja Nova). Outras notícias registam o topónimo «marmoiral», ou afins, também em Santo Tirso e Vila do Conde (GEPB, s.d.: XVI: 857), como também em São Lourenço (Ponte da Barca), Travaços e Revelhe (Fafe) ou Monte Córdova (Santo Tirso). A listagem de locais do *Reportório*, normalmente núcleos de povoamento, inclui os sítios designados como «Marmoiral» (quatro ocorrências), «Mermeiral», «Mormeiral», «Marmoirais», «Marmorais», «Marmoral», «Marmoral Primeiro» e «Segundo» (vértices geodésicos), «Marmorial», «Marmoural» e ainda «Vale de Marmoural», num total de 14 locais (v., respetivamente, RTP, 1967, 2: 166, 177, 270; RTP, 1967, 3: 331). O grupo toponímico «Memória» é bem menos representativo, ilustrado por 3 ocorrências com aquele nome e ainda um «Memorial» e os «Casais da Memória» (RTP, 2: 176; 3: 228).

Guitiriz e Portomarín; ou, na área de Orense, em localidades dos municípios de Riós, A Mezquita, Manzaneda, A Veiga; na Corunha aparece em Boimorto. A variante «mormeiral» surge em terras de A Veiga, Viana do Bolo e San Amaro (Orense) e Porzomillos e Cis, localidades de Oza Cesuras (Corunha); «marmeiral» regista-se em A Gudiña, Orense. Talvez documentando uma certa relevância nas localidades, em diversos casos os microtopónimos agrupam-se em «famílias» tópicas, por exemplo, no Navallo (Riós, Ourense), há um outeiro conhecido como «O marmoiral» e também, nas proximidades, uma «fonte do Marmoiral»; em A Mezquita, também em Orense, há, pelo menos um caminho e uma portela ditos do «marmoiral»; em Sarria (Lugo), especifica-se o «marmoiral» e a «cruz do marmoiral», etc.⁴³

Nesta linha, entendemos, na linha do proposto por A. de Almeida Fernandes, mas indo até mais além, que todas as abundantes referências, colhidas tanto na documentação como na toponímia, a *memoriais*, ou, mais correntemente, a *marmoirais* e formas aparentadas (nomeadamente com variante da primeira vogal em «e» ou «o») terão, no essencial, o significado de necrópole (FERNANDES, 1983: 98)⁴⁴, as mais das vezes o de necrópole rupestre, o que explicará bem a menção a «pias», cruzes ou pedras alçadas, porventura aludindo a estelas⁴⁵. A circunstância do nome aparecer predominantemente no plural pode significar o carácter comunitário do cemitério, mas também parece-nos admissível que a expressão no singular possa corresponder a substantivo coletivo⁴⁶. Argumento definitivo para esta argumentação julgamos poder encontrar-se no microtopónimo galego «a to[u]mbeira do marmoiral», localizado na paróquia de Santo André de Prada, no concelho de A Veiga, em Orense⁴⁷.

43 Estes dados foram essencialmente recolhidos no portal <https://galicianomeada.xunta.gal>.

44 Talvez alguma memória do sentido funerário do termo «marmoi(u)ral» resista ainda no verbo «es-marmou(i)rar» registado na região transmontana de Mogadouro com o significado de desmaiar ou desfalecer, segundo BARROS, 2006: 163, recolhido no *Tesouro do léxico patrimonial galego e português* (ÁLVAREZ - <http://ilg.usc.gal/tesouro/gl>).

45 Ou não, considerando a possibilidade de outras possíveis sinalizações ou ritualizações de espaços funerários com monólitos pétreos implantados verticalmente. Veja-se a propósito, o caso, ainda em estudo, da necrópole medieval das Touças, em Sabrosa (GONÇALVES; PEREIRA, 2020; GONÇALVES *et al.*, 2021).

46 Em Ferreiros de Tendais, Cinfães, um caminho antigo está associado aos topónimos «Marmoiral» e «Cemitério» (RAMOS, 2012: 336), o que poderia apoiar esta interpretação, mas o trabalho citado não esclarece se há exata sobreposição geográfica entre os dois topónimos.

A mesma ambiguidade, ou variabilidade semântica, pode verificar-se, talvez, com o substantivo *monumentum* (pl. *monumenta*) e os seus correlatos, em português arcaico, «moimento»/«moimenta», este último de larga distribuição toponímica⁴⁸. A. de Almeida Fernandes sugere que só a expressão no singular poderia, porventura, corresponder a um arco marmóreo⁴⁹, respeitando a generalidade das «moimenta» (FERNANDES, 1983: 98), mas se aplicarmos a dicotomia do rei Afonso X de Castela⁵⁰, talvez o plural indicie qualquer forma de visibilização ou monumentalização do sepulcro que libertasse do anonimato certos inumados⁵¹.

Mais estranho será, porventura, que para os moimentos providos de arco não reservasse a necronímia, aparentemente, designação particular. Admitimos já, seguindo sugestão alheia (MARQUES, 1984; FERNANDES, 1983: 96) que entre os numerosos topónimos da família *Arco, designadamente «Arcossó» ou os diminutivos «Arquinho» e «Arcozelo», resistisse a memória de alguns túmulos sobrepostos por arcos pétreos⁵², mas a falta de outras notícias locais deixa a hipótese sem grande esperança de confirmação. Talvez assim possam explicar-se – e não por aquedutos ou outros elementos arquitetónicos – algumas dessas ocorrências. Será

47 <https://galicianomeada.xunta.gal/sixtop/toponimos/fichapublica/38274000053757>.

48 Na verdade, como notou Almeida FERNANDES (1983:98), «Moimenta» é, de longe, o topónimo mais recorrente (24 casos), registando-se «Moimentos» em quatro locais e apenas dois «Moimento» (RTP, 2: 185).

49 Como, em diploma de 1121, «*per illa carreira (...) et vadit ad monumentum*» (DP, IV, 149, cit. em FERNANDES, 1983: 98).

50 As sete *Partidas*, redigidas provavelmente entre 1256 e 1265, sob direção do «rei sábio», constituem uma das mais importantes compilações jurídicas da Idade Média. Entre outros aspetos, registam as normas e costumes funerários da época, advogando a sepultura junto das igrejas e distinguindo, a propósito, as sepulturas rasas, designadas como «campas», dos «moimentos», criticando até a exuberância de alguns «que faze(m) as sepulturas muyto altas ou as pinta(m) ta(n) to que ssemelha(m) mayns altares que moyme(n)tos» (ALPHONSE X, 1980: Tit. VI, Lei XXXIX; *vd.*, a propósito, BEIRANTE, 1982: 380). Na mesma linha, desaconselhando o maior aparato dos sepulcros em espaço eclesial, pronunciam-se vários sínodos peninsulares entre os séculos XIV e XVI (BASTOS, 1996: 110, 116ss.). Sobre nomenclatura funerária, em geral, veja-se ANDRADE, 2014: 506-553.

51 Por exemplo, em documento de 1113, a referência a propriedades, situadas em Mindelo, Vila do Conde, «*in villa quos vocitant Parietes in loco predicto ubi dicent Monimenta*» (*Doc. Medievais*, III, n.º 446, cit. em CUNHA E FREITAS, 1950: 67, n. 4); ou então, já em vernáculo, a alusão, em 1269, à «vinha dos Muimentos», na zona da Guarda, em documento conservado no fundo do Mosteiro de Oia, Tui (SOUTO CABO, 2008: 255).

o caso do curioso «Monte dos Arquinhos», apelativo de um casal da freguesia de Neves, no concelho de Beja (COSTA, 1930: 858)?⁵³

Conservando-se, pelo menos documentalente, o uso do termo «marmoiral» ainda nos séculos XV e XVI; e tendo a tradição popular continuado a designar desse modo uma parte dos monumentos preservados, segundo os testemunhos reunidos para a sepultura de Castelo de Paiva e, bem assim, no caso dos arcos funerários da Ermida (ALMEIDA, 1816: 49, nota) e de Alpendurada (VIEIRA, 1887: 503); é muito curioso que um erudito quinhentista, o Doutor João de Barros, tenha manifestado notório desconhecimento sobre a origem de tais sepulturas, as quais, aliás, não designa por qualquer termo específico. Publicados recentemente os principais manuscritos da sua *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*⁵⁴, importa reproduzir as diversas passagens em que se refere ao tema, tanto mais que se trata do mais antigo registo historiográfico sobre o assunto. Na versão mais antiga (1548), compilando os manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, João de Barros, tratando de sepulturas, recorda que

«na comarca d'Antre Douro e Minho há outras sepulturas antigas que não são dos Romaons e estão no monte, feitas hà maneira de moimento. com arco por sima, e estas não têm nenhumaas letras, nem me sabem dar certa razão de quem serão, ou porque se fazião ali, fora das Igrejas» (BARROS, 2019 [1548]: 344);

⁵² Assim o interpreta o anónimo autor da entrada «Arco Memorial» na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, embora a equiparação de arquinho a marmoiral, ou sepultura com arco, não nos pareça evidente (GEPB, s.d.: XVI, 857-858). Pelo contrário, a memória de um arco marmoiral em Santo Tirso, demolido em 1806 ou 1807, foi indicada como razão de designar-se por Arquinho uma aldeia vizinha (BARBOSA, 1873), mas esta sugestão requer confirmação documental na toponímia da zona. Voltando ao citado *Reportório*, existem em Portugal 39 sítios chamados «Arcos», 17 «Arco(s)-zelos», um «Arcossó», o «Arquinho» e as «Bouças do Arco» (RTP, 1: 56, 61, 146).

⁵³ Na mesma freguesia, no sítio do «Monte dos Arcos» – eventualmente o mesmo local – trabalhos arqueológicos recentes identificaram restos de um forno e outros vestígios romanos, muito mal preservados (VALERA *et al.*, 2017: 37-39). Talvez da estrutura dessa estrutura industrial tenha provindo o topónimo.

⁵⁴ O texto publicado anteriormente (BARROS, 1919), pertence a um conjunto de cinco manuscritos da Biblioteca Municipal do Porto e data de 1548; o manuscrito que se conserva na Biblioteca Nacional, em Lisboa, tem por título *Libro das Antiguidades e Cousas Notaveis de Antre Douro e Minho e de Outras Muitas de España e Portugal* e regista a data de 1549, se bem que mencione factos posteriores, pelo que a sua datação crítica corresponderá, por certo, a uma data *post-1590*, se bem que assumamos a data registada pelo Autor (1549). As duas versões foram recentemente reeditadas, em versão crítica (BARROS, 2019).

concretizando com exemplos e possíveis explicações:

«assi como dous mui grande que estão no valle de Santo Thirço, e outro está em Sousella e outro em Leça e outro na Capeã, junto da Villa Real, que se parecem com hum que está em Coimbra, no Areal; e o que mais conjeturadamente se pode collegir he que são sepulturas de tiranos grande, que se levantarão em outro tempo com aquella terra e não davão obediência a el rey de Espanha. Outros dizem que são de homens que morrerão em desafio, e por serem nobres lhe fizeram aquella memoria seus parentes, porque não podião por direito aver eclesiástica sepultura. Isto he o que a mim mais satisfaz, porque também há naquellas partes algumas campas, de que he fama serem de homens que se matarão antre si, como as da Falperra e as de Canavezes.» (*Idem, ibidem*).

No manuscrito da mesma obra conservado na Biblioteca Nacional, datado de 1549 mas composto ao longo da segunda metade dessa centúria, Barros, tratando da cidade do Porto, informa:

«No termo desta cidade, junto ao mosteiro de Leça, em hum monte, esta huma sepultura muito antiga, com hum arco de pedra por cima que parece ser moimento de defunto, e dous desta maneira estão junto ao mosteiro de Santo Tirso e outro esta onde chamão Souza, e outros alguns em outras partes, e nhuma pessoa lhes sabe dizer [*ilegível*] estes muimentos.

No valle de Campea termo de Villa Real de Tra los Montes esta outro assi mais novo que estes que dice, do qual he fama que hum fidalgo vivia no cabo daquele valle em huma grande torre que hora esta dirribada, o qual sogigava toda aquella terra, e se levantou com a obediencia a el rei e que el rei o mandou aly tomar e matar e lhe foi derribada a torre, em que se acolhia, por tedor, e por isso se não consentio enterrar em sagrado, e lhe foi feita aquella sepultura naquelle despovoado. E estas do termo do Porto, assim devião de ser de outros tais homeins famosos e revéis ao rei (...).» (BARROS, 2019 [1549]: 160-161).

Desta transcrição podemos destacar diversas conclusões:

- a) Barros não usa os termos *memorial*, *marmoiral* ou afins para designar estes monumentos – que não tem dúvida em entender como sepulturas – limitando-se a identificá-los como moimentos (ou seja, sepulturas de aparato, não campas rasas), com arcos de pedra «por cima»;
- b) São enumerados nesta categoria seis exemplares: dois, «muito grandes», «no vale de Santo Tirso», depois precisado «junto ao mosteiro de Santo Tirso»;

um em Sousela (Lousada); um em Leça, «junto ao mosteiro (...), em hum monte»; um na Campeã, «junto a Vila Real», «que se parecem com hum que está em Coimbra, no Areal»; indicando-se ainda a existência de «outros alguns em outras partes»;

c) João de Barros desconhece a cronologia das sepulturas, que diz serem «antigas» ou «muito antigas», mas não dos Romanos. Coloca a hipótese de pertencerem a nobres que não obedeciam a «el rey de Espanha» (supondo-as anteriores à nacionalidade?). Todavia, considera o moimento da Campeã mais recente que os restantes, talvez em função da tradição local que recolheu e que ainda teria vestígios na «grande torre que hora esta dirribada»;

d) Para além da característica de possuir um arco, e não ostentarem qualquer inscrição, Barros não fornece outros detalhes descritivos. Diz que, genericamente, «estão no monte», «fora das igrejas».

No que toca à identificação dos tumulados ou à explicação para o isolamento dos sepulcros, Barros diz não ter conseguido informações precisas, conjecturando que podem relacionar-se com senhores locais que se haviam revoltado contra o rei (o que detalha com narrativa acerca do monumento da Campeã) ou – possibilidade que prefere – corresponderem a cavaleiros mortos em duelo. Ambas as circunstâncias poderiam justificar, para o Autor, a proibição de sepultamento no espaço sagrado dos templos.

Na verdade, a falta de memória ou identificação das personalidades sepultadas nestes monumentos de arco, certamente figuras de relevo social e capacidade económica, para justificarem sepultura privilegiada no plano arquitetónico, tem preocupado os diversos autores que se referem a esta classe de sepulcros. Se é certo que estamos em uma fase, já em plena e baixa Idade Média, em que a tumulação ganha crescente personalização (BARROCA, 1987: 387ss.), a expressão material dessa individualização era ainda expressa, frequentemente, por signos discretos, ou ficaria reservada à memória dos contemporâneos e das gerações próximas.

Os documentos compilados especificam, em casos raros, a identidade do sepultado: em 1088 o «mormorial de Ennego», em Leça do Balio (n.º 3), em 1258 o «*mormoriali Domni Pelagii Truytosendiz*», em Vila do Conde (n.º 21), e, no mesmo ano, o «mormoriali de Petri Antil», em Penafiel (n.º 28). A natureza militar dos defuntos parece comprovar-se, igualmente, pelas espadas gravadas na sepultura da Boavista, no arco de Alpendurada e, de acordo, com os registos, também no de

Antece. Mas há também referências ao «marmoyrar (...) de dona Tareja» (em 1288, n.º 44), e, em Viseu, ao «mermoiral de Dona Maria» ou «marmoiral da Rainha», que devem ser o mesmo (respetivamente em 1378 e 1426, n.ºs 57 e 59). Seja como for, vários registos aludem ao pretense destaque social das personalidades inumadas em certos monumentos (SILVA, 1987: 18). Poderemos, neste sentido, interpretar a «sepultura dos memoriais», assim chamada, na região de Vila do Conde, ainda em pleno século XVII (n.º 70)?

A aproximação arquitetónica entre os monumentos que vimos estudando e os arcosólios tumulares que pontuam muitas igrejas românicas, tanto no interior como no exterior dos respetivos muros, é evidente, e foi assinalada por numerosos Autores (VITORINO, 1942: 5-6; MATTOS, 1948: 13; BARROCA, 1987: 398ss.), mas não entendemos como inquestionável, por exemplo, que fosse túmulo com arco isento (como os marmoirais preservados) o túmulo original do Conde Sessando Davides, falecido em 1091, na Sé de Coimbra, como sugere João Pedro RIBEIRO (1810: 193, n. 1) com base num manuscrito de Pedro Álvares Nogueira⁵⁵. De facto, segundo informação deste último autor, aquele nobre teria sido sepultado «em hum Moimento, que tinha um Arco», mas Fr. António Brandão especifica que a sepultura estaria «em hum dos arcos da parede» (BRANDÃO, 1632: 9), o que mais aponta para um arcosólio incluso⁵⁶.

A explicação para a localização mais ou menos isolada destas sepulturas – mais que a sua implantação junto a caminhos, o que era tradição antiga – pode suscitar várias conjecturas, devendo admitir-se como válidas, em nosso entender, as sugestões de João de Barros, segundo o qual corresponderiam quer a sepulcros de cavaleiros mortos em duelo – aos quais as normas religiosas impediam o enterramento na área dos templos – quer, porventura a nobres proscritos ou que caíam em desgraça perante o rei. Na verdade, a já citada compilação jurídica de Afonso X, de meados do século XIII, não admite, dentro das práticas tumulares

⁵⁵ Supomos tratar-se do *Livro das vidas dos bispos da sé de Coimbra* (ed. António G. da Rocha Madahil, Coimbra, Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, 1942; nova edição em 2003, com coordenação de Manuel Augusto Rodrigues e transcrição de Maria Teresa Nobre Veloso), obra que não pudemos consultar a tempo de fechar este texto.

⁵⁶ Aliás, o mesmo Pedro Álvares Nogueira, em outra passagem do seu manuscrito, diz «haver memória de que a sepultura era no Adro» (RIBEIRO, 1810: 193, n. 1).

normalizadas, os enterramentos «en logares hermos» ou «apartados pelos ca(m)pos, como bestas» (ALPHONSE X, 1980: Tít. XVI, p. 416), salientando precisamente como exceção «os que morressem entrando nos torneos», expulsos do chão sagrado «por que os home(n)s filhassem escarmento dos que vissem soterrar pelos ca(m)pos e se guardassem de os fazer» (*Idem*, Tít. XVI, Lei X; SILVA, 1987: 17). Se esta regra constituiu razão dos marmoirais de que tratamos, como tumbas de excomungados – pena máxima no que respeita às práticas de sufrágio e da tradicional «coabitação» dos defuntos com os vivos (MATTOSO, 1996: 71-72) – a sua monumentalização pode ter constituído, de algum modo, uma prática compensatória da família, para assinalar aos contemporâneos e vindouros a condição nobre do inumado.

Quanto à distribuição geográfica deste tipo de monumentos, não só se encontram na bacia do Douro, em uma e outra margem, a quase totalidade dos memoriais/marmoirais conservados, com exceção do exemplar de Odivelas; como continua a ser essencialmente nortenha, com grande predomínio no Entre Douro e Minho e alguma representação em Trás-os-Montes e na Galiza, como vimos, a concentração de topónimos e referências documentais (Fig. 16). Deve notar-se, contudo, certa

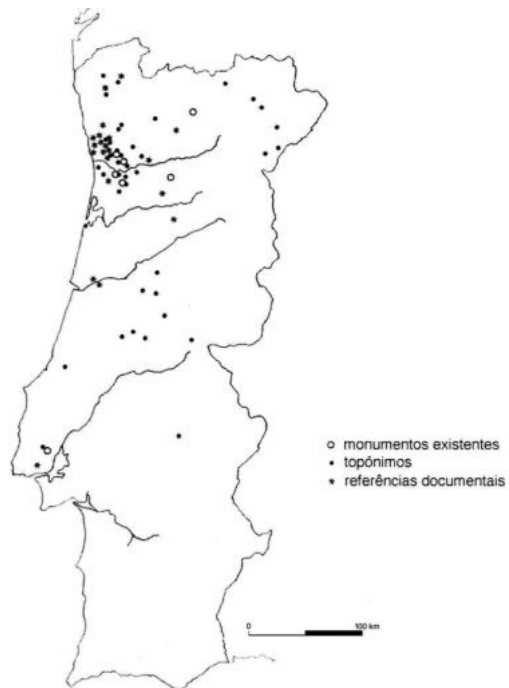


Fig. 16 – Marmoirais. Distribuição de monumentos, topónimos e referências documentais (reproduzido de SILVA, 1998, adaptado).

presença toponímica nas Beiras e diversas menções documentais a marmoirais em regiões mais meridionais, designadamente na região de Évora (Tabela anexa, n.ºs 58 a 60). Embora alguns dos marmoirais, à luz das fontes documentais, pareçam associados a templos, na generalidade dos casos tal não se verifica (SILVA, 1987: 17), parecendo constituir um fenómeno essencialmente rural⁵⁷.

No que respeita à cronologia dos monumentos conservados, a generalidade dos Autores datou-os entre a segunda metade do século XII e o século XIII, intervalo que têm vindo a estreitar-se para o período entre os inícios do século XIII e o segundo quartel do século XIV (BARROCA, 2012: 208), época a que corresponde, sem dúvida, o Memorial de Odivelas, exemplar mais tardio da série. Não obstante, a designação de *memorial/memorials* para nomear uma sepultura, ou um conjunto delas, parece recuar, como se vê pela compilação documental (tabela anexa), ao século X, predominando a partir do século XII, aplicado a sepulturas singulares ou a necrópoles, como propomos, os substantivos da família *marmoiral, mermoiral, mormoiral* e afins. Nas inquirições de Penude, Lamego, em 1258, fala-se já de um «Mormoyral velo» certamente por «velho» (n.º 35); e em 1333, uma delimitação de Faria, Barcelos, alude aos «marmoiraaes de vedro» (n.º 53), parecendo sugerir a antiguidade desses moimentos ou cemitérios. Poderá talvez entender-se do mesmo modo a menção a um «marmoural dos mouros», assim identificado «num documento de Coimbra» (PIEL, 1953: 222)⁵⁸.

Conclusão. O Arco da Campeã

Rematamos este ensaio com a razão que esteve na sua origem: a recente «descoberta» - do monumento que, com toda a verosimilhança, foi mencionado por João de Barros, embora a referência no plural permita que admitamos que o corógrafo conhecesse ou tivesse notícia de outros. Trata-se, a ser assim, do marmoiral acerca do qual possuímos informações escritas mais antigas, o que, complementado pela

⁵⁷ Naturalmente, nas cidades e outras povoações, a sepultura era exclusiva do interior ou das imediações dos templos.

⁵⁸ Referência respigada de DANTAS, s.d: 350, sem indicação de fonte além da mencionada. Cfr. ALARCÃO, 1979: 29, n. 1.

raridade deste género de monumentos, justifica bem que as entidades competentes promovam a sua classificação patrimonial, a escala supramunicipal, como garante da sua conservação e estímulo a ações de estudo e valorização, o que a circunstância de estar localizado em paisagem rural pouco urbanizada, junto a uma via de insuspeita ancestralidade, favorece sobremaneira.

Para tal, importa que as autarquias e a comunidade local sejam informadas deste «novo» valor do património cultural e reúnam vontades, para, junto das instâncias competentes, fazer vingar este propósito, revertendo apreciação inicial porventura menos informada da natureza do bem cultural e da sua importância histórica, arqueológica e patrimonial.

Fontes e obras de referência

- ALPHONSE X... (1980 [1256-1265]) – *Alphonse X. Primeyra Partida*. Edição e estudo de José de Azevedo Ferreira. Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica
- ÁLVAREZ, Rosario (coord.) – *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. <<http://ilg.usc.es/Tesouro>> [Consultado: agosto 2022]
- BARROS, João de (1919 [1548]) – *Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa. V. Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras os Montes, pelo Doutor João de Barros*. Edição do texto por João Grave. Porto: Biblioteca Pública Municipal
- BARROS, João de (2019 [1548-1549]) – *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*. Estudo e transcrição de Joana Lencart. Porto: Câmara Municipal
- BARROS, Vítor Fernando (2006) – *Dicionário do Falar de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Lisboa: Edições Colibri; Âncora Editora
- BAYAM, Joseph Pereyra (1727) – *Portugal glorioso, e ilustrado com a vida, e Virtudes das bemaventuradas rainhas Sancha, Teresa, Mafalda, Isabel e Joanna...* Lisboa Occidental: Na Officina de Pedro Ferreira
- BLUTEAU, Rafael (1716) – *Vocabulario Portuguez & Latino...* [Tomo 5]. Lisboa: Na Officina de Pascual da Sylva

- BRANDÃO António (1632) – *Terceira parte da Monarchia lusitana: que contem a historia de Portugal desdo Conde Dom Henrique*, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques... Lisboa: em o Mosteiro de S. Bernardo: por Pedro Craesbeck
- BRANDÃO, Fr. Francisco (1672) – *Sexta Parte da Monarchia Lusitana: que contem a historia dos últimos vinte & tres anos de El Rey Dom Dinis...* Lisboa: Na Officina de Ioam da Costa
- CCOD = *Corpus codicum latinorum et portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portugalensis Asservantur Antiquissimorum*. Iussi Curiae Municipalis Editum. Portucale: Typis Portucalesibus, 1891
- Corpus Xelmírez - Corpus lingüístico da Galicia medieval* (<http://sli.uvigo.gal/xelmirez/>).
- COSTA, Américo (1930-1943) – *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular...* S.l., S.e. [Vol. 2, 1930; Vol 7, 1940; vol. 8, 1943]
- DC = *Diplomata et Chartae (Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum... / iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita*. - Olisipone: Typis Academicis, 1856-1977)
- DIAS, Luiz Fernando de Carvalho (1969) – *Forais manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve (...). Entre Douro e Minho*. Fundão: Ed. A.
- DIAS, João J. Alves (1998) – *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte. Volume I, Tomo 1 (1433-1435)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa
- DIAS, João J. Alves (2005) – *Chancelarias Portuguesas. D. João I. Volume I, Tomo 2 (1385)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa
- DR = *Documentos Medievais Portugueses – Documentos Régios*. (ed. de Rui de Azevedo). Vol. 1. Lisboa
- DU CANGE, Charles *et al.* (1776) – *Glossarium Manuale ad Scriptores Mediae et Infimae Latinitatis...* T. IV. Halae: apud Io. Iust. Gebaveri Vidua et filius
- DURO PEÑA, Emilio, ed. (1972) – *El Monasterio de S. Pedro de Rocas y su colección documental*. Ourense: Instituto de Estudios Orensanos «Padre Feijoo»

FERNÁNDEZ DE VIANA Y VIEITES, José Ignacio, ed. (1995) – *Colección diplomática del monasterio de Santa María de Pantón*. Lugo: Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Lugo

GEPB = *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro, s.d. [1935-1957] Vol. XVI, p. 857-858

IS = *Inquisitiones (Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum... / iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita*. - Olisipone: Typis Academicis, 1856-1977

IS 1284 = Academia das Ciências de Lisboa – *Portugaliae Monumenta Historica...* Nova Série. Vol. III. *Inquisitiones. Inquiriões Gerais de D. Dinis, 1284*. Introdução, leitura e índices por José A. Sotto Mayor-Pizarro. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2007

IS 1288 = Academia das Ciências de Lisboa – *Portugaliae Monumenta Historica...* Nova Série. Vol. IV-1. *Inquisitiones. Inquiriões Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*. Introdução, leitura e índices por José A. Sotto Mayor-Pizarro. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2012

LC = *Leges et Consuetudines (Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum... / iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita*. - Olisipone: Typis Academicis, 1856-1977

LOPES, Fernão (1897 [c. 1443]) – *Crónica de El-Rei D. João I*. Vol. II. Lisboa: Escriptorio [Bibliotheca de Classicos Portuguezes]

LOPES, Fernão (1945 [c. 1443]) – *Crónica de D. João I. Segundo o Códice n.º 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Vol. I. Porto: Civilização

LOPES, Fernão (1983 [c. 1443]) – *Crónica de D. João I. Segundo o Códice n.º 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Introd. de Humberto Baquero Moreno. Vol. 1. Porto: Civilização

MARQUES, A. H. de Oliveira (1990) – *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV. Volume I (1325-1336)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa

MARQUES, A. H. de Oliveira; RODRIGUES, Teresa F. (1992) – *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV. Volume II (1336-1340)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa

MAT = Câmara Municipal de Matosinhos, ed. (1978) – *Matosinhos em textos medievais (Até D. Afonso III)*. Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos

PMH=Portvgaliae monvmenta historica : a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum... / iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita. - Olisipone : Typis Academicis, 1856-1977

RIBEIRO, João Pedro (1810) – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Tomo 1. Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa

ROCHA, Manuel Joaquim M.; LOUREIRO, Olímpia M. C. (1988) – *Memórias Paroquiais de Castelo de Paiva e outros documentos*. Castelo de Paiva: Câmara Municipal

RTP (1967) = *Reportório Toponímico de Portugal. 03 – Continente. 3 vols.* Lisboa: Ministério do Exército; Serviço Cartográfico do Exército

SÃO BOAVENTURA, Frei Fortunato de (1814) – *Memórias para a vida da Beata Mafalda, Rainha de Castela, e Reformadora do Mosteiro de Arouca*. Coimbra [reedição da Real Irmandade da Rainha Santa, com introdução e notas de D. Domingos de Pinho Brandão, Porto, 1986]

SILVA, António de Morais (1980) – *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. 10.^a ed. Vol. III. S.l.: Confluência; Livros Horizonte

SOUTO CABO, José António (2008) – *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*. Revista Galega de Filoloxía, Monografias, 5. A Coruña: Universidade

VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende (2006a) – *Chancelaria de D. Afonso III. Livros I e II*. Livro I, Vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade

VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende (2006b) – *Chancelaria de D. Afonso III. Livros I e II*. Livro I, Vol. 2. Coimbra: Imprensa da Universidade

VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende (2011) – *Chancelaria de D. Afonso III. Livros II e III*. Coimbra: Imprensa da Universidade

Bibliografia geral

ACÁCIO, Abel (1883-1886) – O Mosteiro de Arouca. *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 6 [1883, apud p. 236-278], 7 [1884, ap. p. 4-54], 9 [1886, p. 59-60], Lisboa

- AGUIAR, J. Monteiro de [1933] – Penafiel Antiga. O Marmoiral ou o Arco da Ermida. In *Câmara Municipal de Penafiel. Relatório, 1933*. S.l. [Penafiel], s.d.
- AGUIAR, Manuel Vieira de (1947) – *Descrição histórica, corográfica e folclórica de Marco de Canaveses*. Porto: S.e. [Esc. tip. oficina de S. José]
- ALARCÃO, Jorge de (1979) – As origens de Coimbra. In *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*. Coimbra: Grupo de Arte e Arqueologia do Centro, p. 23-40
- ALMEIDA, António de (1816) – Reflexões acerca do Monumento que existe na Freguesia da Ermida do Concelho de Penafiel. *Jornal de Coimbra*, vol. 9, n.º 43, parte 2. Lisboa, p. 49-53
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968) – *Vias Medievais. I. Entre-Douro-e-Minho*. Dissertação de Licenciatura apresentada à Universidade do Porto
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Arquitetura Românica de Entre-Douro-e-Minho*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Porto
- ALVELOS, Manuel (1948) – Monumentos antigos de Viseu. II. O Marmoiral de Viseu. *Beira Alta*, Ano 7 (4). Viseu, p. 333-335
- ALVES, Pedro (2020) – MEMORIAIS E PADRÕES: Monumentos medievais escondidos à vista de todos. 08.02.2020. *Apud* <https://www.facebook.com/RepensandoMedievo> [Consultado em ago. 2022]
- ANDRADE, Sara Morais Saraiva de (2014) – *O panteão familiar e a adoção do vocabulário clássico-renascentista no panorama da escultura tumular portuguesa: o exemplo da capela dos Ataídes no antigo convento de Santo António da Castanheira*. Vol. 2. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa. <http://hdl.handle.net/11067/1514>
- AZEVEDO, P.º Agostinho de (1939a) – *A Terra da Maia (Subsídios para a sua monografia)*. I. Porto: Câmara Municipal da Maia; Imprensa Moderna, Lda.
- AZEVEDO, P.º Agostinho de (1939b) – Marmoriais. *Novidades*. Ano 3, n.º 12. Lisboa, 3 de novembro de 1939
- AZEVEDO, P.º Agostinho de (1940) – Marmoriais. *Novidades*. Lisboa, 19 de maio de 1940
- AZEVEDO, Pedro A. de (1896) – Extractos archeologicos das Memorias Parochiaes de 1758. 81. Burgães... *O Arqueólogo Português, II*. Lisboa, p. 315-316

- BAIÃO, António (1909) – A villa e concelho de Ferreira do Zêzere. III. Dornes e o seu termo no século XVI. *O Arqueólogo Português*, 14. Lisboa, p. 265-294
- BALSA, Carlos (2017) – Via do Marão – Contributos para a identificação do antigo caminho do Marão. *Oppidum*, 10. Lousada, p. 39-61
- BALSA, Carlos (2021) – Arco Memorial da Campeã – um importante monumento para a preservação da memória coletiva da região do Marão. In VV.AA. – *Povoamento e vias de comunicação ao longo da História*. Vol. 1. Vila Real: Biblioteca Municipal, p. 45-79
- BARBOSA, Inácio de Vilhena (1873) – Cidade de Penafiel. IV. O Marmoiral da Ermida. *O Comércio do Porto*. Ano 20 (120). Porto, 24 de maio de 1873
- BARROCA, Mário Jorge (1984) – Notas sobre a ocupação medieval em Baião. *Arqueologia*, 10. Porto, p. 116-136
- BARROCA, Mário Jorge (1987) – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V a XV)*. Dissertação de Provas de Aptidão Pedagógica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto datilografado
- BARROCA, Mário Jorge (2012) – Marmorial ou Marmoiral. In ALARCÃO, Jorge de; BARROCA, Mário J. – *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas, p. 208
- BASTOS, Maria do Rosário (1996) – Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII a XVI. In MATTOSO, José (dir.) – *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*. Lisboa: João Sá da Costa, p. 109-124
- BEIRANTE, Maria Ângela (1982) – Para a história da morte em Portugal (Séc. XII-XIV). In *Estudos de História de Portugal – I. Séculos X-XV. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Lisboa: Estampa, p. 357-383
- BENCATEL, Diana Ornellas (2009) – Sarcófagos e sepulturas medievais (Maia e Matosinhos): análise tipológica e cronológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 12 (2). Lisboa, p. 209-239
- BOTELHO, Maria Leonor (2014) – Os Marmoirais. In ROSAS, Lúcia M. C., coord. cient. – *Rota do Românico*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território, p. 85-97
- COSTA, Joaquim (2017) – Os arcos memoriais medievais: lendas, mistérios e funções. *JN História*, 9 (Ago. 2017), Porto, p. 44-50

- CUNHA E FREITAS, Eugénio de Andrea da (1950) – Estradas velhas entre Leça e Ave. *Douro Litoral*, Série 4 (1-2). Porto, p. 50-71
- DANTAS, Júlio (s.d.) – *Pátria Portuguesa*. 4.^a ed. Lisboa: Sociedade Editora Portugal-Brasil
- FERNANDES, Armando de Almeida (1956) – À roda dos Arcos de Paradela (Tarouca). *Boletim da Casa Regional da Beira-Douro*, Ano 5 (1956), n.º 3 (março). Porto, p. 70-73
- FERNANDES, Armando de Almeida (1978) – *Tarouca monumental*. Sep. «Beira Alta» (37-2. 1978). Viseu: Assembleia Distrital
- FERNANDES, Armando de Almeida (1983) – Toponímia tarauçense. *Beira Alta*, 42 (1). Viseu, p. 73-127
- FERNANDES, Armando de Almeida (s.d.) – Mondim. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 17. Lisboa; Rio de Janeiro, s.d. [post 1945], p. 597-602
- FIGUEIREDO, José Anastasio (1800) – *Nova Historia da Militar Ordem de Malta, e dos Senhores Grão-Priores della em Portugal. Fundada sobre os documentos (...). Parte II. Até à morte do Senhor Rei D. Diniz*. Lisboa: Na Officina de Thaddeo Simão Ferreira
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1925) – *Viseu. Estudo de uma aglomeração urbana*. Coimbra: Coimbra Editora
- GONÇALVES, António Nogueira (1966) – Memorial de Santo António [fotografia legendada]. *Aveiro e o seu Distrito*, 2. Aveiro, p. 66
- GONÇALVES, António Nogueira (1988) – Os Memoriais medievos – seu significado. *Mundo da Arte*, 2.^a série, 2. Lisboa, p. 5-18
- GONÇALVES, António Nogueira (1991) – *Inventário Artístico de Portugal. XI. Distrito de Aveiro. Zona de Nordeste*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes
- GONÇALVES, Gerardo V.; PEREIRA, Dina B. (2020) – Necrópole das Touças, em Sabrosa: santuário medieval, ou algo mais? *Al-Madan Online*, 23-1 (jan. 2020). Almada, p. 9-17. <https://issuu.com/almadan/docs/ao23-1>

- GONÇALVES, Gerardo V.; LÓPEZ QUIROGA, Jorge; PEREIRA, Dina B.; PEREIRA, Sérgio; RODRIGUES, Zélia (2021) – Necrópole medieval das Touças. Resultados preliminares da campanha de escavações em 2020. *Al-Madan Online*, 24-2 (jul. 2021). Almada, p. 33-41. https://issuu.com/almadan/docs/ao24_2
- MARQUES, Carlos Santos (1984) – Contribuição para o estudo da toponímia do concelho de Vila Nova de Gaia. *Gaya*, 2. Vila Nova de Gaia, p. 101-108
- MATTOS, Armando de (1948) – Panorama da Arte Românica do Douro Litoral. *Douro Litoral*, 3.^a série, 1. Porto, p. 3-20
- MATTOSO, José (1996) – Os rituais da morte na liturgia hispânica (Séculos VI a XI). In MATTOSO, José (dir.) – *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*. Lisboa: João Sá da Costa, p. 55-74
- MIRANDA, Abílio (1937) – Sepulturas medievais. In *Terras de Penafiel*, vol. 1. S.l.; s.d.
- MIRANDA, Abílio (1947) – Marmoiral. *Penafiel – Boletim da Comissão Municipal de Cultura da Câmara Municipal de Penafiel*. 1. Penafiel, p. 9-11
- MIRANDA, Abílio (s.d.) – *Sepulturas medievais*. Separata de folhetins de «O Penafidense». S.l., S.d.
- MONTE, Hugo (2010) – *Memorial da Ermida, Porto, Penafiel, Irivo*. [Memória descritiva e proposta técnica de intervenção]. Vila do Conde. Texto datilóg.
- MOREIRA, Vasco (1924) – *Monografia do Concelho de Tarouca: história e arte*. Viseu: Tipografia do «Jornal da Beira»
- PANORAMA (O)... (1837) – Odivellas. *O Panorama: jornal litterario e instructivo*, vol. 1, n.º 8. Lisboa, p. 57-58 [texto anónimo]
- PANORAMA (O)... (1840) – O Marmoiral. *O Panorama: jornal litterario e instructivo*, vol. 4, n.º 8. Lisboa, p. 20 [texto anónimo]
- PIEL, Joseph M. (1953) – *Miscelânea de Etimologia Portuguesa e Galega (Primeira série)*. Coimbra: Universidade
- PIMENTEL, Alberto (1902) – *Santo Thyrso de Riba d’Ave*. Santo Tirso: Club Tirsense

- RAMOS, Mafalda S. Gonçalves (2012) – *Para o estudo de Montemuro na Idade Média (Sécs. V-XII): entre a Serra e o curso médio do Bestança*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Universidade de Coimbra
- REAL, Mário Guedes (1944) – Padrões históricos da Estremadura. A «Memória», em Odivelas. *Estremadura – Boletim da Junta de Província*. Série 2, n.º 7. Lisboa, p. 305-330
- REAL, Mário Guedes (1964) – Padrões históricos da Estremadura – A «Memória», em Odivelas. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, 61-62. Lisboa, p. 35-57
- ROSAS, Lúcia M. C.; BARROS, Márcia Santos (2008) – Memorial da Ermida; Marmoiral de Sobrado. In ROSAS, Lúcia M. C., coord. cient. – *Românico do Vale do Sousa*. Lousada: Valsousa – Rota do Românico do Vale do Sousa, s.d. [D.L. 2008], p. 223-233
- ROSAS, Lúcia M. C.; BOTELHO, Maria Leonor; RESENDE, Nuno (2014) – Elementos funerários. In ROSAS, Lúcia M. C., coord. cient. – *Rota do Românico*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território, p. 54-55
- SANTOS, Maria José F. (2005) – *A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308)*. «Cadernos do Museu», 10. Penafiel: Câmara Municipal, p. 3-100 [Vol. 2, Inventários, em CD-Rom]
- SILVA, António Manuel S. P. (1987) – *O Memorial de Santo António (Sta. Eulália, Arouca) e os «marmoirais» medievais: revisão da sua problemática e propostas para uma análise globalizante*. Sep. de PEREIRA DA SILVA, Fernando A.; SILVA, António Manuel S. P. (coord.) – «Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca», Arouca: Câmara Municipal; Centro de Arqueologia de Arouca, p. 77-100
- SILVA, António Manuel S. P. (1989) – Algumas notas para a arqueologia medieval do concelho de Arouca. In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil, p. 485-497
- SILVA, António Manuel S. P. (1994) – Abel Botelho e a «Frecha da Mizarela»: Imagens de Arouca na literatura oitocentista. *Rurália. Revista da Ruralidade*, 3. Arouca, p. 135-155
- SILVA, António Manuel S. P. (1998) – O «marmoiral» de Alpendurada (Marco de Canaveses): um tipo raro na tumulária medieval. In *Marco Histórico e Cultural – Actas de eventos marcoenses (1988-1998)*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal, p. 19-34

- SILVA, António Manuel S. P. (2004) – O Marmoiral «de Santa Mafalda», um túmulo raro e singular. In SILVA, António Manuel S. P., coord. (2004) – *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal, p. 355-359
- SILVA, Filomeno (1986) – O Memorial de Santo António à sombra de Santa Mafalda. *Jornal de Notícias*. Porto, 9 de fevereiro de 1986, p. 32
- SIMÕES JÚNIOR, Manuel R. (1967) – Concelho de Arouca. *Aveiro e o seu Distrito*, 4. Aveiro, p. 5-8
- SOTTO MAYOR, D. Miguel (1857) – Arco de Lordêllo. *Archivo Pittoresco. Semanario Ilustrado*, 1 (21) (nov. 1857). Lisboa, p. 167-168
- SOUSA, Laura C. P. (2013) – *Acompanhamento Arqueológico. Conservação, salvaguarda e valorização do monumento Memorial da Ermida, Paço de Sousa, Penafiel. Relatório final*. Penafiel: Museu Municipal. Texto datilog.
- STATUA (2006) – *Memorial da Ermida, Penafiel. Relatório da Intervenção de Conservação dos Materiais Pétreos do Memorial*. Lisboa: Statua,Lda. Texto datilog.
- VALERA, António C.; SIMÃO, Inês; MIGUEL, Lúcia; BRAZUNA, Sandra (2017) – *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da execução do Circuito Hidráulico de São Matias e respectivos Blocos de Rega: Fase de Obra (2ª e 3ª fase). Relatório Final Global*. Lisboa: ERA-Arqueologia, S.A. Texto datilografado. Disponível em <https://biblioteca.edia.pt>
- VASCONCELOS, Adriano M. Strecht (1981 [1938]) – *Lendas e tradições de Castelo de Paiva (Poemetos)*. Porto: Câmara Municipal de Castelo de Paiva; Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva
- VASCONCELOS, José Leite de (1933) – *Memórias de Mondim da Beira. Para a história do concelho d'este nome*. Lisboa: Imprensa Nacional
- VIEIRA, José Augusto (1887) – *O Minho Pittoresco*. Tomo 2. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira
- VITORINO, Pedro (1942) – *Os «Marmoriais»*. Sep. de «Douro-Litoral», 5. Porto
- VITORINO, Pedro (1943) – *Acerca de «Os Marmoriais»*. *Douro-Litoral*, 6. Porto, p. 10-11

Anexo

Referências documentais

N.º	Data	Informação documental	Localização	Fonte
1	924	«per vallo usque incruciliata exinde (...) per monte usque ad memoriales»	Cerca do rio Ave	DC, n.º 29 (FERNANDES, 1956: 71)
2	1032	«de illo memoriale per porto de...»	Pinheiro, próx. rio Leça	DC, n.º 275 (FERNANDES, 1956: 71)
3	1088	«per illo mermorial de Ennego»	Recarei, Leça do Balio, Matosinhos	DC, n.º 707 (FERNANDES, 1983: 94)
4	1117	«in illo mormoiral»		DR: 48 (FERNANDES, 1983: 93)
5	1141	«et inde ad Petras Grandes de Mormoiraes»	Ancede, Baião	DR: 187 (FERNANDES, 1983: 98); Chanc. D. Afonso III (VENTURA; OLIVEIRA, 2011: 118)
6	1170	«per illa strada usque in Marnel ad illos mormoiraes»	Gove, Baião	DC, n.º 307 (FERNANDES, 1983: 96); Chanc. D. Afonso III (VENTURA; OLIVEIRA, 2011: 130)
7	c. 1173	«deslo mormuiral (...) illo mormoiral»	Zona de Braga (?)	Mitra de Braga (SOUTO CABO, 2008: 255-256)
8	1194	Momoraes (= Mormoraes)		DC n.º 234 (FERNANDES, 1983: 95)
9	1195-1209	«a cruz dos mormouraes (...) ribeiro dos mormouraes»	Freixial, Castelo Branco	LC: 544 (FERNANDES, 1983: 94)
10	c. 1199	«vay aos momuraes»	Longos Vales, Monção	Doc. D. Sancho I: 234 (cit. em BARROCA, 1987: 401)
11	1202	«et inde Mormoniales et fer in fonte de Salgueyro»	Guiães, Vila Real	Chanc. D. Afonso III (VENTURA; OLIVEIRA, 2011: 46)
12	1253	«quomodo partitur per Mormoiraes»	Jales, Vila Pouca de Aguiar	Chanc. D. Afonso III (VENTURA; OLIVEIRA, 2011: 210)

13	1255	«et deinde vadit aa pia do mormoiral de cima de manuz»	Telões, Vila Pouca de Aguiar	LC: 650 (FERNANDES, 1956: 72; 1983: 94); Chanc. D. Afonso III (VENTURA; OLIVEIRA, 2011: 85)
14	1255	«...quí morantur in Albergaria de Mormoyrali de Furadorio de Mendiga»	c. de Porto de Mós	Chanc. D. Afonso III (VENTURA; OLIVEIRA, 2006a: 82)
15	1256	«hereditates de Safira et de Mormoyraes que sunt in termino Montis Maioris Novi»	Montemor-o-Novo	Chanc. D. Afonso III (VENTURA; OLIVEIRA, 2006b: 71)
16	1257	«deinde quomodo vadit ad Mormoyrales»	Antuã e Avanca, Estarreja	Chanc. D. Afonso III (VENTURA; OLIVEIRA, 2006a: 130)
17	1258	«aos mormoiraes da portela Dyo»	Conc. Ponte de Lima	IS: 343 (FERNANDES, 1956: 72)
18	1258	«per viam puplica[m] et fer nos mormoiraes de Nogueira»	Conc. Ponte de Lima	IS: 346 (FERNANDES, 1956: 72)
19	1258	Mormoyraes	Santa Maria de Vilela	IS: 388 (FERNANDES, 1983: 95)
20	1258	«in mormoralibus ecclesie»	Conc. Vila do Conde	IS: 484 (FERNANDES, 1956: 72)
21	1258	«una via qui vocatur via veteris (...) venit ad marmorial Domni Pelagii Truytosendiz (...) ad mormoriali Pelagii Troitizendis»	Macieira da Maia	IS: 486 (AZEVEDO, 1939a; FERNANDES, 1956: 72; MAT: 218-219)
22	1258	« ville (...) quod incipiuntur in fine de Ansaroy ad mormorialia deinde per carreirum»	Agrela, conc. Santo Tirso	IS: 525 (FERNANDES, 1956: 72); CCOD, I: 296
23	1258	«ad stratam quomodo vadit ad mormoriales»		IS: 525 (FERNANDES, 1983: 96)
24	1258	«deinde venit se ad marmoliaria»	São Julião, Santo Tirso	IS: 526
25	1258	«deinde ad mamorares»	Marecos, Penafiel	IS: 589 (FERNANDES, 1956: 72); CCOD, I: 360
26	1258	«deinde ad stratam (...) quomodo vadit ad mormoriales carvali Sancte Marie»	Marecos, Penafiel	IS: 589 (FERNANDES, 1956: 72); CCOD, I: 360
27	1258	«deinde ad mormorialem»	Mozares, conc. Penafiel	IS: 592 (FERNANDES, 1956: 72); CCOD, I: 364
28	1258	«incipit in mormoriale de Petri Antil deinde per carril ad castinario (...) deinde ad mormoriale ubi primatus incepimus»	Perantil, Croca, Penafiel	IS: 594 (FERNANDES, 1956: 72)

29	1258	«deinde ad mormoralia (...) deinde ad pias»	Conc. Celorico de Basto	IS: 651 (FERNANDES, 1956: 72)
30	1258	«in castinariis mormorialium quomodo vadit se per stratam portus quomodo tupat in mormoralibus»	Conc. Guimarães	IS: 700 (FERNANDES, 1956: 71; 1983: 96)
31	1258	«per viam finis de vigia; deinde ad mormolare Sancti Stephani»	Concelho de Guimarães	IS: 710 (FERNANDES, 1956: 71-2)
32	1258	« in loco qui dicitur Mormoyraes»		IS: 795 (FERNANDES, 1983: 95)
33	1258	«sub casali de Anno Bono ad mormoyraes»	Alvorações, cid. Lamego	IS: 1031 (FERNANDES, 1956: 72)
34	1258	Mormoyraes	c. Penude, Lamego	IS: 1053 (FERNANDES, 1983: 95)
35	1258	«in termino de Punidi in loco qui dicitur Mormoyral velo»	Penude, Lamego	IS: 1055 (FERNANDES, 1956: 72)
36	1266	«marmoiral de <Marians>»	«Soucedo», na zona de Coimbra	Mosteiro de S. Jorge de Coimbra (SOUTO CABO, 2008: 309)
37	1267	«sex supradicta casalia sicut dividunt per marmoyraes sancte Christine»	Vilares, Murça	Chanc. D. Afonso III (VENTURA; OLIVEIRA, 2006a: 425)
38	1273	«et deinde ad Outeyrum de Mormoyraes»	c. Ponte de Lima	Chanc. D. Afonso III (VENTURA; OLIVEIRA, 2006b: 147)
39	1273	«ad portelam de Achas per mormoyraes»	Atei, Mondim de Basto	Chanc. D. Afonso III (VENTURA; OLIVEIRA, 2006b: 160)
40	1273	«... via que vay pera o Mermoiral...»	Tarouca, Mondim	VITERBO, <i>Provas e Apontamentos</i> (manusc.), cit. em FERNANDES, 1983: 93
41	1284	«marmoyraes de Crastelo (...) foz dos Marmoyraes...»	Limites entre Branca (Albergaria-a-Velha) e Salreu	IS 1284: 71
42	1284	«Reguengo que começava no Mormeyral, e se chamava de D. Garcia Mendes»	Cervães, Arcos de Valdevez	Inquirições de D. Afonso III (cit. em FIGUEIREDO, 1800: 78)
43	1288	«... des a portella do Mormoeiral»		Fr. Baltasar dos Reis, <i>Liv. Fund. Most. Salzedas</i> (cit. em FERNANDES, 1983: 95-6)
44	1288	«carreira que vem de Val de Prados para Mascarenhas ao marmoyrar que chamam de dona Tareja»		Chanc. D. Dinis, Lv. I, fl. 174 (FERNANDES, 1983: 97)

45	1288	«mormoyraes da Agra d'Arnosso». Var. Mormoiraes	Santa maria de Arnoso, c.	IS 1288: 481-482
46	1288	«Mormeyraes da Romonte»; var. «Marmoiraes d'Arromee»	São Salvador de Pereira, c. Barcelos	IS 1288: 539-540
47	1288	«estrada (...) que vay pelos Marmoiraes pera Vila Nova]	São Salvador da Lagoa, c. Fimalicão	IS 1288:591
48	1330	«marmoiraes que estan na estrada que parte com Sandin»	c. Matosinhos	Chanc. D. Afonso IV (MARQUES, 1990: 197)
49	1331	«marmoiraes d antre Sandin e a poboa»	c. Matosinhos	Chanc. D. Afonso IV (MARQUES, 1990: 235)
50	1331	«e desi aos marmoiraes das perfias»	c. Matosinhos	Chanc. D. Afonso IV (MARQUES, 1990: 235)
51	1331	«marmoiraes desse monte pequeno»	c. Porto	Chanc. D. Afonso IV (MARQUES, 1990: 253)
52	1332	«polla carreira ao marmoiral»	Faria, Barcelos	Chanc. D. Afonso IV (MARQUES, 1990: 318)
53	1333	«aos marcos de hu se veron os marmoiraes de vedro»	Faria, Barcelos	Chanc. D. Afonso IV (MARQUES, 1990: 342)
54	1336	«Mormeyraes de ssam Martinho»	Coiral, Faria, Barcelos	Chanc. D. Afonso IV (MARQUES; RODRIGUES, 1992: 51)
55	1337	«o qual marco chamam pedra do Couto a qual pedra esta a par do marmoiral»	c. Alcobaça	Chanc. D. Afonso IV (MARQUES; RODRIGUES, 1992: 163)
56	1343	«mormouraes velhos de Sigães»	Sejães, Terroso, Póvoa de Varzim	BARROCA, 1987: 401
57	1378	«... Mermoiral de Dona Maria»	Viseu, junto ao cemitério, antigo lugar das «Pedras Alçadas»	ALVELOS, 1948: 335
58	1385	Um ferragial «que sta aa porta d auis a par do mormoural»	Termo de Évora	Chanc. D. João I (DIAS, 2005: 87). Provav. = 55
59	1426	«... Marmoiral da Rainha que esta alem de Martinho...»	Viseu, junto ao cemitério, antigo lugar das «Pedras Alçadas»	ALVELOS, 1948: 333-334

60	1434	Doação de «hum farregeal que he ao marmoural»	Termo de Évora	Chanc. D. Duarte (DIAS, 1998: 153). Provav. = mesmo que 57
61	c. 1443	«porque se chegava a noite [aposentaram-se] aos marmoeraes de Leça»	Leça da Palmeira, Matosinhos	Fernão Lopes, <i>Crónica de D. João I</i> , cap. 121 (LOPES, 1897, II: 145)
62	1498	«ribeiro dos Marmoyraees (...) ho dito ribeiro dos Mermoyraees...»	Tarouca, Mondim da Beira	VASCONCELOS, 1933: 90
63	1504	Marmoiraes [lugar]	Termo de Dornes, Ferreira do Zêzere	BAIÃO, 1909: 6
64	1515	«teiga dos marmoeiraes»	Vilela, Arcos de Valdevez	Foral de D. Manuel (DIAS, 1969: 110)
65	1518	leira que partia da terra «com camynho e mormoyrall da dita agra»	Macieira, Vila do Conde	Arq. Dist. Porto, «Tombo Verde, 2ª» de Santa Clara de Vila do Conde» (CUNHA E FREITAS, 1950: 62, n. 2)
66	1519	«pelo casal do moesteiro de moreira, do marmoural disse que pagava...»	Mindelo, Vila do Conde	Foral de D. Manuel (DIAS, 1969: 37)
67	1593	Um olival «junto das pedras alçadas do Mormoural» [ou Marmoural]	Viseu, junto ao cemitério.	ALVELOS, 1948: 334-335; var. GIRÃO, 1925: 31
68	1611	Casal «do Memorial»	Mindelo, Vila do Conde	Tombo de Vairão (CUNHA E FREITAS, 1950: 66)
69	1611	Leira «do Marmoiral»	Mindelo, Vila do Conde	Tombo de Vairão (CUNHA E FREITAS, 1950: 67)
70	1636	«correndo por caminho, até Sepultura dos Memoriais, aonde está outro marco»	Limites de Fajozes, Vairão e Macieira, Vila do Conde	Tombo de Vairão, Vila do Conde (CUNHA E FREITAS, 1950: 60, n. 2)
71	1642	Leira «dos Marmoirais»	Lagielas, Aveleda, Vila do Conde	Arq. Dist. Porto, «Mostrador Velho de Santo Tirso» (CUNHA E FREITAS, 1950: 55, n.6)

Notas às entradas documentais: (6), (7), (17), (21), (23) – a referência à fonte documental contém gralha em FERNANDES, 1983, que não foi possível esclarecer; (13), por lapso datado de 1258 em FERNANDES, 1983: 94; (40) – Almeida Fernandes, em outro texto, apresenta ligeira variante ao mesmo documento: «pela via que vai para o Marmorial» (FERNANDES, s.d.: 601); (59) – Todas estas referências ao marmoiral à saída de Viseu, relacionam-se, por certo, com a «estrada do Marmoiral», referida «em escrituras do século XV» (GIRÃO, 1925: 31); (61) – a expressão verbal «aposentaram-se», ausente em algumas edições (como a de 1644), encontra-se em manuscritos mais antigos, como os de 1501 ou 1601, aqui com a variante «mormuraes».

AS JANELAS VIÁRIAS DE BENAGOURO, NO CONCELHO DE VILA REAL

Vítor Nogueira

Biblioteca Municipal de Vila Real

Na Baixa Idade Média, um pouco por toda a Europa, a aquisição de bens de consumo fazia-se sobretudo em feiras e mercados, ou através de almocreves e vendedores ambulantes. Fora destes contextos, raramente havia mercadorias expostas e o balcão de atendimento era ainda desconhecido. Porém, diversas oficinas e lojas de comércio primitivas tinham uma abertura para a rua, uma janela através da qual atendiam clientes.¹ É possível encontrar algumas imagens exemplificativas no *Tacuinum sanitatis*, uma obra ilustrada do final da Idade Média, espécie de enciclopédia reunindo noções de saúde, alimentação e vida quotidiana. Existem diversas versões deste manuscrito. Um desses códices, datado do final do século XIV e hoje à guarda da Biblioteca Nacional de Liège,² inclui a imagem que a seguir se reproduz, retratando o interior de um estabelecimento comercial, com o atendimento a processar-se através de uma janela servida por uma plataforma de apoio e o cliente a manter-se no exterior do edifício, segundo o costume da época.

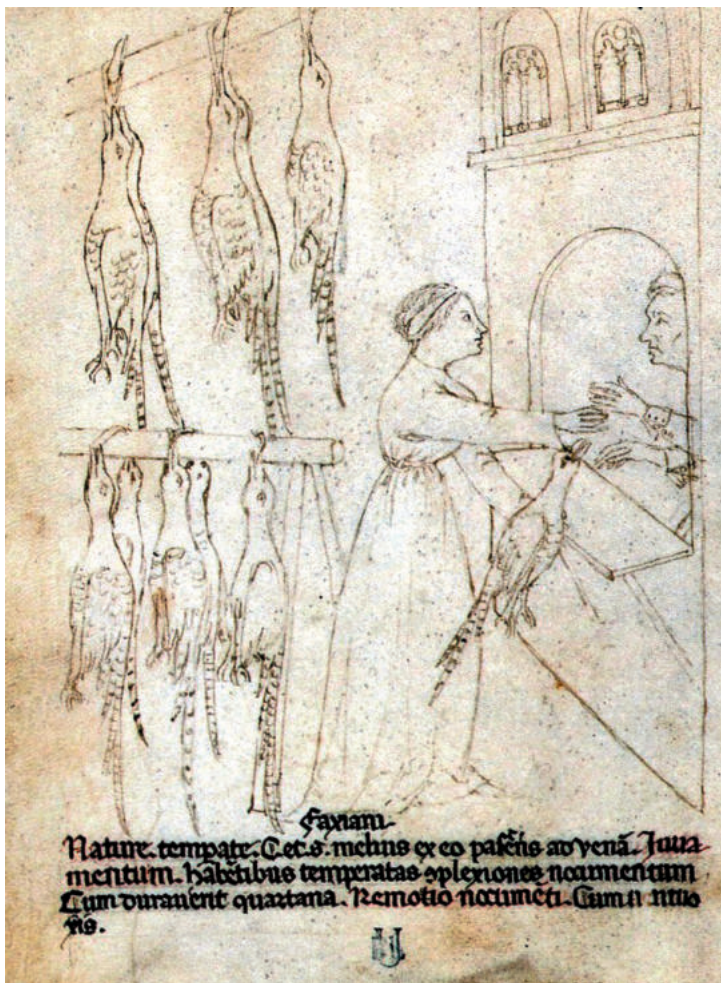
Usar o parapeito da janela como um ponto de troca permitia aos lojistas competir com o imediatismo do mercado e a variedade de vendedores ambulantes.³ Todavia, não pensemos ainda em janelas envidraçadas, que eram raríssimas na Idade Média e só se tornariam frequentes a partir do século XVIII. Em Portugal, concretamente, foi em 1719 que se estabeleceu a Real Fábrica de Vidros de Coima, uma importante manufactura que, em 1748, seria transferida para a Marinha Grande.

¹ Veja-se Nancy Cox e Karin Dannehl, *Perceptions of retailing in early modern England: The history of retailing and consumption*, Ashgate, Aldershot, 2007, p. 155.

² Veja-se por exemplo Clarisse Dire, *Commerces et commerçants en Occident aux XIV^e et XV^e siècles, vus à travers les images des versions occidentales illustrées du Tacuinum sanitatis*, Université Louis-Lumière Lyon II, Lião, 2011, pp. 25-27 e 117.

³ Veja-se Nancy Cox, *The complete tradesman: A study of retailing, 1550-1820*, Ashgate, Aldershot, 2000, p. 79.

Antes disso, numa época pré-industrial, há notícia de vidreiros a trabalhar no País desde 1439 e dados que permitem identificar a presença de vidraças em certas janelas privilegiadas (de alguns templos ou palácios) a partir dos finais do século XV.⁴



Janela de atendimento de uma loja comercial, segundo uma ilustração do século XIV (Tacuinum sanitatis, códice da Biblioteca Nacional de Liège)

Na Idade Moderna, mesmo durante o século XVII e em grandes centros urbanos europeus, como Paris ou Londres, as fachadas dos estabelecimentos comerciais ainda tinham vulgarmente aberturas guarnecidas apenas com portadas de

⁴ Veja-se por exemplo Teresa Medici, *Vidros da terra: O vidro tardomedieval e moderno em Portugal*, vol. I, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014, pp. 64 e 81.

madeira, que se dividiam horizontalmente, «a metade superior abria-se para formar uma cobertura, a parte inferior tinha pernas dobráveis que lhe permitiam servir de plataforma»;⁵ sendo raros os estabelecimentos que atendiam clientes no seu interior.⁶

Estabelecimento comercial do século XVI, segundo uma gravura de Jost Amman (Das Ständebuch, Frankfurt, 1568)



⁵ Jonathan Conlin, *Tales of two cities: Paris, London and the birth of the modern city*, Atlantic Books, Londres, 2013, p. 74.

⁶ Veja-se Nancy Cox e Karin Dannehl (2007), *ob. cit.*, p. 156.

Portanto, na maioria dos casos, as lojas da Idade Moderna continuavam a manter o contacto com a clientela através de janelas com as portadas abertas.⁷ Na verdade, o próprio balcão de atendimento, tal como hoje o conhecemos, é apenas uma invenção do século XVIII, que ainda assim levou tempo a transformar-se num elemento característico de qualquer loja de venda a retalho.⁸ Dizendo por outras palavras, foi um processo demorado aquele que viria a padronizar o atendimento de fregueses no interior das lojas comerciais.

Em Vila Real, uma fotografia de 1870 parece indiciar que, mesmo em meados do século XIX, no centro da urbe seria prática comum os comerciantes estabelecidos atenderem os fregueses sem que estes entrassem no estabelecimento, com as lojas a instalarem um balcão móvel à face da porta e de algum modo a manterem a função das velhas janelas de atendimento, providas do seu parapeito alongado ou da sua plataforma adjacente. Só na passagem do século XIX para o século XX encontramos fotograficamente documentados aspectos reconhecíveis de fachadas de lojas comerciais contemporâneas. Em todo o caso, reminiscências das janelas de atendimento estenderam-se mesmo até ao século XXI: um sapateiro instalado na Rua Sargento Pelotas terá sido o derradeiro artífice a fazer uso desta prática ancestral, ainda há escassos anos, como regista a fotografia que adiante também se reproduz.⁹

⁷ Veja-se Charles Knight, org., *London*, vol. V, Charles Knight & Co., Londres, 1843, p. 388.

⁸ Veja-se Nancy Cox e Karin Dannehl (2007), ob. cit., pp. 153-154.

⁹ Resta hoje na cidade de Vila Real uma antiga janela de atendimento, que passa despercebida numa casa da Rua da Guia (outrora estrada importante), alguns metros antes da Ponte de Santa Margarida. A casa, aliás, é anterior à própria ponte (que por seu turno foi inaugurada em 1843); atesta-o o seu posicionamento a cota mais baixa, coincidente com o nível da estrada antes da construção daquela estrutura de travessia do Rio Corgo. Coordenadas geográficas: 41.29676, -7.73969. No século XIX, as cotas da velha estrada subiram significativamente, suavizando-se a descida final até ao rio. Ou seja, a ponte primitiva, edificada em 1490 e substituída em 1843, erguendo-se no mesmo sítio, era mais estreita e mais baixa. Abordei anteriormente o assunto em «A travessia do Rio Corgo na Idade Média», *Povoamento e vias de comunicação ao longo da História*, vol. 1, Biblioteca Municipal de Vila Real, Vila Real, 2021, p. 108.

Pormenor de uma fotografia de 1870, retratando a Rua Central no dia da Feira de São Pedro, vendo-se à direita uma janela de atendimento comercial instalada à face da porta

Fotógrafo:
António Narciso Alves Correia
(1810-1898);
Museu do Som e da Imagem



Janela de atendimento de um sapateiro instalada na Rua Sargento Pelotas, em 2001

Fotógrafo:
Duarte Carvalho



Se entretanto nos focarmos na evolução histórica das estruturas de apoio a viajantes, acabamos por nos deparar, em especial a partir da Idade Moderna, com a proliferação de janelas de atendimento ao longo de antigas vias. Trata-se aqui de janelas viárias, mais especificamente. Hoje, as que restam passam quase despercebidas. Mas por aí se mantêm muitas delas, a seu modo validando a existência de vias antigas para as quais se abriam no desempenho de funções de comércio e

de apoio a viajantes. Um olhar mais atento facilmente reconhece as que puderam resistir à voragem do tempo, seja pelo seu posicionamento ao nível do rés-do-chão em edifícios oriundos de épocas em que, por hábito, só os andares superiores tinham janelas, seja, sobretudo, pela persistência de uma antiga plataforma de apoio a trocas comerciais. Obviamente, muitas outras janelas viárias se foram perdendo, ou porque simplesmente desapareceram com os edifícios de origem, ou porque, em alguns casos, não faziam uso de uma plataforma de pedra integrada na própria estrutura do edifício, mas apenas de uma plataforma de madeira que prolongava o peitoril e, pela sua perecível condição, pouco pôde subsistir.

As janelas viárias estão, pois, directa e funcionalmente relacionadas com caminhos outrora de certa importância, lugares de passagem habitual de muita gente, até por razões de natureza comercial. Antepassadas das áreas de serviço contemporâneas, essas que se multiplicam nas nossas auto-estradas, as janelas viárias (enquanto faces visíveis de vendas e oficinas) são simultaneamente herdeiras de estruturas de apoio mais remotas, desde as *mansiones* e *mutationes* do Império Romano às albergarias e aos hospitais da Idade Média (porque as funções dos hospitais eram então bastante heterogéneas, incluindo a hospedagem de viajantes, em particular de peregrinos).¹⁰

Com presença regular ao longo das principais vias romanas, uma *mansio* era uma estação importante, local privilegiado de pernoita no final de uma etapa, dispondo habitualmente de cozinha capaz de preparar refeições para grupos numerosos, bem como de estábulos, armazéns, oficinas, banhos e acomodações para os viajantes. Por seu turno, uma *mutatio*, de menores dimensões e presença mais frequente ao longo das estradas, correspondia sobretudo a uma estação de descanso e muda de cavalgaduras, servida por uma cozinha de menor capacidade.¹¹

Na Idade Média, de algum modo sobre os escombros de antigas *mansiones* e *mutationes* romanas, surgem albergarias e hospitais. Por exemplo, em Vila Real há

¹⁰ Veja-se por exemplo José Marques, «A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média», *História — Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série II, vol. 6, Porto, 1989, p. 46.

¹¹ Veja-se por exemplo Vasco Gil Mantas, «As estações viárias lusitanas nas fontes itinerárias da Antiguidade», *Humanitas*, vol. LXVI, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014, pp. 245 e 249.

notícia, desde o século XIV, do Hospital-Albergaria de São Brás, «feito para pobres e romeiros e outras pessoas que por Deus quiserem ir pousar nele»,¹² como se lê numa carta de D. João I, de 1395. Em 1548, João de Barros também refere este «hospital de boa renda», na sua *Geografia de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*.¹³ Mais tarde, no século XVIII, ainda funcionava este «hospício dos passageiros pobres, no fundo do Campo do Tabulado»,¹⁴ cujo edifício seria demolido apenas em 1864-65, com a abertura da chamada Estrada-Rua,¹⁵ nome que tomou o processo desencadeado para o alargamento de algumas artérias de Vila Real, na sequência da construção das estradas reais n.ºs 7 e 33 (hoje designadas Nacional 2 e Nacional 15), que por ali vieram sobrepor-se.

Mas, no território correspondente ao concelho de Vila Real, já se encontrava no século XII a Albergaria da Campeã, ou Albergaria do Marão, situada em ponto estratégico, imediatamente antes (ou depois, consoante a direcção) da temível travessia da serra. Criada em data anterior a 1132, ano em que foi emprazada a dois clérigos, viria a receber carta de couto de D. Afonso Henriques, em 1134, a favor da Sé de Braga. Tratava-se, por sinal, de um couto extenso, abrangendo uma área superior à da actual freguesia da Campeã, a que veio a dar origem. Ora, a relação entre o couto e a albergaria também sublinha a particular relevância atribuída na Idade Média a esta estrutura de apoio aos viajantes que transitavam na via do Marão.¹⁶

12 Carta de privilégios do Hospital de São Brás que é em Vila Real (12/10/1395), Chancelaria de D. João I, Livro II, fl. 104 v., Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

13 João de Barros, *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* (1548), estudo e transcrição de Joana Lencart, Câmara Municipal do Porto, Porto, 2019, p. 348.

14 José Taveira da Mesquita, José Moutinho de Aguiar e António da Cunha, *Relação de Villa Real e seo termo* (1721), publicada por Fernando de Sousa e Silva Gonçalves em *Memórias de Vila Real*, Arquivo Distrital de Vila Real, Vila Real, 1987, vol. I, p. 232. O Campo do Tabulado corresponde, *grosso modo*, à actual Avenida Carvalho Araújo.

15 Veja-se por exemplo Elísio Amaral Neves e A. M. Pires Cabral, orgs., *Vila Real: História ao café*, Grémio Literário Vila-Realense, Vila Real, 2008, p. 307. O Hospital-Albergaria tinha anexa a Capela do Bom Jesus do Hospital (também conhecida como Capela do Espírito Santo), que foi transferida para o Largo do Pioledo e, mais tarde, reedificada na Quinta de Prados, o actual *campus* da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde se encontra.

16 Sobre a Albergaria da Campeã, veja-se Carlos Balsa, «Arco memorial da Campeã: Um importante monumento para a preservação da memória coletiva da região do Marão», *Povoamento e vias de comunicação ao longo da História*, vol. 1, Biblioteca Municipal de Vila Real, Vila Real, 2021, pp. 54-56.

Com o andar dos tempos, vendas¹⁷ e estalagens¹⁸ foram substituindo hospitais e albergarias, em muitos casos deixando a sua marca na própria toponímia. Por exemplo, Vendas, Estalagem Nova e Pousada, lugares da mesma freguesia da Campeã, cujos nomes resultam da presença de novos tipos de estabelecimentos, agora com um propósito comercial, substitutos funcionais da velha albergaria que já D. Afonso Henriques coutara a favor da Sé de Braga. Aliás, o topónimo Vendas da Campeã surge apenas entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Através do Numeramento de 1527-1532, o primeiro recenseamento geral da população feito no País, percebe-se que, à época, coexistiam duas designações para este mesmo lugar. Era Godim o nome antigo de Vendas, que em paralelo se mantinha,¹⁹ mas rapidamente vai cair em desuso neste processo de transição. Dois séculos mais tarde, a *Relação de Vila Real e seu termo* sublinha que no lugar «chamado das Vendas da Campeã [...] estão algumas estalagens, por passar por ele a estrada real para o Porto».²⁰ De resto, na zona ainda hoje se conserva uma janela viária no rés-do-chão de uma casa antiga (com o seu largo parapeito de pedra, sobressaído e integrado na estrutura), que outrora se abria directamente para o trajecto ali seguido pela via do Marão.²¹

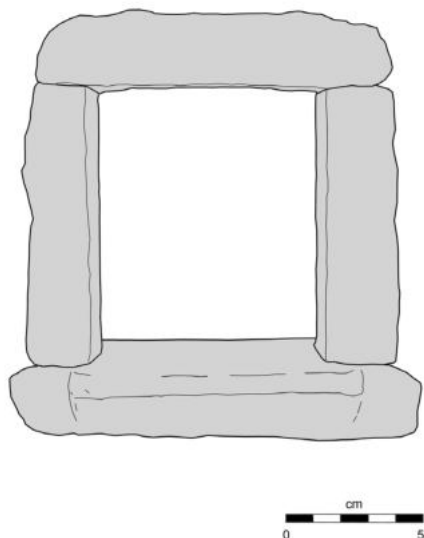
17 No que é hoje o distrito de Vila Real, a notícia mais recuada da existência de umas vendas talvez seja a que se encontra nas Inquirições de 1258; no caso, umas vendas situadas em Mesão Frio — cf. *Inquirições Gerais de D. Afonso III: Quarta alçada* (1258), publicadas em *Portugaliae monumenta historica: Inquisitiones*, vol. I, parte II, fasc. VIII, Academia das Ciências, Lisboa, 1961, p. 1167.

18 A propósito do gradual surgimento de estalagens: «No século XV o seu número era já grande. Os próprios concelhos, para não terem de fornecer pousada aos fidalgos, eram os primeiros a promover a sua instituição» — Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais: Entre Douro e Minho*, Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1968, p. 70.

19 Cf. Nicolau de Seixas, *Numero dos moradores da comarca de Trallos Montes* (1530), documento publicado por Anselmo Braamcamp Freire em «Povoação de Trás os Montes no XVI. seculo», *Arquivo Historico Portuguez*, vol. VII, n.º 7, Lisboa, 1909, p. 251.

20 José Taveira da Mesquita, José Moutinho de Aguiar e António da Cunha (1721), ob. cit., vol. II, p. 521.

21 Coordenadas geográficas em graus decimais: 41.29016, -7.87328.



Janela viária ao rés-do-chão de uma casa datável do século XVIII, desempenhando outrora funções comerciais de apoio a viajantes da antiga via do Marão, à passagem pela Campeã

Pois, se as janelas de atendimento eram as faces visíveis de vendas e oficinas, as que hoje restam à beira de velhos caminhos, esquecidas do seu uso antigo, constituem por si só um património viário que urge conhecer e preservar. Até porque também desempenharam um papel relevante na evolução da arquitectura vernacular no território.

Num estudo ainda hoje valioso, publicado em 1968, o historiador Carlos Alberto Ferreira de Almeida diz-nos que «não se conhece a arquitectura das vendas medievais».²² Em Portugal, e em certo sentido, assim é, por falta de evidências arqueológicas que directamente nos remetam para o assunto. Todavia, creio que é possível, a partir das janelas viárias da Idade Moderna que continuam a conservar-se à beira de caminhos ancestrais, adivinhar o expressivo papel que as vendas desempenharam na própria evolução da arquitectura. Vejamos:

Na região de Trás-os-Montes (e não só), as casas da Idade Média apresentavam-

²² Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968), ob. cit., p. 72.

se muitas vezes como construções primitivas de paredes irregulares, onde apenas se abria uma pequena porta de batente e um ou outro postigo diminuto. Embora a telha de barro fosse conhecida desde tempos recuados, «as coberturas de colmo eram sem dúvida as mais frequentes».²³ «Na Idade Média, não só a casa da “gente miúda” nas aldeias e nos recintos acastelados, mas também o solar senhorial, teriam cobertura de colmo, caniço ou giesta.»²⁴ Descendentes das habitações castrejas, as casas rurais serviam de abrigo em simultâneo a homens e animais, em áreas contíguas e reduzidas, às vezes separadas por um simples tabique. Na maior parte dos casos, tratava-se de edifícios térreos de interior sombrio, desprovidos de chaminé.²⁵ E não apenas durante a Idade Média. Em 1533, o cronista Claude de Bronseval queixava-se da «hospedagem miserável e enfumaçada»²⁶ que por diversas vezes lhe era oferecida na sua passagem pelo território português. E no século XVIII William Beckford, outro viajante que ficou famoso, ainda descreve a Venda do Duque, no Alentejo, como «um estábulo digno de ser a capital de uma região de porcos. Pode contudo vangloriar-se de ter chaminés».²⁷ Vá lá...

Portanto, em grande medida as características primitivas das habitações medievais estenderam-se pela Idade Moderna, período em que, apesar de tudo, diminuiu substancialmente o número de casas térreas e, em contextos de menor pobreza, as habitações rurais dispunham com maior frequência de um andar superior, reservando o rés-do-chão para loja de animais e armazém (por vezes albergando também a cozinha ou uma adega) e o primeiro andar para os quartos ou sobrados.²⁸ Ainda assim, mesmo em núcleos urbanos de tamanho considerável, as casas de dois

²³ Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Construções primitivas em Portugal*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1969, p. 290.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ Cf. *ibidem*, p. 301.

²⁶ Claude de Bronseval, *Peregrinatio hispanica: Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*, introdução, tradução e notas de Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970, tomo II, p. 552.

²⁷ William Beckford, *Italy; with sketches of Spain and Portugal (1787)*, obra de que foi extraída a edição portuguesa que acompanho aqui: *A Corte da Rainha D. Maria I*, Frenesi, Lisboa, 2003, p. 179.

²⁸ Cf. Fernando de Sousa e Silva Gonçalves, *Memórias de Vila Real*, Arquivo Distrital de Vila Real, Vila Real, 1987, vol. 1, pp. 131-132.

pisos da Idade Moderna (incluindo as mais favorecidas) raras vezes tinham janelas no rés-do-chão, apenas ligeiros postigos abertos nas paredes ou nas portas, justamente para ventilação de lojas de animais ou armazéns. Terão sido as pequenas oficinas e os pequenos estabelecimentos de comércio a criar as primeiras excepções, fazendo surgir gradualmente na arquitectura popular as janelas ao nível do rés-do-chão.

E, para além da influência na arquitectura, tenhamos em conta um outro aspecto relevante: apesar de as janelas viárias serem um produto característico da Idade Moderna, a sua presença ainda hoje em diversos sítios permite validar complementarmente o traçado das vias medievais onde vieram a instalar-se, justamente porque o itinerário da Idade Moderna é quase sempre herdeiro directo do itinerário medieval, ou romano-medieval.²⁹ Por exemplo, em Benagouro, localidade que preserva uma das maiores concentrações de janelas viárias no concelho de Vila Real,³⁰ todas elas se localizam no mesmo alinhamento, com dois entroncamentos de permeio, não há qualquer excepção noutras artérias da aldeia, o que, a seu modo, nos permite validar por ali, exactamente por ali, o traçado da velha estrada para Chaves.

Sob a variante «Maagora», Benagouro já aparece referida em 1220, nas Inquirições de D. Afonso II.³¹ Mas a ocupação daquela zona é mais antiga, como indicia ainda hoje a presença de uma sepultura antropomórfica escavada numa rocha,³² perto da via medieval, e sobretudo como atesta a existência de um povoado

²⁹ A via da Idade Média, genericamente, adopta na Idade Moderna o nome de estrada real, expressando também assim a centralização política que vem sobrepor-se a uma economia fechada e senhorial — cf. Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968), *ob. cit.*, p. 4.

³⁰ Em Benagouro persistem seis janelas viárias, tantas quantas persistem na localidade de Alvites. São estes os maiores conjuntos de janelas viárias no concelho de Vila Real, onde actualmente ainda resistem cerca de cinquenta, no total.

³¹ Cf. *Inquirições Gerais de D. Afonso II* (1220), publicadas em *Portugaliae monumenta historica: Inquisitiones*, vol. I, fascículos I e II, Academia das Ciências, Lisboa, 1888, p. 40. Noutros documentos medievais, Benagouro também aparece referida sob as variantes «Maagóira» ou «Maagueiros».

³² Coordenadas geográficas: 41.36848, -7.71866. A sepultura apresenta forma ovalada, junto aos pés, e cabeceira em arco, com almofada. Situa-se no meio de um outro caminho, de construção nitidamente posterior, provavelmente da Idade Moderna, que serve alguns terrenos agrícolas na margem esquerda do Ribeiro de Soutelo. A propósito deste tema, deixo uma síntese de Mário Barroca: «as sepulturas escavadas na rocha surgiram por volta do século VII, com soluções não-antropomórficas [...]; tiveram o seu auge entre os séculos IX e XI, com soluções antropomórficas (que conviveram, lado a lado, com soluções não-antropomórficas) [...]; foram, depois, paulatinamente substituídas por outras formas de enterramento» — Mário Jorge Barroca, «Os estudos sobre sepulturas escavadas na rocha em Portugal, trinta anos depois», *Sepulturas escavadas na rocha da fachada atlântica da Península Ibérica*, CITCEM, Porto, 2021, p. 64.

fortificado da Idade do Ferro que se localiza uns setecentos metros a sudeste da aldeia.³³ Aliás, a via passa entre este povoado e o vizinho sítio arqueológico da Mão do Homem,³⁴ com a sua arte rupestre cronologicamente relacionável, o que leva a admitir a possibilidade de as origens do caminho ancestral poderem situar-se no período romano ou mesmo no período pré-romano. A descoberta em Benagouro, noticiada em 1904,³⁵ de um vaso contendo uma grande colecção de bronzes das épocas dos imperadores Adriano e Trajano também certifica a seu modo a ocupação do local durante o período romano. Fosse como fosse, na Idade Moderna, em Vila Real a via designava-se comumente «estrada que vai para a praça de Chaves», passando por Benagouro, na direcção de Vilarinho da Samardã.³⁶

O posicionamento geográfico da aldeia de Benagouro favoreceu-a no desempenho de funções comerciais de apoio a viajantes. A razão é simples e resulta principalmente da orografia daquela zona. Ao contrário de outros itinerários que desde a Baixa Idade Média se desdobravam em diferentes variantes, permitindo por isso certas soluções alternativas nos percursos, a velha estrada entre Lamego e Chaves constituía-se ali como solução exclusiva, pelo menos até ao Vale de Aguiar, alguns quilómetros a norte, onde o povoamento medieval, disperso por bastantes aldeias, arrastara consigo o surgimento de caminhos complementares que as povoações necessariamente estabeleciam entre si.³⁷ Deste modo, se na zona do Vale

³³ Coordenadas geográficas: 41.3632, -7.7113. Trata-se do sítio arqueológico registado com o número 17736 no Portal do Arqueólogo, da Direcção-Geral do Património Cultural, hoje chamado Cividaiia. No século XVIII, chamava-se-lhe Cividade — cf. *Relação de Villa Real e seo termo* (1721), ob. cit., vol. II, p. 563.

³⁴ Coordenadas geográficas: 41.3632, -7.7113. Trata-se do sítio arqueológico registado com o número 17779 no Portal do Arqueólogo, da Direcção-Geral do Património Cultural, descrito já com certo pormenor no século XVIII — cf. José Taveira da Mesquita, José Moutinho de Aguiar e António da Cunha (1721), ob. cit., vol. II, p. 563.

³⁵ Cf. Henrique Botelho, «Cerâmica dos concelhos de Villa Real e Amarante», *O Archeologo Português*, vol. IX, Museu Etnológico Português, Lisboa, 1904, p. 99.

³⁶ Cf. José Taveira da Mesquita, José Moutinho de Aguiar e António da Cunha (1721), ob. cit., vol. II, p. 565.

³⁷ A propósito de caminhos e suas variantes, escreveu Carlos Alberto Ferreira de Almeida: «Na Meia Idade um bom caminho, pouco onerado com portagens, criava trânsito. Em compensação o agravamento das peagens desviava dele os mercadores» — *Vias medievais: Entre Douro e Minho* (1968), ob. cit., p. 215.

de Aguiar, a norte, ou na zona mais próxima de Vila Real, a sul, a multiplicidade de caminhos era um facto, assente numa orografia favorável à dispersão das aldeias, entre Escariz³⁸ e o Alto da Samardã as estradas existentes afunilavam numa única opção. Dizendo de outra maneira, no caminho entre Vila Real e Chaves qualquer viajante teria de passar por Benagouro, a menos que seguisse a corta-mato. Acresce que Benagouro se situava suficientemente isolada para constituir um ponto de descanso e de abastecimento privilegiado para quem fizesse tal viagem. E também assim se justifica o valioso património viário que ainda agora se conserva em torno da aldeia: a calçada lajeada, desde logo, na velha estrada romano-medieval,³⁹ mas também o que resta de uma antiga ponte de madeira que a servia,⁴⁰ dois nichos de alminhas datáveis do século XVIII,⁴¹ um fontenário na berma desse caminho, encimado por um rude arco ogival,⁴² e, sobretudo para o que mais interessa aqui, seis janelas viárias, nada menos do que seis janelas viárias concentradas numa centena

38 No sentido sul-norte, antes de chegar a Benagouro, a via passava pela aldeia de Escariz, como por exemplo informa em 1748 João Baptista de Carvalho — cf. *Roteiro terrestre de Portugal*, Oficina de Miguel Manescal da Costa, Lisboa, 1748, p. 196.

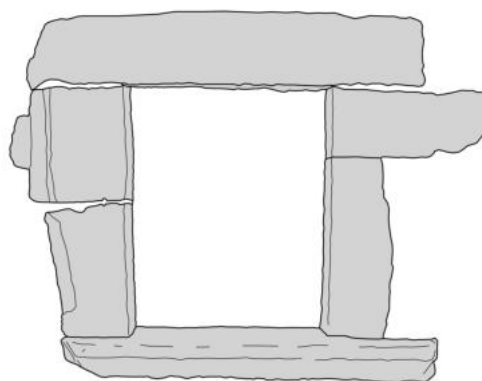
39 Não quer isto dizer que a própria calçada lajeada seja ali necessariamente romana, ou sequer medieval, porque a construção de calçadas, beneficiando vias preexistentes, se prolongou pela Idade Moderna e mesmo pela Idade Contemporânea.

40 Coordenadas geográficas: 41.36542, -7.71762. Esta pequena ponte sobre o Ribeiro de Soutelo é servida há décadas por um tabuleiro de betão armado, assente nos paredões onde antes assentava necessariamente um tabuleiro de madeira. Nas *Memórias paroquiais* de 1758, o pároco de Vilariño da Samardã não a refere, notoriamente por ter optado por reportar apenas informação relacionada com o Rio Corgo, sem referência a qualquer outro curso de água de menor dimensão na sua freguesia, mas a imponência da antiga calçada lajeada, de um lado e do outro da ponte, totalizando perto de seiscentos metros de extensão, ainda hoje nos garante a obrigatória travessia do ribeiro naquele ponto em tempos recuados.

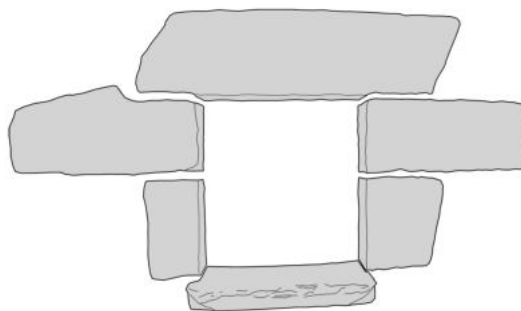
41 Coordenadas geográficas: 41.36535, -7.71772 (junto à velha ponte sobre o Ribeiro de Soutelo) e 41.36967, -7.71842 (no centro da aldeia, curiosamente ao lado de uma das janelas viárias). As alminhas surgem a partir do século XVIII, numa estreita relação com caminhos e pontes. As alminhas de nicho, propriamente ditas, sucessoras de letreiros e inscrições que, no século anterior, começaram por aparecer em cruzeiros, fontes e pontos de passagem, pedindo orações pelas almas. Veja-se, por exemplo, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968), ob. cit., p. 94, e «Ementação das almas: Rezas da ceia», *Revista de Etnografia*, vol. III, tomo 1, Museu de Etnografia e História, Porto, Julho de 1964, p. 68.

42 Coordenadas geográficas: 41.36907, -7.71852. E, como bem assinalou Carlos Alberto Ferreira de Almeida, «desde tempos imemoriais as fontes se localizam junto de caminhos» — *Vias medievais: Entre Douro e Minho* (1968), ob. cit., apêndice fotográfico, p. 19.

de metros, hoje de algum modo escondidas à vista de todos, outrora desempenhando funções comerciais, prestando serviços de apoio aos viajantes da antiga estrada que fazia a ligação a Chaves e à Galiza.⁴³

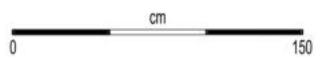
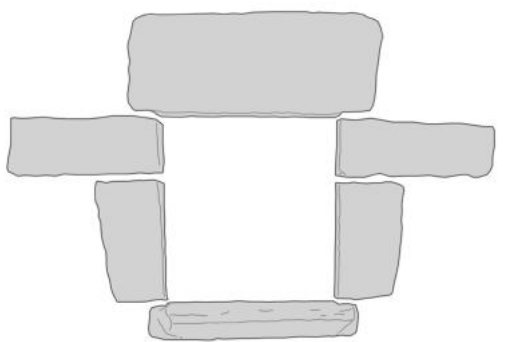


cm
0 150

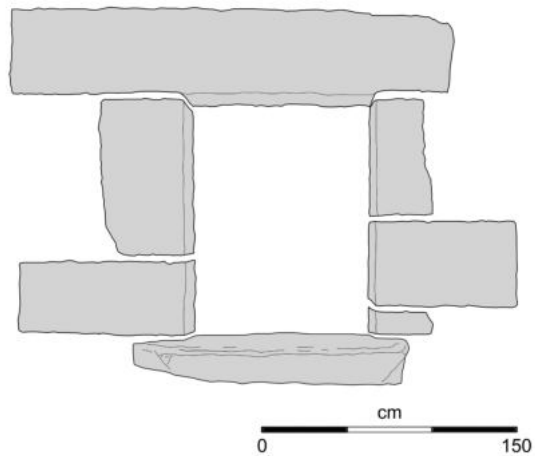


cm
0 150

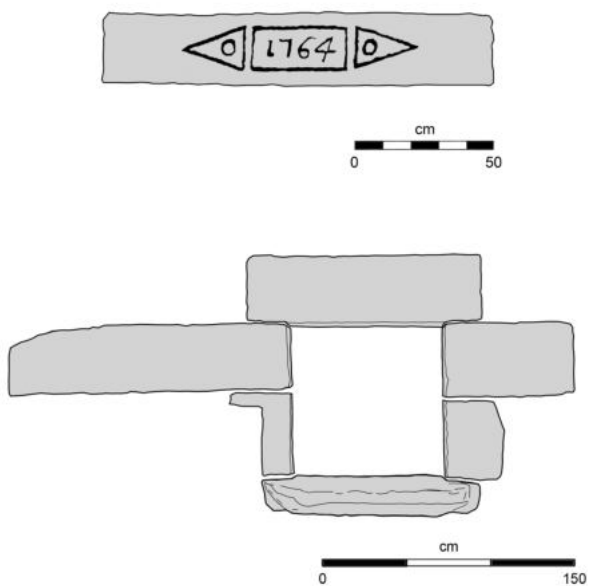
⁴³ Coordenadas geográficas das seis janelas viárias de Benagouro, ordenadas de sul para norte: 41.36944, -7.71819; 41.36963, -7.71841; 41.36967, -7.71845; 41.36985, -7.71845; 41.36997, -7.71832 e 41.37016, -7.71826.



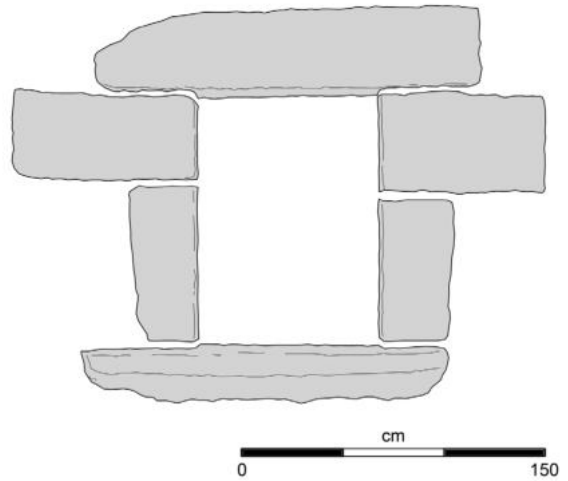
*Janela viária e nicho de alminhas
numa casa datável do século XVIII*



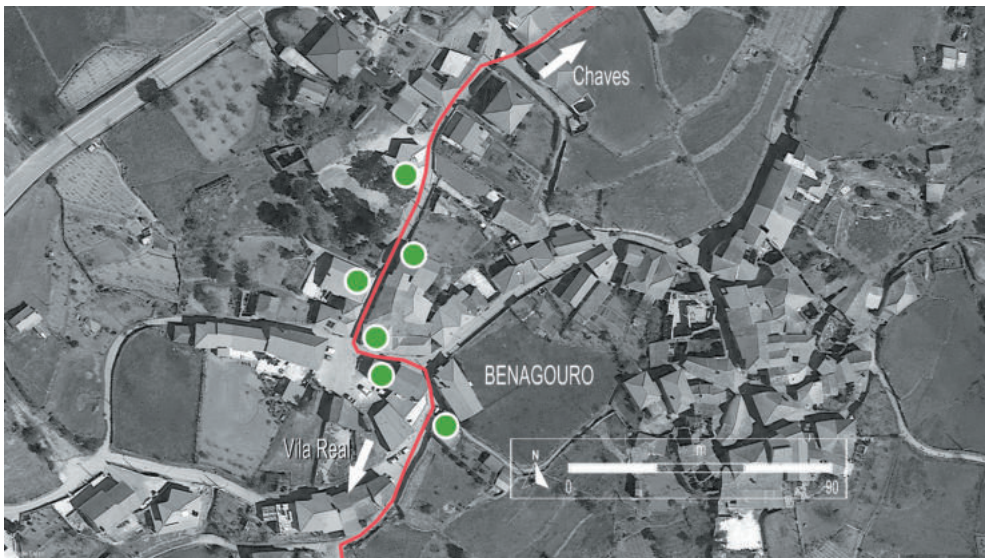
Janela viária. Desenho da estrutura original, liberto de um parapeito entretanto sobreposto na plataforma de atendimento



Janela viária, agora emparedada, numa casa de 1764. Desenhos da respectiva estrutura original e de uma inscrição existente num lintel da mesma fachada



A antiga estrutura de uma janela viária, ainda que ofuscada por caixilharia dos nossos dias



Posicionamento das janelas viárias de Benagouro. No canto superior esquerdo da imagem, vê-se a Estrada Nacional 2, que no século XIX veio substituir a via de origem romano-medieval



Um trecho da calçada lajeada de Benagouro, na estrada medieval para Chaves

BIBLIOGRAFIA CITADA

FONTES IMPRESSAS

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, «Ementação das almas: Rezas da ceia», *Revista de Etnografia*, vol. III, tomo 1, Museu de Etnografia e História, Porto, Julho de 1964, pp. 41-68.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Vias medievais: Entre Douro e Minho*, Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1968.
- BALSA, Carlos, «Arco memorial da Campeã: Um importante monumento para a preservação da memória coletiva da região do Marão», *Povoamento e vias de comunicação ao longo da História*, vol. 1, Biblioteca Municipal de Vila Real, Vila Real, 2021, pp. 45-79.
- BARROCA, Mário Jorge, «Os estudos sobre sepulturas escavadas na rocha em Portugal, trinta anos depois», *Sepulturas escavadas na rocha da fachada atlântica da Península Ibérica*, CITCEM, Porto, 2021, pp. 47-76.
- BARROS, João de, *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes (1548)*, estudo e transcrição de Joana Lencart, Câmara Municipal do Porto, Porto, 2019.
- BASTO, João Pedro da Costa, org., *Inquirições Gerais de D. Afonso II (1220)*, publicadas em *Portugaliae monumenta historica: Inquisitiones*, vol. I, fascículos I e II, Academia das Ciências, Lisboa, 1888.
- BECKFORD, William, *Italy; with sketches of Spain and Portugal (1787)*, obra de que foi extraída a edição portuguesa que acompanho aqui: *A Corte da Rainha D. Maria I*, Frenesi, Lisboa, 2003.
- BOTELHO, Henrique, «Cerâmica dos concelhos de Villa Real e Amarante», *O Archeologo Português*, vol. IX, Museu Etnológico Português, Lisboa, 1904, pp. 98-100.
- BRONSEVAL, Claude de, *Peregrinatio hispanica: Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*, introdução, tradução e notas de Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970, tomo II.
- CARVALHO, João Baptista de, *Roteiro terrestre de Portugal*, Oficina de Miguel Manescal da Costa, Lisboa, 1748.

- COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, org., *Inquirições Gerais de D. Afonso III: Quarta alçada* (1258), publicadas em *Portugaliae monumenta historica: Inquisitiones*, vol. I, parte II, fasc. VIII, Academia das Ciências, Lisboa, 1961.
- CONLIN, Jonathan, *Tales of two cities: Paris, London and the birth of the modern city*, Atlantic Books, Londres, 2013.
- COX, Nancy, *The complete tradesman: A study of retailing, 1550-1820*, Ashgate, Aldershot, 2000.
- COX, Nancy, e DANNEHL, Karin, *Perceptions of retailing in early modern England: The history of retailing and consumption*, Ashgate, Aldershot, 2007.
- DIRE, Clarisse, *Commerces et commerçants en Occident aux XIV.^e et XV.^e siècles, vus à travers les images des versions occidentales illustrées du Tacuinum sanitatis*, Université Louis-Lumière Lyon II, Lião, 2011.
- KNIGHT, Charles, org., *London*, vol. V, Charles Knight & Co., Londres, 1843.
- MANTAS, Vasco Gil, «As estações viárias lusitanas nas fontes itinerárias da Antiguidade», *Humanitas*, vol. LXVI, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014, pp. 231-256.
- MARQUES, José, «A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média», *História — Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série II, vol. 6, Porto, 1989, pp. 11-93.
- MEDICI, Teresa, *Vidros da terra: O vidro tardomedieval e moderno em Portugal*, vol. I, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.
- MESQUITA, José Taveira da; AGUIAR, José Moutinho de; e CUNHA, António da; *Relação de Villa Real e seo termo* (1721), publicada por Fernando de Sousa e Silva Gonçalves em *Memórias de Vila Real*, Arquivo Distrital, Vila Real, 1987, pp. 195-569.
- NEVES, Elísio Amaral, e CABRAL, A. M. Pires, orgs., *Vila Real: História ao café*, Grémio Literário Vila-Realense, Vila Real, 2008.
- NOGUEIRA, Vítor, «A travessia do Rio Corgo na Idade Média», *Povoamento e vias de comunicação ao longo da História*, vol. 1, Biblioteca Municipal de Vila Real, Vila Real, 2021, pp. 93-112.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, e PEREIRA, Benjamim, *Construções primitivas em Portugal*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1969.

SEIXAS, Nicolau de, *Numero dos moradores da comarca de Trallos Montes* (1530), documento publicado por Anselmo Braamcamp Freire em «Povoação de Trás os Montes no XVI. seculo», *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, n.º 7, Lisboa, 1909, pp. 241-290.

SOUSA, Fernando de, e GONÇALVES, Silva, *Memórias de Vila Real*, Arquivo Distrital de Vila Real, Vila Real, 1987, vol. 1.

FONTES MANUSCRITAS

Chancelaria de D. João I, Livro II, fl. 104 v., Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

DE GONDAR A BISALHÃES: MOBILIDADE DE OLEIROS NO MARÃO, NOS SÉCULOS XVII E XVIII

António Pereira Dinis

Arqueólogo

INTRODUÇÃO

No dia 30 de agosto de 1709, o pároco de S. Tiago de Mondrões, padre Francisco Rodrigues Campelo, assentou no Livro de óbitos da sua freguesia o falecimento de Manuel da Fonseca, natural do lugar do Rio, da freguesia de Santa Maria de Gondar. Segundo o registo, Manuel da Fonseca tinha morrido no lugar de Bisalhães e havia feito testamento verbal, a que assistiram diversas testemunhas, entre as quais Manuel Fernandes, João Rodrigues e António solteiro, da freguesia de S. Pedro de Paus, do bispado de Lamego. Alguns dias depois, o reitor de Santa Maria de Gondar, padre Domingos Ferreira da Silva, na sequência de uma carta recebida da paróquia de Mondrões e de informações prestadas por familiares do defunto, assentou o mesmo óbito nos livros da sua igreja, acrescentando que o falecido era soldado e que um seu irmão, de nome António, havia assistido à sua morte e suportado os gastos do enterro.

O estudo detalhado do conteúdo destes documentos, em articulação com informações colhidas em outras fontes de arquivo entretanto analisadas, ao relevarem a produção de louça de barro preto como denominador comum às três freguesias mencionadas e aos diversos indivíduos nele referidos, permite sustentar a tese de que a dinâmica de produção de louça na área adjacente à serra do Marão foi impulsionada, de forma expressiva, por artífices provenientes de várias geografias, no contexto de uma intensa mobilidade ocorrida nos séculos XVII e XVIII.

Assim, traçar a história da olaria das localidades mencionadas no documento e conhecer o percurso dos indivíduos nele visados, procurando enquadrá-los na diáspora ocorrida no Período Moderno, são os objectivos que nos propomos desenvolver neste texto, nascido do convite feito pela organização do II Colóquio do Marão, que decorreu na Campeã nos dias 9 e 10 de outubro de 2021.

1.1. O defunto Manuel da Fonseca e seu irmão António, do lugar do Rio

Manuel da Fonseca e o irmão António nasceram na freguesia de Santa Maria de Gondar, em 1686 e 1681, respetivamente. Os pais, António Ribeiro e Ana da Fonseca, oleiros do lugar do Rio, casaram em Gondar, em 1671, e tiveram 11 filhos, batizados na igreja da paróquia entre 1672 e 1696. Excluindo três deles, que não atingiram a idade adulta, e Manuel, falecido em 1709, com 23 anos de idade, os restantes sete irmãos viveram na freguesia de Gondar, todos ligados à atividade olárica. Três dos irmãos, homens, permaneceram junto aos pais, no lugar do Rio, eventualmente a trabalhar na sua oficina. Na mesma aldeia residiu a irmã Paula Ribeiro, entretanto casada com o oleiro Domingos Rodrigues, filho de outro Domingos Rodrigues, também oleiro, natural de S. Pedro de Paus, do então concelho de S. Martinho de Mouros. O irmão mais velho, Gonçalo Ribeiro, foi oleiro no lugar de Outeirinho e a irmã mais velha, Maria Ribeiro, casou com o oleiro João Fernandes e fixou-se no lugar de Corujeiras.

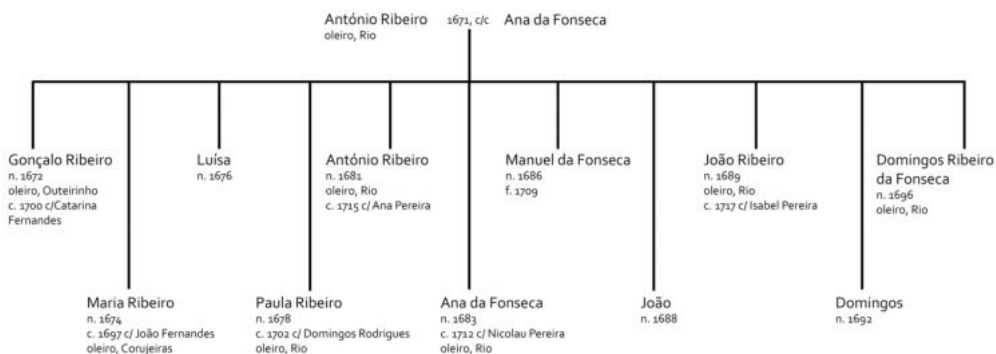


Fig. 1 – A família de António Ribeiro e Ana da Fonseca, do lugar do Rio¹

Como se vê, Manuel da Fonseca, António Ribeiro e os restantes irmãos personificam uma história comum, comprovada na freguesia de Gondar e em muitos outros locais de produção de louça do norte do país, de os filhos seguirem as pisadas dos pais, dando continuidade ao seu ofício. Para isso, as crianças eram introduzidas,

¹ Fonte: Arquivo Distrital do Porto, Paróquia de Gondar, Livros de registo de batismo e casamento.

desde tenra idade, no ciclo do barro, de maneira a afeiçoarem-se e prosseguirem com a atividade dos seus progenitores.



Fig. 2 – Oleiros de Gondar – 1.º quartel do século XX (Photographia de A. T. Carneiro – Amarante)

1.2. A olaria na freguesia de Santa Maria de Gondar

Embora em Gondar e nas freguesias circunvizinhas abundem referências à existência de barreiros, não há qualquer evidência da prática da olaria, antes do Período Moderno, com exceção da produção de telha, nomeadamente na freguesia de Padronelo onde ainda se regista o topónimo *Telheira*. Efetivamente, os registos mais antigos que atestam a presença de oleiros à volta de Amarante datam da década de 1630 e têm como protagonistas dois indivíduos naturais da freguesia de S. Pedro de Paus, Domingos Fernandes, casado com Maria Fernandes, morador no Campo da Feira, na freguesia de S. Gonçalo de Amarante e Domingos Gonçalves, casado com Catarina Luís, morador no lugar de Gatiães, da freguesia de S. Salvador de

Lufrei. A atividade destes dois artífices, ao que tudo indica de curta duração, não foi continuada pelos seus descendentes, todos já nascidos na vizinhança de Amarante.

A mobilidade de oleiros originários do além-Douro para o vale do Tâmega, esporádica e inconsequente no primeiro terço de seiscentos, será reforçada e coroada de êxito algumas décadas mais tarde, desta vez tendo como destino a freguesia de Gondar, no então concelho de Gestaço, nas cercanias da serra do Marão. Entre 1663 e 1667, Domingos Fernandes, casado com Maria Fernandes e um outro Domingos Fernandes, casado com Antónia Gonçalves, estabeleceram-se no lugar de Vila Seca, o primeiro casal acompanhado de uma filha, ainda pequena, e o segundo com filhos já crescidos. Um outro indivíduo da mesma região, Domingos Rodrigues, veio casar a Gondar, em 1666, com Isabel João, do Rio, lugar onde fixou residência e criou os filhos, mantendo forte ligação à origem, a ponto de escolher para padrinhos, de três dos seus descendentes, oleiros das freguesias de S. Martinho de Mouros e de S. Pedro de Paus.

A partir destes três casais radicados em Gondar e de mais alguns indivíduos atraídos pelo seu sucesso, a comunidade oleira do termo de Amarante expandir-se-á, ao longo dos séculos XVIII e XIX, por uma dúzia de freguesias, desde Carneiro e Carvalho de Rei no limite com Baião, a Aboim e Chapa na fronteira com Celorico de Basto, chegando a atingir centenas de indivíduos ligados à arte da louça preta, particularidade que importa acentuar e que se comprova pela *cozedura em soenga*, processo que está explícito na documentação local, desde a atividade dos primeiros artífices, no século XVII.

DATA	MORADA	OLEIRO	NATURALIDADE
1633-1641	Campo da Feira, Amarante	Domingos FERNANDES c/c M ^a Fernandes	S. Pedro de Paus
1639-1641	Gatiães, Lufrei	Domingos GONÇALVES c/c Catarina Luís	S. Pedro de Paus
1663-1706	Vila Seca, Gondar	Domingos FERNANDES c/c M ^a Fernandes	S. Pedro de Paus
1663-1670	Vila Seca, Gondar	Domingos FERNANDES c/c Antónia Gonçalves	S. Pedro de Paus
1666-1686	Rio, Gondar	Domingos RODRIGUES c/c Isabel João	S. Pedro de Paus

Fig. 3 – Primeiros oleiros a fixar-se em Amarante e freguesias vizinhas²

² Fonte: Arquivo Distrital do Porto, Paróquias de S. Gonçalo, Lufrei e Gondar, Livros de registo de batismos.

1.3. As testemunhas Manuel Fernandes, João Rodrigues e António solteiro, da freguesia de S. Pedro de Paus

No conjunto das testemunhas que assistiram à “manda verbal” de Manuel da Fonseca, destacamos, pelas razões evidentes, Manuel Fernandes, João Rodrigues e António solteiro, da freguesia de S. Pedro de Paus, do bispado de Lamego.

Manuel Fernandes é um dos quatro filhos de Domingos Fernandes e Maria Luís, do lugar de Córdova, da freguesia de S. Pedro de Paus, à época pertencente ao concelho de S. Martinho de Mouros e hoje ao de Resende. Embora na memória do falecimento de Manuel Fonseca não seja explicitado, Manuel Fernandes era oleiro, sendo esta profissão anotada em diversos registos de batismo e de óbito, escritos nas duas primeiras décadas de setecentos.

A sua vinda até à freguesia de Mondrões, que terá acontecido nos primeiros anos de 1700, está ainda por esclarecer. Por volta de 1704 casou com Luzia Martins, de Bisalhães, local onde se fixou e criou os filhos, tendo falecido na década de 1740. Os seus três irmãos, Domingos Luís, Pedro Luís e António Luís, todos oleiros, também abandonaram o além-Douro vindo casar a Santa Maria de Gondar, em 1702, 1708 e 1717, respetivamente, freguesia onde passaram a residir e a viver da olaria.

João Rodrigues, segunda testemunha no óbito de Manuel da Fonseca, é filho de outro João Rodrigues e de Maria Gonçalves, do mesmo lugar de Córdova, da freguesia de S. Pedro de Paus. No dia 25 de janeiro de 1709, casou, na igreja paroquial de S. Tiago de Mondrões, com Maria Álvares, filha de Frutuoso Álvares e de Beatriz Álvares, de Bisalhães. Foi nesta localidade que passou a residir e a trabalhar como oleiro e onde teve seis filhos. O seu falecimento terá ocorrido antes de meados do século.

Quanto a António solteiro, a terceira testemunha do óbito de Manuel da Fonseca, sabemos que era irmão do oleiro anterior, João Rodrigues, e que com este terá morado, em Bisalhães, pelo menos até 1713, ano em que serviu de padrinho a uma sobrinha, de nome Teresa.

1.4. A olaria na freguesia de S. Pedro de Paus

A origem da produção de louça de barro preto em S. Pedro Paus, embora não esteja ainda suficientemente calibrada, tem sido genericamente considerada dentro de uma cronologia medieval, filiação que é sustentada por um documento atribuído a S. Martinho de Mouros, abarcando, conseqüentemente, aquela freguesia. Numa postura datada de 1342, do reinado de D. Afonso IV, os oleiros ficavam proibidos de cortar lenha nos soutos reais “para cozer as olarias”, considerando-se tal costume abusivo³. Acresce àquele testemunho documental a localização de fornos telheiros nas localidades de Cantim e Sadinhas, em laboração na mesma época⁴, ampliando-se, deste modo, o âmbito do trabalho do barro entre o fabrico de telha e de louça.

A adopção, já neste século, de novos métodos de estudo aplicados à olaria, além da abordagem etnográfica e documental dos séculos precedentes, tem permitido avanços significativos, especialmente na definição da proveniência de peças retiradas de contextos arqueológicos. Para o caso que nos interessa, a análise química da pasta de uma panela de louça preta, de cronologia medieval, exumada em escavações levadas a cabo em Guimarães, mostrou que a argila utilizada na sua confecção seria originária dos barreiros existentes nas proximidades das olarias de S. Martinho de Mouros⁵, resultado que parece comprovar a antiguidade atribuída às produções de louça preta, no atual concelho de Resende. Importa acrescentar, ainda, que segundo um documento do século XVII, citado por M. Gonçalves da Costa, havia produção de cântaros e púcaros brancos em Lousa de Lordelo, na freguesia de S. Martinho de Mouros⁶, referência que poderá significar que naquela região a produção de louça preta não seria exclusiva mas deveria ser maioritária, considerando a descrição de Frei Teodoro de Melo, de 1733⁷, segundo o qual, no “Vale dos Paneleiros” – território coincidente com a freguesia de S. Pedro de Paus – os moradores eram “quase todos oleiros dos barros mais toscos”. A menção qualitativa utilizada pelo

3 DUARTE 2001: 589-591.

4 *Idem* 1996: 734.

5 FERNANDES & FAURE 2010a: 142; *Idem* 2010b: 174; CASTRO, 2010: 204.

6 Arquivo da CM de Lamego, *Taixas e officios* de 1681, cit. por Costa 1982, 308.

7 Frei Teodoro de Melo, *Resende Ilustrado*, Tomar, 1733, cit. por Costa 1992, 546.

clérigo, articulada com a classificação dos artífices locais como “paneleiros”, remete-nos, sem qualquer dúvida, para o universo da olaria de louça preta, de utilização na cozinha sobre o fogo, produção que deveria incluir potes, panelas, caçoilas, sertãs, assadores de castanhas e frigideiras entre outras formas referenciadas na transição do século XIX para o XX⁸.

Retornando ao século XVII e à documentação disponibilizada para a região, importa assinalar, também, que as olarias do concelho de S. Martinho de Mouros tiveram um papel importante no abastecimento de louça à cidade do Porto, servindo o rio Douro de meio para o seu transporte⁹ e que os artífices da região foram responsáveis pela criação ou dinamização de muitas olarias em diversas regiões do país, nomeadamente no termo de Amarante¹⁰.

1.5. As testemunhas Pedro Ribeiro de Miranda, Jerónimo Álvares, Manuel solteiro e João Vieira, de Bisalhães

Dos quatro indivíduos de Bisalhães que testemunharam o falecimento de Manuel da Fonseca, apenas um está documentado como sendo oleiro. Trata-se de João Vieira, cujo nome aparece em mais de uma dezena de atos registados na paróquia de S. Tiago de Mondrões, quer como padrinho de batismo¹¹ quer como testemunha em vários assentos de óbito, regra geral em associação com outros nomes neste texto já citados, especialmente com os oleiros oriundos de S. Pedro de Paus. No entanto, embora o seu nome seja mencionado tantas vezes, o pároco de Mondrões apenas identifica João Vieira como oleiro no assento de óbito de Isabel Jorge, viúva de Bisalhães, falecida no dia 26 de novembro de 1709.

João Vieira nasceu em 1683, na freguesia de Santa Maria de Gondar, filho de Francisco Vieira e Maria da Fonseca, do lugar do Rio. O casamento com Antónia Martins, que terá ocorrido na freguesia de Mondrões, será anterior a dezembro de

⁸ TEMUDO 1905.

⁹ SILVA 1988: 884-885.

¹⁰ DINIS & AMARAL 2003.

¹¹ Por exemplo de uma filha do oleiro Manuel Fernandes e outra do oleiro João Rodrigues.

1708, data em que nasceu uma filha, registada com o nome Maria, batizada naquela igreja paroquial em janeiro de 1709. A ligação do oleiro às suas origens terá diminuído a partir de 1719, data em que vendeu a Manuel Fernandes, oleiro do lugar do Rio, por cinco mil reis, tudo o que possuía naquele lugar da freguesia de Gondar¹², bens que lhe pertenceriam por herança dos pais.

João Vieira faleceu em Bisalhães, no dia 23 de abril de 1732, tendo a viúva voltado a casar, no mesmo ano, com Domingos Carvalho, também viúvo.

Relativamente às outras três testemunhas, não conseguimos esclarecer, através dos documentos paroquiais disponíveis, que ligação efetiva teriam à olaria, embora tudo aponte para uma relação de proximidade, que admitimos possa ser enquanto artífices.

Sobre Pedro Ribeiro de Miranda, casado com Domingas Álvares, sabemos, pelo assento de óbito, escrito no dia 27 de maio de 1747, que faleceu em Bisalhães, com 90 anos de idade, informação que situa o seu nascimento na década de 1650. Em 1713 foi herdeiro e testamenteiro da sogra, Maria Álvares, viúva, em cujo óbito constam como testemunhas, entre outros, os mesmos oleiros João Vieira e João Rodrigues.

Sobre Jerónimo Álvares, falecido no ano de 1736, em Bisalhães, foi possível apurar que era filho de Domingos Álvares e em 1697 ainda estava solteiro. Casou com Maria Álvares com quem teve, pelo menos, quatro filhos, Jerónima, António, Maria e Manuel, estes últimos batizados na igreja paroquial de S. Tiago de Mondrões em 1710 e 1713, respetivamente. A relação com os oleiros de Bisalhães é demonstrada pelo assento de óbito de Frutuoso Álvares, sogro do oleiro João Rodrigues, de S. Pedro de Paus, escrito em 1699, onde serviu como testemunha, além de ser mencionado, como atrás se disse, no óbito de Manuel Fonseca, em 1709. Em 1738, aquando do casamento da sua filha Jerónima Alves, já tinha falecido.

Quanto a Manuel solteiro, a última testemunha do óbito de Manuel da Fonseca, sabemos que era filho de Beatriz Álvares e de Frutuoso Álvares, falecido em 1699, e irmão de Maria Álvares, casada com João Rodrigues, um dos oleiros de S. Pedro de Paus. Faleceu em Bisalhães, no dia 24 de abril de 1715, tendo deixado por herdeiro e testamenteiro seu irmão António Álvares.

¹² Arquivo Municipal de Amarante, Livro das Sisas, 1715-1722, fl. 59.

*Fig. 4 – Oleiros de Bisalhães
– década de 1960 (Foto
Marius)*



1.6. A olaria de Bisalhães, no contexto do centro oleiro de Lordelo

A produção de louça nas imediações de Vila Real possui uma história muito longa que a investigação de mais de um século ainda não conseguiu desvendar. Importa, pois, investir mais na pesquisa documental e acrescentar aos estudos etnográficos, que contam já com uma grande produção de textos, as novas abordagens viabilizadas pelas ciências exatas, aplicadas a contextos de cerâmica que a arqueologia pode fornecer. Entendemos que ao investigar a proveniência da argila das peças antigas, com afinação da sua cronologia e ao aprofundar a análise documental, até ao momento apenas aflorada, se conseguirá chegar à génese da atividade e à sua caracterização, mormente no que toca aos processos de cozedura, pois acreditamos que a louça preta de Bisalhães, que hoje notabiliza o universo do barro da região, não terá sido exclusiva mas apenas uma parte da produção oleira, na longa diacronia das oficinas que existiram nas cercanias da capital transmontana.

Tanto quanto a documentação já estudada permite alcançar, durante o século XIII já se produzia louça nas proximidades do novo burgo, implantado no promontório sobranceiro à confluência do Cabril com o rio Corgo. Na Relação de igrejas e honras da Chancelaria de D. Afonso III, datada de 1258, é dito que “... na vila de Parada, há duas barreiras que são metade do Senhor Rei e metade do Mosteiro de Pombeiro; e

cada oleiro que vai a essas barreiras por barro dá um quarto de pão¹³.

A utilização secular dos barreiros de Parada de Cunhos está diretamente relacionada com o desenvolvimento da olaria no seu entorno, sendo muitas as referências à sua existência e à qualidade da matéria-prima aí obtida, motivo que justificava o risco na sua extração, por ser feita em profundidade através de poços e galerias, ocorrendo, de quando em vez, desmoronamentos que soterravam os oleiros, tal como alertava o pároco da freguesia, em 1758 ¹⁴.

Além de prover as oficinas dos oleiros, a argila de Parada de Cunhos era utilizada na “fábrica de telha e tijolo” local, que em 1721 abastecia Vila Real, telheira que o pároco atrás referido enalteceu conjuntamente com os “bons Mestres, de fazer Telha fina” que aí laboravam. Embora não tenhamos ainda provas documentais, arriscamos que esta telheira terá origem medieval, podendo ser contemporânea das primeiras olarias referenciadas no século XIII. De momento, apenas é possível recuar a sua existência ao século XVI, como atesta um documento, de 1554, que, a propósito de São Cristóvão de Parada, menciona uma herdade foreira ao Mosteiro de Caramos, com monte, vinha e campos para centeio, que se estendia entre a “ponte do machado... ate ho forno telheyro”, partindo “do naçente com Regengo do marques e do norte pella estrada que vay da dita ponte para a vila e das mais partes a cerqua do Rio”¹⁵.

A laboração no século XVI da telheira de Parada e, eventualmente, de uma outra em Lordelo, tendo em consideração a sugestiva toponímia local, alarga o quadro da produção de barro sustentado pelo Foral de Lordelo, atribuído por D. Manuel I, em 1519, através do qual sabemos serem os oleiros obrigados a pagar, em cada ano, quatro reais e meio de foro, encargo de que estavam isentos os diferentes ofícios representados, com exceção dos artífices do barro¹⁶. Tal pormenor releva a importância que a atividade olárica já alcançara naquele concelho, no primeiro quartel de quinhentos, situação que é confirmada pela documentação paroquial.

¹³ Cit. por PARENTE 2013: 561-562.

¹⁴ Vejam-se os casos de Manuel Rodrigues, do lugar de Mondrões, falecido em 1727 quando “lhe cahio hum barreiro em sima do corpo e lhe esmagou o bucho” e de Manuel Pinto, de Bisalhães, falecido em 1819, “por ficar de baixo de hum barreiro” (DINIS 2000: 104-105).

¹⁵ Arquivo Distrital de Braga, Tombo do Mosteiro de S. Martinho de Caramos, 1554, fl. 101.

¹⁶ SANTANA 1999: 297.

Fig. 5 – Oleiros em atividade no século XVI, na vizinhança de Vila Real

		FREGUESIAS			
DATAS		Lordelo	V. Marim	P. Cunhos	Mondrões
OLEIROS	1544-1550	17	2	-	-
	1551-1578	23	3	3	-

Um respigo pelos livros de baptismo, casamento e óbito de Santa Maria Madalena de Lordelo e das freguesias que lhe são mais próximas, permitiu registar um número muito significativo de oleiros em atividade, entre 1544 e 1550, identificando-se, de forma genérica, Lordelo como polo centralizador da produção oleira dos arredores de Vila Real, e indiciando-se um movimento de progressão na direção da urbe, com implantação de pelo menos duas oficinas em lugares de Vila Marim.

De acordo com a evidência documental, abreviada no quadro da Fig. 5, podemos sinalizar, na segunda metade do século XVI, quase três dezenas de oleiros em atividade, registando-se um significativo acréscimo tanto no quantitativo de artífices como no número de lugares onde se instalaram oficinas, progredindo o centro oleiro para a freguesia de Parada de Cunhos e podendo, também, estender-se a S. Miguel da Pena se for ampliado o espaço cronológico, até aos primeiros anos do século seguinte¹⁷.

Da realidade quinhentista constatada na documentação compulsada sinalizam-se algumas evidências que importa desde já indicar:

– a estreita interligação entre as paróquias de Lordelo e Vila Marim, expressa na presença frequente de oleiros da primeira em atos de índole religiosa realizados na segunda;

¹⁷ Diogo Martins oleiro e sua mulher Domingas Lourenço, de S. Miguel da Pena, batizaram um filho chamado Pedro, na sua igreja paroquial, no dia 4 de março de 1612 (Arquivo Distrital de Vila Real, Paróquia de S. Miguel da Pena, Livro de registo de batismos nº 1, fl. 18v).

– a fixação em Parada de Cunhos de oleiros sendo um deles oriundo de Guimarães¹⁸;

– a inexistência de oleiros na freguesia de Mondrões e a ausência de relações de parentesco dos indivíduos desta paróquia com os das demais.

Ao contrário da documentação paroquial do século XVI, pródiga na qualificação dos indivíduos anotados, os registos das centúrias seguintes são excessivamente parcós no que toca a informações relevantes para este trabalho. Com efeito, nos assentos das paróquias estudadas são omitidas, quase em absoluto, as ocupações dos pais, dos padrinhos e das testemunhas referenciadas, dados imprescindíveis para o entendimento das mudanças que admitimos terem acontecido na comunidade olária da região. Assim, avançando até ao século XVIII, quando as fontes documentais, em alguns poucos casos, se apresentam mais férteis, é possível captar algumas alterações no padrão de desenvolvimento do centro oleiro.

		FREGUESIAS			
		DATAS	Lordelo	V. Marim	P. Cunhos
OLEIROS	1689-1748	12	2	1	11
	1773-1787	4	-	-	12

Fig. 6 – Oleiros em atividade nas proximidades de Vila Real, nos finais do século XVII e no XVIII

Tal como mostra o quadro da Fig. 6, num espaço temporal de 100 anos, balizado entre 1689 e 1787, Lordelo foi perdendo centralidade relativamente a Mondrões, freguesia onde, anteriormente, não havia registo de qualquer artífice. O fenómeno será mais sentido no último quartel do século, quando cresce significativamente o número de novos oleiros em Mondrões, ao contrário do que sucede em Lordelo onde os nomes que aparecem são poucos e de indivíduos vindos de fora do concelho. O cenário apontado pelas fontes escritas parece encontrar eco nos relatos dos memorialistas da época pois, se no início de setecentos, a freguesia de Mondrões era ignorada e falava-se apenas de Lordelo, onde se fazia muita louça, que abastecia toda

¹⁸ “Aos 20 de março de 1568 baptizei um filho, Gonçalo, de Salvador Gonçalves oleiro que veio de Guimarães e de sua mulher Margarida Rodrigues” (Arquivo Distrital de Vila Real, Paróquia de Parada de Cunhos, Livro de registo de batismos).

a comarca¹⁹, em 1722 Mondrões já começava a sobressair, por aí se fabricar “loiça de cozinha”, vendida na vila e nos lugares circunvizinhos²⁰, circunstância confirmada pelo padre Bazílio Carneiro Guedes, pároco de São Dinis de Vila Real, em 1758, o qual afirma que nas duas feiras semanais realizadas no burgo se vendia, entre os diversos produtos, “louça de barro preto”²¹.

Nos finais do século XVIII contabilizavam-se em Lordelo apenas oito “louceiros”²² e, um século mais tarde, com o número de artífices talvez mais reduzido, mas produzindo-se ainda louça preta “polida sem ornamentos” e alguma louça vermelha, não vidrada, entre “vasos para flores e testos para painéis de ferro”²³, o movimento de declínio ia cumprindo o seu curso e a extinção estava cada vez mais próxima²⁴. Em sentido contrário seguia Mondrões, concentrando a atividade no lugar de Bisalhães, ocupando o espaço deixado pela freguesia vizinha e introduzindo algumas inovações na morfologia das peças e na tecnologia de produção, de maneira a poder satisfazer as novas exigências impostas pelo mercado.

2. A migração de oleiros “para lá do Marão”, nos séculos XVII e XVIII

O fenómeno da migração de oleiros no norte do país, embora reconhecido em muitos escritos, não tem mobilizado uma investigação sistemática, de forma

¹⁹ COSTA 1868: 461.

²⁰ SOUSA & GONÇALVES 1987: 546.

²¹ CAPELA *et. al.* 2006: 574.

²² MENDES 1995: 499. Um dos oleiros em atividade nesta data era João Pereira Cardoso, testemunha num processo onde se diz “que vive de seu officio de oleiro”, com 50 anos “pouco mais ou menos” (Arquivo Distrital de Braga, Inquirição de *Genere Vitae et Moribus* n.º 9041, de 11/12/1806). Este oleiro de Lordelo, filho de Manuel Pereira, *Mascoto* de alcunha, e de Ana Eufrásia, do lugar do Outeiro, foi batizado na igreja paroquial no dia 13 de agosto de 1748 (Arquivo Distrital de Vila Real, Paróquia de Lordelo, Livro de registo de batismos, 1734-1758, fl. 95). Casou na mesma igreja, no dia 9 de setembro de 1775, com Maria da Costa Gonçalves, filha de João Gonçalves, natural da freguesia de Santa Maria de Oleiros, da comarca de Braga e de Teodósia da Costa, de Lordelo (*Idem*, Livro de registo de casamentos, 1767-1859, fl. 16). Faleceu no lugar da Cal, no dia 3 de fevereiro de 1813 (*Idem*, Livro de registo de óbitos, 1788-1813, fl. 128).

²³ LEPIERRE 1899: 22.

²⁴ CORTÊS 1942: 164-165.

a tornar possível definir os ritmos, sinalizar os circuitos e determinar as causas, não obstante, em alguns casos de estudo já publicados, ficarem demonstradas as reais potencialidades que esta linha de pesquisa encerra. Recordamos, entre outros exemplos, a interligação da produção oleira de Lanheses (Viana do Castelo), dos finais do século XIX, com o centro oleiro de Prado²⁵, a relação das olarias de Selhariz (Chaves) e Calvelhe (Bragança) com o centro oleiro de Vilar de Nantes²⁶ e o vínculo seiscentista das olarias de Gondar (Amarante) com o centro oleiro de S. Martinho de Mouros²⁷. Recentemente, tivemos oportunidade de identificar produção de louça vermelha, louça vidrada e louça pintada, nos lugares de Aboim e Chapa (Amarante), em oficinas pertencentes a indivíduos ligados ao fabrico de fornos de cerâmica e telha, onde laboraram oleiros vindos da freguesia de Cabanelas, junto à vila de Prado, na década de 1950, que acabaram por se estabelecer no vale do Tâmega e desenvolver a arte durante cerca de 20 anos. Com argila extraída nos barreiros de Fridão, os oleiros originários do vale do Cávado reproduziram talhas, cântaros e outras formas semelhantes às que faziam na sua terra natal, modeladas numa roda alta e cozidas num forno de duas câmaras com cobertura em abóbada, peças que eram vendidas, maioritariamente, na feira de Amarante²⁸. A peculiaridade deste caso de fabrico e venda de louça, distinta das produções de Gondar, que é a região mais próxima, mostra a grande dificuldade do estudo da olaria e da diáspora dos seus artífices, tarefa tanto mais complexa quanto mais se recuar no tempo longo.

Sobre a migração de oleiros para as vizinhanças de Vila Real, interessa, em primeiro lugar, expor os dados relacionados com a origem, cronologia da deslocação e ponto de destino dos intervenientes, dados que se condensaram graficamente, para uma leitura rápida.

25 FERNANDES 1997a: 45-47.

26 FERNANDES 1997b: 37-38; RODRIGUES & MASCARENHAS 1997: 38-40.

27 DINIS & AMARAL 2003: 376-383.

28 DINIS 2015: 16.

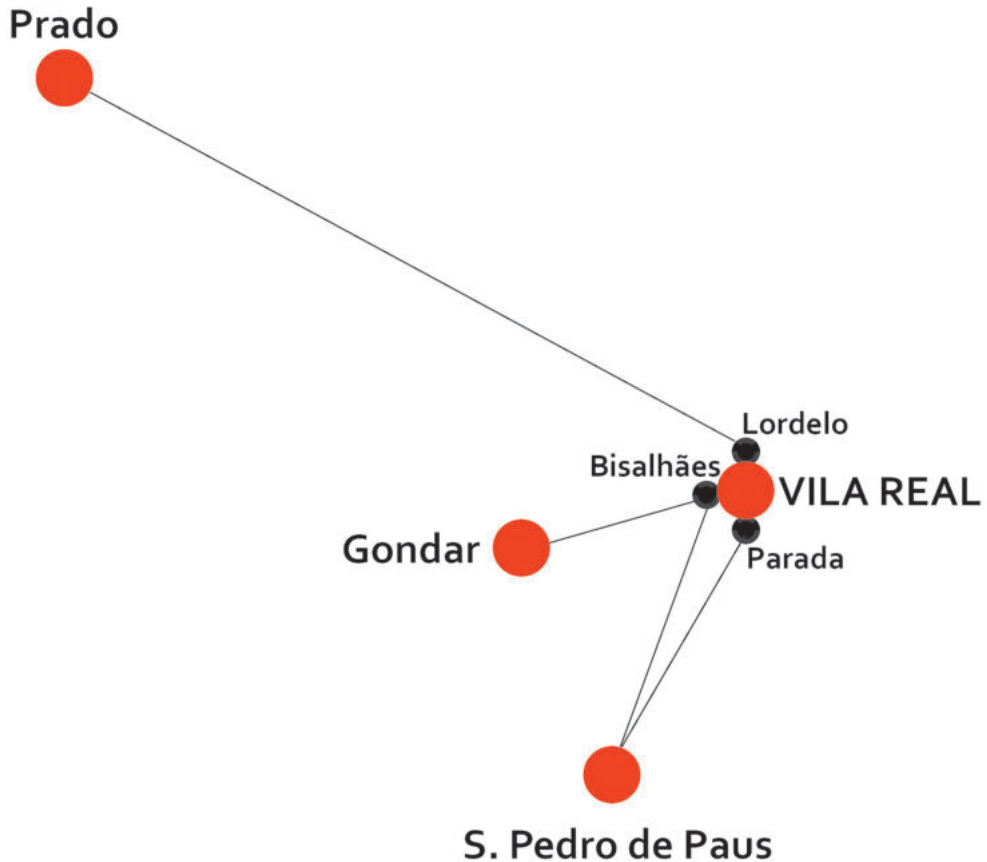


Fig. 7 – Migração para as olarias próximas de Vila Real, nos séculos XVII e XVIII

Quanto aos pormenores da diáspora, que a seguir iremos desenvolver, utilizámos como critério a organização da informação em três apartados, de acordo com as freguesias receptoras dos migrantes.

– Migração para a freguesia de S. Cristóvão de Parada de Cunhos

A nota mais antiga que encontramos sobre a migração de oleiros para o território em estudo data de 1568 e refere-se a Salvador Gonçalves, casado com

Margarida Rodrigues, artífice que veio de Guimarães para o lugar de Parada²⁹.

Em 1698, decorridos mais de cem anos, no mesmo lugar de Parada, registámos um oleiro chamado Domingos, natural de S. Martinho de Mouros, que serve de padrinho a uma filha de Domingos Gonçalves e Domingas Fernandes³⁰. Não sabemos se este oleiro Domingos, que deverá ser solteiro, *assiste* naquele lugar e se os compadres têm alguma relação com S. Martinho de Mouros e com a olaria, de qualquer forma a presença do artífice na freguesia de Parada de Cunhos ajuda à afinação cronológica da progressão dos oleiros de além-Douro para junto de Vila Real.

Com grande probabilidade, terá sido ainda na mesma década de noventa, do século XVII³¹, que o oleiro Manuel Rodrigues, natural da freguesia de S. Pedro de Paus, se terá deslocado para Parada. Casado com Clemência Rodrigues e pai de vários filhos, contemplados no seu testamento, Manuel Rodrigues faleceu em Parada, no dia 6 de setembro de 1713, ficando sepultado na igreja paroquial de São Cristóvão de Parada de Cunhos³².

– Migração para a freguesia de Santa Maria Madalena de Lordelo

Para Lordelo, com distribuição pelos lugares de Cal, Coto e Igreja³³, dispomos de meia dúzia de referências à migração de oleiros, todos oriundos do termo da vila de Prado. Embora só para três dos indivíduos se tenha encontrado, claramente expressa, a atividade de oleiro, estamos convencidos que foi esta a profissão dos outros três sujeitos que casaram e se fixaram em Lordelo, convicção fundamentada

²⁹ “Aos vinte dias do mes de março de mil e quinhentos e sessenta e oito anos bautizei eu Antonio Martins cura de Parada a hum filho de Salvador Gonçalves oleiro que veio de Guimaraes he de sua mulher Marguarida Rodrigues he foraõ padrinhos Pero novo he Isabel Pires mulher de Gonçalo Afonso de Parada he o moço chamase Gonçalo teve os santos óleos Antonio Martins” (Arquivo Distrital de Vila Real, Paróquia de Parada de Cunhos, Livro de registo de batismos, 1563-1675, fl. 6).

³⁰ *Idem*, 1696-1712, fl. 2.

³¹ Em 1688, o pároco de S. Pedro de Paus ainda lavrou o assento de batismo de Maria, filha deste oleiro, que era natural de Ferreirós mas residia em Paredinhas, ambos os lugares da freguesia de S. Pedro de Paus (Arquivo Distrital de Viseu, Paróquia de Paus, Livro de registo de batismos, 1674-1709, fl. 109).

³² Cf. DINIS 2002: 204-205.

³³ Na documentação tanto aparece a designação lugar como bairro.

na sua proveniência – uma região com um historial de produção de louça secular³⁴ – e nas relações que se irão estabelecer, com a “família oleira”, no local de fixação.

O primeiro registo encontrado menciona o oleiro João Francisco, falecido em Lordelo no dia 15 de abril de 1709, anotando o pároco que o indivíduo foi achado “morto junto a ponte da barra” e que era “de prado e morador no mesmo lugar de prado e assistente nesta minha freguesia exercitando o ofício de oleiro”³⁵. A omissão da esposa, no caso de ser casado, dos progenitores e, especialmente, do lugar concreto da sua origem, tornam difícil traçar o historial deste oleiro, sem entrarmos no campo das probabilidades, risco que preferimos não correr. Importa, por isso, fixar o foco no pormenor da residência do indivíduo e no facto de ele apenas assistir em Lordelo, o que poderá querer dizer que o oleiro ainda estava há pouco tempo na freguesia, sendo talvez solteiro.

DATA	NOIVO			NOIVA		
	Nome	Filiação	Natural.	Nome	Filiação	Natural.
1746	Manuel Francisco oleiro	Ant ^o Francisco e Águeda Dias	Lug. do Agro, Cervães	Maria da Costa	João Costa e M ^a Botelho	Lordelo
1748	João Gonçalves oleiro ?	João Gonç. ^{es} e Mariana Dom. ^{es}	Sta. Marinha de Oleiros	Teodósia da Costa	Pedro Costa e M ^a Fran. ^{ca}	Lug. de Cal, Lordelo
1749	João Gonçalves oleiro ?	Manuel Dom. ^{es} e M ^a Dom. ^{es}	Lug. da Ajuda, Oleiros	Luísa Álvares	M. ^{el} Álv. ^{es} e Isabel Costa	Lug. do Coto, Lordelo
1773	Sebastião Francisco oleiro ?	Pedro Fran. ^{co} e Ana da Costa	Lug. de Cervelhos, Cervães	Madalena Costa	Fran. ^{co} Pires e M ^a da Costa	Lordelo
1773	Manuel da Silva oleiro	Manuel Gonç. ^{es} e M ^a da Silva	S. Salvador de Cervães	Florência Maria	M. ^{el} Fran. ^{co} e M ^a da Costa, oleiros	Lug. da Igreja, Lordelo

Fig. 8 – Indivíduos oriundos do termo da vila de Prado que casaram em Lordelo, no século XVIII

Dos cinco indivíduos naturais do termo da vila de Prado que casaram na paróquia de Lordelo, cujos pormenores constam do quadro da Fig. 8, destacamos

³⁴ Cf. FERNANDES 1997c: 43-45.

³⁵ Arquivo Distrital de Vila Real, Paróquia de Lordelo, Livro de registo de óbitos, 1697-1728, fl. 42.

Manuel Francisco, do Salvador de Cervães³⁶, o único que é referido como oleiro, qualificação que o pároco anota num assento de casamento, realizado em 1747, onde figura como testemunha³⁷. Este artífice faleceu, com apenas 43 anos de idade, no termo de Vila Real, tendo o padre António dos Santos escrito que “nam recebeo os sacramentos por morrer de repente de huma desgraça e de noute trouxeram o cadáver do dito defunto para esta freguezia” de Lordelo³⁸. Do casamento com Maria da Costa nasceram duas filhas, Florência, em 1747³⁹ e Maria, em 1753⁴⁰.

Sobre João Gonçalves, natural da freguesia de Santa Marinha de Oleiros⁴¹, cuja profissão é omissa, existe um pormenor que, a nosso ver, também lhe confere o estatuto de oleiro. Trata-se do casamento da sua filha mais velha, Maria da Costa Gonçalves⁴², com o oleiro João Pereira Cardoso⁴³, filho de Manuel Pereira, *mascoto*⁴⁴ de alcunha, e de Ana Eufrásia, do lugar de Outeiro, em Lordelo, ligação que o coloca no universo da olaria, considerando que os filhos tendem a seguir as pisadas dos pais, consorciando-se no seio da sua comunidade.

Quanto à ligação de Manuel da Silva à olaria, que não foi confirmada nos registos paroquiais, mas que se afigurava óbvia, como a do caso anterior, devido ao

³⁶ Batizado na igreja paroquial do Salvador de Cervães, no dia 26 de abril de 1711, Manuel Francisco tinha na altura do casamento 35 anos de idade (Arquivo Distrital de Braga, Paróquia de Cervães, Livro de registo de batismos, 1685-1717, fl. 94).

³⁷ Arquivo Distrital de Vila Real, Paróquia de Lordelo, Livro de registo de casamentos, 1713-1766, fl. 61.

³⁸ Faleceu em 27 de janeiro de 1754 (*Idem*, Livro de registo de óbitos, 1728-1789, fl. 75).

³⁹ *Idem*, Livro de registo de batismos, 1734-1758, fl. 88. Florência da Costa casou com o oleiro Manuel da Silva, conterrâneo do seu pai, continuando por essa via ligada à atividade dos progenitores.

⁴⁰ *Idem*, fl. 123.

⁴¹ Nasceu no lugar de Foral, no dia 22 de março de 1725 (Arquivo Distrital de Braga, Paróquia de Oleiros, Livro de registo de batismos, 1721-1751, fl. 12). Casou aos 23 anos de idade, em Lordelo.

⁴² Batizada em Lordelo no dia 27 de março de 1749; casou no dia 9 de setembro de 1775.

⁴³ João Pereira Cardoso, testemunha num processo realizado em Lordelo, em 1806, é descrito como tendo o “ofício de oleiro”, com 50 anos pouco mais ou menos. (Arquivo Distrital de Braga, Inquirição de *Genere Vitae et Moribus* n° 9041, de 11/12/1806.

⁴⁴ A alcunha poderá relacionar este indivíduo com o trabalho do barro e com a região oleira de Prado, pois o termo *mascoto* designa, naquelas paragens, o martelo de madeira utilizado para desfazer os torrões de argila. Em Aboim (Amarante) para onde migraram oleiros de Prado, utilizava-se a mesma designação.

casamento com a filha mais velha do oleiro Manuel Francisco ⁴⁵, já atrás abordado, conseguiu-se provar, através de dois importantes documentos, não só o ofício de oleiro que exerceu mas também o seu posicionamento social no seio da comunidade em que se integrou⁴⁶. Falamos da sua eleição, em “Acto de Camara” ocorrido em 1787, como “juiz do ofício de oleiro de louça preta”, em substituição do oleiro Jerónimo Ferreira, do lugar de Cal, afastado do cargo devido à sua incapacidade por motivos de saúde, e do juramento efetuado no dia 16 de dezembro, perante Manuel Ferreira Mourão, vereador mais velho da Câmara de Lordelo, em que se comprometeu a examinar os oficiais de oleiro, passando a respetiva certidão “asquelles que lhes parecer estarem sofeçientes”.



Fig. 9 – Oleiro de Prado - finais do século XIX (Museu Nogueira da Silva, Arq. Fotog. de Rocha Peixoto)

⁴⁵ Manuel da Silva nasceu no lugar da Pedreira no dia 16 de dezembro de 1742 (Arquivo Distrital de Braga, Paróquia de Cervães, Livro de registo de batismos, 1717-1765, fl. 91). Casou em Lordelo com 31 anos de idade. Faleceu viúvo, no lugar da Igreja, no dia 13 de julho de 1816 (Arquivo Distrital de Vila Real, Paróquia de Lordelo, Livro de registo de óbitos, 1814-1859, fl. 26.

⁴⁶ Cf. Documentos n.ºs 3 e 4, em apêndice.

Em relação aos dois últimos indivíduos, João Gonçalves, do lugar da Ajuda, da freguesia de Oleiros⁴⁷ e Sebastião Francisco, do lugar de Cervelhos, da freguesia de Cervães⁴⁸ que casaram em Lordelo, em 1749 e 1773, respetivamente, não foram encontrados, até ao momento, outros argumentos que sustentem a sua relação com a olaria, além da proveniência – de uma região historicamente ligada ao trabalho do barro –, de terem aparecido em Lordelo na mesma altura, ou em conjunto, com os outros oleiros atrás citados. De qualquer forma, é possível que o aprofundamento do estudo das fontes documentais venha a fornecer argumentos mais sólidos capazes de ultrapassar a probabilidade que, neste momento, se apresenta como prova.

– Migração para a freguesia de S. Tiago de Mondrões

Para a freguesia de Mondrões, a documentação compulsada forneceu alguns dados substantivos acerca da mobilidade de oleiros provenientes das freguesias de S. Pedro de Paus e Santa Maria de Gondar que se instalaram no lugar de Bisalhães nas primeiras duas décadas do século XVIII.

DATA	NOIVO			NOIVA		
	Nome	Filiação	Natural.	Nome	Filiação	Natural.
1704?	Manuel Fernandes <i>oleiro</i>	D. ^{os} Fernandes e M. ^a Luís	Córdova, S. P. ^o de Paus	Luzia Martins		Bisalhães, Mondrões
1707?	João Vieira <i>oleiro</i>	Francisco Vieira e M. ^a Fonseca	Rio, Gondar	Antónia Martins		Bisalhães, Mondrões
1709	João Rodrigues <i>oleiro</i>	João Rod. ^{es} e M. ^a Gonç. ^{es}	Córdova, S. P. ^o de Paus	Maria Álvares	Frutuoso Álv. ^{es} e Beatriz Álv. ^{es}	Bisalhães, Mondrões
1715	António Ribeiro <i>oleiro</i>	M. ^{el} Ribeiro e M. ^a Lourenço <i>oleiros</i>	Vila Seca, Gondar	Mariana Carvalho	D. ^{os} Carv. ^o e M. ^a Pires	Bisalhães, Mondrões
1718	Francisco Ribeiro <i>oleiro</i>	M. ^{el} Ribeiro e M. ^a Lourenço <i>oleiros</i>	Vila Seca, Gondar	M. ^a Álvares da Silva	G. ^{lo} Martins e M. ^a Álvares	Bisalhães, Mondrões
1719	António Ribeiro <i>oleiro</i>	M. ^{el} Ribeiro e Isabel Pinto <i>oleiros</i>	Ovelhinha, Gondar	Maria Álvares	D. ^{os} Álvares e Isabel Af. ^o	Bisalhães, Mondrões

Fig. 10 – Casamento de oleiros de S. Pedro de Paus e Gondar em Bisalhães, no século XVIII

⁴⁷ Filho de Manuel Domingues e de Maria Domingues, sendo esta já falecida à data do casamento.

⁴⁸ Filho de Pedro Francisco e Ana Francisca da Costa.

Com se pode apreender através da leitura do quadro da Fig. 10, a migração para Bisalhães começou no início de setecentos e envolveu os oleiros Manuel Fernandes e João Rodrigues, de S. Pedro de Paus, e João Vieira, de Gondar, três das testemunhas que encontramos no assento de óbito de Manuel da Fonseca, o documento que está na origem deste texto. Além destes três indivíduos, há que acrescentar o irmão do oleiro João Rodrigues, António Rodrigues solteiro, cuja pegada, no local de destino, deixou sinais menos visíveis, provavelmente por ter sido de curta duração a sua permanência naquela aldeia.

Existe ainda outro oleiro, também chamado Manuel Fernandes, cuja estadia em Bisalhães será resultado do mesmo contexto dos anteriores indivíduos. Infelizmente, a documentação cita-o uma única vez, precisamente o seu óbito ocorrido em 1712, já viúvo, não esclarecendo a naturalidade, que aceitamos ser S. Pedro de Paus, entre outras razões, pelo patronímico, por não aparecer o óbito da esposa nos registos da freguesia de Mondrões e pela relação com os dois oleiros atrás referidos, Manuel Fernandes e António Rodrigues, que testemunharam o seu falecimento⁴⁹.

Na década de 1710, três oleiros nascidos em Gondar vão casar a Bisalhães e aí ficam a residir, vivendo do fabrico de louça. Por coincidência, ou não, estes três novos artífices são descendentes de indivíduos naturais de S. Pedro de Paus que, na segunda metade do século XVII, se haviam instalado em Gondar, tendo aí constituído família. A fixação destes novos artífices na freguesia de Mondrões poderá ter sido impulsionada pelos primeiros migrantes, com os quais também existiriam laços familiares, mais ou menos próximos, e pela crescente procura de louça, motivada por um generalizado aumento da população.

O movimento migratório das duas décadas relatadas irá ter fortes repercussões no futuro, com a criação de um forte vínculo entre famílias de oleiros de Bisalhães e de Vila Seca (Gondar), corporizado numa grande mobilidade entre as duas localidades, ao longo de toda a centúria.

⁴⁹ Cf. DINIS 2000: 108.

3. Conclusão

Durante o século XVIII, um número significativo de oleiros, provenientes de S. Pedro de Paus, no além-Douro, de Santa Maria de Gondar, junto de Amarante, e de S. Salvador de Cervães e Santa Marinha de Oleiros, do termo da vila de Prado, instalaram-se nos arredores de Vila Real, contribuindo com as suas produções para o abastecimento de louça aos moradores da urbe e do seu termo. A migração destes oleiros, embora motivada por um denominador comum – a disponibilidade para emigrar e a necessidade existente nos locais de destino ⁵⁰ – seguiu dinâmicas distintas tanto no tempo como no rumo. Na primeira década de 1700, oleiros de Paus fixaram-se em Parada e em Bisalhães, tendo este lugar recebido, também, um indivíduo natural de Gondar. Na mesma altura, um artífice de Prado trabalhou em Lordelo, junto da comunidade oleira daquela vila. A escolha das três localidades, para estes oleiros se instalarem, terá obedecido a diferentes motivações tendo em consideração o histórico que é possível traçar para cada uma delas.

Parada de Cunhos teve olarias no século XVI e tudo aponta para que no início de setecentos também tivesse alguma oficina ativa. A utilização da expressão “assistente em Parada”, escrita no óbito do oleiro Manuel Rodrigues, poderá significar que este artífice não abandonara a freguesia de origem, onde teria ficado a mulher e os filhos menores, mas estaria a trabalhar temporariamente em Parada, talvez ligado a uma oficina pertença de algum conterrâneo, o que explicaria a presença de um oleiro de S. Martinho de Mouros num batizado realizado em Parada, em 1698.

Em relação a Bisalhães, o panorama afigura-se bem diferente, pois não há registo de ter existido qualquer oficina de oleiro na freguesia de Mondrões, antes da chegada dos artífices de Paus e Gondar. A pertença administrativa a Vila Real, onde, ao que tudo indica, nunca terá existido regulamentação da atividade olária, teria facilitado a instalação e exercício na freguesia, por indivíduos forâneos, que acabaram por se integrar pelo casamento na comunidade de Bisalhães e fazer vingar a sua arte por vários séculos.

Para Lordelo, o quadro revela-se ainda mais distinto dos anteriores, já que

⁵⁰ Partimos da premissa que existia excedente de mão-de-obra nas localidades de origem e que haveria na área para onde migraram mercado para absorver as suas produções.

estamos perante uma vila e concelho, com autonomia administrativa⁵¹, com um histórico de produção oleira secular, devidamente regulamentada pela respectiva corporação, encabeçada por um juiz do ofício, cargo de eleição pela câmara de vereadores. A ida para Lordelo de artífices de Cervães e de Oleiros, que se repete nas décadas de 1740 e 1770, poderá demonstrar a dificuldade em encontrar localmente os profissionais indispensáveis às necessidades do mercado, capazes de cumprir o regimento da respectiva corporação, que começava pela obtenção da carta de examinação que os habilitava ao exercício do ofício, passando pela sujeição ao controlo da qualidade da sua produção, ao cumprimento das tabelas de preços e ao pagamento das obrigações fiscais inerentes à sua profissão.

A existência nesta vila de juízes do ofício dos oleiros, agora comprovada documentalmente, altera radicalmente a visão que tínhamos sobre este centro de produção de louça, já que a atividade tinha que ser desenvolvida por profissionais encartados, integrados numa cadeia hierárquica que abrangia os aprendizes, os oficiais e os mestres de olaria. Assim sendo, é muito pouco provável que tivesse existido em Lordelo a ocupação oleiro-agricultor, ao contrário de Mondrões onde aquela dualidade está documentalmente comprovada. Esta constatação poderá ajudar à clarificação da referência, escrita em 1796, da existência de 8 louceiros em Lordelo e nenhum em Bisalhães, quando temos a certeza de que, naquela data, nesta última localidade estarem ativos muitos artífices da louça. Presumimos que o carregamento da informação tenha sido feito por consulta às Câmaras, respondendo Lordelo de forma assertiva, por dispor de dados concretos sobre a matéria, enquanto Vila Real estaria numa situação diferente pois, que saibamos, não instituíra corporação destes profissionais no seu município.

O fenómeno migratório que temos vindo a tratar levanta outras questões que, até à data, não podiam ser equacionadas, as quais advêm da matriz técnico-formal que cada um dos oleiros transportou, em função da sua geografia de origem. Como sabemos, enquanto os oleiros de Paus e Gondar produziam louça preta, modelada na roda baixa e cozida na soenga, os de Prado fabricavam louça preta, vermelha, fosca e vidrada servindo-se de uma roda alta vulgarmente designada torno e cozendo

⁵¹ O concelho de Lordelo foi extinto pela reforma administrativa de 8 de novembro de 1836, sendo a sua única freguesia integrada no concelho de Vila Real.

num forno de duas câmaras, superiormente descoberto. Ora, as fontes novecentistas, baseadas essencialmente no exemplo de Bisalhães, têm revelado para o centro oleiro, que com maior propriedade se deveria chamar de Lordelo, uma homogeneidade técnico-formal que nos parece demasiado redutora, tendo em linha de conta toda a dinâmica que se vai descobrindo, na sua longa existência. Se é pacífico reconhecer que em Bisalhães a roda baixa foi o único mecanismo utilizado na modelação e a soenga, entretanto evoluída para forno com duas câmaras, o dispositivo de cozedura da louça, o mesmo não parece ser aceitável para Lordelo, considerando que os oleiros de Prado, que aí laboraram durante pelo menos um século, haveriam de deixar impressa a sua marca na louça por si produzida. Por isso, a par da cozedura em soenga, cuja existência está documentada em 1744⁵² e ainda referida em 1899⁵³, deveria haver em Lordelo fornos de cozer louça, talvez os mesmos utilizados para a telha, e o dispositivo adoptado para o fabrico da louça seria o torno, aceitando-se que, em algum momento, pudesse ter coexistido com a roda baixa.

Finalmente, a documentação de setecentos, que escolhe Manuel da Silva para o cargo de juiz do ofício de oleiro de louça preta de Lordelo, ao ser tão precisa sobre a tipologia produzida parece admitir o fabrico de outro tipo, nomeadamente vermelha. A produção em Lordelo e Parada de outra espécie de louça, além da preta, poderá não ser apenas uma ficção face à longevidade das olarias e à presença de forno(s) de cozer telha e tijolo, mas ter sido uma realidade, em algum tempo, considerando a deslocação de um oleiro de Guimarães para Parada de Cunhos, no século XVI e a fixação de oleiros de Prado na vila de Lordelo, no século XVIII, dinâmicas que não têm que estar associadas, em exclusivo, à louça preta, sabendo-se que naquelas duas vilas também houve uma grande produção de peças daquela qualidade. Importa finalmente não olvidar que nos finais do século XIX ainda se fabricava em Lordelo alguma louça vermelha, não vidrada, entre “vasos para flores e testos para panellas de ferro”⁵⁴ e que, tal como no exemplo que atrás apresentamos, sobre o fabrico de louça vermelha, vidrada e pintada em Aboim e Chapa, no concelho de Amarante,

⁵² Em 1744, Maria da Costa, solteira, do lugar do Campo, deixou em testamento “a Anna Pires e seu marido o seu Souto do Barroco que parte de huma parte com a soenga” (Arquivo Distrital de Vila Real, Paróquia de Lordelo, Livro de registo de testamentos, 1739-1773, fls. 35-36).

⁵³ LEPIERRE 1899: 27.

⁵⁴ *Idem*: 44.

a parte não pode valer pelo todo e a realidade mais próxima de nós nem sempre espelha a verdade de uma comunidade na sua longa história.

BIBLIOGRAFIA

- CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério; MATOS, Henrique (2006). *As freguesias do distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*, Braga.
- CASTRO, Fernando (2010). Análise química de cerâmicas, in *A casa dos Lobo Machado, de espaço privado a espaço de interesse público*, Associação Comercial e Industrial de Guimarães, Guimarães, pp. 200-205.
- COSTA, António Carvalho da (1868). *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*, vol. I, 2ª ed., Braga.
- COSTA, M. Gonçalves da (1982). *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. III, Lamego.
- COSTA, M. Gonçalves da (1992). *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. VI, Lamego.
- DINIS, António Pereira (2000). As olarias de S. Tiago de Mondrões no século XVIII, *Estudos Transmontanos e Durienses*, 9, Arquivo Distrital de Vila Real, pp. 95-144.
- DINIS, António Pereira (2002). Contribuição para o estudo das olarias do termo de Vila Real: Manuel Rodrigues, oleiro em Parada, *Estudos Transmontanos e Durienses*, 11, Arquivo Distrital de Vila Real, pp. 201-216.
- DINIS, António Pereira (2015). Oleiros e olarias de Amarante. As olarias de Aboim e da Póvoa, nos séculos XIX e XX : 1ª parte – os fornos e a louça de barro vermelho, *Jornal Flor do Tâmega*, ano 2, nº 20, 30 de março de 2015, p. 16.
- DINIS, António Pereira; AMARAL, Paulo (2003). Gondar (Amarante): uma abordagem documental no estudo de um centro oleiro. *Atas das Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela, 3, 1997. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 373-390.
- DUARTE, Joaquim Correia Duarte (1996). *Resende e a sua História*, 2 vols., Câmara Municipal de Resende, Resende.

- DUARTE, Joaquim Correia Duarte (2001). *Resende na Idade Média. Notas e Documentos*, Câmara Municipal de Resende, Resende.
- FERNANDES, Isabel Maria (1997a). As olarias de Lanheses: um fenómeno de migração, in *A louça preta em Portugal: olhares cruzados*, CRAT, Porto, pp. 45-47.
- FERNANDES, Isabel Maria (1997b). Selhariz: um fenómeno de migração, in *A louça preta em Portugal: olhares cruzados*, CRAT, Porto, pp. 37-38.
- FERNANDES, Isabel Maria (1997c). As olarias de louça preta de Prado, in *A louça preta em Portugal: olhares cruzados*, CRAT, Porto, pp. 43-45.
- FERNANDES, Isabel Maria & FAURE, Francisco G. C. Libano Monteiro (2010a). A cerâmica: um modo de conhecer o quotidiano de outros tempos, in *A casa dos Lobo Machado, de espaço privado a espaço de interesse público*, Associação Comercial e Industrial de Guimarães, Guimarães, pp. 134-163.
- FERNANDES, Isabel Maria & FAURE, Francisco G. C. Libano Monteiro (2010b). Catálogo de Peças, in *A casa dos Lobo Machado, de espaço privado a espaço de interesse público*, Associação Comercial e Industrial de Guimarães, Guimarães, pp. 164-199.
- LEPIERRE, Charles (1899). *Estudo Chimico e Technologico sobre a Cerâmica Portuguesa Moderna*, Lisboa.
- MENDES, José Maria Amado (1995). *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um Manuscrito de 1796*, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica, Lisboa.
- PARENTE, João (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real*, Tomo I, Âncora Editora, Lisboa.
- RODRIGUES, Miguel Areosa & MASCARENHAS, Ana (1997). Calvelhe, in *A louça preta em Portugal: olhares cruzados*, CRAT, Porto, pp. 38-40.
- SANTANA, Maria Olinda Rodrigues (1999). *Liuvro dos Foraes Nouis da Comarca de Trallos Montes, Introdução, edição diplomática e notas*, João Azevedo Editor, Mirandela.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1988). *O Porto e o seu termo (1580-1640): Os homens, as Instituições e o Poder*, 2 vols., Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, Porto.
- SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Silva (1987). *Memórias de Vila Real*, vol. II, Arquivo Distrital de Vila Real / Câmara Municipal de Vila Real.
- TEMUDO, Fortunato Augusto Freire (1905). *Estudo sobre o estado actual da indústria cerâmica na 2ª circunscrição dos serviços técnicos da indústria*, Imprensa Nacional, Lisboa.

APÊNDICE DOCUMENTAL

1. Assento de óbito de Manuel da Fonseca, feito pelo pároco de S. Tiago de Mondrões

Aos trinta dias do mez de agosto da era de mil e setecentos e nove faleceu Manoel da Fonsequa no lugar de Bizalhanis desta freguesia o qual defunto era natural do lugar do Rio da freguesia de Santa Maria de Gundar desta comarca de Villa Rial e filho que ficou de António Ribeiro já defunto do lugar do Rio e de sua molher Ana da Fonsequa e fez seu testamento verbal dixe que deixava que lhe mandassem dizer por sua alma trinta missas ditas na sua igreja de Santa Maria de Gundar com esmola de cada huma de tostam ditas dentro de hum anno: dixe mais lhe mandassem dizer huma missa no altar preveligiado de sam Francisco de Villa Real. / Dixe mais que lhe dicessem coatro missas na igreja de sam Thiaguo de Mondronis a saber huma ao martille sam sebastiam: outra a nossa senhora diguo duas a nossa senhora: outra a santo António – dixe mais que deixava por sua alma que lhe fizessem os usos e costumes na forma que se usa quando morrem os defuntos nas freguesias alheias: Dixe mais que deixava por sua erdeira e testamenteira sua maij e que lhe desse comprimento a tudo o que deixava no seu testamento por conta da sua legitima e Rendimentos e deste modo ouve o seu testamento por Benfeito e acabado testemunhas que presentes estavam Pedro Ribeiro de Miranda: Hieronimo Alvarez: e Manoel Fernandez: Joam Rodriguez: e António solteiro da Freguezia de sam pedro de paus do Bispado de Lamego e Manoel solteiro filho de Britiz Alvarez viúva e Joam Vieira todos do lugar de Bizalhaniz deste Freguezia de Sam Thiaguo de Mondronis: Declaro que o dito defunto nem deixou legados nem missas perpetuas esta sepultado dentro desta / igreja de Santhiaguo de Mondronis e por verdade fiz este assento em o dia mez e era ut supra

O padre Francisco Rodriguez Campello

(Arquivo Distrital de Vila Real, Paróquia de Mondrões, Livro de registo de óbitos, 1663-1713, fls. 61-62)

2. Assento de óbito de Manuel da Fonseca, feito pelo pároco de Santa Maria de Gondar

Aos trinta dias do mes de Agosto do anno de mil setecentos e nove faleceo Manoel de Affonseca soldado filho de Anna de Affonseca veuva e de seu defunto marido Antonio Ribeiro oleiro do lugar do Rio desta freguesia de Santa Maria de Gundar, na freguesia de Santiago de Mondroes, e lá foi sepultado o que me constou por carta, que escreveo o Vigario da ditta freguesia de Mondroes na qual me dava noticia certa de seu falecimento, e o mesmo me certificou Antonio irmão do dito defunto que lhe assistio a seu falecimento e correo com os gastos do enterro, fez testamento em hua sédula com testemunhas que me apresentou o ditto irmão Antonio no qual deixou sua may por herdeira, e quatro missas uma a São Sebastiao outra a Santo Antonio, duas a Nossa Senhora e hua em altar privilegiado ditas logo de esmola de tostão e trinta missas a Nossa Senhora de Gundar dentro de hum anno de esmola de tostão e que queria ficar irmão da Confraria das Almas dando lhe dous mil reis para gosar de todos os sufrageos das almas, E que deixava os usos e costumes, E que devia hua divida de que trata o testamento, que não entendo, E hum tostão E que estes se dariao pelo amor de Deos a pobres

Domingos Ferreira da Silva

(Arquivo Distrital do Porto, Paróquia de Gondar, Livro de registo misto, nº 5, fl. 154v)

3. Acto de Camara que fazem os officiais della abaixo asignados aos 15 do mes de Dezembro de 1787

Aos quinze dias do mes Dezembro de mil setecentos oitenta e sete annos nesta villa de Lordello, e cazas da Camara della adonde estavam juntos em acto de Camara Manoel Ferreira Mouram Juis pella ordenassam por ser veriador mais velho no Senado da Camara da mesma villa Jozé Pinto Rabello e Nóbrega Monteiro mor desta villa veriador Joam Mouram Figueira também veriador e Antonio Martins Mouram Procurador do Conselho todos por Sua Magestade fedelissima que Deos guarde e por elles todos juntos foi acordado o seguinte:

(...) Acordaram mais que pella emcapaçidade em que se acha por falta de saude o juis do ofício de oleiro de louça preta Jeronimo Ferreira o aviam por excluido da

dita ocupaçam e aviam por eleito e nomeado a Manoel da Silva desta villa por nelle convirem os requisitos neceçarios para Juis do dito officio e mandaram noteficalo para tomar o juramento da dita ocupação

e por nam aver mais / mais requerimentos nem que acordar mandaram fazer este termo que assignaram eu Manoel Dias de Barros Escrivam da Camara que o escrevi

(assinaturas) Mouram / Pinto / Moiraõ / Martins

(Arquivo Distrital de Vila Real, Câmara Municipal de Lordelo, Acórdãos, 1784-1788, fls. 43-44)

4. Termo de Juramento dado ao Juis do officio de [oleiro] de louça preta aos 16 dias do mes de Dezembro de 1787

Aos dezasseis dias do mes Dezembro de mil setecentos oitenta e sete annos nesta villa de lordello, e caza de morada de Manoel Ferreira Mouram Juis pella ordenassam por ser veriador mais velho o presente anno por Sua Magestade fedelissima que Deos goarde ahi apareceu prezente Manoel da Silva eleito em acto de Camara para Juis do officio de oleiro de Louça Preta a quem ele dito Juis deu o Juramento dos Santos evangelhos em hum livro deles em que elle pos sua maõ direita sob cargo do qual lhe emcaregou que bem e verdadeira serviçe a dita ocupassam de Juis de officio exzaminando, e aprovando os que achaçe sofesientes e reprovando aquelles que nam estiveçem sofesientes e paçando lhe certidão asquelles que lhes parecer estarem sofeçientes tudo debaixo de juramento o que elle depois de aver jurado asim o permeteu fazer, e para constar mandou elle Juis fazer este termo que assignou com elle Juis e eu Manoel Dias de Barros Escrivam da Camara que o escrevi

(assinaturas) Mouram / Manoel da S.^a

(Arquivo Distrital de Vila Real, Câmara Municipal de Lordelo, Acórdãos, 1784-1788, fl. 44)

QUADROS

1. Oleiros referenciados no século XVI ⁵⁵

⁵⁵ Fonte: Registos Paroquiais de Lordelo, Parada de Cunhos e Vila Marim.

ANO	NOME DO OLEIRO	OFÍCIO	MORADA
1544	João PIRES	Oleiro	Lordelo
1546	Diogo GONÇALVES c/c Maria Gonçalves	Oleiro	Lordelo
1546	Pedro ÁLVARES	Oleiro	Lordelo
1547	Rui GONÇALVES, o velho c/c Leonor Lopes	Oleiro	Lordelo
1547	Rui GONÇALVES	Oleiro	Lordelo
1547	Gonçalo AFONSO c/c Cecília Esteves	Oleiro	Lordelo
1547	Pedro ANES	Oleiro	Lordelo
1548	Gonçalo ANES c/c Isabel Dias	Oleiro	Refonteira, V. Marim
1548	Pedro GONÇALVES, já falecido	Oleiro	Lordelo ?
1548	João GONÇALVES c/c Catarina Gonçalves	Oleiro	Lordelo
1549	Francisco AFONSO c/c Genebra Afonso	Oleiro	Lordelo
1549	Diogo DIAS c/c Joana Rodrigues	Oleiro	Lordelo
1549	Gonçalo PIRES, o velho	Oleiro	Lordelo
1549	João PIRES, o velho c/c Catarina Pires	Oleiro	Lordelo
1550	João GONÇALVES c/c Maria Gonçalves	Oleiro	Lordelo
1550	Diogo GONÇALVES c/c Inês Gomes	Oleiro	Vila Marim
1550	Sebastião PIRES	Oleiro	Lordelo
1550	João GONÇALVES c/c Susana Gonçalves	Oleiro	Lordelo
1550	Diogo GONÇALVES	Oleiro	Lordelo ?
1551	Pedro GONÇALVES c/c Cecília Dinis	Oleiro	Quinteiro, Lordelo
1551	João PIRES c/c Isabel Martins	Oleiro	Campo, Lordelo
1551	Gonçalo MARTINS c/c Isabel Pires	Oleiro	Telhado, Lordelo
1553	Pedro GONÇALVES c/c Cecília Luís	Oleiro	Lordelo
1554	Pedro (?) PIRES c/c Susana Dias	Oleiro	Lordelo
1555	Pedro FRANCISCO	Oleiro	Poças, Vila Marim
1555	Pero CARVALHO c/c Beatriz Gonçalves	Oleiro	Lordelo
1557	João PIRES c/c Margarida Gonçalves	Oleiro	Telhado, Lordelo
1558	Gonçalo MARTINS c/c Susana Pires	Oleiro	Campo, Lordelo
1558	Diogo GONÇALVES	Oleiro	Quintela, Vila Marim
1558	Sebastião PIRES	Oleiro	Lordelo
1559	Pedro Martins c/c Maria Gonçalves	Oleiro	Figueiras, Lordelo
1562	Cristóvão ÁLVARES	Oleiro	Lordelo
1563	Rui DIAS fº de Diogo Dias oleiro	Oleiro	Lordelo

1563	Diogo AFONSO c/c Maria Simoa	Oleiro	Quintela, Vila Marim
1563	António PIRES	Oleiro	Ribada, Lordelo
1564	João DIAS c/c Maria Pires	Oleiro	Campo, Lordelo
1564	Afonso GONÇALVES c/c Guiomar Rodrigues	Oleiro	Lordelo
1566	Diogo DIAS c/c Maria Pires	Oleiro	Lordelo
1567	Afonso DIAS	Oleiro	Granja, Parada de Cunhos
1568	Diogo PIRES	Oleiro	Parada de Cunhos
1568	Salvador GONÇALVES c/c Margª Rodrigues	Oleiro	Parada (de Guimarães)
1570	João PIRES c/c Branca Gonçalves	Oleiro	Campo, Lordelo
1571	Gonçalo AFONSO c/c Catarina Brás	Oleiro	Lordelo
1571	Belchior MARTINS c/c Cecília Martins	Oleiro	Lordelo
1573	Tomé MARTINS c/c Catarina Pires	Oleiro	Lordelo
1573	Diogo ÁLVARES c/c Isabel Gonçalves	Oleiro	Lordelo
1574	Gaspar MARTINS c/c Maria Gonçalves	Oleiro	Lordelo
1578	Rui DIAS c/c Maria Gonçalves	Oleiro	Lordelo

2. Oleiros referenciados nos séculos XVII e XVIII ⁵⁶

ANO	NOME	OFÍCIO	MORADA
1689	Pedro CARVALHO	Oleiro	Refonteira, Vila Marim
1689	Diogo GONÇALVES	Oleiro	Lordelo
1689	Francisco ÁLVARES	Oleiro	Lordelo
1689	Domingos ÁLVARES	Oleiro	Lordelo
1701	André JOÃO	Oleiro	Lordelo
1701	Pedro CARVALHO	Oleiro	Lordelo
1708	João FRANCISCO	Oleiro	Lordelo (de Prado)
1709	João RODRIGUES c/c Maria Álvares	Oleiro	Bisalhães (de Paus)
1709	João VIEIRA c/c Antónia Martins	Oleiro	Bisalhães (de Gondar)
1709	Manuel FERNANDES c/c Luzia Martins	Oleiro	Bisalhães (de Paus)
1713	Manuel Rodrigues c/c Clemência Rodrigues	Oleiro	Parada (de Paus)
1718	André RODRIGUES c/c Sebastiana Ferreira	Oleiro	Mondrões
1715	António RIBEIRO c/c Mariana Carvalho	Oleiro	Bisalhães (de Gondar)
1719	Luís solteiro	Oleiro	Bisalhães, Mondrões
1719	Pedro solteiro	Oleiro	Bisalhães, Mondrões
1720	Baltasar solteiro	Oleiro	Bisalhães, Mondrões
1722	António GONÇALVES	Oleiro	Lordelo
1727	Manuel solteiro	Oleiro	Bisalhães, Mondrões
1738	João ÁLVARES solteiro	Oleiro	Lordelo
1739	Manuel ÁLVARES	Oleiro	Lordelo
1746	Manuel ALVES	Oleiro	Lordelo
1746	João FERREIRA	Oleiro	Lordelo
1746	Domingos FRANCISCO	Oleiro	Barroca, Vila Marim
1748	Manuel FRANCISCO	Oleiro	Lordelo (de Prado)
1748	João GONÇALVES c/c Teodósia da Costa	Oleiro?	Lordelo (de Prado)
1749	João GONÇALVES c/c Luísa Álvares	Oleiro?	Lordelo (de Prado)
1773	José RODRIGUES	Paneleiro	Mondrões
1773	Sebastião FRANCISCO c/c Madalena Costa	Oleiro?	Lordelo (de Prado)
1773	Manuel da SILVA c/c Florência Maria	Oleiro	Lordelo (de Prado)
1775	João Per ^a CARDOSO c/c M ^a Costa Gonç. ^{es}	Oleiro	Outeiro, Lordelo
1777	João DENIS	Paneleiro	Mondrões
1777	Manuel CARVALHO	Paneleiro	Mondrões
1778	Hilário RODRIGUES	Oleiro	Mondrões
1778	José GONÇALVES c/c Luísa Ribeiro	Oleiro	Mondrões
1778	José RODRIGUES	Oleiro	Mondrões
1784	Francisco MARTINS	Paneleiro	Mondrões
1784	José GONÇALVES	Paneleiro	Mondrões
1784	Francisco ALVES	Paneleiro	Mondrões
1784	José RODRIGUES	Paneleiro	Mondrões
1787	Caetano da SILVA	Oleiro	Mondrões
1787	Jerónimo FERREIRA	Oleiro	Lordelo

⁵⁶ Fonte: Inquirições de *Genere Vitae et Moribus* e Registos Paroquiais de Lordelo, Mondrões, Parada de Cunhos e Vila Marim.

A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL. 1848-1900. ESTUDO DE CASO: CAMPEÃ

Celeste Castro

CEPESE — Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

Introdução

A emigração constitui uma fonte inesgotável de trabalho, onde as abordagens teóricas, quer a nível local, quer nacional, se interligam na sua complexidade. Por isso, falar de emigração é pesquisar, questionar, problematizar, não deixando de cruzar e complementar os dados até se obterem respostas, que nos faça entender este fenómeno.

Sem dúvida, a emigração acaba por revelar-se um movimento complexo, que apesar dos interesses do Estado, do indivíduo e dos familiares rapidamente tomou proporções e orientações muito determinadas e de difícil contorno ou bloqueio. A liberdade de emigrar, estipulada na Constituição portuguesa, era difícil de contornar sem a violar e conciliar com os objetivos sociais, políticos e económicos do Estado.

No século XIX, a emigração adquiriu novos contornos resultantes do mundo capitalista que se impunha. Se até então a emigração se assumia como forma de descoberta, de conquista e de colonização, agora assume como um fenómeno de exportação de mão-de-obra, predominantemente jovem e masculina.

Assim, nos finais do século XIX, a emigração para o Brasil toma novo folgo causado pela conjuntura interna do país (independência em 1822 e o fim da escravatura – 1888). Tal facto leva os governantes brasileiros a promover uma política de imigração com o propósito de colmatar a escassez de mão-de-obra, essencialmente para as plantações de café e de algodão.

Tal como Caio Prado Júnior observou, a emigração «europeia do século XIX representa para o Brasil um tipo original de corrente povoadora»¹. A política brasileira visava substituir o escravo pelo emigrante europeu.

¹ SERRÃO.1982:90

O fenómeno da emigração, para além do percurso histórico, está também ligado à distribuição geográfica², à imobilidade da propriedade fundiária, aos ciclos de crise na agricultura, à existência de redes de engajamento e de transporte de emigrantes e à ligação de laços de família e amizade com os emigrantes já residentes no exterior.

O Estado português vai condicionar a emigração através da burocracia, exigindo ao emigrante uma série de documentos, como se pode ver através da análise dos pedidos de passaporte dos emigrantes da Campeã, para o Império do Brasil.

Portugal na segunda metade do Século XIX

A segunda metade do século XIX está intimamente ligada com o progresso social e técnico inerente ao desenvolvimento do capitalismo, em Portugal. Para que os projetos reformistas se concretizassem, era necessário manter um clima de paz e prosperidade indispensável. Era preciso conciliar as diversas facções do liberalismo e harmonizar os interesses da alta burguesia com as camadas rurais e a pequena e média burguesia.

O início foi lento, mas contínuo, afetando todos os sectores da vida nacional no processo de desenvolvimento económico e social e mental.

A Regeneração dedicou especial atenção ao desenvolvimento do sistema de transporte e comunicações, aos códigos de ordem jurídica e ao desenvolvimento da banca, assim como à imprensa escrita e à estatística.

Com a projeção dos caminhos-de-ferro, Portugal começou a equiparar-se à Europa. A extensão da rede ferroviária vai contribuir para a quebra do isolamento das regiões e o alargamento das relações internacionais. Este êxito fez-se acompanhar com a expansão da rede de estradas macadamizadas, praticamente inexistentes até então. Assim, entre 1852-1900, passou-se de 218 km para 14.230 km de estradas.

2 MIRANDA.1999:13 faz referência a várias regiões onde a emigração é muito elevada, nomeadamente a Norte do país, “a norte da linha que, partindo um pouco acima do cabo Carvoeiro, segue o percurso do rio Zêzere, para depois infletir de forma abranger o distrito de Guarda”.

Assiste-se ainda à instalação de tecnologias como o telégrafo e o telefone, assim como as reformas dos correios.

Surgem iniciativas para dinamizar a indústria e sua proteção através da formação dos quadros técnicos, criação de sociedades anónimas, adesão ao movimento das exposições internacionais e a publicação de pautas alfandegárias.

Na agricultura introduziu-se a mecanização. Incentivou-se o mercado nacional, quebrando com o isolamento das regiões e o alargamento da produção orientada para o mercado externo – vinhos do Douro, gado, casulos de seda e frutos secos.

O investimento fez-se através de uma política que fomentava a abertura ao capital estrangeiro, havendo financiamento através dos empréstimos estrangeiros, remessas de emigrantes, aumento de capital de impostos e dinheiro de capitalistas.

Com o surgimento em força das instituições bancárias, a vida económica e financeira alargou-se, transformando uma simples operação de troca de moeda em operações complexas, como o financiamento dos caminhos-de-ferro, da indústria e das transações comerciais.

Apesar deste desenvolvimento, Portugal continua a ser um país rural, de grandes vilas, onde as grandes cidades continuam a ser Lisboa e Porto. Continuamos a ser um país de fraca densidade populacional, onde 70% dos portugueses vivem da agricultura e 80% da população é analfabeta. Com estes níveis de instrução e formação técnica (apesar do esforço), o desenvolvimento económico é limitado. Falta-nos a tradição industrial, a mentalidade empresarial, o mercado interno absorve o grosso das mercadorias, continuam a existir as pequenas oficinas ainda estruturadas como no Antigo Regime.

A grande maioria da população portuguesa era constituída por camponeses, assalariados ou pequenos proprietários que trabalham as terras e viviam pobremente. As migrações vão acelerar o abandono dos campos e o conseqüente crescimento dos concelhos circundantes às grandes cidades, acentuando os locais de saída dupla e estimulando as regiões mais atrativas.

Com o desenvolvimento dos transportes, quer por via terrestre, quer por via marítima, os portugueses, à semelhança do que aconteceu com os europeus, incentivados pela procura de mão-de-obra por parte dos países da América do Sul, vão alimentar as emigrações.

Com o aumento das vagas de emigrantes, o governo português, cria legislação para restringir a emigração. Estes diplomas legais tinha o propósito de travar a crise de mão-de-obra agrícola. No entanto, as leis vão surgindo consoante as necessidades da nação.

Passaporte: um instrumento de controlo

O passaporte, desde muito cedo, constitui um instrumento legal que vincula tanto o emissor como o portador. Formalmente através desse ato administrativo, o Estado chancela a saída do nacional para fora das suas fronteiras. Materialmente, constitui a última oportunidade de o Estado condicionar a saída dos nacionais, quer favorecendo, quer constringendo através de vários entraves legais. Com essas dificuldades impostas, o passaporte conota uma barreira à liberdade de circulação e, assim, também um instrumento de subjugação do cidadão em face do Estado, cedendo-lhe, por exemplo informações pessoais e garantias que de outra forma não seria obrigado a prestar. Por último, o fracasso na obtenção do passaporte corta sonhos e projetos de vida, levando o sujeito a recorrer à via ilegal – emigração clandestina.

A concessão do passaporte obriga, assim, a um processo administrativo muito complexo e oneroso para o requerente, impondo ainda, na ordem jurídica nacional, a constituição de um edifício legal, transversal a várias instituições e códigos legais nacional que se interligam ao longo de todo o processo de emissão do passaporte, notório no caso português, dada tradição migratória.

Desta forma, a opção de emigrar não podia ser tomada de *ânimo leve*, já que implicava mudanças radicais na vida pessoal, familiar e financeira. Apesar da complexa rede de familiares e de engajadores, o emigrante só podia contar consigo próprio.

O passaporte seria o primeiro passo/obstáculo que o emigrante tinha de ultrapassar, ainda na sua terra natal, “um obstáculo particularmente difícil e complexo para os menos apetrechados ao nível de instrução e das redes sociais”³, sendo o processo burocrático, por si só, o maior dissuasor para todo aquele que esperava da emigração uma via para melhorar as suas condições de vida.

3 MONTEIRO.2011:118

Com o aumento das vagas de emigrantes que se propunham a atravessarem o Atlântico, o governo português, cria leis para restringir a emigração. Esta legislação tinha o propósito de travar a crise de mão-de-obra agrícola. No entanto, a atitude dos governantes e das classes dirigentes, sempre se caracterizou pelo choque de interesses sociais, financeiros e demográficos.

Sendo o passaporte um “instrumento de controlo e restrição da emigração, contra tudo e todos”⁴ e de carácter obrigatório para se passar legalmente a fronteira com destino a um outro país, este passou a ser requisitado no Governo Civil⁵, da naturalidade do emigrante. É o culminar de um caminho dispendioso e moroso que os pretensos emigrantes – novos, velhos e mulheres – teriam de se deslocar à sede do distrito, sozinhos ou em grupo, aguardando para serem atendidos.

Quando iniciamos o estudo da emigração, na Campeã, o nosso primeiro passo teria de ser, procurar os livros dos registos dos passaportes, no Arquivo Distrital de Vila Real, onde se encontra a documentação do Governo Civil de Vila Real. Assim:

Tabela n.º 1 - Livro de registo de passaportes: 1834-1903.

Fundo: Governo Civil de Vila Real. Arquivo Distrital de Vila Real.

Livros	Anos	Livros	Anos
1.º Livro	1834-1835	18.º Livro	1881-1882
2.º Livro	1837-1852	19.º Livro	1882-1884
3.º Livro	1852-1856	20.º Livro	1884-1886
4.º Livro	1856-1857	21.º Livro	1887-1888
5.º Livro	1857-1860	22.º Livro	1888-1889
6.º Livro	1860-1862	23.º Livro	1889-1890
7.º Livro	1862-1866	24.º Livro	1890
8.º Livro	1866-1869	25.º Livro	1890-1891
9.º Livro	1869-1871	26.º Livro	1891
10.º Livro	1871-1872	27.º Livro	1891-1892
11.º Livro	1872-1874	28.º Livro	1892-1893
12.º Livro	1874-1875	29.º Livro	1893-1894
13.º Livro	1875-1876	30.º Livro	1894-1895
14.º Livro	1876-1877	31.º Livro	1895-1896
15.º Livro	1877-1879	32.º Livro	1896-1897
16.º Livro	1879-1880	33.º Livro	1897-1900
17.º Livro	1880-1881	34.º Livro	1900-1903

4 MONTEIRO.2011:118

5 Com a reforma administrativa levada a cabo a partir de 1835, surgem os Governos Cíveis, que passam a emitir o passaporte de emigrante, numa tentativa de desburocratizar o processo. A partir de 1874 (Portaria de 13 de Janeiro) o pretense emigrante podia solicitar o passaporte em qualquer Governo Civil, independentemente do distrito da sua naturalidade, como até então.

Consultados os livros de registo, do ano de 1834 a 1903, referentes à Campeã (34 livros e em bom estado de conservação), verificou-se que o primeiro pedido do passaporte de emigrante, foi em 1848 e solicitado por Hipólito José Rodrigues.

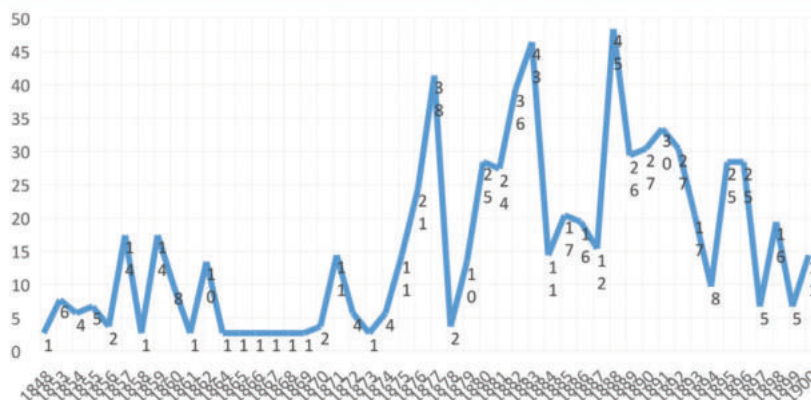


Gráfico n.º 1: Pedidos de passaporte dos emigrantes da Campeã: 1848-1900.

Com o aumento da emigração, o governo português cria entraves processuais na obtenção do passaporte tornando-o mais complexo a nível administrativo, principalmente para os menores, as mulheres, os funcionários públicos e os jovens do sexo masculino, passando estes a precisar de autorização, dos pais, dos maridos, dos superiores hierárquicos e a exigência do cumprimento das obrigações militares.

Serviço militar

Desde o fim da guerra civil, que opôs os miguelistas aos liberais, e a consequente organização do exército, surgem as primeiras leis para orientar e organizar as forças armadas. O serviço militar para os indivíduos do sexo masculino, com idade compreendida entre os 18 anos e 25 anos era de carácter obrigatório para os mancebos, no período 5 anos efetivos, podendo ser acrescido mais 3 anos de reserva. Daí, estes sentirem-se prejudicados, no seu enquadramento familiar e na constituição de novas famílias.

No entanto, havia uma lista de isenções ao serviço militar, a qual favorecia essencialmente quem possuíam mais poder económico e favorecia os familiares da

longa lista dos liberais, como os casados e clérigos, entre outros. Isto leva uma parte dos mancebos a solicitar isenção.

Como meio de travar esta “fuga”, cria-se a concessão da ressalva militar que devia acompanhar sempre o indivíduo. Porém, existia forma de passar à isenção, com a conivência das próprias autoridades ou o suborno e falsificação de assinaturas.

O serviço militar era tido como uma tragédia económica para a família. Estas viam os filhos partirem para os quartéis por longos tempos, perdendo o seu trabalho braçal, numa economia já reduzida.

Para o mancebo, esta não seria uma vida fácil. Estavam sujeitos à separação da família, metidos em quartéis frios, com disciplina muito rigorosa e alimentação degradante. Estes sentiam-se deslocados, a viver entre gente estranha e desdenhosa, que ridicularizava a sua pronúncia e os seus modos rurais.

Em 4 de Junho de 1859, publica-se uma nova lei que viu na emigração uma maneira de sustentar a pesada máquina, que era o exército⁶. Assim, todos os que se ausentassem para o estrangeiro, e com a idade compreendida entre os 14 e os 21 anos, pagariam uma fiança. Para tal compromisso, havia os fiadores que se responsabilizavam pelo pagamento desta fiança, caso o futuro mancebo fosse sorteado para cumprir o serviço militar ou encontrar quem o substituísse⁷. Por outro lado, este facto vai favorecer o retorno dos maiores de 26 anos, que podiam pagar a remissão militar.

Tome-se como exemplo o emigrante da Campeã Manuel Martins, solteiro de 18 anos, filho de Vitorino Joaquim Martins Clemente e de Ana Correia Rola, natural de Viariz da Poça, que solicitou o passaporte de emigrante em 1862 para emigrar para o Império do Brasil. Por ser menor, foi abonado por documentos e por termo de fiança que ficou arquivado na Repartição de Vila Real, enquanto o seu irmão, Clemente Martins (12-02-1851), lavrador, emigrou no ano de 1881. Não precisou de fiança, pois tinha 31 anos.

Veja-se o caso de António Pinto Magalhães (13-09-1867), filho de

⁶ Pretendia-se que os jovens que se ausentavam pagassem as despesas que decorriam da substituição do mancebo sorteado e ausente, pois saía caro para o Reino reter os militares por mais tempo do que a lei permitia.

⁷ RODRIGUES.1993:40

Rodrigo Lourenço Almeida, pedreiro, e de Maria Pinto Magalhães, lavradora. Terceiro filho de sete, natural de Vendas, solicitou o passaporte para o Rio de Janeiro, Brasil, no ano de 1882. No registo do passaporte, não indica a sua profissão, mas temos informação que não sabe ler nem escrever. Apresentou documentos legais necessários para se ausentar, porque tinha 15 anos de idade. Solicitou novamente o passaporte em 1891, para regressar ao Rio de Janeiro⁸.

Quem emigra?

Eram muitos os que partiam. Eram jovens e adultos, solteiros ou casados, apresentando-se desde agricultores aos artifices e de empregados de comércio a domésticas. Segundo Oliveira Martins, emigra-se porque as famílias “desesperadas pelo fraco rendimento das suas propriedades miniparceladas, pelo escasso grau de desenvolvimento comercial e industrial do país que lhe tolhia o acesso a outras profissões dentro dele, pelo aumento sem parar do saldo fisiológico, pela indiferença do Estado e das classes possidentes em as ajudar”⁹.

O baixo nível de vida da população era resultado de um crescimento económico lento, devido a uma fraca indústria, em comparação com outros países europeus e pelo predomínio das atividades agrárias. Assim, despreparados e com um trabalho árduo, mal pago e incerto, e em alguns casos passando fome, estes indivíduos viam-se forçados a partir.

As famílias portuguesas tinham a preocupação de preparar os jovens e de ensinar as primeiras letras aos rapazes, ou, em alternativa, ensinar-lhes um ofício tradicional vulgarmente ligado à construção-pedreiro, carpinteiro, estucador, marceneiro numa clara “ação preparatória e seletiva da emigração”¹⁰. O objetivo era de preparar o futuro e que estes jovens, na possibilidade de emigrar, estivessem apetrechados para o sucesso em terras brasileiras e conseqüentemente diminuir as dificuldades no seio das famílias que ficavam em Portugal.

⁸ Ver anexo I. Alguns exemplos do termo de identidade dos jovens que pretendiam emigrar.

⁹ MARQUES.1999:34

¹⁰ ALVES:2000

A decisão de partir era difícil. Os preparativos incluíam a obtenção do passaporte, o financiamento da viagem, que podia advir da poupança familiar, do empréstimo e/ou da venda de terra, para lhe permitir comprar o bilhete ou honrar compromissos e dívidas assumidas com capitães de navios. Neste processo, a participação dos familiares é fulcral, tanto nos procedimentos burocráticos e financeiros, como no papel desempenhado pelas mães e esposas “na arrumação da própria mala do emigrante – quase sempre esquecida pela historiografia – composta por roupas, documentos e presentes, entre os quais destacavam-se presuntos e demais embutidos e, principalmente, o bacalhau”¹¹.

Tabela N.º 2
– Titulares de
passaportes da
Campeã, por
estado civil
Fundo: Arquivo do
Governo Civil de Vila
Real. Arquivo Distrital
de Vila Real.

Anos	Solt.	Cas.	Viúv.	Desc.	Total	Anos	Solt.	Cas.	Viúv.	Desc.	Total
1848	1	0	0	0	1	1877	20	17	1	0	38
1853	2	2	0	2	6	1878	1	1	0	0	2
1854	4	0	0	0	4	1879	8	2	0	0	10
1855	5	0	0	0	5	1880	12	11	0	2	25
1856	1	0	0	1	2	1881	6	15	0	3	24
1857	11	1	1	1	14	1882	5	27	0	4	36
1858	1	0	0	0	1	1883	12	28	0	3	43
1859	8	5	1	0	14	1884	4	7	0	0	13
1860	7	1	0	0	8	1885	5	11	0	1	17
1861	1	0	0	0	1	1886	7	9	0	0	16
1862	6	4	0	0	10	1887	3	8	0	1	12
1864	0	1	0	0	1	1888	17	27	1	0	45
1865	0	1	0	0	1	1889	13	8	1	4	26
1866	0	0	1	0	1	1890	15	8	2	2	27
1867	1	0	0	0	1	1891	2	3	1	24	30
1868	1	0	0	0	1	1892	4	6	2	15	27
1869	1	0	0	0	1	1893	4	1	1	11	17
1870	1	1	0	0	2	1894	5	2	0	1	8
1871	6	1	2	2	11	1895	12	7	0	6	25
1872	3	1	0	0	4	1896	10	13	0	2	25
1873	0	1	0	0	1	1897	2	1	2	0	5
1874	2	1	0	1	4	1898	1	14	0	1	16
1875	8	3	0	0	11	1899	3	2	0	0	5
1876	13	7	1	0	21	1900	2	9	0	0	11
						Totais	256	267	17	87	627

¹¹ MENEZES.2021.45

Os fluxos migratórios de Portugal para o Brasil, em finais do século XIX e inícios do Século XX, foram influenciados por diversos fatores, sendo um deles o estado civil, podendo este ser visto como um elemento permissivo ou constrangedor da mobilidade. Por tradição, o jovem solteiro emigrava sempre em maior força, sem ligações conjugais e como um meio de fuga ao serviço militar, mas esta diferença vai-se diluindo com o tempo.

Analisando a tabela dos pedidos de passaporte da Campeã, por estado civil, verificamos uma ligeira superioridade dos titulares de passaportes casados sobre os solteiros, com os desconhecidos (não declararam o estado civil) e os viúvos a apresentarem valores residuais.

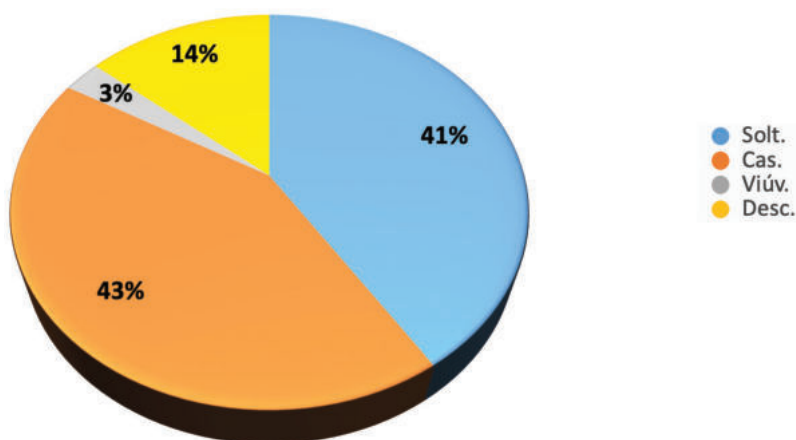


Gráfico n.º 2: Titulares de passaportes da Campeã, por estado civil

O matrimónio vai pesar no ato de emigrar já “que o trauma da separação familiar era algo difícil de ultrapassar”¹². Contudo, e devido às dificuldades financeiras em que os indivíduos casados se encontravam, num primeiro plano, decidem temporariamente deixar a sua família, a sua terra, procurando sempre salvaguardar “a continuidade da posição social do grupo familiar de origem, dado que, sob o ponto de vista económico se lhes pede um esforço acrescido de encontrar em qualquer atividade ou local o complemento de sobrevivência familiar”¹³.

¹² FERREIRA.2019:284

¹³ MONTEIRO.1996:35

Assim, os emigrantes casados tendiam numa primeira fase a emigrar temporariamente, para obter poupança e sempre com a ideia de regressar a Portugal, ou emigravam para escapar a um cenário de crise e criavam raízes no Brasil, acabando por fazer vida lá.

Segundo Diogo Ferreira, o emigrante que fosse casado não podia partir de *ânimo leve*, vendo complicar ainda mais a sua situação no caso de paternidade. Se, para alguns, deixar a família sozinha por tempo indeterminado provocava um desconforto, levando muitos deles a desistirem de tal propósito, para outros isso não constituiu entrave, já que um avultado número de homens casados emigraram e deixaram as respetivas mulheres no país, tendo-se tornado o Norte de Portugal numa “terra de homens que partiam e mulheres que ficavam”¹⁴.

A emigração de homens casados transforma o retorno ou reunificação familiar numa tentativa de proporcionar com recursos externos um projeto de vida familiar na terra de origem.

O emigrante solteiro, sem compromisso conjugal, partia para o território brasileiro, sem limitação, ainda que muitos deles também tivessem o dever de enviar dinheiro para os familiares, como meio de pagar as dívidas da sua ida, pois eram usualmente os seus pais que financiavam a sua viagem.

Analisando as atividades profissionais dos indivíduos da Campeã que solicitaram o passaporte para o Brasil no Governo Civil de Vila Real, verificou-se que a maioria dos emigrantes no ato do registo não indicaram a sua profissão. Contudo, o grupo constituído pelos 83 lavradores, 58 jornaleiros e 55 trabalhadores agrícolas representa a falta de oportunidade e a ambição de enriquecer, sendo estes os principais motivos que levaram à sua saída. Assiste-se a um contínuo empobrecimento das atividades rurais, com a constante divisão de terras e os camponeses a serem expulsos das suas terras, para além dos embustes dos engajadores. Ainda que muitos deles já anteviessem o que os esperava no Brasil, pelo relato dos seus parentes ou vizinhos, e da língua comum, que os ajudaria numa primeira fase de adaptação. Por isso, muitos deles tentavam chegar aos centros urbanos, como forma de obterem melhores condições salariais do que nos campos.

14 FREITAS.2006:42

Profissão	Homens	Mulher
Agricultor	4	0
Alfaiate	4	2
Almocreve	2	0
Barbeiro	2	0
Caixeiro	4	0
Carpinteiro	4	0
Cozinheiro	2	0
Criado de servir	3	0
Emp. Comercial	2	0
Emp. da Malaposta	1	0
Estudante	1	0
Ferreiro	10	0
Jornaleiro	58	8
Lavrador	83	0
Negociante	4	0
Pedreiro	3	0
Proprietário	9	0
Soqueiro	6	0
Trabalhador agrícola	55	11

Tabela N.º 3 - Profissões

*Fundo: Arquivo do Governo Civil de Vila Real.
Arquivo Distrital de Vila Real.*

As mulheres, de maneira geral, apresentavam-se como domésticas, o que assegura a ideia de que emigravam com o intuito de cuidar da sua vida, dos seus maridos e familiares e funcionariam como suporte para a manutenção da casa.

O preconceito, ou pelo menos a falta de hábito do trabalho feminino ser considerado como tal, estava sempre presente na sociedade portuguesa. Assim, verifica-se que a grande maioria das mulheres que saíam da Campeã indicavam a sua atividade profissional com a qual pretendiam continuar a exercer, em solo brasileiro – domésticas.

Os emigrantes portugueses já integrados no Brasil, por sua vez, exerciam pressão sobre os seus familiares ou conterrâneos, incentivando-os através das missivas enviadas aos familiares ou mesmo aquando da visita à terra, para procurar uma nova vida naquele país, esquecendo-se por vezes de relatar os infortúnios que poderiam encontrar.

Por isso, os movimentos emigratórios não eram unicamente provocados

por uma visão individual, funcionando também consoante as redes de relações familiares¹⁵ e locais, resultando daí uma concentração de emigrantes e de profissões num determinado espaço geográfico.

Segundo Diogo Ferreira¹⁶, as redes sociais desempenharam um papel fundamental no fornecimento de informação e auxílio no processo migratório, na medida que os emigrantes ao chegar a um novo país procuravam apoiar-se nos laços de solidariedade para reagir às novas condições adversas e tentar subir a hierarquia social, que tanto procuravam.

As mulheres também emigram...

O Brasil, como principal destino da emigração, tinha fama de terra insalubre e imprópria, especialmente para as mulheres, como testemunham as doenças contraídas pelos emigrantes e a elevada mortalidade.

As condições de insegurança e incertezas em que a emigração se processa limitaram a saída das mulheres. Para emigrarem, estas necessitam da autorização dos maridos ou dos pais. Esta medida, embora simbólica, representa uma tentativa de reforçar a emigração de retorno e a importância das remessas dos emigrantes, para a economia portuguesa.

Relativamente à emigração feminina da Campeã, verificamos que 56% das mulheres são casadas. Normalmente, são mulheres que sempre tiveram intenção de acompanhar os maridos (a emigração familiar) ou de se reunirem com os maridos já estabelecidos no Brasil (reagrupamento familiar).

As mulheres solteiras que partiram para o Brasil representam 8%, devido às restrições de ordem jurídica, deduzindo-se que fossem ao encontro de elementos da sua família, como os pais, os tios ou outros familiares.

¹⁵ Tendo como base a família Pereira Bispo, verificamos que o Manuel solicita o passaporte com a idade de 14 anos, em 1853. Alguns anos mais tarde, junta-se a ele seu pai Joaquim José e seus irmãos Antônio (1859), Joaquim (1872) e Bibiana (1876) assim como seu tio Manuel (1876). Ver anexo II, Registo de passaporte.

¹⁶ FERREIRA.2019:310

Anos	Solteiras	Casadas	Viúvas	Desc.	Total
1865	0	0	1	0	1
1874	0	0	0	1	1
1876	2	0	0	0	2
1877	0	2	1	0	3
1878	0	1	0	0	1
1882	0	3	0	0	3
1883	0	0	0	1	1
1884	0	1	0	0	1
1885	0	1	0	0	1
1887	0	1	0	0	1
1888	0	3	1	0	4
1889	0	1	1	0	2
1890	0	4	1	0	5
1891	0	0	1	4	5
1892	0	0	0	2	2
1893	0	1	1	1	3
1895	1	2	0	1	4
1896	0	5	0	0	5
1898	1	2	0	1	4
Totais	4	27	6	11	48

Tabela N.º 4 - Titulares de passaportes da Campeã, no feminino e por estado civil
Fundo: Arquivo do Governo Civil de Vila Real. Arquivo Distrital de Vila Real.

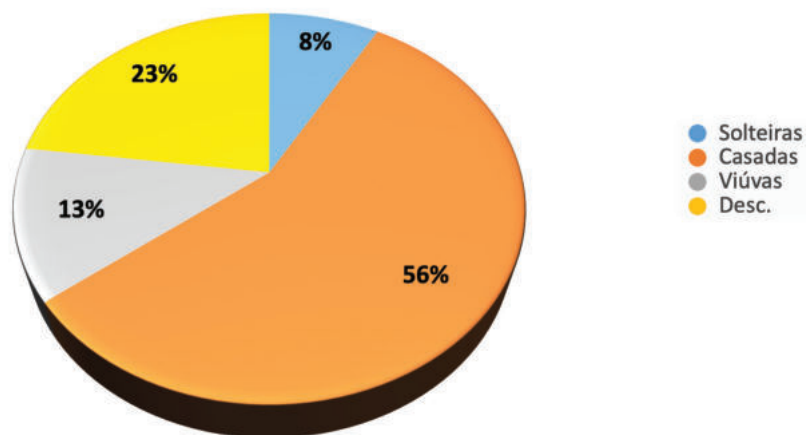


Gráfico n.º 3: Titulares de passaportes da Campeã, no feminino e por estado civil

Com a morte dos maridos, as viúvas ficavam livres, mas provavelmente em circunstâncias difíceis, e por isso recorriam aos seus familiares já estabelecidos, no Brasil e solicitavam ajuda, para si e seus filhos. O facto de se encontrarem em desvantagem no mercado matrimonial local também não ajudava, daí a partida na esperança de recomponem as suas vidas.

O aumento da emigração familiar coincide com a expansão da economia cafeeira do Estado de S. Paulo, o que gerou uma grande necessidade de mão-de-obra e unidades familiares, permitindo aos “cafeeiros obter um suprimento de trabalho complementar barato, fornecido pela mão-de-obra feminina e infantil, garantindo o abastecimento de braços durante a colheita, enquanto ao colono, através da cooperação da unidade familiar, se tornava possível um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho”¹⁷.

O desenvolvimento das cidades brasileiras fez com que os trabalhadores se dirigissem para os centros urbanos, onde os salários eram mais agradáveis. As mulheres portuguesas tiveram uma quota-parte neste desenvolvimento, devido a ser multifacetadas e *empreendedoras*. O trabalho das mulheres não terminava com a saída da fábrica, pois trabalhavam no seu quintal, cultivando as hortaliças e frutas, assim como cozinhavam os “petiscos” portugueses de receitas centenárias e vendiam nas feiras, arrecadando dinheiro para complementar o seu magro salário.

Outras mulheres realizavam trabalhos da esfera feminina, como cozinheira, passadeira, lavadeira, arrumadeira, copeira, doceira, bordadeira, costureira, balconistas e operárias, isto é, trabalhos que pudessem conciliar com o seu papel de esposa e mãe.

Após anos de árduo trabalho e de poupança, “algumas tornaram-se donas de armazém, quitandas, armarinhos, açougues e bares. Não raras vezes, devido à necessidade de substituírem maridos falecidos, ou por iniciativas próprias, ganharam visibilidade nas páginas de almanaques, jornais e revistas”¹⁸.

A mulher sempre teve um papel ativo. No caso de partir com o marido, e segundo Lená Menezes, cabia-lhe agilizar os procedimentos administrativos relativos à casa, à preparação das malas, bem como cuidar dos filhos. No caso da

17 MATOS.1993:219

18 MENEZES.2021:43

reunião familiar, as suas responsabilidades aumentavam. Era preciso tratar da venda dos bens e das finanças da família.

Quer as mulheres que partiam quer as que ficavam encontravam-se entre dois mundos. Muitas delas emigraram para nunca mais voltarem, deixando os pais sozinhos. Outras, poucas, circularam entre os dois mundos. Muitas, com a partida dos maridos, assumiram responsabilidades na terra natal, e algumas tornaram-se *viúvas de vivo* assumindo o preto em “disputa” com as verdadeiras viúvas. Todas aprenderam a suportar a dor da saudade dos filhos, maridos e irmãos, bem como a alteração de papéis e de vida.

Segundo a historiadora Izilda Matos, as mulheres portuguesas eram mulheres incansáveis, fortes, trabalhadoras e corajosas. Consideradas boas donas de casa, trabalhadeiras e económicas. Sempre cozinhando, limpando, bordando, vendendo e cuidando dos filhos. Como esposas, desempenharam na família um papel ativo, contribuindo para a renda, participando das decisões familiares.

A emigração conduziu estas mulheres a uma certa emancipação, principalmente às futuras emigrantes, após a saída dos homens. Elas ocuparam os seus lugares, as suas funções e atividades. “Aqui, procuram reconstruir os laços familiares, afirmando-se pela experiência de ter estado lá sós [em Portugal], enfrentando e reagindo”¹⁹ os entraves de subordinação.

O emigrante sempre sonhou, ao partir, regressar. Porém, este retorno nem sempre foi possível. Este regresso só foi alcançado por poucos, que traçaram um caminho de sucesso, no universo da emigração. É verdade que alguns, ao partir, sonharam regressar, mas, com o passar do tempo, criaram raízes no Brasil e passaram a considerar-se como brasileiros, tendo seus filhos nascido por lá. Para outros, o regresso significava a obrigatoriedade de sucesso.

Se o Brasil foi lucrativo para alguns emigrantes, para outros foi muito adverso. Estes viviam em péssimas condições, sem emprego, com salários abaixo da média, convivendo com a miséria e com a fome. Como tal, tinham dificuldades em honrar os compromissos com as famílias que tinham deixado em Portugal, colocando as mesmas em situação precária, por falta de dinheiro ou notícias.

Mas o sonho prevalece e a vontade de emigrar é grande.

¹⁹ MATOS.1993:231

Recrutamento, engajamento e contratos

Os engajadores eram agentes que promoviam e faziam parte integrante do mundo da emigração. Eram indivíduos subtis de falinhas mansas, que trabalhavam tanto no meio urbano como no meio rural, podendo ter por sua conta outros engajadores. Estes ofereciam frequentemente dinheiro a quem conseguisse convencer pessoas a emigrar. Publicavam anúncios oferecendo serviços aos futuros emigrantes, anúncios esses por vezes mascarados pela riqueza fácil e próspera.

O boletim de emigração, publicado pelo governo português, apelida-os de «bandidos de aliciamento (...), intermediários que se arvoram em propagandistas, que sugestionam os incautos a expandirem-se, fingindo-se procuradores desinteressados mas apanhando-os até ao derradeiro avo»²⁰.

O Estado e os donos das fazendas brasileiras, em conjunto, vão organizar campanhas de propaganda em Portugal, Espanha, Itália e Alemanha, para angariar mão-de-obra barata, assegurando financiamento no transporte e na instalação de imigrantes, nas suas terras.

Oliveira Martins escreveu: «anunciou recentemente o digníssimo cônsul brasileiro nesta cidade [Porto] que o seu governo concedia aos emigrantes do Império o pagamento da passagem transatlântica, recepção e agasalho por 8 dias, transporte gratuito do porto de desembarque para as localidades a que se dirijam e parcelas de terras ou trabalho em obras em vias de andamento»²¹.

Embora estas ofertas não correspondessem à realidade, a verdade é que a campanha resultou e vagas sucessivas de italianos, espanhóis e portugueses partiram para o Brasil. A situação interna portuguesa, as relações existentes desde o descobrimento do Brasil, a língua e a referida campanha, fizeram do Brasil o principal destino dos emigrantes.

As despesas do emigrante eram pagas pelo governo e os fazendeiros assumiam os gastos dos colonos durante o primeiro ano. O consulado brasileiro na Europa passa a ser uma espécie de angariador de mão-de-obra, por excelência.

20 MARTINS.1997:123

21 BACALHAU.1977:108

O contrato realizado com o emigrante era-lhe quase sempre desfavorável. A motivação dos fazendeiros era o lucro. Assim, surgem dois tipos:

Contrato com validade de 5 anos:

“estipula-se um ordenado anual, pago mensalmente ao chefe de família, e um pequeno ordenado mensal a cada um dos membros da família, excetuando os menores de 10 anos, que, não obstante nada receberem, prestariam serviços compatíveis com as suas forças, em compensação da alimentação e mais despesas que se façam com eles. O contrato incluía, para toda a família, casa, cama, mesa e os necessários socorros médicos e de boticas grátis, sendo adiantadas as importâncias das passagens e mais despesas dispensáveis desde o porto até ao Rio de Janeiro”

E o contrato de 3 anos – trabalho por empreitada:

“Os ganhos eram calculados de acordo com o número de pés de café capinados e segundo os litros de café colhidos (...) e cada trabalhador adulto receberia, ao complementar a empreitada, 1000 reis por dia e alimento. Só no primeiro ano lhe seriam abonados meios de subsistência. O trabalhador podia rescindir o contrato, pagando as dívidas, caso as houvesse. As despesas da viagem “seriam amortizadas com metade do que ganhassem”²².

Como meio de combater este tipo de emigração o governo português inicia retaliações contra o engajamento e a emigração clandestina. Estas medidas de proteção, na prática, não resultaram, embora fixassem que as passagens e os passaportes só poderiam ser emitidos por agentes autorizados e com alvarás de licenças, suscitando grandes debates sobre a permissividade da legislação e da fiscalização.

As autoridades portuguesas tinham de combater a fuga da população ativa, de vigiar as companhias de navegação e seus comandantes, para evitar a emigração clandestina, como também que os emigrantes fossem transportados como «gado humano». Estes, quando chegavam ao destino, eram recrutados pelas empresas particulares de emigração, que faziam leilões entre eles como se fazia antes com os escravos.

22 MATOS.1993:231

Destinos

A atração que o Império do Brasil exercia sobre os portugueses advém dos laços históricos e culturais, da língua, criando uma integração mais rápida, assim como da rede de informações que cruzavam o Atlântico através das cartas que mitigavam “a saudade, as missivas apontavam possibilidades, comentavam costumes e teciam considerações sobre elementos de conjuntura, como o mercado de trabalho e a empregabilidade”²³.

Os emigrantes da Campeã seguem o peso da tradição, entrando no Brasil a partir do Rio de Janeiro e S. Paulo (Santos). A partir destes portos, o governo brasileiro dirigia os imigrantes para outros locais, pois estes investiram na criação de infraestruturas, como o caminho-de-ferro, estradas e portos, direcionadas para uma economia de exportação dominada pelo café e pela borracha.

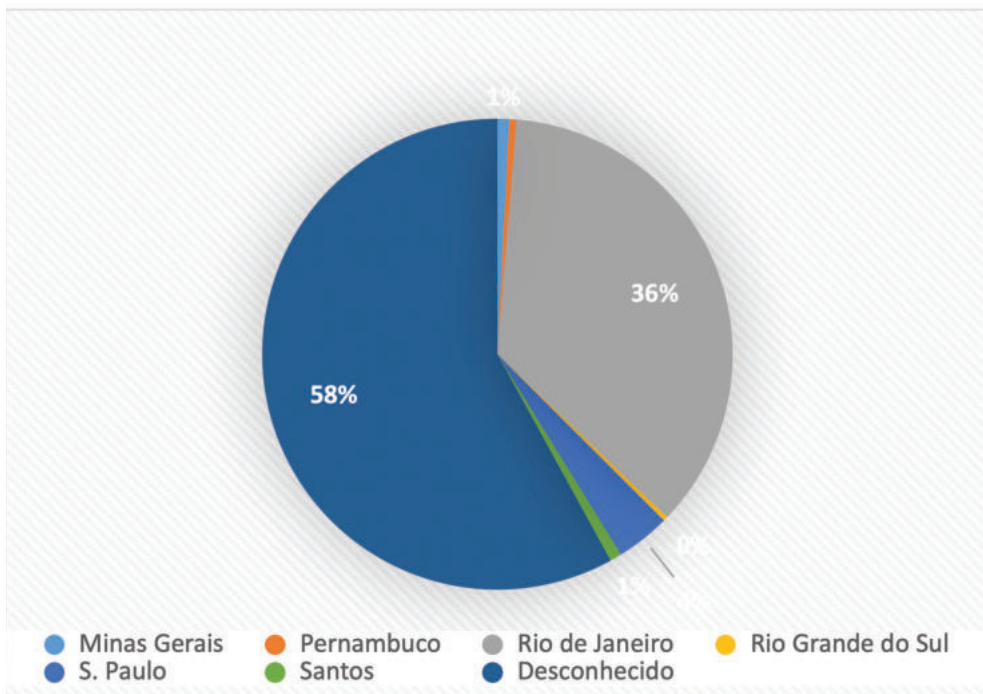


Gráfico n.º 4: Destinos dos emigrantes da Campeã

23 MENESES.2021:59

Por outro lado, as grandes companhias transatlânticas transportavam os emigrantes utilizando as rotas e aportando, essencialmente o porto do Rio de Janeiro e Santos, no caso do Brasil, por questões de logística e lucro.

Transporte

A emigração está intimamente ligada ao desenvolvimento dos meios de transporte, através da evolução tecnológica, encurtando as distâncias, tornando o “mundo menor”.

O comboio e a navegação a vapor foram responsáveis por retirar as pequenas vilas e aldeias da apatia, projetando-as para novos tempos e novas realidades. Os meios de transporte não só transportavam pessoas e mercadorias, mas também sonhos, desejos e novidades.

Com o incremento da navegação transatlântica provocada pelas vagas de emigração para a América, nomeadamente para o Brasil, temos a constituição de grandes companhias de navegação, provocando uma maior competitividade de preços com a criação de linhas regulares, entre a Europa e a América, com os paquetes a cruzar o Atlântico.

Embora a publicidade nos jornais tenha proporcionado uma melhoria considerável no transporte dos emigrantes, é importante lembrar que estes emigrantes viajavam na 3.^a classe, em condições precárias, o que tornou esta classe um sinónimo de emigrante.

A travessia do atlântico era, de modo geral, bastante desconfortável e atribulada para os emigrantes que viajavam em navios superlotados e de higiene precária. Os passageiros transportados a monte, na 3.^a classe, sustentavam o luxo da 1.^a classe e, por isso, as companhias eram conhecidas como a «indústria de transporte de gado humano»; e lucrativas.

Segundo Lená Menezes, os emigrantes passavam dias sem ter outra visão que não fosse o mar. Por vezes, devido às tempestades e problemas técnicos das embarcações, acabavam por prolongar a viagem por mais tempo. Para além dos enjoos, doenças e perigos constantes da viagem, tornando a travessia num verdadeiro

calvário, incluíam-se mortes ocasionais, principalmente de crianças, que davam um sentido trágico à experiência vivida por alguns emigrantes²⁴.

Embora os capitães fossem legalmente responsáveis pela embarcação, mercadoria e passageiros, eram também agentes da emigração clandestina. Os emigrantes sem documentação eram matriculados como tripulantes em troca de trabalho. Chegados ao destino, estes pagavam a passagem, como os outros.

Para combater a emigração clandestina, o governo português endureceu a legislação através da inspeção das embarcações, tornando-a extensiva aos passageiros, às condições higiénicas, à salubridade, não esquecendo os géneros alimentícios, a aguada, a botica, a caixa de medicamentos, isto é, tudo o que interferia na degradação da viagem.

Melhorar as condições de transporte dos emigrantes foi, deste modo, uma das principais preocupações do legislador na segunda metade do século XIX.

Conclusão

O estudo da freguesia constitui uma amostra da sociedade onde nós vivemos. Nela encontramos e imaginamos os sentimentos dos emigrantes, a relação do poder económico e social e político e os interesses individuais e da comunidade. Muito ficou por explorar e analisar, inúmeras áreas estão ainda por descobrir – do económico ao social, das relações familiares às relações interpessoais.

É o mundo que nós perdemos, segundo Peter Laslett, mas que permanece vivo através de uma vasta documentação que herdamos. Esta, no entanto, necessita de ser explorada, tendo em conta um conhecimento mais profundo das realidades que as freguesias encerram em si.

Os emigrantes, cujo destino era o Brasil, saíam do enquadramento familiar, da sua região, e iam à procura do sonho: melhores condições de vida. Sonho esse que os emigrantes procuraram com tanto afínco e empenho, mas que na realidade nunca

23 MENEZES. 2021:47

(ou raramente) encontraram. Estes partiam com a mala na mão, cheios de sonhos, vencendo os seus medos e ao encontro de um mundo desconhecido.

Estes jovens e adultos procuravam no Brasil o que não tinham em Portugal. Procuravam melhores salários e empregos e iam tentar a sua sorte no comércio, nos ofícios ou nas grandes plantações de algodão ou café.

Com a remessa do dinheiro dos emigrantes para os seus familiares, o prestígio da família aumenta. Daí que a emigração destes jovens possa ser vista como uma aposta na melhoria da vida dos restantes familiares, na capacidade de consumo de bens essenciais e no aumento do património.

Bibliografia

- ALVES Jorge.2000. *Atalhos batidos – a emigração nortenha para o Brasil*. Disponível em <Hhttp://www.triplov.com/atalaia/alves.html>
- BACALAU, Mário.1977. *Portugal quanto somos?* Coleção problemas quotidianos. Terra Livre
- CASTRO, Celeste. 2011. *A emigração na freguesia de Santo André da campeã. 1848-1900*. CEPES. Ed. Afrontamento.de Pascual da Sylva
- CASTRO, Celeste. 2018.”Passaporte de emigrante: um mecanismo de controle estatal?” In: MATOS, Maria Isilda Santos de; AVELINO, Yvone Dias. *Deslocamentos: desafios, territórios e tensões (passado e presente nas Tecituras das Cidades)*. São Paulo, e- Manuscritos
- FERREIRA, Diogo.2019.*Brasil. Porto de Esperança. A emigração do porto para o Brasil entre o final da Primeira Guerra Mundial e a Crise Capitalista de 1929*. Coleção Os portugueses no Mundo. CEPES.
- FREITAS, Sónia Maria.2006. *Presença portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

- MARQUES, Oliveira (Dir).1979. História da 1.^a República Portuguesa. As estruturas de base. Lisboa. Iniciativas Editoriais
- MARQUES, Oliveira (Dir).1979. História da 1.^a República Portuguesa. As estruturas de base. Lisboa. Iniciativas Editoriais
- MARTINS, Maria da Graça L. P.1997. *A emigração do distrito de Bragança (1901-1920), uma análise regional*. Porto
- MATOS, Maria Izilda Santos.1993. “Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo de trabalho. São Paulo. 1890-1930”. In: Emigração e Imigração em Portugal. Actas do colóquio internacional sobre a emigração e imigração em Portugal. Séculos XIX e XX. Editorial Fragmentos. P. 218-237.
- MENEZES, Lená Medeiros de.2021. *Portugueses no Rio de Janeiro. Negócios, trajetórias e cenografias urbanas*. Rio de Janeiro. Editora Ayran.
- MIRANDA, Sacuntela.1983. *A emigração portuguesa e o Atlântico. 1870-1930*. Edições Salamandra.
- MONTEIRO, Isilda, “Os passaporte – do enquadramento legal à prática (1855-1926)”, In: SOUSA, Fernando (et al.). *Um passaporte para a terra prometida*. CEPESE, 2011. Disponível em: <<http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/emigracao-portuguesa-para-o-brasil/um-passaporte-para--terra-prometida>>
- RODRIGUES, Henrique.1993. “*Emigração, conjunturas políticas e económicas*”. In: *Emigração e Imigração em Portugal. Actas do colóquio internacional sobre a emigração e imigração em Portugal. Séculos XIX e XX*. Editorial Fragmentos. P. 63-77.
- SERRÃO, Joel.1982. *Emigração Portuguesa*. Livros Horizonte, 4.^a Edição

Anexo I

Termos de identidade de pessoa e de consentimento a menores, com que pretendem impetrar passaporte para o império do Brasil os indivíduos que sem eles se tenham apresentado no Governo Civil de Vila Real – 1888

09/04/1888: nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral, perante elle compareceu pessoalmente Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real, e disse que reconhecia a identidade da pessoa Ana Pires, viúva, jornaleira de Pepe, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado, e Albano António Martins, solteiro.

23/08/1888: nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral, perante elle compareceu pessoalmente Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real, e disse que reconhecia a identidade da pessoa Sebastião Ramalho, casado, soqueiro de Aveçãozinho, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado, e Albano António Martins, solteiro.

22/09/1888: nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral, perante elle compareceu pessoalmente Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real, e disse que reconhecia a identidade da pessoa Domingos Jorge Rabiço, solteiro, jornaleiro de Aveçãozinho, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado, e Albano António Martins, solteiro.

Anexo II

Registo de passaporte

Identificação

Nome: Manuel Pereira Bispo

Idade: 14 anos

Sexo: Masculino

Est. Civil: Solteiro

Data Nasc.: 10-11-1839

Sit. Nasc.: Legítimo

Residência: Balça

Sabe escrever: Desconhecida.

Filiação

Pai: Joaquim José Pereira Bispo

Mãe: Joaquina Correia

Dados do Abonador

Abonador: Manuel Joaquim Pereira Bispo

Residência do abonador: Campeã, Vila Real

Destino: Brasil

Engajamento: desconhecido

Data de emissão: 15-11-1853

Obs: familiares que emigraram para o Brasil: pai (Joaquim José Pereira Bispo), irmãos [António (1859), Joaquim (1872) e Bibiana (1876)] e tio Manuel (1876).

TUNAS RURAIS DO MARÃO E ALVÃO NO INÍCIO ERA A MÚSICA, DEPOIS FOI O TOQUE!

Salustiano Lopes

Associação Arquivo de Memórias

1 – Origem das Tunas Rurais

A maravilhosa história que vos vou contar podia começar assim: No início era a Música, depois foi o Toque! De facto, as Tunas Rurais, grupos instrumentais populares com identidade de grupo de baile, predominantemente de cordofones e incidência nas comunidades de índole rural, apareceram como um extraordinário fenómeno no final do séc. XIX e expandiram-se, por todo o país, na primeira década do séc. XX, como resposta, e indo buscar a designação¹, às Tunas Académicas que já existiam antes² e ascendência medieval na goliardia “clerical” que os estudantes seguiram como filosofia de vida e em parte de música.

Durante muito tempo e até quase a meados do séc. XX a Música era a designação comum de Tunas e Bandas Musicais, que se diferenciou com o aparecimento das Filarmónicas. A Tuna era, assim, a banda musical das aldeias onde não havia dinheiro para metais e havia (ou se criavam) posses para as cordas. Também muitos músicos e Maestros de Banda foram Mestres e/ou ensinaram música nas Tunas. Os velhos tocadores recordam que no início era a Música; o Toque é uma forma muito peculiar e genuína como alguns tratam a Tuna.

¹ Tuna — vida de boémio, vadio ou de ociosidade, malandragem. Grupo musical, geralmente constituído por estudantes que se deslocam de terra em terra, dando concertos musicais. Andar à tuna — na vadiagem, na pândega. À solta, à vontade. Tunante – pessoa, em especial estudante, que faz parte de uma tuna ou agrupamento musical. Vagabundo, que anda na vadiagem. Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciência de Lisboa.

Tuna – vida de vadio; ociosidade; grupo musical em que predominam os mais vulgares instrumentos de corda, etc.; grupo musical de estudantes, que se desloca para concertos; orquestra de estudantes. Dicionário da Língua Portuguesa Porto Editora, 7ª Edição.

² Os estudantes do Liceu de Vila Real fundaram a Tuna Académica Villarealense em 1895. In José Alberto Sardinha, *Tunas do Marão*.

En 1896 nació la Tuna Académica de Vila Real, entre otras. Eduardo N. Cadilhe Veiga Coelho *La Tuna en Portugal. Tuna e Mundi*.

Foram estas a forma de trazer a chamada música baixa (flautas, instrumentos de corda) dos salões da nobreza, para as manifestações populares onde predominava a alta (gaitas de fole, trompas, bombos...). Na mesma altura, houve também Tunas Urbanas, que, distintas das suas congéneres rurais em termos de composição instrumental, reportório e participação de coros permanentes, desapareceram ainda antes daquelas por razões que se compreendem relacionadas com o desenvolvimento, a quebra do isolamento e da identidade, para além de outros fatores.

Fazendo os tocadores parte integrante da comunidade rural onde se inseriam, eles eram representantes legitimados e prestigiados das aldeias elas próprias, fazendo o seu trabalho árduo nos campos e em profissões de subsistência, acrescentando a isso o gosto de fazer tocar a Tuna na mais variadas **funções** de folguedo, tempo livre, espetáculo e baile, nas suas festas, arruadas, janeiras, serenatas, as rifas e leilões, o teatro e o carnaval, mas também nas manifestações religiosas/litúrgicas, o compasso pascal, os cortejos de procissão, as missas numa fase posterior, sendo assim arte, ritual, saber, muito querer e ‘folga’ de uma vida dura.

2 – As Tunas Rurais do Marão e Alvão

Na região do Marão e Alvão desenvolveram-se de forma muito particular. Em cada aldeia ou lugar havia uma, às vezes mais que uma, que com as outras rivalizava, numa concorrência feita tanto de prestígio e orgulho como de inveja e competição, com ajustes de contas quase sempre musicais. Todas elas se uniam pela PAIXÃO, elemento fundador e fundamental que, como um destino, acompanhava os homens como se tivessem nascido para aquilo e não pudessem resistir ao chamamento do seu fado, calcorreando montes e vales para fazerem o TOQUE. Conforme a paixão e as dificuldades se sobrepunham uma às outras, criavam-se e “esbangalhavam-se” sucessivamente.

Eram fundamental e inicialmente formadas por instrumentos de cordas e sopro madeiras, cantantes (violino, bandolim/banjolim/banjo, flauta, posteriormente o clarinete) e acompanhantes (violão, violoncelo). O número de instrumentos cantantes e acompanhantes era regulado pelo número de elementos que compunha

a Tuna. Os instrumentos eram adquiridos, às vezes do próprio bolso do tocador, ou a necessidade aliada à paixão fazia com que alguém, usualmente, mas não só, o Mestre, desenvolvesse a competência e arte da **construção**, como aconteceu em grande parte das Tunas, às vezes mais que um tocador, às vezes transmitida, facto patrimonial importante.

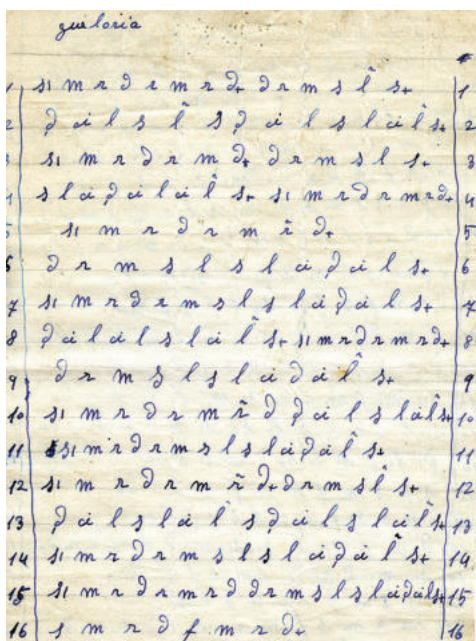
Os elementos eram inicial e tradicionalmente masculinos, mas passou a haver participação feminina há já bastante tempo. A Tuna era regida pelo Mestre que era o professor, ensaiador, regente, afinador geral, compositor, administrador e juiz do grupo (“O mestre é que manda o Toque”, dizia Joaquim Lourenço, Mestre fundador da Tuna de Carvalhais). O repertório era a música de época popularizada, de género baile de salão, como as valsas e marchas, também tangos, polcas, mazurcas, dobrados, passacalhes, contradanças, e as chamadas ribaldeiras, mais do tipo “paródia dançante”, “sempre andante e corrido”, sem “as entradas e transportes” das marchas, por exemplo. Nas que tocavam por ouvido, as peças ou “vêm de longe” ou eram **compostas** (pelo Mestre ou, algumas vezes, por outro elemento). Nas que tocavam por música, as pautas vinham das casas especializadas das cidades, em mão ou pelo correio, ou eram transcritas ou **escritas** pelos músicos da Tuna. Houve mesmo sistemas de **transcrição musical**, partituras, criadas/inventadas pelos Mestres.

O Mestre tinha também, desenvolvendo o já referido, a incumbência primordial da **formação** e aperfeiçoamento constante dos elementos da Tuna, o ensino do instrumento com a sua escala e da música escrita ou não, para já não falar das tarefas mais diretamente ligadas ao toque, como as afinações, os modos tonais e arranjos musicais. A Tuna era em si a única escola da Tuna, exceto no que tocasse ao ensino da leitura e escrita da música por pauta.

O seu apogeu foi a primeira metade do séc. XX, depois foram desaparecendo à medida que o progresso, os altifalantes e os “piquês”, a TV, a mudança de gostos, costumes e modas, a adulteração do facto tradicional, fizeram com que tivessem deixado de fazer verdadeiro sentido junto das populações, para além da grande dificuldade em interessar os jovens na sua angariação. Algumas alteraram o seu toque, para tentar acompanhar a nova realidade... Assim, hoje em dia, algumas das funções foram naturalmente perdidas, o instrumentário e o repertório assumiram alterações evidentes para acompanhar as modas de agora. Instrumentos ‘dissonantes’

e reportório adaptados ao novo gosto popular, são, no fundo, a evolução que tem que ser aceite para as Tunas e manifesto de outro querer, mantendo a Paixão, para a possibilidade de sobrevivência face à realidade.

No auge havia Tunas em “todas” as aldeias... Era um mar, um monte de Toques! Entre os finais dos anos 70 e 2003 conseguimos recolher (e ressuscitar) Tunas, ou vestígios delas, em Bisalhães, Campeã, Gontães, Meneses (Vila Real), Carvalhais e Ermida (Santa Marta de Penaguião), Ermelo (Mondim de Basto) e outros locais esparsos. Mais tarde “descobrimos” outra Tuna em Ansiães (Amarante).



3 – A Tuna da Campeã

A Campeã já teve quatro Tunas independentes, das quais a de Pêpe (Pe. Joaquim Morgado) é considerada uma das mais antigas da região (ainda do séc. XIX?), apresentando hoje uma que representa o conjunto.

No início foi constituída por cinco elementos, quatro dos quais irmãos, sem Mestre. Joaquim Inácio, violino, foi um dos primeiros. Mais tarde tocaram com o Laurentino Pereira, de Fiolhais, com Telésfero Maio (maestro de Banda) e com Serafim Martins (sargento reformado), tendo os dois primeiros ensinado música a alguns elementos, entre os quais o último Mestre da velha Tuna, José Jorge Maio (“Grilo”), já há algum tempo desaparecido, já há muito antes sem exercer. A seu pedido, a Tuna acompanhou-o até à última morada, a tocar.

José Maio, tal como o pai, foi buscar novas sortes ao Brasil. De resto, o pai era um virtuoso violão que, sempre que regressava à terra, voltava a tocar na Tuna; também o mesmo fez o filho José, quando regressou, acumulando o toque com o mestrado. A flauta com que o Mestre tocava, de ébano, comprada pelo pai, era uma relíquia, talvez com mais de 200 anos... Também tocou, pelo menos, violino.

José Maio aprende música de forma autodidata e transmite esse saber. Escreve a música recolhida, toca e ensina pela pauta. O incentivo dos jovens e a inovação foram sempre preocupação e interesse de José, que transmitiu à Tuna. Daí as várias formas e composições que a Tuna foi sofrendo sob a sua orientação, algumas com consequências provavelmente não desejadas, como a divisão, em determinada altura da Tuna em “velha” e “nova”, chegando a ser esta “quase” uma orquestra ligeira...

Acabada a experimentação, voltou a Tuna. Atualmente a prima, Alda Maio, é a Mestrina, clarinete, por música, como José (e não só) lhe ensinou. A Tuna está forte e viva, com mais de 20 elementos, e ensaia instrumentos diversos da tipologia clássica das Tunas. Alguns dos elementos partilham o toque com a Tuna de Carvalhais.

4 – As Tunas Rurais como património imaterial da região do Marão e Alvão

A associação Arquivo de Memórias, ciente do seu valor patrimonial, integrando o Toque, a sua gesta e esforçada Paixão, e os variados componentes intrínsecos (funções, construção, composição, escrita e transcrição musical, formação...), tem neste momento em evolução um projeto de inscrição no Inventário Nacional do Património Imaterial para as Tunas Rurais do Marão e do Alvão, com a colaboração

das quatro Câmaras Municipais onde existem as seis Tunas que ainda vivem ou sobrevivem. Nesse sentido, e para além do trabalho de dinamização e registo continuado da associação desde a sua origem (o Arquivo de Memórias nasceu com a gravação e edição de um CD de Tunas Rurais, uma das quais já desaparecida à altura), foram instituídos os Encontros de Tunas Rurais do Marão e do Alvão (‘O TOQUE’) com o apoio das Câmaras Municipais que acolheram, cada uma pela sua vez, quatro edições até à data.

(O projeto encontra-se em fase de início de execução a partir da realização do V Encontro, em 12 de Fevereiro de 2022, em Santa Marta de Penaguião, com a assinatura da Carta de Compromissos dos diversos componentes, apesar da desvinculação de uma das Tunas por parte da CM Mondim de Basto.)

QUE VIVA O TOQUE!



ALBERGARIA DA CAMPEÃ

Carlos Balsa

Instituto Politécnico de Bragança

Introdução

A Albergaria da Campeã foi uma instituição medieval de apoio aos viajantes que se deslocavam entre o interior transmontano e a região de Entre-Douro-e-Minho através do principal itinerário que cruzava a Serra do Marão. As menções a esta albergaria em numerosos documentos medievais constituem fontes privilegiadas para o estudo da região oriental da Serra do Marão, com destaque para a freguesia da Campeã.

As referências à Albergaria da Campeã situam-se cronologicamente entre a segunda década do século XII e o princípio do século XIII. Um período marcado por acontecimentos que conduziram a uma nova ordem eclesiástica, militar e política do Noroeste peninsular, dos quais se destaca, no plano eclesiástico, o confronto entre a diocese de Braga e a sua homóloga de Santiago de Compostela, pela liderança da metrópole da antiga província da Galécia, e, no plano político e militar, as ações conduzidas pelos magnates portucalenses em prol da autonomia do condado. A presença na documentação de alguns dos principais protagonistas mostra que as funções desempenhadas pela albergaria foram uma consequência direta de alguns destes acontecimentos.

O tema da Albergaria da Campeã foi abordado de forma sumária numa publicação anterior (Balsa, 2021). O estudo aqui apresentado procura aprofundar o assunto através da leitura interpretativa das fontes documentais. Em virtude da ligação da Albergaria da Campeã à Arquidiocese de Braga, boa parte desta documentação integra o *Liber Fidei* (LF). Foram também consultados documentos inéditos provenientes do acervo da igreja paroquial da Campeã disponíveis no Arquivo Distrital de Braga (ADB), que permitem identificar com segurança a localização desta albergaria.

Em complemento, faz-se uma reflexão sobre a continuidade do apoio ao viajante após o desaparecimento da Albergaria da Campeã, com base em documentos inéditos dos séculos XV e XVI, provenientes do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e do ADB.

Os limites da Diocese de Braga na Serra do Marão

O primeiro bispo designado para liderar a diocese de Braga, após a sua restauração, em 1070/1071, foi D. Pedro (1071-1091). Este bispo teve um papel fundamental na reconstrução e reorganização da sua vasta diocese, cujo território se estendia, *grosso modo*, por toda a atual região Norte de Portugal. D. Pedro terá dividido a diocese em arcediagos e terras que, de acordo com Avelino de Jesus da Costa, correspondiam às terras medievais e às antigas paróquias suevas. Na atual região transmontana encontravam-se os arcediagos de Panoias, Montenegro, Bragança e Aliste e as terras de Ledra, Lampaças, Vilariça e Miranda (Costa, 1959, pp. 133, v. 1). À frente destas circunscrições eclesiásticas terão sido colocados os arcediagos, que eram os representantes do bispo (Costa, 1959, pp. 118, v. 1). A diocese do Porto foi também administrada por um arcediago de Braga até à sua restauração em 1112/1114 (Marques A. E., 2017, p. 179).

Ainda de acordo com Avelino de Jesus da Costa, para prover aos elevados encargos inerentes à construção da Sé catedral e ao governo da sua vasta diocese, D. Pedro organizou o Censual de Braga (Costa, 1959). Este importante documento contem o registo de todas as contribuições que o bispo tinha direito a receber de cada uma das igrejas, ou mosteiros, pertencentes à sua diocese. As comunidades formadas em torno destas igrejas paroquiais, onde os seus membros recebiam os sacramentos e para a qual tinham obrigação de contribuir com diversas prestações, como a *dízima* ou a *mortuária*, eram designadas por freguesias - palavra que deriva de *fili ecclesiae* (Oliveira, 1950).

Outra das prioridades do bispo D. Pedro consistiu na recuperação, para a sua diocese, do estatuto de sede da metrópole eclesiástica da antiga província da Galécia, que tinha vigorado até ao desmembramento do reino visigodo, em 711. Apesar de

todo o empenho de D. Pedro, esta pretensão só viria a ser reconhecida pela Santa Sé durante o episcopado do seu sucessor, D. Geraldo (1095-1108) (Amaral, 2013).

A recuperação da dignidade metropolitana provocou uma forte reação adversa e uma grande rivalidade por parte da diocese de Santiago de Compostela, liderada pelo bispo Diego Gelmires (1100-1140). O estatuto adquirido por Braga foi visto como uma ameaça ao poder e ao prestígio que Compostela usufruía no Noroeste peninsular, desde o reinado de Afonso III (866-911) (Amaral, 2017, p. 39). A rivalidade e a situação de tensão entre as duas dioceses continuou ao longo do século XII devido às ações desenvolvidas, junto da Santa Sé, pelos prelados bracarenses para obter o reconhecimento da independência de Portugal e do título de rei para D. Afonso Henriques (†1185) (Marques, 2009, p. 457).

A Diocese do Porto foi restaurada definitivamente em 1112/1114 e teve como primeiro bispo D. Hugo (1114-1136). Este prelado, que tinha sido anteriormente arcediogo de Santiago de Compostela e homem de confiança de D. Diogo Gelmires (Amaral, 2017, p. 44), revelou-se um acérrimo opositor da Arquidiocese de Braga, com a qual sustentou um longo diferendo sobre a definição da linha de fronteira entre as duas dioceses, compreendida entre a foz do rio Corgo e a foz do rio Ave (Marques J. , 2002; Mariani & Renzi, 2019).

Ambas as dioceses reivindicavam os limites anteriores às invasões islâmicas, cuja definição não era consensual. As divergências incidiam sobretudo do Marão até ao rio Ave, onde estava em causa a posse de um grande número de igrejas paroquiais (Marques, 2002). Da foz do Corgo até ao Marão, os limites propostos pelas duas dioceses eram próximos, mas não eram coincidentes. Braga defendia uma linha divisória de acordo com os limites diocesanos, alegadamente estabelecidos no tempo do rei suevo Teodemiro (†570), e plasmados nos documentos nº 15 e nº 552 do seu *Liber Fidei*, datados, respetivamente, dos anos 572 e 569. De acordo com estes documentos, a delimitação entre as duas dioceses na região do Marão fazia-se pelo rio Corgo, desde a sua foz até ao Marão, continuando pelo castro de Vila Plana - atual Vila Chã do Marão - até à ponte sobre o rio Tâmega:

“per iliam aguam de Estalam usque in Durium et usque in faucem de Corrago et inde ad montem Maraon et inde ad castrum quod dicitur Villa Plana et inde

ad illum pontem de Tamice, et inde per illam aquam usque ad illum fluvium de Utribus, et inde ad lumbam, et inde ad portum purgani, per iliam aquam de Avia in castrum” (LF, 552).

Na sequência da apresentação dos dois documentos do *Liber Fidei* à Santa Sé, o papa Pascoal II (1099-1118) considerou-os autênticos e confirmou os limites propostos por Braga através da Bula *Sicut injusta*, dirigida a D. Maurício Burdino (1111-1118) em 4-12-1114 (Marques, 2002).

Por sua vez, a delimitação proposta por D. Hugo, foi objeto de aprovação do mesmo papa, que lhe concedeu em 15-9-1115 a bula *Egregias quoandam*, onde a linha de fronteira entre as duas dioceses é delimitada de Oeste para Este:

“a fauce aviae fluminis usque in avicellam fluvium et per avicellam ad arcus palumbaris. Inde ad antam de temone. inde ad montem farine. inde ad montem marantis. Inde ad canpeana fluvium et per ipsuni fluvium sicut defluit in bandungium, et per bandungium secut decurrit in corregam et per corregam in dorium fluimen” (CCSP, p. 1; Moreira, 1973, p. 35; Marques, 2002, p. 30).

De acordo com este documento, a delimitação far-se-ia mais para norte do que a delimitação proposta por Braga, pelo Monte Farinha – atual Monte da Sra. da Graça em Mondim de Basto - até ao Marão, descendo pelo rio Campeã até ao rio Bandugem, continuando pelo seu curso até ao rio Corgo e pelo Corgo até ao rio Douro.

D. Hugo conseguiu ainda de outro papa, Calisto II (1119 – 1124), a bula *Officil mei*, de 2-3-1120, que revalida a antiga bula de Pascoal II e pormenoriza os limites. Contudo, a descrição desses limites na região do Marão não apresenta diferenças significativas:

“inde ad montem maraonis. et per maraonem ad campaanam fluvium. et per ipsum fluvium sicut defluit in correecam et per correecam in dorium flumen” (CCSP, p. 3-4; Moreira, 1973, p. 36).

Nesta versão, a pretensa linha de fronteira ia do Monte Farinha até ao Marão – possivelmente o alto de Pena Suar que é frontal ao Monte Farinha – e continuava por águas vertentes até à nascente do rio Campeã, seguindo o seu curso até ao

rio Corgo. Nesta versão, a ausência de referência ao rio Bandugem parece não implicar a redefinição da linha divisória e indicar apenas que o rio Campeã é o principal curso de água.

O rio Campeã, mencionado nestas bulas papais, corresponde, muito possivelmente, ao rio que é designado, na Folha 114 da Carta Militar de Portugal, por rio dos Moinhos. Esta designação mantém-se até às proximidades da freguesia de Louredo, a jusante da qual é designado por rio Aguilhão. Antes de desaguar no rio Corgo, este rio é engrossado por várias linhas de água com destaque para o rio das Bojas, que nasce a cerca de 100 m, para oeste, do vértice geodésico do Marão, e para o ribeiro da Ponte Velha, que nasce a cerca de 1000 m, para Sudeste, do mesmo vértice. O primeiro junta-se ao rio dos Moinhos num lugar conhecido por Prazeta e o segundo através do Vale Perro, nas proximidades da povoação de Soutelo. Fica assim a dúvida sobre qual destes dois constitui o curso inicial do rio Campeã, mencionado na delimitação proposta pela Diocese do Porto. Atualmente, o rio das Bojas constitui a delimitação entre as freguesias da Campeã, do concelho de Vila Real, e de Fontes, do concelho de Santa Marta de Penaguião.

Nas proximidades da povoação da Veiga, junta-se também ao rio Aguilhão a Ribeira de Bandugem, cuja nascente se situa próxima da capela da Sra. do Viso, da freguesia de Fontes. Esta ribeira deverá corresponder ao rio Bandugem mencionado na documentação. O rio Aguilhão desagua no rio Corgo, a este da povoação de Banduge da freguesia de Sever do concelho de Santa Marta de Penaguião.

Tal como foi observado em trabalho anterior (Balsa, 2021), a atribuição da designação Campeã ao rio que hoje é identificado por rio dos Moinhos e por rio Aguilhão resultava da existência no seu vale de um monte povoado, conhecido por *mons Campelana* e que é mencionado num documento de 1091 (DC, 704).

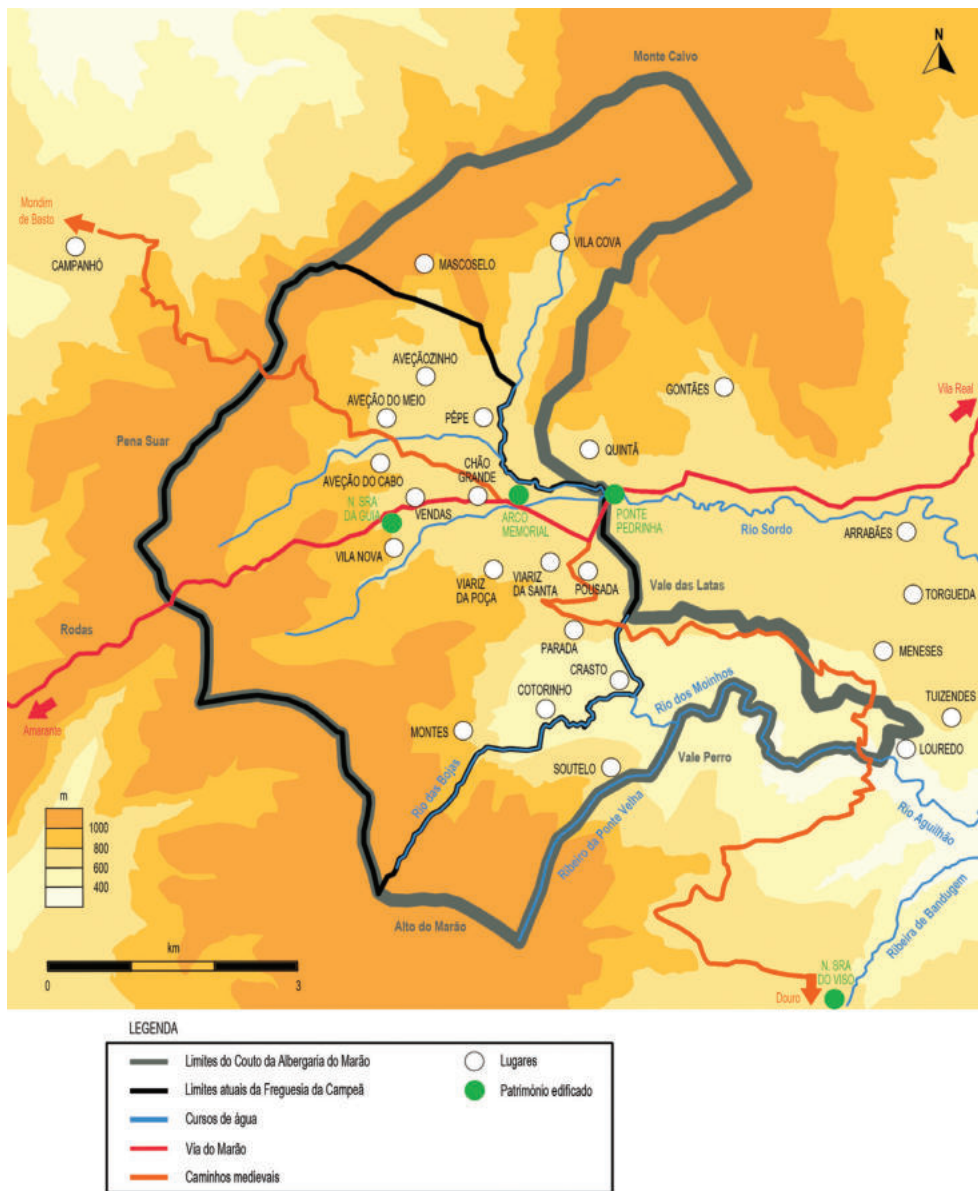


Figura 1 – Mapa da região oriental da Serra do Marão, um território de fronteira entre as dioceses de Braga e do Porto, onde se localiza a atual freguesia da Campeã e o antigo couto da Albergaria do Marão.

Assistência caritativa na Idade Média

Na Idade Média, mais precisamente nos princípios do segundo milénio, as instituições caritativas consistiam essencialmente em hospitais, albergarias e gafarias, fundadas por iniciativa clerical, estando muitas delas na dependência de igrejas, capelas ou mosteiros, que supriam às suas necessidades (Almeida F., 1930, pp. 237, v. 1). Com o decorrer do tempo, a fundação destas instituições passou a contar também com a iniciativa de leigos e particulares que, através dos seus testamentos e doações pias, destinavam os seus bens à edificação destas casas caritativas (Silva, 2017). De acordo com as crenças da sua época, os beneméritos esperavam, em troca da ajuda aos desprotegidos, a salvação das suas almas.

As gafarias destinavam-se a acolher e tratar os leprosos, designados por gafos, e, assim, evitar que estes contagiassem outras pessoas. Os hospitais e albergarias tinham funções que, muitas vezes, coincidiam. Contudo, os hospitais eram mais vocacionados para o acolhimento temporário dos doentes e enfermos pobres, enquanto as albergarias se destinavam sobretudo a ministrar socorros aos pobres e recolher peregrinos e outros viajantes (Almeida F., 1930, pp. 237, v. 1).

As albergarias dessa época eram exclusivamente caritativas e assistenciais e nada tinham a ver com as de carácter comercial que surgiram nos finais da Idade Média. As albergarias situavam-se junto de pontos estratégicos das grandes vias de comunicação, antes de troços que não era possível ultrapassar de dia. Propiciavam refúgio seguro aos viajantes contra as invernias e os perigos que a noite acentuava, como os lobos e os assaltantes (Marques J., 2013). Disponibilizavam aos passageiros um leito e, por vezes, também refeições ou elementos para as confeccionar (Almeida C. A., 1973). Eram, por isso, muito úteis a todos os viajantes que, nessa época, eram sobretudo os pobres, os peregrinos e os almocreves.

Os pobres – doentes, velhos, mendigos, órfãos, enjeitados, viúvas, etc. – eram por natureza itinerantes pois viviam essencialmente de esmola e da assistência, praticadas ao longo dos caminhos (Almeida C. A., 1973). Os peregrinos e romeiros iam cumprir promessa aos santuários de maior reputação, dos quais se destaca o de Santiago de Compostela. Haveria também os almocreves, que se deslocavam entre os principais centros comerciais do interior e do litoral. No Entre-Douro-e-

Minho e em Trás-os-Montes, deve acrescentar-se ao rol dos principais viajantes, os representantes da arquidiocese de Braga, responsáveis pelos serviços administrativos e pastorais em toda a vasta área da diocese (Marques J. , 2013, p. 37).

Hospital da Arrancada

O documento n.º 205 do *Liber Fidei*, datado de 2 de agosto de 1119, descreve uma doação de propriedades feita por Pedro Elias em favor dum hospital, erigido na vizinhança do lugar da Arrancada, e do arcebispo de Braga D. Paio Mendes (1118 – 1137):

“Ego Petrus Elias cum presens seculum plurimis perturbationibus concusatum viderem multis peccatis meritum agnoscerem placuit vero omnem meam hereditatem sancte domui Dei que sita est sub hospitalitis nomine in illo loco quam dicitur Arrancata et vobis domno Pelagio Bracarensi archiepiscopo pro remedio anime mee et parentum meorum homnino condonare. Ipsa vero hereditas habet iacentiam in primis in ipsa Arrancata deinde in Parata deinde in Sautelo deinde in Viariz et aliis locis ubi illam potueritis invenire ab illo monte Marano in Vallem Perum cum quantum in se obtinet vel a prestitum hominis est. Vos vero possidete eam et omnes successores vestri et illi qui in illa hospitalitis domo habitaverint tempore perpetuo.” (LF, 205).

As propriedades doadas através deste documento distribuem-se pelos lugares de Arrancada, Viariz, Parada, Soutelo e Vale Perro, nas proximidades do alto da Serra do Marão. O lugar de Viariz, mencionado no documento, tem sido erradamente identificado com a paróquia de S. Faustino de Viariz, do concelho de Baião e, conseqüentemente, o Hospital da Arrancada tem sido também ele erradamente localizado neste concelho. Porém, a análise dos restantes topónimos mencionados no documento mostra que se trata de Viariz da Campeã¹. Os lugares descritos pertencem à região oriental da Serra do Marão e não à região ocidental, onde se situa o vizinho concelho de Baião. Viariz e Parada são atualmente povoações da freguesia

¹ A localização do Hospital da Arrancada na atual freguesia da Campeã deve-se ao Dr. António Lima, a quem agradeço muito a gentileza de me ter alertado para este facto.

da Campeã, a povoação de Soutelo e o lugar do Vale Perro pertencem à vizinha freguesia de Fontes.

O hospital estaria assim nas proximidades do lugar da Arrancada, lugar que atualmente é desconhecido. Contudo, o topónimo e o contexto em que é mencionado sugere que se tratava de um fundo agrícola desbravado há pouco tempo, com arranque de árvores e mato, e possivelmente arroteado. O desuso desta designação poderá ter advindo do posterior povoamento do lugar e da conseqüente adoção de uma nova denominação, como, por exemplo, Vila Nova.

Como o Hospital da Arrancada estava implantado na região oriental da Serra do Marão, onde aparece documentada, a partir de 1132, a Albergaria da Campeã (LF, 730), é muito provável que as duas designações correspondam à mesma instituição caritativa. Como foi referido atrás, a diferença entre albergaria e hospital era nessa época ténue, sendo muito difícil de distinguir a especificidade das funções de cada uma delas (Almeida C. A., 1973). Há também muitos outros casos em que a documentação oscila entre as duas designações, ou emprega mesmo as duas em simultâneo, para designar a mesma instituição (Silva, 2017).

O Hospital da Arrancada estaria localizado junto da via do Marão, que constituía nessa época um importante itinerário, seguido nas deslocações entre o interior transmontano e o litoral (Balsa, 2018). Esta importante via medieval poderá ter mesmo origem numa via romana com ligação a Braga (Soutinho, 2021). O Hospital da Arrancada prestava um apoio essencial a todos os viandantes que pretendiam atravessar a Serra do Marão.

Os bens doados por Pedro Elias permitiam ao hospital prover às suas necessidades e assim cumprir as suas funções assistenciais. Ao que tudo indica, as parcelas doadas estavam dispersas pela bacia superior do rio Sordo – Viariz e, possivelmente, Arrancada – e pelas encostas do rio dos Moinhos – Parada e Soutelo. Em Soutelo, na margem direita do rio dos Moinhos, os bens são limitados pela divisória Vale Perro-Monte Marão, que deverá corresponder ao ribeiro da Ponte Velha que, tal como atrás foi descrito, nasce junto ao vértice geodésico do Marão e desagua no rio dos Moinhos através do Vale Perro.

A fundação do Hospital da Arrancada é anterior a 2 de agosto de 1119, data da doação feita por Pedro Elias (LF, 205). De acordo com o documento da doação, o

hospital estava na posse de D. Paio Mendes, também ele beneficiário da doação. Não é possível estabelecer uma ligação entre este arcebispo e a fundação do Hospital da Arrancada, tal como com outro hospital em Braga ao qual ele doou vários bens (LF, 560) mas, de acordo com José Marques, D. Paio Mendes ter-se-á empenhado em estabelecer uma rede de albergarias e hospitais, distribuídos por pontos estratégicos do vasto território da arquidiocese (Marques J., 2013).

Santiago de Compostela era então o principal lugar de peregrinação da Península Ibérica e um dos mais importantes de toda a cristandade. A existência de uma rede de hospitais-albergarias beneficiava, em primeiro lugar, este destino. Contudo, em virtude do seu passado de capital da antiga província romano-gótica da Galécia, Braga situava-se no epicentro viário do Noroeste peninsular, sendo, como tal, um lugar de passagem obrigatório para muitos peregrinos. Além disso, Braga possuía importantes relíquias de santos muito venerados, como S. Frutuoso, S. Cucufate, S. Silvestre e Sta. Susana, que faziam dela própria um importante centro de peregrinação (Reis, 2020).

A criação de uma rede de hospitais-albergarias estava muito provavelmente ligada com a intenção que os arcebispos tinham, pelo menos desde a época de D. Geraldo, de fazer de Braga um importante centro de peregrinação europeu que rivalizasse com Santiago de Compostela (Mattoso, J., 1997, p. 482; Amaral, L., 2013). Contudo, as pretensões de Braga ficaram fortemente comprometidas a partir de 1102, ano em que o bispo de Compostela, D. Diogo Gelmires, se apropriou indevidamente das principais relíquias de Braga e as transferiu para a sua cidade (Reis, 2020; Amaral, 2013). Este episódio, conhecido como *pio latrocínio*, espelha bem a intensidade da disputa entre Braga e Compostela pela liderança eclesiástica do Noroeste hispânico e a importância que a peregrinação assumia nesse contexto.

É provável que Pedro Elias tenha sido um simples homem livre que herdou os bens dos seus antepassados e que, pressentindo chegar a sua hora, os doou para bem da sua alma e da dos seus familiares: “*pro remedio anime mee et parentum meorum homnino condonare*” (LF, 205), de acordo com as crenças e práticas da sua época. Contudo, os fundos agrários doados parecem ter uma extensão pouco comum aos dos simples herdeiros, o que poderá indicar uma possível origem nobre. Por outro lado, Pedro Elias parece ter tido um papel ativo na fundação do hospital, uma vez

que este foi edificado na sua propriedade - ou próximo dela - da Arrancada. Sabe-se também que houve um arcebispo de Santiago de Compostela chamado Pedro Elias (1143 – 1149), sucessor de Diogo Gelmires, que em 1119 era deão da mesma catedral (Falque, 2013). No entanto, não é conhecido qualquer elemento que permita fazer a sua associação com o Pedro Elias que fez a doação ao Hospital da Arrancada.

Emprazamento da albergaria e da igreja da Campeã

Em 1132 o arcebispo, D. Paio Mendes, e o cabido da arquidiocese de Braga fizeram o emprazamento da igreja e da albergaria da Campeã aos clérigos Mendo e Vermudo:

“nos clericis Menendo et Vermudo plazum facimus vobis domno Pelagio Bracarensi archiepiscopo et clericis atque sucessores vestri pro ipsa ecclesia et albergaria de Campeana que nobis datis de vestra manu ut teneamus et plantemus et edificemus et bene tractemus et nostros corpus ibi sepiliemus” (LF, 730).

O documento n.º 730 do *Liber Fidei* revela que, em 1132, a Mitra de Braga estava na posse simultânea da igreja e da albergaria da Campeã. De acordo com o que atrás foi exposto, esta albergaria corresponde ao Hospital da Arrancada e, como tal, pertencia a D. Paio Mendes, pelo menos desde 1119. Em relação à igreja da Campeã, não se conhece a sua origem nem a via pela qual o arcebispo se tornou seu patrono.

O facto de o emprazamento ser feito a dois clérigos, e não a um só, pode ser indicativo da extensão do património a administrar. Não se conhecem quais eram as propriedades afetas à igreja, mas, através da doação de Pedro Elias, sabe-se que as propriedades pertencentes à albergaria eram numerosas e dispersas pelas bacias hidrográficas superiores dos rios Sordo e Aguilhão. A igreja e a albergaria poderiam também estar localizadas em lugares distantes um do outro. A albergaria situava-se forçosamente na Veiga da Campeã - bacia superior do rio Sordo, por onde passava a via do Marão, mas a igreja poderia estar situada algures no vale superior do rio Aguilhão, onde, como atrás foi

mencionado, se encontram as primeiras referências documentais à Campeã (Balsa, 2021).

Os clérigos Mendo e Vermudo ficaram com a responsabilidade de bem administrar as propriedades da igreja e da albergaria, tendo em conta a obrigação de plantar e edificar, assim como de aí sepultarem os seus corpos. Estas determinações mostram que o contrato era vitalício e que os clérigos tinham por missão plantar e edificar, isto é, cultivar os terrenos incultos, criar fundos agrários através do desbravamento de floresta e mato e do arroteamento dos novos terrenos, consolidação do leito dos ribeiros e, a partir deles, a construção de um sistema de irrigação. Por outro lado, evidenciam também a necessidade de edificar habitações, para a instalação dos cultivadores e dos seus gados, moinhos, para a moagem dos cereais, caminhos e pontões, para a circulação de pessoas, bens e animais dentro e entre os novos núcleos de produção agrícola.

Esta missão só poderia ser desenvolvida em conjunto com a comunidade local de cultivadores, organizada em torno da igreja paroquial da Campeã, e da contratação de colonos para a exploração dos novos fundos agrícolas.

Com este emprazamento, a diocese bracarense promovia o povoamento da Veiga da Campeã que devia estar, desde longa data, muito despovoada. Por outro lado, com o aumento da população e da produção agrícola, a Mitra de Braga aumentava os rendimentos provenientes das rendas e dos direitos eclesiásticos que tinha sobre a igreja e a albergaria.

Couto da Albergaria do Marão

Em 1134, D. Afonso Henriques concedeu carta de couto à Albergaria do Marão em favor de D. Paio Mendes, arcebispo de Braga. Com esta carta de couto, a arquidiocese de Braga recebeu todos os direitos fiscais e judiciais que a coroa detinha sobre a extensão de terra em volta dos bens pertencentes à igreja e à albergaria da Campeã.

Na carta concedida por D. Afonso Henriques, são definidos os limites do couto da Albergaria do Marão:

“Incipit per Montem Caluum et inde per cautum Sancti Micahelis et deinde per ipsum lombum, usque ad Val de Latas et inde per terminum Toesendis et Lauredo et inde ad Bandugiam et deinde per fundum de Val Perro et inde per illam lombam de Pinna Gian quomod vertit aquas ex una et altera parte et inda ad illas rodas et inde ad Penam Soar et inde per cacumina montium usque ad illum locum ubi primitus incoavimos” (DR, 139).

A delimitação fazia-se partindo do Monte Calvo até ao limite do couto de S. Miguel, continuando pelo seu lombo até ao Vale das Latas, seguindo pelos termos de Tuizendes e de Louredo até à Ribeira de Bandugem, e daí pelo fundo do Vale Perro até à lomba de Penaguião, seguindo por águas vertentes até às Rodas e daí até Pena Suar, continuando até ao ponto de partida que era o Monte Calvo.

Como a maior parte dos topónimos indicados ainda subsistem atualmente é possível reconstituir de forma aproximada esta demarcação (Figura 1). O Monte Calvo deverá corresponder ao monte a norte da povoação de Vila Cova, atualmente designado por Vaqueiros, que, devido a sua constituição granítica, a altitude e a exposição aos ventos, é pouco propenso ao desenvolvimento de vegetação e como tal seria designado por Monte Calvo. O Vale das Latas deve corresponder ao vale situado entre Viariz da Poça e Viariz da Santa, que ainda hoje é denominado Veiga das Latas.

A reconstituição dos limites do couto comporta alguma incerteza, nomeadamente no que toca às fronteiras com o couto da São Miguel da Pena e com os termos de Tuizendes e Louredo, cujas delimitações são hoje desconhecidas. A delimitação através do Vale Perro apresenta também algumas dúvidas. Tal como acima foi referido, este topónimo subsiste hoje em dia nas proximidades da povoação de Soutelo, por onde corre o Ribeiro da Ponte Velha, afluente do rio dos Moinhos, que, a jusante, tem o nome de Aguilhão. Contudo, o Vale Perro mencionado na carta de couto pode corresponder ao Vale Verde, por onde corre a Ribeira de Bandugem mencionada no documento. Fica assim a dúvida se o couto seria delimitado a oriente pelo rio da Ponte Velha e depois pelo dorso principal da Serra do Marão até às Rodas e Pena Suar – topónimos que persistem na atualidade, ou se era delimitado pela Ribeira de Bandugem e depois pela lomba de Penaguião até ao alto do Marão. A primeira opção de demarcação parece estar em conformidade com a linha de

fronteira entre as dioceses de Braga e Porto, reivindicada pelo Porto. Mas no *Liber Fidei* existe também um documento com outra versão da mesma Carta de Couto, em que a definição dos limites do couto parece estar em conformidade com a segunda opção de demarcação:

““(…) *incipit per montem calvum et inde per cautum de Santi Michaelis et inde per ipsum lonbum usque ad Val de Latas et inde per terminum Toesendis et Louredo et inde ad Bandunsum et inde quomodo dividit cum Pena Guiam et inde ad illas rodas inde ad Penam Soar et inde per cacumina montium usque ad illum locum ubi primitus inquovimos*”(LF, 440).

Apesar destas incertezas, é possível observar que era um couto extenso, que incluía a parte superior das bacias hidrográficas dos rios Sordo e Aguilhão, onde se situam a atual freguesia da Campeã e parte das freguesias contemporâneas de São Miguel da Pena, Quintã e Vila Cova, Torgueda, Louredo e Fontes. A totalidade da freguesia da Campeã está contida no couto da Albergaria do Marão (Figura 1).

São Miguel da Pena constituía então um couto delimitado por carta outorgada por D. Teresa (†1130), mãe de D. Afonso Henriques, a favor do mosteiro de Pombeiro. Esta informação foi recolhida nas inquirições de D. Afonso III, efetuadas em 1258 (PMH, Inq. vol. I, p. II, fasc. VIII, p. 1213). Infelizmente, o documento original, redigido antes do fim do governo de D. Teresa, em 1128, ter-se-á perdido ou continua inédito até hoje.

Na carta de couto da Albergaria do Marão, Louredo e *Toesendis* – Tuizendes da atual freguesia de Torgueda – aparecem como núcleos populacionais individualizados com termos bem definidos. Tuizendes poderá ter origem num *casal* doado em 1091 por Chamôa Gomes ao mosteiro de Pendurada, no atual concelho de Marco de Canaveses (PMH, DC, vol. I, p. 455, doc. 764). Um casal correspondia então a uma unidade familiar de povoamento e de exploração agrícola que articulava, em torno de um núcleo habitacional, um conjunto de diversos e variados componentes produtivos, como parcelas de cultivo ou direitos sobre espaços incultos (Marques A. E., 2008). Um casal devia produzir o suficiente para alimentar pelo menos uma família e pagar as rendas e outros direitos (Reis, 2006, p. 98).

Como na delimitação do couto, não há referência a Torgueda, mas sim a Tuizendes, é possível que esta povoação seja o embrião comunitário da futura paróquia de São Salvador de Torgueda, mencionada pela primeira vez nas Inquirições de 1220 (PMH, Inq., vol. I, fasc. I & II; Andrade, Fontes, Silva e Barcelos, 2005-2008). Da mesma forma, o termo de Louredo dará origem à paróquia de Santa Maria de Louredo também mencionada nas mesmas Inquirições de 1220.

Não se conhece a razão pela qual a carta de couto, redigida em março de 1134, menciona a Albergaria do Marão e não Albergaria da Campeã. Contudo, esta designação poderá derivar da importância estratégica que a albergaria tinha no apoio à travessia da Serra do Marão.

A concessão desta carta de couto insere-se num conjunto amplo de doações que D. Afonso Henriques fez à Sé de Braga após ter assumido o governo do Condado Portucalense, em 1128 (Marques, 1996). Com efeito, D. Afonso Henriques, consciente da importância que Braga tinha para o auxiliar a obter o governo e a garantir a independência de Portugal, apoiou sempre as pretensões desta arquidiocese e do seu arcebispo e concedeu-lhes inúmeros privilégios, tendo em vista o seu fortalecimento (Costa, 1957).

D. Afonso Henriques beneficiou particularmente o arcebispo D. Paio Mendes, muito provavelmente da linhagem dos senhores da Maia, por ele, juntamente com outros aristocratas do Condado Portucalense, o ter apoiado na revolução que liderou, e que culminou, em 1128, com a vitória na batalha de S. Mamede (Mattoso, 2011, p. 68; Mattoso, 2001, p. 164). O couto da Albergaria do Marão, juntamente com outras doações, contribuía para o fortalecimento da Arquidiocese de Braga, que enfrentava uma dura batalha no plano eclesiástico com a arquidiocese rival de Santiago de Compostela e o seu arcebispo D. Diogo Gelmires. Para além de contribuir para o aumento das rendas, este couto permitia também que Braga controlasse totalmente uma região estratégica para a circulação entre o litoral e o interior transmontano-duriense e para travar as pretensões expansionistas da Diocese do Porto.

Através da carta de couto da Albergaria do Marão, D. Afonso Henriques fomentava também o povoamento da região, entregando a proteção da comunidade local à Mitra de Braga (Mattoso, 1997, p. 76). Assim, a partir de 1134 as populações do couto ficaram na dependência senhorial do arcebispo de Braga a quem deviam

entregar os foros e as rendas. O arcebispo, representado pelo seu vigário, passava a ser também o detentor do poder judicial. É, contudo, possível que, à semelhança de outros senhorios privados, prevalecesse aqui também uma certa organização comunitária, que se materializava através de um pequeno concelho constituído por representantes da comunidade, com a capacidade de eleger um juiz, com poderes judiciais e interlocutor perante o arcebispo ou o seu vigário. Veja-se, a título de exemplo, o couto da Régua, pertença do bispo do Porto, onde os moradores elegiam anualmente, em janeiro, o seu juiz que o bispo, ou o seu representante, confirmava posteriormente (Chancelaria D. Afonso IV, l. 4, f. 69 e 69v.; Parente, 2014, p. 436).

Localização da albergaria

Atualmente, a localização da Albergaria da Campeã (Marão) é desconhecida. Hospital e Albergaria não fazem parte da toponímia atual da freguesia da Campeã. É preciso recuar até ao século XVII para se encontrar referências à sua localização.

Em 2 de novembro de 1633, o doutor Francisco Lacerda, provisor e vigário da Arquidiocese de Braga, fez, a pedido dos fregueses da igreja de Santo André da Campeã, o “*Registo de licença para se dizer missa na ermida de Nossa Senhora do Lugar da Estrada da Freguesia de Santo André da Campeã e da doação feita a ela*”. Neste registo, é referido que os moradores da Campeã erigiram no lugar da Estrada uma ermida, dedicada a Nossa Senhora, para a qual fizeram escritura pública a dotá-la com os bens necessários à sua manutenção. Numa passagem dessa escritura, trasladada nesse registo, é referido:

“foi dito que eles queriam e o sentiam e eram contentes do que em diante por sua devoção fabricar e sustentar de tudo o necessário a ermida de Nossa Senhora novamente feita e é cita aonde chamam a albergaria limite da dita igreja de Santo André por lhe ser necessária para as procissões que saem em todo ano da matriz por ser feita e estar em todo decente para isso perto da matriz por estarem todas as mais ermidas da freguesia em lugares apartados longe da dita igreja” (ADB, Ref. PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0029/006967).

Fica-se, assim, a saber que a referida ermida foi erigida num lugar conhecido por *Albergaria*, que ficava junto da *Estrada*, nas proximidades da igreja de Santo André. A estrada corresponde à via do Marão, que, no século XVII, continuava a ser muito utilizada. Por outro lado, o topónimo Albergaria constituía a remanescência da antiga instituição medieval, entretanto desaparecida. Este lugar situa-se próximo da igreja matriz de Santo André da Campeã.

Este documento revela também que era prática comum fazerem procissão entre a igreja e o lugar da Albergaria. Como muitas procissões se fazem entre lugares sagrados, é possível que nesse lugar tivesse já havido uma ermida e que esta tenha sido novamente erigida no século XVII, por já não ter as condições de decência suficientes para receber a procissão. O próprio texto a isso parece aludir: “*ermida de Nossa Senhora novamente feita*”.

A atual igreja paroquial da Campeã foi reedificada no século XVIII e sucedeu à anterior igreja de Santo André situada no mesmo local, nas proximidades de Vila Nova. Em consequência desta continuidade, a igreja mantém Santo André como padroeiro. Atualmente a capela mais próxima da igreja matriz é a de N. Sra. da Guia que está precisamente junto à antiga estrada do Marão. É assim muito provável que a localização da albergaria corresponda ao lugar onde se encontra atualmente esta pequena capela.

Esta localização é reforçada por outro documento do século XVII. Num capítulo do livro de visitas pastorais à igreja de Santo André da Campeã, feito pelo visitador da comarca de Vila Real, o cónego Jaime Lopes da Silva, do cabido da arquidiocese de Braga, no dia 10 de maio de 1656, diz o seguinte:

“Fui informado que os moradores de Vila Nova que tem os lameiros [na] albergaria lançam as águas à estrada no inverno tendo obrigação de as largar ao rio por dentro de seus campos com que dão grande perda na passagem dos moradores de Aveção do Cabo quando vem para missa chorarem os defuntos ou se lhe vai administrar algum sacramento o que também fazem pelo dia do S^o e D^o Jorge lançando também as águas à estrada pelo que mando com pena de excomunhão e de cinco cruzados para sé e meirinho não lancem mais as ditas águas à dita estrada e o Reverendo Abade tenha muito cuidado de executar as ditas penas” (ADB, Ref. PT/UM-ADB/DIO/MAB/022-001-010/0231).

Este texto confirma que o lugar da Albergaria corresponde ao lugar onde se situa a atual capela de N. Sra. da Guia, por onde passavam os moradores de Aveção do Cabo quando se dirigiam à igreja paroquial, vindos pela Malhada e pelo Ferreirinho. Este trajeto ainda está muito próximo daquele que é efetuado nos dias de hoje pelos moradores da mesma povoação.

Segundo testemunhos atuais, há cerca de 50 anos atrás, podia observar-se neste lugar um troço lajeado que atualmente está soterrado. A existência deste troço sobre a via do Marão justifica-se pela necessidade de a estrada cruzar uma linha de água que atualmente abastece a Fonte da Venda, assim como o sistema de regadio da veiga das Vendas e Vila Nova. Como se pode ler no documento atrás mencionado, o delito de desviar as águas para o caminho no inverno, que, infelizmente, continua muito em uso nos nossos dias, era então sancionado com a grave pena de excomunhão.

A pequena capela dedicada a N. Sra. da Guia, que se encontra atualmente no lugar onde existiu a albergaria, apesar de ter sido construída - ou reconstruída - em 1936, representa a continuidade de um culto anterior dedicado a Nossa Senhora, sob a invocação de N. Sra. da Guia. Em muitos lugares N. Sra. da Guia é a protetora dos navegantes e, de um modo geral, de todos os viajantes. É geralmente representada com o menino Jesus ao colo, no braço esquerdo, e com a estrela de Belém na mão direita. A invocação de N. Sra. da Guia, tal como a de N. Sra. das Candeias ou da Luz, radicam na celebração da Purificação da Virgem Maria, introduzida na Península Ibérica no séc. XI (Costa, 1959, pp. 327, v. 1). Tradicionalmente, estas invocações são todas celebradas a 2 de fevereiro, quarenta dias depois do Natal. Verifica-se assim que, apesar da função de apoio material prestada pela albergaria aos viajantes ter desaparecido, a sua função de apoio espiritual permaneceu no mesmo local até aos nossos dias.

A albergaria situava-se num ponto estratégico da via do Marão, no fim do percurso plano correspondente à Veiga da Campeã, no local onde o caminho começa a subir em direção à linha de cumeada da serra que cruza na portela do Alto Espinho. O viajante que se deslocava do interior para o litoral, encontrava aqui um lugar seguro para esperar pelo dia seguinte, em que, logo pela manhã, empreenderia a longa travessia da serra erma até ao próximo ponto de apoio, cuja localização poderia ser, de acordo com Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em Covelo do Monte, do

concelho de Amarante (Almeida C. A., 1973), a uma distancia de cerca de 25 km. Infelizmente, não se conhece nenhuma documentação que suporte a existência de uma albergaria em Covelo do Monte. O único argumento a favor consiste no topónimo Velha Albergaria, identificado por Batista Lopes, junto da atual capela de São Bento (Lopes, 1998). Sabe-se também que existiu uma albergaria em Amarante, na antiga Rua do Covelo perto do Arquinho, cuja primeira referência data de 1192, mas que poderá ter sido fundada em data anterior (Silva, 2017).

Igualmente sobre a via do Marão, mas em sentido contrário, existiu em Vila Real, no antigo Campo do Tabulado, o Hospital-Albergaria de São Brás, mencionado em documentação de 1395 (ANTT, Chancelaria de D. João I, livro 2, f. 104; Parente, 2014, p. 581). A localização desta albergaria nas proximidades da antiga fortaleza de Vila Real, edificada sobre a primitiva povoação de Sesmires (Nogueira, 2022, p. 27), sugere que esta instituição foi fundada em data bem anterior a 1395.

As albergarias terão assumido, na Idade Média, funções próximas das que *mansiones* e *mutationes* desempenhavam na época romana (Soutinho, 2021; Conceição, 2020). Desta forma, surge a questão de saber se a construção da Albergaria da Campeã, para além de ser necessária, teve também em conta uma longa tradição local de apoio ao viajante.

Figura 2 – A pequena capela de N. Sra. da Guia está construída junto da antiga via do Marão, no lugar onde existiu outrora a Albergaria da Campeã.



Distribuição das rendas

A arquidiocese de Braga acumulou progressivamente um vasto património, proveniente de doações e da ação dos seus prelados na sua defesa, tendo em vista a sua afirmação religiosa e política (Costa, 1957, pp. 254, v. 1). Inicialmente, os rendimentos constituíam uma massa comum administrada pelo arcebispo, que financiava o cabido e restantes despesas da sua Igreja. Esta centralização financeira foi alterada em 1145 pelo arcebispo D. João Peculiar (1139-1175), que, a pedido de D. Afonso Henriques e de Pedro Godins, prior do cabido, concedeu autonomia económica e administrativa ao cabido, atribuindo-lhe a terça parte das igrejas, herdades e rendimentos da diocese (Costa, 1957, pp. 282, v.1).

A escritura desta resolução, datada de 1145, menciona também a nova distribuição dos proventos do couto da Albergaria do Marão: *“De albergaria de Marão cum suo cauto de Campeana recepit achiepiscopus duas partes canonici vero tertiam”* (LF, 918). Esta afirmação parece indicar que as prestações provenientes da igreja e da albergaria eram processadas em conjunto, sem distinção. Por outro lado, a afirmação *“cum suo cauto de Campeana”* vem confirmar que o couto da Albergaria do Marão se inseria num território que era então conhecido por Campeã.

Em 1188, na sequência de novas concessões ao cabido pelo arcebispo D. Godinho (1176 – 1188), foi feita nova escritura da repartição dos bens, datada de 31 de janeiro, em que a divisão dos rendimentos do couto da Albergaria do Marão está novamente incluída: *“tertiam partem de albergaria de Maraom cum tertia parte caute de Canpeana cum omnibus terminis et finibus suis”* (LF, 828). Ao contrário do documento de 1145, esta nova escritura parece referir explicitamente a tributação separada dos bens provenientes da albergaria e dos bens provenientes do couto da Campeã (Igreja). Isto poderá indiciar que a albergaria continuava a dispor de bens próprios decorrentes de doações, como a de Pedro Elias, e da missão iniciada pelos clérigos Mendo e Vermudo, em 1132. Observa-se também o realce dos limites do couto *“cum omnibus terminis et finibus suis”*, que poderá ter por motivação a tributação de todas as parcelas agrícolas incluídas dentro dos limites do couto.

Freguesia da Albergaria da Campeã

As inquirições de D. Afonso II, de 1220, contêm a última referencia conhecida à Albergaria da Campeã. Nas atas produzidos pelos inquiridores, a freguesia da Campeã aparece sob a designação “*De Albergaria de Campiaa*”. À primeira vista, a utilização desta designação sugere que a albergaria se converteu na igreja paroquial. No entanto, esta pode resultar, simplesmente, da denominação utilizada na carta de couto da Albergaria do Marão, pois foi este couto que deu origem à circunscrição administrativa mencionada nestas atas.

Para além da designação da circunscrição, não há mais nenhuma referência à albergaria. O centro religioso e administrativo da freguesia era a igreja paroquial, como se pode deprender da resposta dada pelas testemunhas inquiridas sobre as propriedades eclesiásticas:

“De Albergaria de Campiaa. Martinus petri clericus. johannes. iohannis. johannes. martiniz. johannes. petriz. Petrus menendiz. johannes. michaelis. Pelaio. Pelagius pelagiz. Petrus pelagii. Petrus petri faber. jurati dixerunt quod ista ecclesia habet Senarias. et medietatem de uno casali. et est de Bracara. et habet ibi Bracara. xvij. casalia. et Palumbeiro quasdam entradas” (PMH Inq., vol. 1, fasc. I & II; Andrade, Fontes, Silva e Barcelos, 2005 – 2008).

Nestas atas, as testemunhas inquiridas afirmaram que a igreja paroquial da Campeã pertencia à Arquidiocese de Braga e que possuía uma seara e metade de um casal. Por sua vez, Braga possuía nesta freguesia 17 casais e o Mosteiro de Pombeiro possuía também aqui alguns direitos.

A ausência de referência ao património da albergaria sugere que esta já não estaria em atividade. Os bens que lhe tinham pertencido estariam provavelmente integrados nos 17 casais pertencentes à arquidiocese. A enumeração dos bens permite também saber que uma das principais produções agrícolas desta região era os cereais, nomeadamente o centeio.

Assistência aos viajantes pós-albergaria

A Albergaria da Campeã desaparece da documentação a partir das inquirições de D. Afonso II, realizadas em 1220, não sendo possível aferir com exatidão até quando é que ela se manteve em atividade. Este desaparecimento não será devido ao facto de ter deixado de ser necessária, pois sabe-se que a via do Marão continuou a ser até à Idade Contemporânea um importante eixo de circulação entre o litoral e o interior (Balsa, 2018). Esta importância é confirmada pelo aparecimento na veiga da Campeã de outras infraestruturas de apoio ao viajante.

Na sequência do emprazamento da albergaria e, posteriormente, da criação do seu couto, a Veiga da Campeã, por onde passava a via do Marão, foi progressivamente povoada. Surgiram novos núcleos de produção agrária e outros que estavam abandonados terão, possivelmente, sido reativados. É normal que junto à estrada tenham surgido estabelecimentos comerciais, como vendas e estalagens, que procurassem tirar proveitos económicos da passagem dos viajantes. Como as propriedades que ladeavam a estrada pertenciam ao prelado ou cabido Bracarense é possível que a iniciativa de criar esses estabelecimentos tenha partido da própria arquidiocese.

As vendas eram estabelecimentos comerciais onde o viajante podia comprar comida e bebida, como pão, vinho, peixe seco ou salgado, cebolas, alguma fruta, como a castanha, e pouco mais, além de cevada para os animais (Almeida C. A., 1973). As vendas surgiram desde muito cedo na freguesia da Campeã, pois em 1530 já havia uma povoação com o nome de Vendas. Esta povoação desdobrou-se posteriormente em Vendas de Baixo e Vendas de Cima, que ainda perduram nos nossos dias.

Ao que tudo indica, o lugar onde surgiram as Vendas da Campeã chamava-se anteriormente Godim. No Numeramento de 1530, é mencionado “*Godim que são as Vendas da Campeã*” (Freire, 1909). Em 1593, no inventário dos bens da igreja paroquial, os dois topónimos ainda se mantinham: “*um quinchoso acima das vendas que parte com a leira de Godim que é da igreja*” (ADB, Ref. PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0006/001351). Atualmente Godim subsiste no microtopónimo Vale Godinho, localizado entre as Vendas de Baixo e as Vendas de Cima.

Ao que tudo indica, Godim designou um casal que ladeava a via do Marão,

junto do qual se terá estabelecido uma ou mais vendas. Em razão da importância destes estabelecimentos comerciais, o núcleo habitacional aí existente ficou conhecido por Vendas da Campeã. Não sabemos em que data surgiu a primeira venda. Contudo, dadas as referências documentais disponíveis, essa origem parece ser muito anterior ao século XVI. No mesmo inventário de 1593, acima citado, é feita uma referência a uma venda velha: “*declararam outros que a dita igreja pertence mais toda a água que vem do ribeiro do povo e da venda velha de que a igreja está de posse em memoriale*” (ADB, Ref. PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0006/001351). Esta referência remete para a existência de uma venda em tempos muito anteriores ao ano de 1593. Como a povoação de Vendas de Cima está muito próxima da pequena capela de N. Sra. da Guia, por onde corre uma linha de água que ainda hoje abastece o regadio, é provável que a venda velha estivesse localizada nas proximidades do lugar da albergaria.

As estalagens foram estabelecimentos comerciais onde os viajantes podiam pernoitar e alimentar-se, juntamente com os seus animais, a troco de um pagamento. Como desempenhavam um papel de extrema importância, os estalajadeiros tinham alguns privilégios em termos fiscais e a sua laboração era supervisionada diretamente pela Coroa, à qual era necessário solicitar a licença de estalajadeiro.

O documento mais antigo, conhecido, referente a uma estalagem na Campeã data de 14 de abril de 1496. Nesse documento, o rei D. Manuel (1495-1521) confirma o privilégio de estalajadeiro a Vasco Lourenço. Privilégio que lhe tinha sido concedido pelo rei D. João II (1481-1495) no ano de 1491. A localização exata da estalagem não é referida, mas é mencionado que Vasco Lourenço usou algumas casas suas situadas na Campeã, ao pé da Serra do Marão:

“Sabede que nos querendo fazer graça e mercee a Basco Lourenço morador em a Canpaam ao pe da sera do Marao termo dessa villa por quanto ora faz e acres[cent]am hũas suas casas que hi tem no dicto loguo pera serem estalages” (ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 33, fl. 14).

Da descrição feita, depreende-se que a estalagem tinha uma certa dimensão. A referência ao “*termo dessa vila*” indica que a estalagem, situada dentro dos limites de Vila Real, estava sob a alçada judicial do seu concelho e do seu juiz. Mas haveria

também um juiz na Campeã, pois, no mesmo documento, o rei manda informar todas as autoridades judiciais, incluindo o juiz da Campeã, de que a sua carta não poderia sofrer qualquer dúvida ou embargo:

“E porem mandamos aos juizes da dicta billa de Billa Reall e da Campaam e a todolos outros juizes e justiças officiaes e pessoas de nosos regnos a que esta nosa carta for mostrada e o conhecimento dela pertencer per qualquer gisa que seja que lha cumpram e goardem como se em ela contem sem duvida nem embargo a que a elo ponhaes” (ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 33, fl. 14).

Na freguesia da Campeã, subsiste atualmente o topónimo Estalagem Nova no lugar onde existiu também uma capela dedicada a São Brás, localizado junto da via do Marão. Mas dado o lapso de tempo decorrido, dificilmente este lugar corresponderá à estalagem edificada por Vasco Lourenço no século XV. É provável que resulte da existência de uma estalagem do século XVIII, que se conhece através da Relação de Vila Real e seu Termo: *“...neste lugar estão algumas estalagens por passar por elle a estrada real para o Porto...”* (Sousa & Gonçalves, 1987, pp. 531, v. 2).

Pousada é outro topónimo da freguesia da Campeã que também deriva da hospedagem de viajantes. Esta povoação atual poderá ter origem no direito que o senhorio tinha de ser alojado e alimentado quando se deslocava aos seus domínios. Efetivamente, os oficiais clericais da Arquidiocese de Braga, em virtude do senhorio desta freguesia, possuíam o direito de aqui pousar. Sabe-se através das inquirições de D. Dinis que o arcebispo tinha no couto da Campeã um vigário que o representava (Parente, 2014, p. 188). Este, para além das funções judiciais, devia, juntamente com o mordomo ou porteiro, supervisionar a recolha das rendas e outros préstimos inerentes aos direitos senhoriais e eclesiásticos que a arquidiocese aqui detinha. A habitação disponibilizada para o efeito pela comunidade local seria designada por *pousada*.

A povoação de Pousada é mencionada pela primeira vez no Numeramento de 1530, onde é referido que aí moram 11 famílias (Freire, 1909, p. 251). Situa-se na elevação que separa as bacias superiores dos rios Sordo e Aguilhão, junto de uma derivação da via do Marão que se dirige para a região duriense (Balsa, 2018). Localiza-se assim numa posição central da freguesia, a partir da qual os oficiais

podiam rapidamente aceder a qualquer ponto da freguesia para recolher as rendas e aí preparar o seu transporte para os celeiros da Arquidiocese de Braga.

Não é conhecida documentação que valide esta conjectura. Contudo, sabe-se que, noutros lugares, o direito de pousada do mordomo régio se materializava desta forma (Gonçalves, 2015, p. 173). Além disso, com base no conhecimento do sucedido noutros senhorios, sabe-se que o rei, nas suas deslocações pelo país, podia também recorrer à pousada. Em terras que não eram suas, o rei e a sua comitiva alojavam-se na pousada do senhor local (Gonçalves, 2015, p. 187).

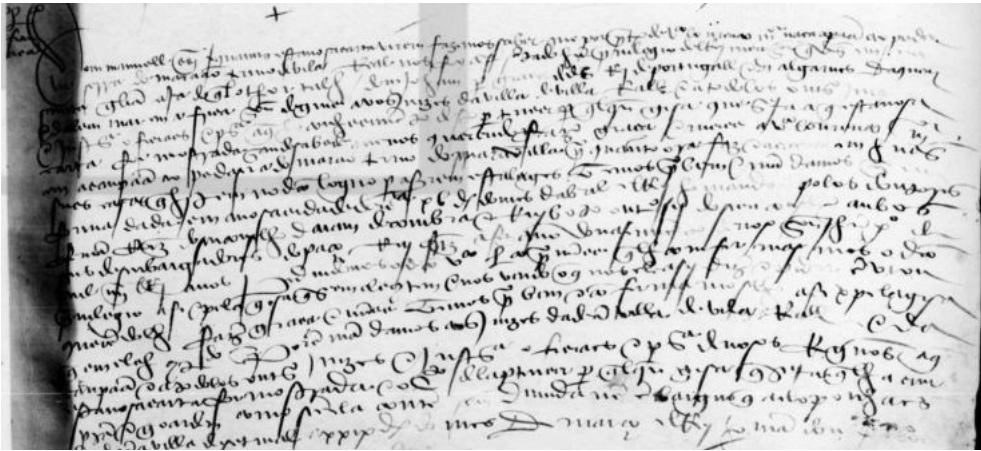


Figura 3 – Documento original da Chancelaria do rei D. Manuel I, datado de 1496, em que é confirmado o privilégio de estalajadeiro a Vasco Lourenço, morador da Campeã, concedido pelo seu antecessor; o rei D. João II, em 1491.

O Rei D. Dinis (1279-1325) visitou a Campeã no dia 10 de agosto de 1280 quando da sua primeira deslocação a Trás-os-Montes, pouco depois de subir ao trono. De acordo com a chancelaria do monarca, veio de Lamego, onde se encontrava no dia 8, e seguiu para Constantim, onde emitiu decretos datados a partir do dia 16 de agosto (Rau, 1962).

A presença de D. Dinis na Campeã é atestada por vários decretos reais que mencionam a Campeã como lugar de emissão, todos datados de 10 de agosto. Nada mais se sabe sobre a sua estadia. Contudo, é legítimo supor que, de acordo com a prática comum dessa época, D. Dinis e a sua comitiva terão ficado hospedados

na pousada do senhorio arquiépiscopal de Braga. Tratando-se de uma pousada rústica é natural que os moradores da freguesia a tenham preparado para receber condignamente o seu rei. A alimentação poderia, em boa parte, provir de uma boa montaria à numerosa caça grossa existente nesta região de montanha.

A função assistencial que a albergaria prestava aos viajantes carenciados pode, possivelmente, ter sido reduzida ao mínimo, através da sua conversão numa simples capela-abrigo. As capelas-abrigo tinham funções religiosas, mas serviam também para recolher os pobres, peregrinos e outros viandantes. De acordo com Carlos A. F. Almeida, estes edifícios tinham sempre grades no arco cruzeiro a vedar a capela mor e o altar do santo, e tinham sempre as portas abertas de maneira a permitir a entrada a quem se quisesse abrigar ou pernoitar (Almeida C. A., 1973).

Conclusão

Para concluir, apresenta-se uma síntese de algumas das principais observações efetuadas ao longo do pequeno estudo aqui apresentado. Da leitura da documentação, depreende-se, em primeiro lugar, que a Albergaria da Campeã foi uma instituição de apoio aos viajantes, que a arquidiocese de Braga poderá ter utilizado como apoio logístico para a administração do seu vasto território. Contudo, a sua origem parece estar ligada à peregrinação, rumo a Braga e a Santiago de Compostela.

Na sequência da posse da albergaria e da igreja da Campeã, a Mitra de Braga tornou-se também proprietária de um grande domínio em seu redor concedido, em 1132, por D. Afonso Henriques, através de carta de couto da Albergaria do Marão. O interesse de Braga neste território devia estar ligado à posição estratégica que este ocupava sobre o importante eixo de circulação através da Serra do Marão, numa região de fronteira com a Diocese do Porto, e à sua forte aptidão agrícola, sobretudo para a produção de centeio.

Braga fomentou a produção e a organização agrícola dentro do couto. Desta ação resultou, no início do século XIII, a existência de 17 casais. Tudo indica que estes núcleos de produção agrícola estão na origem da paisagem atual da freguesia, caracterizada por várias povoações dispersas pelos vales e encostas que ladeiam as

bacias hidrográficas superiores dos rios Sordo e Aguilhão. O couto da Albergaria do Marão teve também como consequência a delimitação da freguesia da Campeã e a vinculação das suas populações em torno da igreja paroquial. Este domínio da Arquidiocese de Braga viria igualmente a converter-se, no século XIII, na circunscrição administrativa utilizada pela coroa para enquadrar a comunidade local.

A albergaria situava-se no local onde se encontra atualmente a pequena capela de N. Sra. da Guia, junto da antiga estrada que atravessa a Serra do Marão. Esta localização parece ter influenciado a dinâmica da expansão populacional da comunidade local, pois nas suas proximidades surgiram as povoações de Vendas e de Vila Nova e, com elas, a própria igreja paroquial da Campeã.

Não se sabe se o desaparecimento material da albergaria coincide com o seu desaparecimento da documentação a partir do início século XIII. Apenas se observa que, posteriormente, surgiram nas suas imediações vendas e estalagens onde os viajantes que podiam pagar se podiam alimentar e pernoitar. Por sua vez, a Arquidiocese de Braga passou, muito possivelmente, a dispor nesta região do Marão de infraestruturas próprias, onde os seus representantes em cumprimento do serviço diocesano, podiam pousar. A existência, desde longa data, de uma ermida no mesmo local onde existiu a albergaria pode significar que o apoio caritativo foi reduzido a uma capela-abrigo onde os viajantes necessitados se podiam abrigar e receber conforto espiritual.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Documentais

ADB – Arquivo Distrital de Braga

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

CCSP – Censual do Cabido da Sé do Porto (1924). Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.

DR – Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios. Rui Pinto de Azevedo (Ed.) (1958). Lisboa. Academia Portuguesa de História.

LF – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesial*. Avelino Jesus da Costa (1965-1990). Braga. Junta Distrital de Braga.

PMH DC – *Diplomata et Chartae* (1856-1973). Lisboa. Academia das Ciências.

PMH Inq - *Portugaliae Monumenta Histórica – Inquisitiones* (1856-1973). Lisboa. Academia das Ciências.

Estudos Publicados

Almeida, C. A. (1973). *Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal. Em A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das I Jornadas Luso-espanholas de História Medieval. Tomo I*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos.

Almeida, F. (1930). *História da igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora.

Amaral, L. C. (2013). As sedes de Braga e Compostela e a restauração da metrópole Galaica. Em F. L. Alsina, H. Monteagudo, V. Ramón, & R. Y. Perrín, *O século de Xelmírez* (pp. 17-44). Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

Amaral, L. C. (2017). A restauração da Diocese do Porto e chegada do bispo D. Hugo. Em L. C. (Coord.), *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: Universidade Católica.

Andrade, A. A., Fontes, J. L., Silva, G. M., & Barcelos, H. A. (2005-2008). *REGNUM REGIS – As inquirições do reinado de Afonso II (1211-1223) [base de dados online]*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. Obtido de <https://jlimaiem.fesh.unl.pt/Unidadeespaciais>

Balsa, C. (2018). Via do Marão - Contributos para a identificação do antigo caminho do Marão. *Oppidum*(10), pp. 39-61.

Balsa, C. (2021). Arco Memorial da Campeã: um importante monumento para a preservação da memória coletiva da região do Marão. *Povoamento e vias de comunicação ao longo da História, I*. Vila Real: Biblioteca da Câmara Municipal. p. 45-79.

Conceição, R. F. (2020). *A rede viária do Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, nos meados do século XIII*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Costa, A. J. (1957). A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média. *Lusitania Sacra*, 2, pp. 7-49.

- Costa, A. J. (1959). *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Falque, E. (2013). La Historia Compostelana en el panoramo da la historiografía latina medieval. Em F. L. Alsina, H. Monteagudo, R. Villares, & R. Y. Perrín, *O século de Xelmírez* (pp. 460-486). Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- Freire, A. B. (1909). Povoação de Trás os Montes no XVI. século . *Arquivo Historico Portuguez*, VII(7).
- Gonçalves, I. (2015). *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de Afonso III*. Porto: CITCEM & AFRONTAMENTO.
- Lopes, A. B. (1998). A Serra do Marão - património arqueológico da sua reserva florestal. Em *Congresso Histórico de Amarante 1998 – Património, Arte e Arqueologia. vol. III.* (pp. 285-302). Amarante: Câmara Municipal de Amarante.
- Mariani, A., & Renzi, F. (2019). The “Territorialization” of the episcopal Power in medieval Portugal. A study on the bullae of Popes Paschalis II and Calixtus II and the conflicts between the dioceses of Oporto, Braga and Coimbra (12th century). *Lusitania Sacra*, 37, pp. 161-187.
- Marques, A. E. (2008). O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200). *Medievalista*(4).
- Marques, A. E. (2017). A Autoridade Episcopal e a Construção da Rede Paroquial na Diocese do Porto (Século X-XIV). Em L. C. Amaral, *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Marques, J. (1996). As doações dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques à igreja. Em *Congresso Histórico de Guimarães, vol. 5- Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII* (pp. 327-347). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães : Universidade do Minho.
- Marques, J. (2002). Relações entre as Dioceses do Porto e de Braga, na Idade Média - Alguns Aspetos. *I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memórias* (pp. 21-56). Porto/Arauca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão.
- Marques, J. (2009). O Liber Fidei da Catedral de Braga e o Norte de Portugal. *Bracara Augusta*, LVII, pp. 453-500.
- Marques, J. (2013). A Assistência no Norte de Portugal nos Finais da Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras*.

- Mattoso, J. (1997). 1096-1325. Em J. Mattoso, *História de Portugal - vol. 2: A Monarquia Feudal*. Estampa.
- Mattoso, J. (1997). Portugal no Reino Asturiano-Leonês. Em J. Mattoso, *História de Portugal - vol. I Antes de Portugal*. Estampa.
- Mattoso, J. (2001). *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mattoso, J. (2011). *D. Afonso Henriques*. Círculo de Leitores.
- Moreira, D. A. (1973). *Freguesias da Diocese do Porto - Elementos onomásticos alti-medievais*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Nogueira, V. (2022). *História de Vila Real: Idade Média*. Vila Real: Batuta Fidalga.
- Oliveira, M. d. (1950). *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica.
- Parente, J. (2014). *Idade Média no Distrito de Vila Real. Tomo II - Documentos desde o ano 1280 ao ano 1347*. Lisboa: Âncora.
- Rau, V. (1962). *Itinerários Régios Medievais - I Itinerários Del-Rei D. Dinis 1279-1325*. Lisboa: Faculdade de letras da Universidade de Lisboa.
- Reis, A. M. (2006). *História dos Municípios (1050-1383)*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda.
- Reis, A. M. (2020). D. Diogo Gelmires e as terras sob a jurisdição da igreja de Santiago de compostela entre os rios Minho e Ave. *População e Sociedade*, 18, pp. 179-195.
- Silva, L. M. (2017). *Arquitetura das estruturas de assistência no Norte de Portugal (século XII a XVI)*. Porto: Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Sousa, F. d., & Gonçalves, S. (1987). *Memórias de Vila Real (vol. I)*. Vila Real: Arquivo Distrital.
- Soutinho, P. (2021). A serra do Marão na rede viária romana. Em *Povoamento e vias de comunicação ao longo da História* (pp. 19-44). Vila Real: Biblioteca Municipal.

Povoamento e vias de comunicação ao longo da História,
volume 2,
com arranjo gráfico de Maria João Pádua
e coordenação editorial de Carlos Balsa e Vítor Nogueira,
foi impresso em Abril de 2023,
numa tiragem de 250 exemplares.

ISBN: 978-989-8653-72-7

Depósito Legal: 513157/23



Biblioteca Municipal de Vila Real
Rua Madame Brouillard
5000-573 Vila Real
Telefone 259 303 080
biblioteca@cm-vilareal.pt
www.biblioteca.cm-vilareal.pt



BIBLIOTECA MUNICIPAL
de VILA REAL

SECÇÃO de HISTÓRIA e PATRIMÓNIO

